

A mosaic depicting Jesus on the left, standing and wearing a red and blue robe with a golden halo. He is holding a large key and gesturing with his other hand towards Peter on the right. Peter is kneeling, wearing a blue and gold robe, and looking up at Jesus. The background is a blue and gold mosaic.

**Pedro, tu
serás papa!**

Paulo Neto

Pedro, tu serás papa!

“Na qualidade de bispo da Igreja, eu devo continuar a disseminar as fábulas de nossa religião; porém, particularmente, eu devo permanecer um filósofo até o fim.”
(SINÉSIO, bispo de Alexandria).

“Não se preocupem com eles. São cegos guiando cegos. Ora, se um cego guia outro cego, os dois cairão num buraco.” (Jesus, em Mateus 15,14).

Paulo Neto

Copyright 2012 by
Paulo da Silva Neto Sobrinho (Paulo Neto)
Belo Horizonte, MG.

Capa:

<https://www.stpetersmemphis.org/peter%20.jpg>

Revisão:

Hugo Alvarenga Novaes

Diagramação:

Paulo Neto

site: www.paulosnetos.net

e-mail: paulosnetos@gmail.com

Belo Horizonte, julho/2012.

Sumário

Introdução.....	5
Significado da palavra papa.....	7
O nome do apóstolo e sua escolha para discípulo.....	9
Passagem em que supostamente se atribui a Pedro o primado do papado.....	17
Quem seria “a pedra”?.....	49
Os fatos apontariam para Pedro ser o primeiro papa?....	60
As cartas atribuídas a Pedro.....	74
Quando surgiu essa história de Pedro ser o primeiro pontífice.....	90
Participação de Pedro na comunidade cristã.....	136
O conflito em Antioquia e o Concílio de Jerusalém.....	150
Algumas considerações sobre Pedro.....	174
Mentiras fundamentais da Igreja Católica.....	197
Como os papas subiam ao “Trono” de Pedro.....	227
A discutível moralidade de seus “sucessores” e assessores.....	249
Conclusão.....	271
Referências Bibliográficas:.....	280
Dados biográficos do autor.....	284

Introdução

Esse é um assunto que, de princípio, não chamava a nossa atenção para despertar em nós o interesse em fazer algum estudo dele. E, a bem da verdade, é um tema que não nos diz respeito, uma vez que não seguimos fileira no catolicismo e, além disso, não temos a mínima preocupação em ficar atacando a fé alheia.

Entretanto, pelo motivo de sempre estarmos às voltas com fundamentalistas católicos depreciando o Espiritismo, usando como uma das justificativas que a sua religião é a única verdadeira, utilizando-se, para isso, do argumento de que Pedro teria sido nomeado por Jesus como o primeiro Papa, e disso concluem que somente a Igreja Católica Romana é que tem as chaves do “reino dos céus”, e por isso quem estiver fora dela pode já ir se preparando para arder eternamente no fogo do inferno.

O certo é que esse estudo poderia muito bem não ter sido escrito, caso não se portassem dessa

forma sectária e exclusivista, pois crer ou não nisso é algo do fórum íntimo de cada um.

Sabemos que, certamente, contrariaremos interesses seculares; entretanto, a verdade deve aparecer, porquanto *“nada há oculto que não venha a ser conhecido”* (Lucas 12,2).

Coberto de razão, disse judiciosamente o escritor José Reis Chaves, mineiro de Belo Horizonte:

Acontece que a verdade é, às vezes, para todos nós seres humanos, o que menos queremos ouvir, principalmente com relação aos nossos princípios religiosos, pois o nosso ego aflora logo com esses assuntos. (CHAVES, 2006)

Os grifos em negrito nas transcrições ou mesmo nos textos normais são de nossa autoria, caso ocorra de não ser, avisaremos.

Significado da palavra papa

Muitas vezes usamos uma palavra e não temos a menor ideia de como ela surgiu, sua origem e o seu significado; por isso julgamos ser conveniente, para o nosso estudo, saber algo mais sobre a palavra papa, para a qual em ***História da Formação do Novo Testamento - Uma Síntese*** encontramos a seguinte explicação:

[...] “papa” é a forma latinizada de uma palavra grega popular, “papas”, variante de “pappas”, pai. Nos primeiros tempos da história do cristianismo, o título de papa era dado a todos os padres; depois, com o passar dos anos, foi limitado aos bispos. Em algumas aldeias de origem grego-bizantina, na Itália meridional, o pároco ainda era chamado papa, em sinal de respeito, de acordo com o costume do clero ortodoxo, segundo nos informa Ambrogio Donini. (1) (2)

Essa outra definição encontrada em ***Origem e Desenvolvimento do Cristianismo*** também nos ajudará no entendimento desse termo:

Donde vem essa palavra? Não se sabe ao certo. Para a Igreja Romana, essa palavra é formada pelas iniciais da expressão “Petrus Apostolus Princeps Apostolorum” (Pedro Apóstolo, Príncipe dos Apóstolos); mas essa interpretação é mera coincidência, e ocorreu porque os católicos consideram o Apóstolo Pedro como o primeiro Papa, e o chefe supremo da Igreja como sendo o sucessor de São Pedro (Daí a expressão: o Papa está assentado na “cadeira de S. Pedro”). (3)

Vê-se, portanto, a nossa dificuldade em saber qual é realmente a sua origem e significado, porquanto, temos duas explicações completamente diferentes sobre isso.

O nome do apóstolo e sua escolha para discípulo

Listaremos as passagens bíblicas que tratam do convite e do nome do apóstolo, que dizem ser o primeiro papa:

Mateus 4,18-20: *“Jesus andava à beira do mar da Galileia, quando viu dois irmãos: **Simão, também chamado Pedro**, e seu irmão **André**. Estavam jogando a rede no mar, pois **eram pescadores**. Jesus disse para eles: 'Sigam-me, e eu farei de vocês pescadores de homens'. Eles deixaram imediatamente as redes, e seguiram a Jesus.”*

Marcos 1,16-18: *“Ao passar pela beira do mar da Galileia, Jesus viu **Simão** e seu irmão **André**; estavam jogando a rede ao mar, pois **eram pescadores**. Jesus disse para eles: 'Sigam-me, e eu farei vocês se tornarem pescadores de homens'. Eles imediatamente deixaram as redes e seguiram a Jesus.”*

Marcos 3,13-16: *“Jesus subiu ao monte e chamou os que desejava escolher. E foram até ele. Então **Jesus constituiu o grupo dos***

Doze, para que ficassem com ele e para enviá-los a pregar, com autoridade para expulsar os demônios. Constituiu assim os Doze: **Simão, a quem deu o nome de Pedro.**”

Lucas 5,1-11: “Certo dia, Jesus estava na margem do lago de Genesaré. A multidão se apertava ao seu redor para ouvir a palavra de Deus. Jesus viu duas barcas paradas na margem do lago; os **pescadores** haviam desembarcado, e lavavam as redes. Subindo numa das barcas, que era de Simão, pediu que se afastasse um pouco da margem. Depois sentou-se e, da barca, ensinava as multidões. Quando acabou de falar, disse a **Simão**: 'Avance para águas mais profundas, e lancem as redes para a pesca'. Simão respondeu: 'Mestre, tentamos a noite inteira, e não pescamos nada. Mas, em atenção à tua palavra, vou lançar as redes'. Assim fizeram, e apanharam tamanha quantidade de peixes, que as redes se arrebentavam. Então fizeram sinal aos companheiros da outra barca, para que fossem ajudá-los. Eles foram, e encheram as duas barcas, a ponto de quase afundarem. Ao ver isso, **Simão Pedro** atirou-se aos pés de Jesus, dizendo: 'Senhor, afasta-te de mim, porque sou um pecador!' É que o espanto tinha tomado conta de Simão e de todos os seus companheiros, por causa da pesca que acabavam de fazer. Tiago e João, filhos de

Zebedeu, que eram sócios de Simão, também ficaram espantados. Mas Jesus disse a Simão: 'Não tenha medo! De hoje em diante você será pescador de homens'. Então levaram as barcas para a margem, deixaram tudo, e seguiram a Jesus."

*Lucas 6,12-14: "Nesses dias, Jesus foi para a montanha a fim de rezar. E passou toda a noite em oração a Deus. Ao amanhecer, chamou seus discípulos, e **escolheu doze** dentre eles, aos quais deu o nome de apóstolos: **Simão, a quem também deu o nome de Pedro**, e seu irmão **André**; [...]."*

*João 1,35-42: "No dia seguinte, **João aí estava de novo, com dois discípulos**. Vendo Jesus que ia passando, apontou: 'Eis aí o Cordeiro de Deus'. Ouvindo essas palavras, os dois discípulos seguiram a Jesus. Jesus virou-se para trás, e vendo que o seguiam, perguntou: 'O que é que vocês estão procurando?' Eles disseram: 'Rabi (que quer dizer Mestre), onde moras?' Jesus respondeu: 'Venham, e vocês verão'. Então eles foram e viram onde Jesus morava. E começaram a viver com ele naquele mesmo dia. Eram mais ou menos quatro horas da tarde. **André, irmão de Simão Pedro, era um dos dois que ouviram as palavras de João e seguiram a Jesus**. Ele encontrou primeiro o seu próprio irmão Simão, e lhe disse: 'Nós encontramos o Messias (que quer*

*dizer Cristo)'. Então André apresentou Simão a Jesus. Jesus olhou bem para Simão e disse: **'Você é Simão, o filho de João. Você vai se chamar Cefas (que quer dizer Pedra)'. "***

Mateus diz que Simão também se chamava Pedro, que ele e André, seu irmão, eram simples pescadores.

Marcos confirma ser mesmo essa a profissão dos dois, mas, em relação ao nome, fala que ele se chamava Simão, que mais tarde Jesus trocou o seu nome para Pedro, especificando que isso aconteceu quando constituiu o grupo dos doze.

Lucas denomina o pescador de Simão e também de Simão Pedro, e, em contradição, um pouco mais adiante, disse que Jesus, quando escolhe os doze discípulos, dá a ele o nome de Pedro, e só neste momento é que se menciona o seu irmão André.

João, por sua vez, coloca André como discípulo de João Batista, que, um pouco depois de aceitar o convite de Jesus, apresenta-o a seu irmão Simão Pedro. E é neste momento que Jesus muda-lhe o nome de Simão, não para Pedro, mas para Cefas.

Esse evangelista não fala nada a respeito da profissão deles.

Apesar de João ter afirmado que Jesus mudara o nome de Pedro para Cefas, ele continua chamando-o de Simão Pedro, por quinze vezes (João 6,8; 6,68; 13,6; 13,9; 13,24; 13,36; 18,10, 18,15; 18,25; 20,2; 20,6; 21,2; 21,3; 21,7; 21,11) ou só de Pedro, por treze vezes (João 13,37; 18,16, 18,17; 18,18; 18,26; 18,27; 20,3; 20,4; 21,7; 21,17; 21,19; 21,20; 21,21). João ainda coloca o próprio Jesus chamando-o de Pedro (João 18,11), também de Simão (João 21,16; 21,17) e só por uma vez Ele o chama de Simão Pedro (João 21,15). A não ser no versículo 42 de João 1, que diz ter Jesus lhe dado o nome de Cefas, em nenhuma outra passagem de seu Evangelho, João o nomeia assim. Então o que adiantou mudar-lhe o nome, se não o chama pelo seu novo nome (se é que é novo mesmo)? E, em relação aos Evangelhos Sinópticos, não há sequer uma só ocorrência em que se cite o nome Cefas.

Em Atos dos Apóstolos, usa-se o nome Pedro por cinquenta e sete vezes e, somente por quatro vezes, é dito Simão, mas completando com *“o que*

tinha por sobrenome Pedro” (Atos 10,5; 10,18; 10,32; 11,13). Somente encontraremos o uso de Cefas em Paulo, na sua primeira carta aos coríntios (1Coríntios 1,12; 3,22; 9,5; 15,5) e na sua epístola aos gálatas (Gálatas 1,18; 2,9; 2,11; 2,14), entretanto, nessa também foi usado o nome Pedro, por duas vezes (Gálatas 2,7; 2,8). Isso é muito pouco, porquanto são atribuídas a Paulo treze cartas, ou seja, mais onze além dessas duas.

Vejamos, a título de curiosidade, como o versículo 42, do capítulo 1, do Evangelho de João, aparece nas várias traduções bíblicas:

1. “[...] Cefas, que **quer dizer Pedra**”: Santuário, Paulus (de Jerusalém, do Peregrino e Pastoral) e Ave-Maria.
2. “[...] Cefas, que **quer dizer Pedro**”: Barsa, Mundo Cristão, Vozes, Paulinas e SBB.
3. “[...] Cefas, que, **traduzido, é Pedro**”: Novo Mundo.

Dessa última tradução, transcrevemos a seguinte explicação:

“Cefas”. Gr. *Ke.fás*. Este é um nome aram.

(*Keh.fa'*), aqui no masc., como em Mateus 16;18 nos mss. sir. Veja Mateus 16:18 n.: “rocha”. Significando 'um pedaço de rocha'. Gr.: *Pé-tros*. (4)

Pelo *Dicionário Prático da Barsa*, temos: “cefas. Nome aramaico equivalente ao grego *petrus* que quer dizer rocha” (5).

Mas a moral da história é que tudo isso é muito estranho: o nome era Simão Pedro ou só Simão, que foi mudado para Pedro ou para Cefas? Afinal de contas, a palavra cefas quer dizer pedra ou Pedro? Tamanha confusão nos leva até a pensar que Jesus não mudou o nome de Simão Pedro, e que, provavelmente, foram os teólogos, que, querendo defender seus próprios dogmas, é que interpolaram isso, como é fácil de se perceber. Aqui vale a expressão: “só não vê quem não quer”. A finalidade foi relacionar-se o nome de Pedro com a palavra “pedra” para daí nomeá-lo primeiro papa.

No início de julho de 2020, a amiga Miriam Schlotterbeck, há 35 anos residindo em Israel, nos informa por e-mail:

Permita-me um pequeno comentário? Ou seja,

posso responder a pergunta desta página?

“O nome era Simão Pedro ou só Simão, que foi mudado para Pedro ou para Cefas?”

Simão (Shimoon – שימעון) significa rocha em hebraico. Ou seja, o nome do pescador sempre foi “rocha”. Não houve nenhuma mudança. Esse nome é muito comum até nos dias de hoje. Não faz sentido trocar seu nome de “rocha” para “pedra” (אבן).

Como vc escreveu, os teólogos pelo jeito provocaram a confusão para dar credibilidade aos seus dogmas.

O historiador Jonathan Mathies afirmou que este versículo foi acrescentado, pois distoa de todos os outros versículos de Mateus Levy (מתתיהו לוי).

O que os teólogos não fazem para justificar seus dogmas...

Vejamos, na sequência desse estudo, a passagem na qual buscam estabelecer essa relação.

Passagem em que supostamente se atribui a Pedro o primado do papado

A passagem, que é sempre citada para justificar a nomeação de Pedro como o primeiro papa, se encontra no Evangelho Segundo Mateus: Mateus 16,13-20.

Ocorreu-nos a ideia de compará-la com o que consta nos outros Evangelhos Sinópticos (Marcos 8,27-30; Lucas 9,18-21), cujo resultado, pelo que já vimos até aqui (e ainda nem bem começamos esse estudo), realmente não nos surpreendeu. Vejamos, então a comparação:

Mateus 16,13-20	Marcos 8,27-30 (= Lucas 9,18-21)
<i>13. Jesus chegou à região de Cesareia de Filipe, e perguntou aos seus discípulos: “Quem dizem os homens que é o Filho do Homem?”</i>	<i>27. Jesus partiu com seus discípulos para os povoados de Cesareia de Filipe. No caminho, ele perguntou a seus discípulos: “Quem dizem os homens que eu sou?”</i>

<p>14. <i>Eles responderam: "Alguns dizem que é João Batista; outros, que é Elias; outros ainda, que é Jeremias, ou algum dos profetas."</i></p>	<p>28. <i>Eles responderam: "Alguns dizem que tu és João Batista; outros, que és Elias; outros, ainda, que és um dos profetas."</i></p>
<p>15. <i>Então Jesus perguntou-lhes: "E vocês, quem dizem que eu sou?"</i> 16. <i>Simão Pedro respondeu: "Tu és o Messias, o Filho do Deus vivo."</i></p>	<p>29. <i>Então Jesus perguntou-lhes: "E vocês, quem dizem que eu sou?"</i> <i>Pedro respondeu: "Tu és o Messias."</i></p>
<p>17. <i>Jesus disse: "Você é feliz, Simão, filho de Jonas, porque não foi um ser humano que lhe revelou isso, mas o meu Pai que está no céu."</i></p> <p>18. <i>Por isso eu lhe digo: você é Pedro, e sobre essa pedra construirei a minha Igreja, e o poder da morte nunca poderá vencê-la.</i></p> <p>19. <i>Eu lhe darei as chaves do Reino do Céu, e o que você ligar na terra será ligado no céu, e o que você desligar na terra será desligado no céu."</i></p>	<p><i>Nihil.</i></p>

20. *Jesus, então, ordenou aos discípulos que não dissessem a ninguém que ele era o Messias.*

30. *Então Jesus proibiu severamente que eles falassem a alguém a respeito dele.*

A narrativa de Lucas (9,18-21) é bem semelhante à de Marcos, portanto, não há nenhuma necessidade de colocarmos as duas aqui, ficaremos somente com a dele, mas que você, leitor, não deixe de lembrar-se disso.

Fica evidente a interpolação dos versículos 17 a 19 no texto de Mateus 16, cujo conteúdo não consta dos outros dois Evangelhos sinópticos - Marcos e Lucas, e nem no de João, exatamente aquilo de que se servem para justificar a hierarquia papal.

Provavelmente algum papa “inspirado” resolveu fazer isso para assentar seu poder temporal sobre os homens. Isso, como se diz, está tão na cara que, em nenhum outro lugar na Bíblia, se encontrará a expressão “chaves do Reino do céu”. Entretanto, como o que ocorreu a Pedro, em Mateus 16,19, Jesus atribuiu também aos outros discípulos a possibilidade de: “[...] *tudo o que **vocês** ligarem na*

*terra, será ligado no céu, e tudo o que **vocês** desligarem na terra, será desligado no céu”.* (Mateus 18,18), ou seja, não era uma atribuição exclusiva dele, Pedro, mas de todos os discípulos e de todos nós, pois todo bem ou mal, que fizermos, fica registrado (ligado) no que os orientais chamam de arquivo akáshico. E não seria esse arquivo o livro da vida a que se refere o confuso Apocalipse?

Para corroborar a nossa conclusão acima, apresentamos a opinião do teólogo Geza Vermes (1924-2013), professor da Universidade de Oxford constante de ***O Autêntico Evangelho de Jesus:***

[...] O episódio da confissão feita por Pedro de que Jesus é o Cristo está contido nos três Evangelhos Sinópticos, mas sua indicação para ser a pedra não figura nem em Marcos nem em Lucas. O silêncio sobre algo de tamanha importância, como a nomeação de Pedro como chefe da *ekklesía*, **sugere vigorosamente que Mateus 16,17-19 deva ser um acréscimo secundário.** A inexistência de qualquer menção à igreja nos outros Evangelhos, inclusive em João, também aponta nessa direção. Em suma, **as palavras sobre a designação de Pedro não devem ser creditadas a Jesus, mas a Mateus ou a seu editor em 80 d.C. ou mais tarde.** ⁽⁶⁾ (itálico do original)

Por outro lado, se João era, segundo Paulo, um dos notáveis (Gálatas 2,9), como ele, no seu Evangelho, não fala absolutamente nada sobre essa suposta nomeação de Pedro para ser o primeiro papa? Isso não deixa de ser mais um fato muito curioso.

Em ***História da Formação do Novo Testamento - Uma Síntese***, o escritor Pinheiro Martins (1967-) elucida:

Papias, bispo de Hierápolis (c. 60 – c. 135 d.C.), teria afirmado que João Marcos, sobrinho de Barnabé, servia de intérprete ao apóstolo Pedro, quando este pregava aos gentios, pois o humilde pescador da Galileia não sabia falar outro idioma senão o aramaico. Marcos traduzia, então, a pregação de Pedro do aramaico para o grego. De tanto ouvir e repetir a pregação do mestre e amigo, que relatava fatos da vida de Cristo, Marcos tornou-se uma das pessoas mais indicadas para escrever a respeito. E o fez.

O evangelho atribuído a Marcos é a mais antiga narrativa sobre a vida de Jesus que conhecemos. Curiosamente, inicia-se com a pregação de João Batista e o batismo de Jesus: Marcos nada informa sobre a concepção, o nascimento e a infância do Cristo – como se tivessem sido normais, nada tendo de diferentes aos de outros seres humanos, não merecendo, por isso, maiores atenções. Trata

Maria, sua mãe, como uma mulher comum (exceto, claro, pelo fato de ter dado à luz um Messias) que se faz acompanhar de seus outros filhos. **Também nada deixou registrado sobre o episódio em que Jesus teria delegado poderes a Pedro, fazendo dele alicerce da igreja e portador das chaves do Reino dos Céus; o que é estranho, já que, estando Marcos tão próximo de Pedro, dificilmente teria deixado de conhecer e registrar tal fato, dando-lhe destaque. (7)**

Carlos J. Torres Pastorino (1910-1980), ex-sacerdote católico, filósofo e teólogo, em ***Sabedoria do Evangelho, vol. 4***, analisando essa passagem disse:

Em Mateus, porém, prossegue a cena com três versículos que suscitaram acres e largas controvérsias desde épocas remotíssimas, chegando alguns comentaristas até a supor tratar-se de interpolação. Em vista da importância do assunto, daremos especial atenção a eles, apresentando, resumidas, as opiniões dos dois campos que se digladiam.

Os católicos-romanos aceitam esses três versículos como autênticos, vendo neles:

a) a instituição de uma “igreja”, organização com poderes discricionários espirituais, que resolve na Terra com a garantia de ser cegamente obedecida por Deus no “céu”;

b) a instituição do papado, representação máxima e chefia indiscutível e infalível de todos os cristãos, passando esse poder monárquico, por direito hereditário-espiritual, aos bispos de Roma, sucessores legítimos de Pedro, que recebeu pessoalmente de Jesus a investidura real, fato atestado exatamente com esses três versículos.

Essa opinião foi combatida com veemência desde suas tentativas iniciais de implantação, nos primeiros séculos, só se concretizando a partir dos séculos IV e V por força da espada dos imperadores romanos e dos decretos (de que um dos primeiros foi o de Graciano e Valentiniano, que em 369 estabeleceu Dâmaso, bispo de Roma, como juiz soberano de todos os bispos, mas cujo decreto só foi posto em prática, por solicitação do mesmo Dâmaso, em 378). *O diácono Ursino foi eleito bispo de Roma na Basílica de São Júlio, ao mesmo tempo em que Dâmaso era eleito para o mesmo cargo na Basílica de São Lourenço. Os partidários deste, com o apoio de Vivêncio, prefeito de Roma, atacaram os sacerdotes que haviam eleito Ursino e que estavam ainda na Basílica e aí mesmo mataram 160 deles; a seguir, tendo-se Ursino refugiado em outras igrejas, foi perseguido violentamente, durando a luta até a vitória total do “bando contrário”. Ursino, a seguir, foi exilado pelo imperador, e Dâmaso dominou sozinho o campo conquistado com as armas. Mas toda a cristandade apresentou reações a essa pretensão romana, bastando citar, como exemplo, uma frase de Jerônimo: “Examinando-se do ponto de vista da autoridade, o universo é maior que Roma (orbis*

maior est Urbe), e todos os bispos, sejam de Roma ou de Engúbio, de Constantinopla ou de Régio, de Alexandria ou de Tânis, têm a mesma dignidade e o mesmo sacerdócio” (Epistula 146,1).

Alguns críticos (entre eles Grill e Resch na Alemanha e Monnier e Nicolardot na França, além de outros reformados) julgam que esses três versículos tenham sido interpolados, em virtude do interesse da comunidade de Roma de provar a supremacia de Pedro e, portanto, do bispado dessa cidade sobre todo o orbe, mas, sobretudo, para provar que era Pedro, e não Paulo, o chefe da igreja cristã.

Essa questão surgiu quando Marcion, logo nos primeiros anos do 2º século, revolucionou os meios cristãos romanos com sua teoria de que Paulo foi o único verdadeiro apóstolo de Jesus, e, portanto, o chefe incontestado da Igreja.

Baseava-se ele nos seguintes textos do próprio Paulo: “Não recebi (o Evangelho) nem o aprendi de homem algum, mas sim mediante a revelação de Jesus Cristo” (Gál. 1:12); e mais: “Deus ... que me separou desde o ventre materno, chamando-me por sua graça para revelar seu Filho em mim, para pregá-lo entre os gentios, imediatamente não consultei carne nem sangue, nem fui a Jerusalém aos que eram apóstolos antes de mim” (Gál.15:15-17). E ainda em Gál. 2:11-13, diz que “resistiu na cara de Pedro, porque era condenado”. E na 2ª Cor. 11:28 afirma: “sobre mim pesa o cuidado de todas as igrejas”, após ter dito, com certa ironia, não ser “em nada inferior aos maiores entre os apóstolos” (2ª Cor. 11:5) acrescentando que “esses homens são falsos apóstolos, trabalhadores

dolosos, transformando-se em apóstolos de Cristo; não é de admirar, pois o próprio satanás se transforma em anjo de luz” (2ª Cor. 11:13-14). Este último trecho, embora se refira a outras criaturas, era aplicado por Marcion (o mesmo do “corpo fluídico” ou “fantasmático”) aos verdadeiros apóstolos. Em tudo isso, baseava-se Marcion, e mais na tradição de que Paulo fora bispo de Roma, juntamente com Pedro. Realmente as listas fornecidas pelos primeiros escritores, dos bispos de Roma, dizem:

a) Irineu (bispo entre 180-190): “Quando firmaram e estabeleceram a igreja de Roma, os bem aventurados apóstolos Pedro e Paulo confiaram a administração dela a Lino, de quem Paulo fala na epístola a Timóteo. Sucedeu-lhe depois Anacleto e depois deste Clemente obteve o episcopado, em terceiro lugar depois dos apóstolos, etc.” (*Epíst. ad Victorem*, 3, 3, 3; cfr. Eusébio, *His. Eccles.*, 5,24,14).

b) Epifânio (315-403) escreve: “Porque os apóstolos Pedro e Paulo foram, os dois juntos, os primeiros bispos de Roma” (Panarion, 27,6).

Ora, dizem esses críticos, a frase do vers. 17 “não foi a carne nem o sangue que to revelaram, mas meu Pai que está nos céus”, responde, até com as mesmas palavras, a Gálatas 1:12 e 16.

Para organizar nosso estudo, analisemos frase por frase.

VERS. 18 a - “Também te digo que tu és Pedro e sobre essa pedra construir-me-ei a ”ekklêsia”) (*oi kodomêsô moi tên ekklêsían*).

O jogo de palavras corre melhor no aramaico,

em que o vocábulo *kêphâ* (masculino) não varia. Mas no grego (e latim) o masculino *Petros* (*Petrus*, Pedro) é uma criação *ad hoc*, um neologismo, pois esse nome jamais aparece em nenhum outro documento anterior. Mas como a um homem não caberia o feminino “pedra”, foi criado o neologismo. Além de João (1:42), Paulo prefere o aramaico *Kêphá* (latim *Cephas*) em 1 Cor. 1:12; 3:22; 9:5; 15:5 e Gál. 2:14.

Quanto ao vocábulo *ekklêsía*, que foi transliterado em latim *ecclêsia* (passando para o português “igreja”), temos que apurar o sentido: A – etimológico; B – histórico; C – usual; D – seu emprego no Antigo Testamento; e E – no Novo Testamento.

A – **Etimologicamente** *ekklêsía* é o verbo *Kaléô*, “chamar, convocar”, com o preverbo *ek*, designativo de ponto de partida. Tem pois o sentido de “convocação, chamada geral”.

B – **Historicamente**, o termo era usado em Atenas desde o 6.º século A.C.; ao lado da Boulê (“concílio”, em Roma: Senado; em Jerusalém: Sinédrio), que redigia as leis, por ser constituída de homens cultos e aptos a esse mister, havia a *ekklêsía* (em Roma: Comitium; em Jerusalém: Synagogê), reunião ou assembleia geral do povo livre, que ratificava ou não as decisões da autoridade. No 5.º séc. A.C., sob Clístenes, a *ekklêsía* chegou a ser soberana; durante todo o apogeu de Atenas, as reuniões eram realizadas no *Pnyx*, mas aos poucos foi se fixando no Teatro, como local especial. Ao tornar-se “cidade livre” sob a proteção romana, Atenas viu a *ekklêsía* perder

toda autoridade.

C – Na época do início do cristianismo, *ekklésia* corresponde a sinagoga: “assembleia regular de pessoas com pensamento homogêneo”; e tanto designava o grupo dos que se reuniam, como o local das reuniões. Em contraposição a *ekklésia* e *synagogê*, o grego possuía *sylogos*, que era um ajuntamento acidental de pessoas de ideias heterogêneas, um agrupamento qualquer. Como sinônimo das duas, havia *synáxis*, comunidade religiosa, mas que, para os cristãos, só foi atribuída mais tarde (cfr. Orígenes, *Patrol. Graeca*, vol. 2 col. 2013; Greg. Naz., *Patrol Graeca* vol. 1 col. 876; e João Crisóst., *Patrol Graeca*, vol. 7 col. 22). Como “sinagoga” era termo típico do judaísmo, foi preferido “ecclésia” para caracterizar a reunião dos cristãos.

D – No **Antigo Testamento** (LXX), a palavra é usada com o sentido de reunião, assembleia, comunidade, congregação, grupo, seja dos israelitas fiéis, seja dos maus, e até dos espíritos dos justos no mundo espiritual (*Núm.* 19,20; 20:4; *Deut.* 23:1,2,3,8; *Juizes* 20:2; 1.º *Sam.* 17:47; 1.º *Reis* 8:14,22; 1.º *Crôn.* 29:1,20; 2.º *Crôn.* 1:5; 7:8; *Neem.* 8:17; 13:1; *Judit* 7:18; 8:21; *Salmos* 22:22,25; 26:5; 35:18; 40:10; 89:7; 107:32; 149:1; *Prov.* 5:14; *Eccli.* 3:1; 15:5; 21:20; 24:2; 25:34; 31:11; 33:19; 38:37; 39:14; 44:15; *Lam.* 1:10; *Joel* 2:16; 1.º *Mac.* 2:50; 3:13; 4:59; 5:16 e 14:19).

E – No **Novo Testamento** podemos encontrar a palavra com vários sentidos:

1) uma aglomeração heterogênea do povo:

At. 7:38; 19:32,39,41 e Heb. 12:23.

2) uma assembleia ou comunidade local, de fiéis com ideias homogêneas, uma reunião organizada em sociedade, em que distinguiamos:

a) a comunidade em si, independente de local de reunião: Mat. 18:17 (2 vezes); At. 11:22; 12:5; 14:22; 15:41 e 16:5; 1ª Cor. 4:17; 6:4; 7:17; 11:16, 18,22; 14:4,5,12,19,23,28, 33,34,35; 2.a Cor. 8:18, 19,23,24; 11:8,28; 12:13; Filp. 4:15; 2.a Tess. 1:4; 1ª Tim. 3:5, 15; 5:6; Tiago 5:15; 3.a João. 6; Apoc. 2:23 e 22:16.

b) a comunidade estabelecida num local determinado, uma sociedade local: Antióquia, At. 11:26; 13:1; 14:27; 15:3; Asiáticas, 1ª Cor. 16:19; Apoc. 1:4,11,20 (2 vezes); 2:7,11,17,29; 3:6, 13,22; Babilônia, 1 Pe. 5:13; Cencreia, Rom. 16:1; Corinto, 1 Cor. 1:2; 2 Cor. 1:1; Êfeso, At. 20:17; Apoc. 2:1; Esmirna, Apoc. 2:8; Filadélfia, Apoc. 3:7; Galácia, 1 Cor. 16:1; Gál. 1:2; dos Gentios, Rom. 16:4; Jerusalém, At. 5:11; 8:1,3; 12:1; 15:4,22; 18:22; Judeia, At. 9:31; 1 Tess. 2:14; Gál. 1:22; Laodiceia, Col. 4:16; Apoc. 3:14; Macedônia, 2 Cor. 8:1; Pérgamo, Apoc. 2:12; Roma, Rom. 16:16; Sardes, Apoc. 3:1; Tessalônica, 1ª Tess. 1:1; 2ª Tess. 1:1; Tiatira, Apoc. 2:18.

c) a comunidade particular ou “centro” que se reúne em casa de família: Rom. 16:5,23; 1 Cor. 16:19; Col. 4:15; Film. 2;3 João. 9,10.

3) A congregação ou assembleia de todos os

que aceitam o Cristo como Enviado do Pai: Mat. 16:18; At. 20:28; 1ª Cor. 10:32; 12:28; 15:9; Gál. 1:13; Ef. 1:22; 3:10,21; 5:23,24,25,27,29,32; Filp. 3:6; Col. 1:18,24; Heb. 2:12 (citação do Salmo 22:22).

Anotemos, ainda, que em Tiago 2:2, a comunidade cristã é classificada de “sinagoga”.

Concluimos desse estudo minucioso, que a palavra “igreja” não pode ser, hoje, a tradução do vocábulo *ekklêsía*; com efeito, esse termo exprime na atualidade:

1) a igreja católica-romana, com sua tríplice divisão bem nítida de a) militante (na Terra); b) sofredora (no “Purgatório”) e c) triunfante (no “céu”);

2) os templos em que se reúnem os fiéis católicos, com suas “imagens” e seu estilo arquitetônico especial.

Ora, na época de Jesus e dos primeiros cristãos, *ekklêsía* não possuía nenhum desses dois sentidos. O segundo, porque os cristãos ainda não haviam herdado os templos romanos pagãos, nem dispunham de meios financeiros para construí-los. E o primeiro porque só se conheciam, nessa época, as palestras de Jesus nas sinagogas judaicas, nos campos, nas montanhas, à beira-mar, ou então as reuniões informais nas casas de Pedro em Cafarnaum, de Simão o leproso em Betânia, de Levi, de Zaqueu em Jerusalém, e de outros afortunados que lhe deram hospedagem por amizade e admiração.

Após a crucificação de Jesus, Seus discípulos se reuniam nas casas particulares deles e de

outros amigos, organizando em cada uma centros ou grupos de oração e de estudo, comunidades, pequenas algumas outras maiores, mas tudo sem pompa, sem rituais: sentados todos em torno da mesa das refeições, ali faziam em comum a ceia amorosa (*agápê*) com pão, vinho, frutas e mel, “em memória do Cristo e em ação de graças (eucaristia)” enquanto conversavam e trocavam ideias, recebendo os espíritos (*profetizando*), cada qual trazendo as recordações dos fatos presenciados, dos discursos ouvidos, dos ensinamentos decorados com amor, dos sublimes exemplos legados à posteridade.

Essas comunidades eram visitadas pelos “apóstolos” itinerantes, verdadeiros emissários do amor do Mestre. Presidiam a essas assembleias “os mais velhos” (*presbíteros*). E, para manter a “unidade de crença” e evitar desvios, falsificações e personalismos no ensino legado (não havia imprensa!) eram eleitos “inspetores” (*episcopoi*) que vigiavam a pureza dos ensinamentos. Essas eleições recaíam sobre criaturas de vida irrepreensível, firmeza de convicções e comprovado conhecimento dos preceitos de Jesus.

Por tudo isso, ressalta claro que não é possível aplicar a essa simplicidade despretensiosa dessas comunidades ou centros de fé a denominação de “igrejas”, palavra que variou totalmente na semântica. Daí termos mantido, neste trecho do evangelho, a palavra original grega "*ekklésia*", já que mesmo sua tradução por “assembleia” não dá ideia perfeita e exata do significado da palavra *ekklésia* daquela época. Não encontramos outro termo para usar, embora a farta sinonímia à

disposição: associação, comunidade, congregação, agremiação, reunião, instituição, instituto, organização, grei, aprisco (*aulê*), sinaxe, etc. A dificuldade consiste em dar o sentido de “agrupamento de todos os fiéis a Cristo” numa só palavra. Fomos tentados a empregar “aprisco”, empregado por Jesus mesmo com esse sentido (cfr. João 10:1 e 16), mas sentimos que não ficava bem a frase “construirei meu aprisco”.

Todavia, quando *ekklêsía* se refere a uma organização local de país, cidade ou mesmo de casa de família, utilizaremos a palavra “comunidade”, como tradução de *ekklêsía*, porque a correspondência é perfeita.

VERS. 18 b - “As portas do hades (*pylai hádou*) não prevalecerão contra ela”.

O *hades* (em hebraico *sheol*) designava o *hábitat* dos desencarnados comuns, o “astral inferior” (“umbral”, na linguagem espiritual) a que os latinos denominavam “lugar baixo”: *inferus* ou *infernus*. Diga-se, porém, que esse *infernus* (derivado da preposição *infra*) nada tem que ver com o sentido atual da palavra “inferno”. Bastaria citar um exemplo em Virgílio (En. 6, 106), onde o poeta narra ter Enéias penetrado exatamente as “portas do hades”, *inferni janua*, encontrando aí (astral ou umbral) os romanos desencarnados que aguardavam a reencarnação (*Na revista anual SPIRITVS – edição de 1964, n.º 1 –, nas páginas 16 a 19, há minucioso estudo a respeito de **sheol** ou **hades**. Edições Sabedoria*).

O sentido das palavras citadas por Mateus é que os espíritos desencarnados do astral inferior não terão capacidade nem poder, por mais que se

esforcem, para destruir a organização instituída por Cristo.

A metáfora “portas do hades” constitui uma *sinédoque*, isto é, a representação do todo pela parte.

VERS. 19 a – “Dar-te-ei as chaves do reino dos céus”.

As chaves constituíam o símbolo da autoridade, representando a investidura num cargo de confiança. Quando Isaías (22:22) fala da designação de Eliaquim, filho de Hilquia, para prefeito do palácio, ele diz: “porei sobre seu ombro a chave da casa de David; ele abrirá e ninguém fechará, fechará e ninguém abrirá”. O Apocalipse (3:7) aplica ao Cristo essa prerrogativa: “isto diz o Santo, o Verdadeiro, o que tem a chave de David, o que abre e ninguém fechará, o que fecha e ninguém abrirá”. Em Lucas (11:52) aparece uma alusão do próprio Jesus a essa mesma figura: “ai de vós doutores da lei, porque tirastes as chaves da ciência: vós mesmos não entrastes, e impedistes os que entravam”.

VERS. 19 b – “O que ligares na Terra será ligado nos céus, e o que desligares na Terra será desligado nos céus”.

Após a metáfora das chaves, o que se podia esperar, como complemento, era *abrir e fechar* (tal como em Isaías, texto que devia ser bem conhecido de Jesus), e nunca “ligar” e “desligar”, que surgem absolutamente fora de qualquer sequência lógica. Aliás, é como esperávamos que as palavras foram colocadas nos lábios de Clemente Romano (bispo entre 100 e 130, em

Roma): “Senhor Jesus Cristo, que deste as chaves do reino dos céus a teu emissário Pedro, meu mestre, e disseste: ‘o que abrires, fica aberto e o que fechares fica fechado’ manda que se abram os ouvidos e olhos deste homem” – *haper àn anoíxéis énéôitai, kai haper àn kleíséis, kéklestai* – (Martírio de Clemente, 9,1 – obra do 3.º ou 4.º século). Por que aí não teriam sido citadas as palavras que aparecem em Mateus: *hò eàn déséis... éstai dedeménon... kai hò eàn lêséis... éstai lelyménon?*

Observemos, no entanto, que no local original dessa frase (Mat. 18:18), a expressão “ligar” e “desligar” se encaixa perfeitamente no contexto: aí se fala no perdão a quem erra, dando autoridade à comunidade para perdoar o culpado (e mantê-lo ligado ao aprisco) ou a solicitar-lhe a retirada (desligando-o da comunidade) no caso de rebeldia. Então, acrescenta: “tudo o que ligardes na Terra, será ligado nos céus, e tudo o que desligardes na Terra, será desligado nos céus”. E logo a seguir vem a lição de “perdoar setenta vezes sete”. E entendemos: se perdoarmos, nós *desligamos* de nós o adversário, livramo-nos dele; se não perdoarmos, nós o manteremos *ligado* a nós pelos laços do ódio e da vingança. E o que ligarmos ou desligarmos na Terra (como encarnados, “no caminho com ele”, cfr. Mat. 5:25), será ratificado na vida espiritual.

Daí a nítida impressão de que esse versículo foi realmente *transportado*, já pronto (apenas colocados os verbos no singular), do capítulo 18 para o 16 (em ambos os capítulos, o número do versículo é o mesmo: 18).

A hipótese de que esse versículo (como os dois

anteriores) foi interpolado, é baseada no fato de que não figura em Marcos nem em Lucas, embora se trate claramente do mesmo episódio, e apesar de que esses dois evangelistas escreveram depois de Mateus, por conseguinte, já conheciam a redação desse apóstolo que conviveu com Jesus (Marcos e Lucas não conviveram). Acresce a circunstância de que Marcos ouviu o Evangelho pregado por Pedro (de quem parece que era sobrinho carnal, e a quem acompanhou depois de haver abandonado Paulo após sua primeira viagem apostólica. Marcos não podia ignorar uma passagem tão importante em relação a seu mestre e talvez tio. Desde Eusébio, aparece como razão do silêncio de Marcos a humildade de Pedro, que em suas pregações não citava fatos que o engrandecessem. Mas não é admissível que Marcos ignorasse a cena; além disso, ele escreveu seu Evangelho após a desencarnação de Pedro: em que lhe ofenderia a modéstia, se dissesse a verdade total? Mais ainda: seu Evangelho foi escrito para a comunidade de Roma; como silenciar um trecho de importância tão vital para os cristãos dessa metrópole? Não esqueçamos o testemunho de Papias (2,15), discípulo pessoal do de João, o Evangelista, e, portanto, contemporâneo de Marcos, que escreveu: “Marcos numa coisa só teve cuidado: não omitir nada do que tinha ouvido e não mentir absolutamente” (Eusébio, *Hist. Eccles.* 3,39).

E qual teria sido a razão do silêncio de Lucas? E por que motivo todo esse trecho não aparece citado em nenhum outro documento anterior a Marcion (meados do 2º século)?

Percorramos os primeiros escritos cristãos, verificando que a primeira citação é feita por Justino, que aparece como tendo vivido exatamente em 150 A.D.

1. DIDACHE (15,1) manda que os cristãos elejam seus inspetores (bispos) e ministros (diáconos). Nenhum aceno a uma hierarquia constituída por Jesus, e nenhuma palavra a respeito dos “mais velhos” (presbíteros).

2. CLEMENTE ROMANO (bispo de Roma no fim do 1º e início do 2º século), discípulo pessoal de Pedro e de Paulo (parece até que foi citado em Filip. 4:3) e terceiro sucessor de ambos no cargo de inspetor da comunidade de Roma. Em sua primeira epístola aos coríntios, quando fala da hierarquia da comunidade, diz que “Cristo vem da parte de Deus e os emissários (apóstolos) da parte de Cristo” (1ª Clem. 42,2). Apesar das numerosíssimas citações escriturísticas, Clemente não aproveita aqui a passagem de Mateus que estamos analisando, e que traria excelente apoio a suas palavras.

3. PAPIAS (que viveu entre o 1º e o 2º século) também nada tem em seus fragmentos.

4. INÁCIO (bispo entre 70 e 107), em sua Epístola aos Tralianos (3,1) fala da indispensável hierarquia eclesiástica, mas não cita o trecho que viria a calhar.

5. CARTA A DIOGNETO, aliás, comprovadamente a “Apologia de Quadrado dirigida ao Imperador Adriano”, portanto do ano de 125/126 (cfr. Eusébio, *Hist. Eccles.* 4,3),

nada fala.

6. EPÍSTOLA DE BARNABÉ (entre os anos 96 e 130), embora apócrifa, nada diz a respeito.

7. POLICARPO (69-155) nada tem em sua Epístola aos Filipenses.

8. O PASTOR, de Hermas, irmão de Pio, bispo de Roma, entre 141 e 155, e citado por Paulo (Rom. 16:14). Em suas visões a igreja ocupa lugar de destaque. Na visão 3ª, a torre, símbolo da igreja, é construída sobre as águas, mas diz o Pastor a Hermas: “o fundamento sobre que assenta a torre é a palavra do Nome onipotente e glorioso”. Na Parábola 9,31, vemos que foi dada ordem de “edificar a torre sobre a Rocha e a Porta”. E o trecho se estende sem a menor alusão ao texto que comentamos.

9. JUSTINO (+ ou – ano 150) cita, pela vez primeira, esse texto (*Diálogus*, 100,4), mas com ele só se preocupa em provar a filiação divina do Cristo.

10. IRINEU (bispo entre 180-190), em sua obra cita as mesmas palavras de Justino, deduzindo delas a filiação divina do Cristo (3, 18, 4).

11. ORÍGENES (184-254) é, historicamente, o primeiro que afirma que Pedro é a pedra fundamental da igreja (Hom. 5,4), embora mais tarde diga que Jesus “fundou a igreja sobre os doze apóstolos, representados por Pedro” (*In Matt.* 12,10-14). Só damos o resumo, porque o trecho é bastante longo.

12. TERTULIANO (160-220) escreve (*Scorpiæ*, 10) que Jesus deu as chaves a Pedro

e, por seu intermédio, à igreja (*Petro et per eum Ecclesiae*): a igreja é a depositária, Pedro é o Símbolo.

13. CIPRIANO (cerca 200-258) afirma (Epíst. 33,1) que Jesus, com essas palavras, estabeleceu a igreja fundamentada nos bispos.

14. HILÁRIO (cerca 310-368) escreve (*De Trinit.* 3,36-37) que a igreja está fundamentada na profissão de fé na divindade de Cristo (*super hanc igitur confessionis petram*) e que essa fé tem as chaves do reino dos céus (*haec fides Ecclesiae fundamentum est... haec fides regni caelestis habet claves*).

15. AMBRÓSIO (337-397) escreve: “Pedro exerceu o primado da profissão de fé e não da honra (primatum confessionis útique, non honóris), o primado da fé, não da hierarquia (primatum fidei, non órdinis)”; e logo a seguir: “é pois a fé que é o fundamento da igreja, porque não é da carne de Pedro, mas de sua fé que foi dito que as portas da morte não prevalecerão contra ela” (*De Incarnationis Dorninicae Sacramento*, 32 e 34). No entanto, no *De Fide*, 4,56 e no *De Virginitate*, 105 – lemos que Pedro, ao receber esse nome, foi designado pelo Cristo como fundamento da igreja.

16. JOÃO CRISÓSTOMO (c. 345-407) explica que Pedro não deve seu nome a seus milagres, mas à sua profissão de fé (*Hom.* 2, *In Inscruptionem Actorum*, 6; *Patrol. Graeca* vol. 51, col. 86). E na *Hom.* 54,2 escreve que Cristo declara que construirá sua igreja “sobre essa pedra”, e acrescenta “sobre essa profissão de fé”.

17. JERÔNIMO (348-420) também apresenta duas opiniões. Ao escrever a Dâmaso (*Epist.* 15) deseja captar-lhe a proteção e diz que a igreja “está construída sobre a cátedra de Pedro”. Mas no *Comm. in Matt.* (in loco) explica que a pedra é Cristo” (*in petram Christum*); cfr. 1ª Cor 10:4 “e essa pedra é Cristo”.

18. AGOSTINHO (354-430) escreve: “eu disse alhures. falando de Pedro, que a igreja foi construída sobre ele como sobre uma pedra: ... mas vejo que muitas vezes depois (postea saepissime) apliquei o super petram ao Cristo, em quem Pedro confirmou sua fé; como se Pedro – assim o chamou a Pedra” – representasse a igreja construída sobre a Pedra; ... com efeito, não lhe foi dito “tu es Petra”, mas “tu es Petrus”. É o Cristo que é a Pedra. Simão, por havê-lo confessado como o faz toda a igreja, foi chamado Pedro. O leitor escolha qual dos dois sentidos é mais provável” (*Retractationes* 1, 21, 1).

Entretanto, Agostinho identifica Pedro com a pedra no *Psalmus* contra *partem Donati*, letra S; e na *Enarratio in Psalmum* 69, 4. Esses são os locais a que se refere nas *Retractationes*.

Mas no Sermo 76, 1 escreve: “O apóstolo Pedro é o símbolo da igreja única (*Ecclesiae unicae typum*); ... o Cristo é a pedra, e Pedro é o povo cristão. O Cristo lhe diz: tu és Pedro e sobre a pedra que professaste, sobre essa pedra que reconheceste, dizendo ‘Tu és o Cristo, o filho de Deus vivo, eu construirei minha igreja; isto é, eu construirei minha igreja sobre mim mesmo que sou o Filho de Deus. É sobre mim que eu te

estabelecerei, e não sobre ti que eu me estabelecerei. ... Sim, Pedro foi estabelecido sobre a Pedra, e não a Pedra sobre Pedro”.

Essa mesma doutrina aparece ainda em *Sermo* 244,1 (fim); *Sermo* 270,2; *Sermo* 295,1 e 2; *Tractatus in Joannem*, 50,12; *ibidem*, 118,4 *ibidem*, 124,5; *De Agone Christiano*, 32; *Enarratio in Psalmum* 108,1.

Aí está o resultado das pesquisas sobre o texto tão discutido. Concluiremos como Agostinho, linhas acima: o leitor escolha a opinião que prefere.

O último versículo é comum aos três, embora com pequenas variantes na forma:

Mateus: não dizer que Ele era o Cristo.

Marcos: não falar a respeito Dele.

Lucas: não dizer nada disso a ninguém.

Mas o sentido é o mesmo: qualquer divulgação a respeito do messianato poderia sublevar uma perseguição das autoridades antes do tempo, impedindo o término da tarefa prevista. ⁽⁸⁾ (itálico do original)

É uma opinião de quem esteve do lado de lá, vamos assim dizer, portanto, importante para o nosso estudo.

Oportuno colocarmos o que Iakov Abramovitch Lentsman (1908-1967), renomado historiador soviético, argumenta em **A Origem do Cristianismo**, do qual transcrevemos:

Para justificar a pretensão do Papa ao poder supremo, os chefes do catolicismo contemporâneo citam antes de tudo a passagem do *Evangelho Segundo Mateus* em que se atribui a Jesus estas palavras dirigidas a Pedro: “E também eu te digo que tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela. E eu te darei as chaves do reino dos céus; e tudo o que ligares na Terra será ligado nos céus, e tudo o que desligares na Terra será desligado nos céus”. (*Mateus*, XVI, 18-19.) Os teólogos consideram este apóstolo como o fundador da comunidade Crista de Roma e seu primeiro bispo; segundo eles, os bispos romanos, aos quais se deu posteriormente o nome de papas, são seus sucessores e, como tais, devem estar à testa da Igreja universal.

Porém, **essas linhas do *Evangelho Segundo Mateus* são posteriores, sem dúvida, à redação primitiva**. Os evangelistas, em geral, evitam empregar a palavra “Igreja”. Salta aos olhos, por outro lado, que **a anunciação do fim do mundo num futuro próximo contradiz o projeto de edificação de uma Igreja universal**. Além disso, a passagem citada não figura nos outros evangelhos.

A comunidade cristã de Roma não se formou, visivelmente, senão no século II, fato esse que é confirmado pela própria arqueologia cristã. Os vestígios mais antigos de cristãos em Roma remontam apenas aos meados do século I, e isso é atestado pelos documentos literários da Antiguidade. **A lista de bispos romanos remontando a Pedro, apresentada, pela primeira vez, por Irineu, só é verídica a partir da**

segunda metade do século II.

Os chefes da comunidade cristã de Roma não tinham pretendido, até essa época, qualquer prerrogativa especial em relação aos bispos de outras cidades. Tertuliano e Orígenes levantaram-se energicamente contra a ideia de que a Igreja teria sido fundada somente por Pedro, e não por todos os apóstolos. Quando, no ano de 178, o bispo romano Eleutério considerou-se no dever de estigmatizar as seitas montanistas, as comunidades da Gália acharam possível dirigir-se a ele para pedir que renunciasse aos seus ataques. Vitor, seu sucessor, excomungou as comunidades da Ásia Menor por celebrarem a páscoa na mesma época que os judeus, mas quando Irineu reclamou uma solução conciliatória, ele voltou atrás na sua decisão. **Tertuliano perguntou-lhe ironicamente se convinha admitir que ele estava se preparando, “julgando-se *pontifex maximus*, bispo dos bispos, para dar ordens a estes”.**

Tudo isso prova que os bispos romanos começaram a tatear o terreno visando a submeter ao seu poder as outras comunidades cristãs, somente a partir da segunda metade do século II, isto é, depois da constituição do episcopado monárquico. Porém, detiveram-se ante a oposição despertada nessas comunidades, e se viram, mais de uma vez, obrigados a bater em retirada. Só conseguiram se impor às comunidades orientais do Império ao cabo de um século, no final do século III, e, definitivamente, no começo do século IV. Mas, o estudo deste problema ultrapassa os planos da presente obra, de modo que nos devemos

limitar a assinalar o papel ativo dos bispos romanos daquele período, no que concerne ao estabelecimento do cânone da Igreja. Os mais antigos catálogos de escritos canônicos provêm da comunidade de Roma, precisamente das que se encontravam diretamente sob sua influência. Os bispos romanos mantiveram também uma luta particularmente tenaz contra os montanistas e os gnósticos. ⁽⁹⁾ (itálico do original)

A afirmativa de que “essas linhas do *Evangelho Segundo Mateus* são, sem dúvida, posteriores à redação primitiva” é, para nós, uma explicação bem lógica para justificar o porquê do teor delas não ser encontrado nos sinópticos Marcos e Lucas e nem em João.

Outro importante exegeta, que confirma o fato de não constar dos textos primitivos, é o teólogo católico Hans Küng (1928-2021) que em ***Religiões do Mundo: Em Busca dos Pontos Comuns***, diz:

Mas o fato decisivo é que, desde a transferência do governo imperial para Constantinopla, no Ocidente os bispos de Roma aproveitam o vácuo do poder. Atribuem-se cada vez mais poder (*potestas*), primeiro na igreja; depois, condicionados pela confusão das invasões bárbaras, também no estado. O discurso do

serviço à igreja e ao estado passa agora a ser mera formalidade.

De início Roma quase não fez exigências jurídicas fundamentadas em Pedro. **A passagem do evangelho de Mateus**, tão fundamental para os atuais bispos de Roma: “Tu és Pedra, e sobre esta pedra edificarei a minha igreja” (16,18s), que agora enfeita a cúpula da Basílica de São Pedro com letras de dois metros de altura sobre fundo dourado, **não aparece nem uma única vez completa em toda a literatura cristã dos primeiros séculos**. Só em meados do terceiro século, pela primeira vez um bispo de Roma (Estêvão) apela para o primado de Pedro na disputa com outras igrejas. E só muito depois da guinada constantiniana é que a citação da pedra é usada em apoio às exigências primaciais romanas. Mas precisamente essa interpretação não foi acompanhada por todo o Oriente cristão, nem por Agostinho, por exemplo. Pois em toda a parte, **quando se fala da “pedra”, pensa-se até hoje na fé de Pedro em Cristo, que é o fundamento da igreja**. Sobre uma autoridade jurídica de Pedro sobre toda a igreja e, mais ainda, de um primado do sucessor romano de Pedro, mesmo em Roma, por muito tempo não se sabia coisa alguma, como em todo o Oriente, compreensivelmente, nada se quer saber até hoje. ⁽¹⁰⁾ (itálico do original)

Observar que Küng não deixa de ainda abordar a questão de ser outra a interpretação para essa passagem bíblica.

Para melhor informar, a você, leitor, trazemos os dados biográficos de Hans Küng, já que será citado por várias vezes:

Hans Küng, nascido na Suíça em 1928, é padre católico romano desde 1954. Foi professor na Universidade de Tübingen (1960-1996), onde também dirigiu o Instituto de Pesquisa Ecumênica. Exerceu papel central na redação do documento final do Concílio Vaticano II (1962-1965), do qual foi consultor teológico. Marcou presença na Igreja, questionando as doutrinas tradicionais e a infalibilidade papal. Proibido em 1979 pelo Vaticano de atuar como teólogo católico, foi alvo de debate internacional. Nessa época foi nomeado pela universidade para a cadeira de teologia ecumênica, tarefa na qual se sente totalmente à vontade já que se dedica prioritariamente à união dos povos, das raças, das religiões, enfatizando o que há de comum entre eles, relativizando o que os separa. Atualmente mantém boas relações com a Igreja e é presidente da Fundação de Ética Global em Tübingen.

Hans Küng é uma das figuras mais dignas de nota da teologia contemporânea. Dedicou-se ao estudo das grandes religiões, sendo autor de obras conceituadas em todo o mundo. ⁽¹¹⁾

Essa é também a opinião do historiador britânico Laurence Gardner (1943-2010), conforme

se pode confirmar em ***A Linhagem do Santo Graal: a Descendência Oculta de Jesus Revelada:***

É essencial lembrar que Jesus não era gentio nem cristão. Ele era um judeu, cuja religião era o judaísmo radical. Com o passar do tempo, porém, sua missão original foi usurpada e dominada por um movimento religioso que assumiu seu nome para obscurecer seus herdeiros de fato. Esse movimento se centralizava em Roma e baseava sua autoridade autoproclamada na afirmação de **Mateus 16:18-19**, na qual Jesus teria dito “és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha igreja”. **Infelizmente, a palavra grega *petra* (rocha), relacionada à Rocha de Israel, foi traduzida erroneamente como se fosse *petros* (pedra), referindo-se a Pedro ⁽¹²⁾ (que chegou a ser chamado de Cefas: uma Pedra, como em João 1:42). **Jesus estava, na verdade, afirmando que a missão dele e de Pedro deveria ser fundamentada sobre a Rocha de Israel, não sobre o próprio Pedro.** Independentemente disso, o novo movimento decretou que só aqueles que tivessem recebido autoridade passada diretamente de Pedro poderiam ser líderes da Igreja Cristã. Foi um conceito engenhoso, cuja intenção era restringir o controle geral a uma fraternidade seleta e autopromotora. Os discípulos gnósticos ⁽¹³⁾ de Simão (Mago) Zelotes o chamavam de “a fé dos tolos”. ⁽¹⁴⁾ (itálico do original)**

Leiamos o que, em notas explicativas, dizem desse passo de Mateus, nas seguintes edições bíblicas:

16:18 *tu és Pedro*. O nome Pedro (no grego, *Petros*) significa pedra ou homem-pedra. Na frase seguinte, Cristo usou a palavra *petra* (“sobre esta rocha”), uma forma feminina da palavra “pedra”, que não era um nome próprio. Cristo faz um jogo de palavras. Ele não disse “sobre ti, Pedro” ou “sobre os teus sucessores”, mas “sobre esta rocha” - sobre esta revelação divina e esta profissão de fé em Cristo. ⁽¹⁵⁾

E conforme Pe. Matos Soares “No aramaico, língua usada por Jesus, não há diferença entre o nome próprio *Pedro* e o nome comum *pedra*. ⁽¹⁶⁾

Pedro: tradução grega do nome aramaico *Kefá* (rocha). Tal nome grego não era usado como nome próprio de pessoa na sociedade da época”. ⁽¹⁷⁾.

Então, na verdade, o nome Pedro, nessa frase atribuída a Jesus, não faz sentido algum, pois o correto seria constar “rocha” ou “pedra”; e não Pedro.

Voltando às nossas considerações, apresentamos uma dúvida: se somente atribuíram o

papado a Pedro, pelo simples fato dele ter reconhecido a Jesus como o Messias, qual cargo deveria ter sido dado aos envolvidos nestas passagens, que também o reconheceram como tal?:

Mateus 14,33: *“Os que estavam na barca se ajoelharam diante de Jesus, dizendo: 'De fato, tu és o Filho de Deus'.”*

Marcos 3,11: *“Vendo Jesus, os espíritos maus caíam a seus pés gritando: 'Tu és o Filho de Deus!'.”*

João 11,24-27: *“**Marta** [...] respondeu: 'Sim, Senhor. Eu acredito que **tu és o Messias**, o Filho de Deus que devia vir a este mundo'.”*

Na sequência da passagem de Mateus, lemos:

Mateus 16,21-23: *“E Jesus começou a mostrar aos seus discípulos que devia ir a Jerusalém, e sofrer muito da parte dos anciãos, dos chefes dos sacerdotes e dos doutores da Lei, e que devia ser morto e ressuscitar ao terceiro dia. Então **Pedro** levou Jesus para um lado, e o repreendeu, dizendo: 'Deus não permita tal coisa, Senhor! Que isso nunca te aconteça!' Jesus, porém, voltou-se para Pedro, e disse: '**Fique longe de mim, Satanás! Você é uma pedra de tropeço para mim**, porque não pensa as coisas de Deus, mas as coisas dos*

homens!"

Se Pedro é mesmo “a pedra”, então, devemos concluir que ele só pode ter sido “pedra de tropeço” para Jesus, isso sim, pelo fato de Jesus ter usado, embora em sentido figurado, o substantivo pedra no seu sentido preciso.

Caso seja verdadeiro (e deve ser porque não deixa margem a interpretação) o trecho da passagem (Mateus 16,17-19), fica a interrogação: a quem se poderia relacionar a palavra pedra? Vamos pesquisar.

Quem seria “a pedra”?

Seria interessante que fôssemos ver a quem se poderá atribuir a palavra “pedra”, para responder à pergunta que fecha o tópico anterior.

Primeiramente, uma relação de importância que poderíamos fazer é que os Dez Mandamentos foram escritos em “tábuas de pedra” (Dt 4,13), significando, talvez, leis sólidas e duráveis.

Encontramos, também citações sobre “a pedra angular”, que seria:

Pedra Angular. Grande pedra que desempenhava importante papel na construção antiga, assim chamada por ficar nos ângulos. O salmo 117,22 descreve Israel como pedra rejeitada, mas que, depois tornar-se-ia a pedra fundamental. Nisso, Israel era um tipo de Cristo que se apresentou como a pedra rejeitada pelos construtores, mas depois escolhida por pedra angular (Mateus 21,42), aplicando a Si o salmo citado. S. Paulo em Ef. 2,20 usa a mesma metáfora da pedra angular para apresentar a Cristo, elemento de união entre os fiéis, gentios e judeus,

como a pedra angular que une duas paredes do mesmo edifício. (18)

Endentemos, então, que Cristo é a pedra angular. Realmente, ele aplica a si mesmo isso, de acordo com Mateus (Mateus 21,42), Marcos (Marcos 12,10) e Lucas (Lucas 20,17). Tomemos a versão de Mateus, para o teor desses três passos:

Mateus 21,42: *“Então Jesus disse a eles: ‘Vocês nunca leram na Escritura: **A pedra** que os construtores deixaram de lado tornou-se a pedra mais importante; isso foi feito pelo Senhor, e é admirável aos nossos olhos?’”*

A Escritura referenciada é o livro de Salmos, onde podemos ler o seguinte:

Salmo 118,22-23: *“**A pedra** que os construtores rejeitaram tornou-se pedra angular. Isso vem de Javé, e é maravilha aos nossos olhos.”*

Na **Bíblia Sagrada - Barsa** a explicação que encontramos para “pedra” nesse Salmo é que:

A pedra...: **diretamente é o povo israelita que foi rejeitado** pelos construtores de impérios como

indigna de seus planos grandiosos, mas foi por Deus escolhida para pedra angular do reino messiânico. Israel é aqui um tipo do **Cristo, que, em sentido mais perfeito, afirmou ser a pedra angular.** (19)

A pedra angular, nesse Salmo, é, portanto, o povo de Israel. Podemos, ainda, acrescentar, para esclarecer mais a questão, esta outra explicação que encontramos na ***Bíblia Sagrada - Vozes***:

Canto solene de ação de graças, recitado alternadamente por um solista e pelo coro, durante a procissão ao templo para comemorar festivamente o dia da vitória de Deus sobre os inimigos de seu povo, libertado de um grande perigo nacional. Chegando à porta do santuário, a comitiva pede entrada, só franqueada aos justos, que conformam sua vida às exigências da lei divina. O motivo da exultação dos fiéis no templo é **o amor de Deus, manifestado na eleição de Israel dentre todos os povos, para ser pedra angular** no edifício da salvação da humanidade. Os construtores do edifício da história humana excluíaam dos conchavos da política internacional um povo tão insignificante como Israel, o qual, porém, seguindo os desígnios de Deus, ocupa o lugar central na vida espiritual dos povos, por ser a chave do processo de estabelecer o reino de Deus na terra e o veículo de transmissão dos desígnios salvíficos de Deus na história. (20)

O que aqui se explica não deixa nenhuma dúvida sobre quem era a pedra angular e, também, confirma o que foi dito na explicação anterior.

Entretanto, o que é mais interessante ainda é ver o próprio Pedro, a quem atribuem ser a pedra, afirma, categoricamente, que Jesus é a pedra rejeitada, de acordo com o que se vê em Atos 4,11 e 1Pedro 2,4. Paulo, também disse que “a pedra era Cristo”, conforme poder-se-á ver em Romanos 9,32; 1Coríntios 10,4 e Efésios 2,20-21. Vejamos, por exemplo, o texto desse último passo:

*“Vocês pertencem ao edifício que tem como alicerce os apóstolos e profetas; e o **próprio Jesus Cristo é a pedra principal dessa construção**. Em Cristo, toda construção se ergue, bem ajustada, para formar um templo santo no Senhor” (Efésios 2,20-21)*

Aliás, aqui Paulo inclui como alicerce do edifício os apóstolos e os profetas, não sendo, portanto, coisa exclusiva de Pedro. Jesus, para ele, é a pedra principal do edifício.

Em ***Enciclopédia de Bíblia Teologia e Filosofia, vol. 2***, temos a opinião de Russel Norman

Champlin (1933-) e João Marques Bentes (1932-), dois eruditos biblicistas:

Voltemos, pois à **primeira interpretação** que diz que a pedra é Pedro. Há muitas variações dessa interpretação, das quais as seguintes são representativas:

1. De acordo com a doutrina da Igreja Católica Romana, o texto ensina que Pedro é a base ou fundamento da Igreja, separado dos demais apóstolos; e assim aparece a *primazia* de Pedro, no que fica *subentendida* a doutrina do papado. Portanto, a maior parte dos intérpretes católicos romanos, como Launoi, Dupin, e também alguns protestantes, com alguma variação na interpretação (Werenfels, Pfaff, Bengel e Crusius), apresentam essa interpretação. Tais intérpretes exageram o sentido do texto como qualquer leitor pode observar, se não for desviado por fortes preconceitos.

2. A “pedra” é Pedro, mas *não separado* dos outros apóstolos, e, provavelmente, também não separado dos membros da Igreja em geral. Peter Schaff (*in loc.*, em Lange) diz: “Pedro (representando os outros apóstolos), tendo confiado em Cristo e tendo-o confessado (devido a isso), é a *petra ecclesiae*. As outras ideias parecem ter sido criadas especialmente para evitar a interpretação duvidosa da Igreja romana, que tira do texto doutrinas que não se desenvolveram senão alguns séculos após ter sido feita a declaração simples deste texto. Entretanto, não é necessário que se criem interpretações errôneas

para evitar outras errôneas. Ainda que esse texto cite Pedro como a pedra *Fundamental* da Igreja, não ensina coisa alguma que não possa ser encontrada em outros trechos bíblicos”. De conformidade com a leitura simples do texto, é melhor aceitarmos a interpretação natural, entendendo aqui que Pedro é a “petra”, mas no sentido que segue abaixo. Dificilmente o texto tem bom sentido se apresentarmos outra interpretação. Por que Jesus chamou Simão de *petros*, nesta oportunidade? Por que, no vs. 19, são mencionados poderes extraordinários que seriam dados a Pedro? Facilmente, Jesus poderia ter ensinado que Pedro é a pedra fundamental da Igreja, evitando chamá-lo de “petros”; a referência como existe perde todo o sentido se não a entendermos que Pedro seria a pedra fundamental da Igreja. É verdade que no original grego há um jogo de palavras com esses vocábulos, mas o sentido seria mais ou menos como esta paráfrase: “Tu és uma pedra, um pequeno e insignificante fragmento, mas eu mostrarei que grande coisa posso fazer de ti. Tu serás uma rocha maciça, rocha fundamental na minha Igreja, brevemente começarei a edificar”. Os escritos rabinos usam expressões como essas, isto é, indicam homens como pedras fundamentais da congregação de Deus. Por exemplo, esses escritos asseveram que Deus não pode edificar o seu mundo sobre o fundamento da geração de Enós, mas que em Abraão o Senhor encontrou tal qualidade de fundamento. E neste texto encontramos a mesma idéia.

Em confirmação dessa interpretação,

consideremos os seguintes argumentos:

1. O uso da literatura rabínica, conforme já vimos.

2. O fato de que o jogo de palavras, no grego, realmente indica essa interpretação e não a elimina.

3. No idioma falado por Jesus, o aramaico, a palavra que ele usou para dar nome a Pedro era a mesma palavra que significa “pedra” ou fundamento da Igreja.

4. As dentais interpretações existem principalmente para combater ideias consideradas falsas da Igreja Católica Romana; mas não se baseiam no próprio texto bíblico.

5. A mesma verdade é ensinada em Efé. 2:20: “Edificados sobre o fundamento dos apóstolos e profetas, sendo ele mesmo, Cristo Jesus, a pedra angular”. O texto mostra que esse edifício é a Igreja, a habitação de Deus no Espírito, a “família” de Deus (vs. 19). E a passagem de Apo. 21:14 indica a mesma ideia.

6. O testemunho do próprio Pedro, em I Ped. 2:4-6, também indica a mesma verdade: “Chegando-vos para ele, a pedra que vive... vós mesmos, como pedras que vivem, sois edificados casa espiritual... ponho em Silo uma principal pedra angular...”. A pedra principal, angular é o símbolo de Cristo. Dificilmente a pedra angular pode conter uma referência ao fundamento inteiro.

7. Em sentido exclusivo, **somente Cristo** pode ser o fundamento de Igreja, e isso é o que se aprende em I Cor. 3:11, que diz: “Porque ninguém pode lançar outro fundamento, além do que foi

posto, o qual é Jesus Cristo”. O vs. 10 do mesmo capítulo mostra que o tema é Cristo como alicerce da vida cristã: “...segundo a graça de Deus que me foi dada, lancei o fundamento como prudente construtor; e outro edifica sobre ele; porém cada um veja como edifica... Contudo, se o que alguém edifica sobre o fundamento é ouro, prata, pedras preciosas, madeira, feno, palha...” Essas coisas falam da vida cristã como que edificada sobre Cristo, em torno de sua pessoa, e, naturalmente, não pode haver outro fundamento nesse sentido. Porém, nos textos de Mat. 16 e de Efé. 2 (juntamente com outros), não está em foco essa questão, porquanto falam do grande edifício da Igreja. Esse edifício, habitação de Deus, tem algumas pedras fundamentais, a saber, os apóstolos, os profetas – todos os quais são como que pedras vivas. Nesse edifício Cristo é a pedra fundamental, angular.

8. Precisamos notar que aquilo que foi dito acerca de Pedro em Mat. cap. 16, *foi estendido* aos demais Apóstolos em Efé. 2:20, pelo que o texto de Mateus 16 não subentende a primazia *permanente* de Pedro, segundo ensina a Igreja Católica Romana. Dificilmente, portanto, há qualquer possibilidade de apoio às doutrinas romanistas sobre o papado. Essa interpretação romanista exagera o texto sagrado. Pedro, como pedra fundamental da Igreja, recebeu certos poderes de ofício. Na administração de seu ofício, tinha o poder de “proibir e permitir”, conforme mostra o vs. 19. Mais tarde, esses poderes também foram dados aos outros apóstolos. Os demais apóstolos, tendo esses poderes em comum, também eram

pedras fundamentais de Igreja (Efé. 2:20).

9. Pedro, no que diz respeito à porção judaica da Igreja, era fundamental no edifício da mesma, como se pode ver em Atos 1:15; 2:14,37; 3:12; 4:8; 5:15,29; 9:34,40; 10:25,26; Gál. 1:18. Ele é a pedra fundamental no sentido bíblico, e não no sentido papista. Para transferir para Pedro ou para qualquer outro indivíduo as ideias de primazia e papado precisamos usar de grande preconceito, imaginação e *ginástica lógica*. Os privilégios e poderes que Jesus deu aqui a Pedro, posteriormente, foram conferidos também a todos os outros apóstolos, e até mesmo aos crentes comuns, como nos indica a referência em Mat. 18:17-19. Não há, nem nas Escrituras e nem na história eclesiástica, evidências que indiquem que, na Igreja primitiva, houvesse papado, ofício esse transferível a outros que também exercessem a autoridade e a posição que Jesus conferiu a Pedro. Esses ensinamentos procedem da tradição, e não das Escrituras. Contra essa interpretação romanista alinham-se os seguintes argumentos:

1. A doutrina do papado ignora o caráter do símbolo do fundamento, isto é, um fundamento deve ser posto de *uma vez só*, deve ser permanente, não pode ser renovado nem mudado continuamente, como sucede na sucessão papal.

2. Essa interpretação confunde *primazia de tempo* com superioridade permanente de ofício.

3. Essa interpretação confunde o apostolado, que era um ofício *intransferível*, válido somente no tempo de Jesus, com o desenvolvimento do episcopado pós-apostólico na Igreja, que só surgiu depois do tempo dos apóstolos.

4. Essa interpretação envolve o *não reconhecimento* do ofício dos outros apóstolos, os quais também receberam os poderes e privilégios que foram dados a Pedro naquela ocasião. Eles também foram fundamentos da Igreja, isto é, formaram o alicerce da Igreja (ver Efé. 2:20).

5. Essa interpretação *contradiz* os próprios escritos de Pedro (I Ped. 2:5,6), que são contrários à ideia de um tipo de papado e que jamais podem indicar a existência de tal coisa.

6. Finalmente, podemos afirmar que essas doutrinas, como a do papado, a da extrema primazia de Pedro, só apareceram no dogma *posterior* da história eclesiástica, e não se alicerçam nas próprias Escrituras nem em qualquer precedente da Igreja primitiva. Não havia primazia do bispo de Roma sobre o bispo de Jerusalém, de Cesareia ou de qualquer outra localidade. A primazia do bispo de Roma foi um desenvolvimento posterior. ⁽²¹⁾ (itálico do original)

Então, Pedro não pode ser a base da Igreja de Cristo; aliás, é de se perguntar: quem poderia ser? Se formos seguir estritamente o que consta do Novo Testamento, poderemos dizer que Paulo seria um bom candidato, porquanto ele foi o “vaso escolhido” por Jesus (Atos 9,15) ou, quem sabe, aquele que seria “o discípulo a quem Jesus amava” (João 13,23; 19,26; 20,2; 21,7; 21,20)?

Mas será que Pedro não tinha nenhum lugar de destaque? Vamos ver isso posteriormente, mas, por agora, veremos se seu perfil lhe dava proeminência sobre todos os outros discípulos.

Os fatos apontariam para Pedro ser o primeiro papa?

Primeiramente, recorreremos às informações do teólogo Hans Küng, que na obra **A Igreja Católica**, afirma:

Os bispos da Igreja Católica (como os das Igrejas Anglicana e Ortodoxa) gostam de se chamar de “sucessores dos apóstolos”. Diz-se que a constituição presbiterial-episcopal da igreja foi instituída por Jesus Cristo, e até que é uma instituição divina e, portanto, uma lei divina imutável (*iuris divini*). Entretanto, a coisa não é tão simples assim. **Uma investigação cuidadosa das fontes do Novo Testamento nos últimos 100 anos mostrou que esta constituição de igreja, centrada no bispo, não é absolutamente determinada por Deus ou dada por Cristo, mas é o resultado de um longo e problemático desenvolvimento histórico.** É obra humana e, portanto, pode ser mudada.

Qualquer leitor da Bíblia pode ver, a partir dos primeiros documentos do Novo Testamento, aquelas cartas do apóstolo Paulo cuja autenticidade é indiscutível, que **neles não há qualquer menção a uma instituição legal da igreja (nem com base na “autoridade**

apostólica” de Paulo). Em contraste com o relato de Lucas nos Atos dos Apóstolos e com as ainda posteriores epístolas pastorais “dos primeiros tempos católicos” dirigidas a Timóteo e a Tito, **nas comunidades paulinas não havia um episcopado monárquico, nem um presbiterado, nem uma ordenação por imposição das mãos.** (22) (itálico do original)

Então, de cara, já temos que na igreja primitiva não havia um episcopado monárquico; portanto, é fora de propósito afirmar-se que alguém exerceu a liderança como papa.

Em sua outra obra ***Religiões do Mundo: em busca dos pontos comuns***, Küng, afirma:

Uma ou duas gerações depois de Paulo, como encontramos atestado nos Atos dos Apóstolos, de Lucas, nas epístolas pastorais e nas epístolas de Inácio de Antioquia, é precisamente em Antioquia que, por motivos práticos, é estabelecida uma hierarquia, um “governo sagrado” - um episcopado monárquico, ou mesmo uma hierarquia de três níveis: bispos, presbíteros (sacerdotes) e diáconos. Logo ela se torna predominante também nas comunidades paulinas e, a partir do Oriente, encontra acolhida também no Ocidente e em Roma. **De acordo com os documentos do Novo Testamento, não se pode falar de uma “instituição” dessa hierarquia por Cristo ou**

pelos apóstolos; por isso também não se pode não obstante toda a ideologia eclesiástica - declará-la imutável. Pelo contrário, assim como a exclusiva “sucessão apostólica” dos bispos (separada de párocos e leigos), ela é o resultado de um (quase inevitável) desenvolvimento histórico. A igreja pode ser organizada assim, mas não precisa necessariamente ser organizada assim. ⁽²³⁾

Tem-se, portanto, que não havia nenhuma espécie de hierarquia nos primórdios do cristianismo, dessa forma, não há que se falar em Pedro, ou qualquer outro seguidor de Jesus, como Papa, com base em algum tipo de hierarquia criada por Ele. A justificativa encontraremos em **Religiões do Mundo: Em Busca dos Pontos Comuns:**

O judeu Jesus não anuncia nenhum estado judeu teocrático, **nem também a instituição de uma igreja.** Anuncia, isso sim, a chegada do reino de Deus, com suas promessas e exigências. [...]. ⁽²⁴⁾

E, um pouco mais à frente, falando de Constantino, Hans Küng informa-nos:

Foi o imperador Constantino (306-337) quem, depois de períodos de grave opressão e perseguição por parte do estado, terminou por provocar, no início do século IV, a inevitável guinada política. Com a mudança do paradigma político, a cristandade ganha também outro centro: em vez de Jerusalém, primeiro Roma e, logo em seguida, Constantinopla, criada pelo imperador Constantino em lugar da antiga Bizâncio grega. **Bizâncio passa a ser o centro, a igreja que lidera a cristandade, a segunda Roma.** As pequenas comunidades de cristãos transformam-se agora em grandes organizações. A minoria transforma-se em maioria, a religião perseguida na única religião legítima e, por fim, a igreja subterrânea em igreja do Estado.

O símbolo dessa igreja do Estado passa a ser a Santa Sofia, ou Hagia Sophia, construída no século VI pelo imperador Justiniano (527-565). Na galeria, um grandioso mosaico – felizmente preservado da destruição – ilustra claramente a nova ideologia do estado cristão. **Jesus Cristo é nesse paradigma entendido como o soberano universal (*Pantokrator*), ocupando o lugar de Deus.** E em seu nome o imperador, como *autokrator*, governa estado e igreja. **O imperador, e somente ele, convoca, dirige e aprova aqueles concílios ecumênicos que estabelecem as regras da fé, a ortodoxia; de um papa não se fala naquele tempo, nem mesmo na antiga Roma.** ⁽²⁵⁾ (itálico do original)

Mais uma vez é confirmado que não havia

nenhum papa nos primórdios do cristianismo, portanto o que contam sobre isso para justificar o papado é pura invenção para legitimar-se a suposta primazia da Igreja Católica sobre as outras religiões.

Pelas informações dos autores dos evangelhos “Segundo Mateus”, “Segundo Marcos” e “Segundo Lucas”, Pedro era um pescador e, junto com André, seu irmão, eram sócios de Tiago e João, com os quais dividiam as tarefas de pesca. Sua condição e a de João era, conforme Lucas, de “*homens iletrados e sem posição social*” (Atos 4,13), o que não deverá ser objeto de discriminação, sob qualquer um dos aspectos citados.

Nos relatos dos Evangelhos percebemos um Pedro falante, sempre questionando a Jesus sobre alguns pontos duvidosos. Porém, se foi falante, também foi “vacilante”, pois Jesus, ao convidá-lo para andar sobre as águas, ele não conseguiu, porquanto não confiou no Mestre (Mateus 14,25-32).

Quando Jesus, no Getsêmani, passava por momentos cruciais, pois breve iria ser crucificado, Pedro e os outros dois discípulos, Tiago e João, dormiam, ao que o Mestre disse-lhe: “*Simão, você*

está dormindo? Você não pôde vigiar nem sequer uma hora?” (Marcos 14,37).

Cobrou algum tipo de recompensa de Jesus pelo fato de segui-lo (Mateus 19,27; Lucas 18,28).

João é o único que fala que Pedro teria tirado uma espada para defender Jesus, quando de sua prisão (João 18,10). Mas, pouco tempo depois, apesar da advertência do Mestre, ele o nega por três vezes (Mateus 26,69-75), embora tenha antes afirmado que morreria com ele, mas não o negaria (Mateus 26,35).

No livro de Atos, Pedro aparece até a época do “Concílio de Jerusalém”, no ano de 49. Depois disso ele simplesmente desaparece do mapa, como se diz popularmente. A sua participação neste “Concílio” será examinada mais à frente.

Não viajou tanto quanto Paulo, que, em três viagens, visitou trinta e duas cidades; mas, pelo que se depreende das narrativas, Pedro esteve nas seguintes cidades ou regiões: Jerusalém (Atos 11,2; 15,4); Samaria (Atos 8,14); Lida (Atos 9,32) Jope (Atos 9,43); Cesareia (Atos 10,23); Antioquia (Atos

13,1). Admite-se que a sua primeira carta foi escrita em Roma (1Pedro 5,13), supondo-se que a citação da Igreja de Babilônia se refira a ela; isso por volta de 63.

Pedro foi preso por Herodes Agripa I, e solto “milagrosamente” por um anjo; isso aconteceu, provavelmente, no ano de 42 (Atos 12).

Como vimos anteriormente, suas cartas são em número muito pequeno em relação às de Paulo. No ano de 58, o Apóstolo dos Gentios escreve uma epístola aos romanos, fato que nos causa estranheza, diante da alegação de que Pedro, a essa época, já morava em Roma, se nessa carta ele, Paulo, não faz a mínima menção ao suposto primeiro papa.

Ademais era de se esperar que Pedro desse as orientações aos romanos, caso fosse mesmo o alegado papa. Inclusive, nessa epístola, Paulo chega a afirmar que ***“Fiz questão de anunciar o Evangelho onde o nome de Cristo ainda não havia sido anunciado, a fim de não construir sobre alicerces que outro havia colocado”*** (Romanos 15,20), o que nos leva a concluir que Pedro não

pregava em Roma.

Na obra **Religiões do Mundo: Em Busca dos Pontos Comuns**, Küng corrobora informando-nos:

Mesmo a historiografia católica reconhece hoje: de uma presença de Pedro em Roma nada pode ser encontrado em todo o Novo Testamento, e de um especial “sucessor” de Pedro não existe nem mesmo uma única menção. Um bispo de Roma não é conhecido nem pelo Novo Testamento nem pelas mais antigas fontes neo-testamentárias. Nem a carta do apóstolo Paulo aos romanos nem o escrito mais antigo da comunidade romana a Corinto mencionam tal bispo. Isso seria algo impensável, se de fato ele tivesse existido. Um episcopado monárquico em Roma só pode ser comprovado mais tarde, a partir mais ou menos da metade do século II. (26)

Bart D. Ehrman (1955-), em **Como Jesus se Tornou Deus**, menciona a Igreja de Roma, dizendo:

[...] Não sabemos quem deu início à igreja, nem quando. **A tradição posterior disse que ela foi fundada pelo discípulo Pedro (supostamente o primeiro bispo de lá e, portanto, o primeiro “papa”), mas parece improvável:** a carta de Paulo nos fornece a primeira evidência

remanescente do fato de haver uma igreja em Roma, e **ele saúda todas as pessoas que conhece lá, mas não menciona Pedro nenhuma vez. É difícil imaginar que Pedro estivesse lá – e especialmente que fosse o líder da igreja.** (27)

Paulo foi preso por volta de 57-59, sendo, posteriormente, enviado a Roma (60-61), onde esteve em prisão domiciliar, mas era livre para receber visitas; entretanto, não se tem notícias de que “o nosso primeiro papa” o tenha visitado. Por que não se comportou como a família de Onesíforo, citada por Paulo: *“... todos os da Ásia me abandonaram, e entre eles Figelo e Hermógenes. Que o Senhor conceda misericórdia à família de Onesíforo, porque ele muitas vezes me confortou e não se envergonhou de eu estar preso; ao contrário, quando chegou a Roma, ele me procurou com insistência, até me encontrar. Que o Senhor lhe conceda misericórdia junto a Deus naquele Dia...”* (2 Timóteo 1,15-18)?

Sobre essa questão, em **Lampejos Evangélicos**, diz-nos o teólogo Huberto Rohden (1893-1981), padre jesuíta durante o início de sua carreira literária, graduou-se em Ciências, Filosofia e

Teologia pelas Universidades de Innsbruck (Áustria), Valkenburg (Holanda) e Nápoles (Itália), foi fundador da Instituição Cultural e Beneficente Alvorada (1952), lecionou na Universidade de Princeton (Estados Unidos da América), American University, de Washington D.C. (EUA), e na Universidade Mackenzie (São Paulo, SP):

No ano 60 ou 61 chega São Paulo a Roma como prisioneiro, e passa dois anos na capital do Império, com permissão da polícia romana de receber visitas. De fato, numerosos cristãos o visitam. Estabelece-se vivo intercâmbio de correspondência entre o “prisioneiro de Cristo” em Roma e as numerosas Igrejas cristãs da Ásia Menor e do sul da Europa por ele fundadas. **Paulo, na prisão, escreve diversas cartas, aos cristãos de Filipos, de Éfeso, de Colossos, a seu amigo Filêmon, mencionando os nomes de seus colaboradores e amigos em Roma – e mais uma vez, nenhuma referência a Pedro**, que, por esse tempo, já devia ser bispo de Roma há quase vinte anos, segundo a teoria dos teólogos romanos de hoje. Por que não visita Pedro, o grande confessor de Cristo na prisão? A resposta é simples, embora nada “romana”: porque Pedro não estava em Roma, nem era conhecido dos cristãos da capital do Império. ⁽²⁸⁾

Se, por um acaso, Pedro estivesse mesmo

vivendo em Roma, apesar de, ao que nos parece, não existir nenhuma prova disso, o motivo de não ter visitado Paulo não pode ser outro senão de que ele se acovardou, igual a quando da ocasião da prisão de Jesus, ele o nega por três vezes.

Logo que chegou a Roma, Paulo convocou uma reunião com os principais dos judeus, conforme citado no passo:

*Atos 28,16-17: “E, logo que chegamos a Roma, o centurião entregou os presos ao general dos exércitos; mas a Paulo se lhe permitiu morar sobre si à parte, com o soldado que o guardava. E aconteceu, que, três dias depois, **Paulo convocou os principais dos judeus**, e, junto eles, lhes disse: 'Varões irmãos, não havendo eu feito nada contra o povo, ou contra os ritos paternos, vim, contudo, preso desde Jerusalém, entregue nas mãos dos romanos;”*

Com isso fica provado que Paulo, apesar de preso em prisão domiciliar, recebia normalmente as pessoas que lhe visitavam; conseguiu até convocar os principais dos judeus para uma reunião a fim de lhes explicar o que havia acontecido. O nome de

Pedro, o suposto papa, sequer é citado; então, a afirmação de Rohden é exata, Pedro realmente não estava em Roma.

Segundo a tradição, Pedro morreu em Roma, no ano de 64, provavelmente vítima da perseguição de Nero, crucificado de cabeça para baixo, mas por que não aconteceu a ele o mesmo que a Paulo? Vejamos: *“Na noite seguinte, **o Senhor aproximou-se de Paulo** e lhe disse: 'Tenha confiança. Assim como você deu testemunho de mim em Jerusalém, é preciso que também **dê testemunho em Roma**'.*” (Atos 23,11), fato que coloca Paulo, um possível subordinado de Pedro, recebendo uma orientação direta de Jesus, o que não aconteceu com o suposto papa nomeado por Ele.

E já que mencionamos suas cartas, seria útil analisá-las. É o que faremos no próximo item; mas, antes, vamos ver algo de interessante em **A Igreja Católica**, de Hans Küng, cujo título é: **O primeiro papa de verdade**; leiamos:

O primeiro papa de verdade

A Igreja Católica imperial, que abarcava todo o

mundo habitado, tornou-se a Igreja Católica Ocidental que conhecemos num lento processo que levou séculos, entre o fim da Antiguidade e o início da Idade Média. Ao lado da teologia especificamente latina de Agostinho, que forneceu a base teológica, o desenvolvimento do papado romano, que já fora preparado há muito, agora se tomou importante como a instituição central do poder da igreja. Formou na política da igreja a base para a nova constelação ou paradigma da igreja que iria se desenvolver.

Leão I (440-61), teólogo de peso e excelente advogado, pregador e pastor zeloso, e estadista capaz, é a pessoa a quem os historiadores dão o título de “papa” no verdadeiro sentido. E o fazem não só porque este homem, que na história da igreja é chamado de “o Grande”, estava imbuído do sentido romano de missão, mas também porque conseguiu condensar com clareza teológica e precisão legal os elementos bíblicos, históricos e legais, preparados em séculos anteriores elaborando a síntese clássica da ideia romana de primazia.

Seu argumento era:

Bíblico – Leão afirmava que a primazia de Pedro sobre todos os outros apóstolos já estava fundamentada no Novo Testamento. Ele entendia as passagens clássicas relativas a Pedro no sentido cruamente legalista de uma “plenitude de poder” (*plenitudo potestatis*) concedida a Pedro, uma primazia de poder para a liderança de toda a igreja;

Histórico – Leão viu o bispo de Roma como sucessor de Pedro substanciado numa carta do

papa Clemente a Tiago, o Irmão do Senhor em Jerusalém. Segundo esta carta, num último testamento, Pedro fez de Clemente seu único e legítimo sucessor. Mas a carta era uma falsificação do final do século II e foi traduzida para o latim só no final do século IV e começo do V;

Legal – Leão definiu a posição legal do sucessor de Pedro mais precisamente com a ajuda da lei romana de herança. O sucessor podia não herdar as características e os méritos de Pedro, mas herdava a autoridade e a função oficiais transmitidas por Cristo, de modo que mesmo um papa indigno era um sucessor inteiramente legítimo e exercia a função como tal. Então, a questão simples era a do cargo, que era assumido imediatamente com a aceitação da eleição, mesmo se o eleito ainda fosse um leigo e não um sacerdote ordenado (isso ainda vigora hoje).

Através dele, Pedro falava pessoalmente: com sua elevada percepção do cargo, **Leão guiou a igreja ocidental e conseguiu até convencer o imperador da Roma ocidental a reconhecer sua primazia. Ele foi o primeiro bispo de Roma a usar o título do sumo sacerdote pagão, *pontifex maximus***, que o Imperador bizantino abandonara. Em 451, com uma delegação romana, Leão foi negociar com Átila em Mântua e conseguiu evitar que os hunos saqueassem Roma. Quatro anos depois, contudo, não conseguiu impedir a tomada e o saque de Roma. ⁽²⁹⁾ (itálico do original)

Agora, sim, vamos às cartas mencionadas.

As cartas atribuídas a Pedro

É sabido que, no Novo Testamento, existem duas cartas atribuídas a Pedro, o papa, pela ordem, o primeiro. Considerando que um líder deveria estar sempre em contato com aqueles que lhe são subordinados, essa quantidade de cartas é extremamente insignificante, especialmente se levarmos em conta que existem treze cartas, cuja autoria é atribuída a Paulo, ou seja, Paulo, hipoteticamente subordinado a Pedro, escreve mais cartas do que ele, o suposto líder.

Entretanto, as coisas não são tão simples assim, pois sobre a autoria dessas cartas “há controvérsias”. É o que, a seguir, veremos das explicações que os entendidos delas nos dão:

1º) ***Bíblia Sagrada - Ave-Maria***:

A primeira de Pedro é uma carta **escrita em estilo tão semelhante ao de São Paulo**, que se supõe redigida por Silvano, discípulo de Paulo, que se tornara colaborador de Pedro, e que é

mencionado nesta carta, no cap. 5,12. [...].

A segunda de Pedro, que parece ter sido redigida por outro secretário que o da primeira, **aproxima-se muito estritamente da epístola de JUDAS**. [...]. ⁽³⁰⁾

2º) **Santos & Pecadores: História dos Papas**, autoria do prof. Eamon Duffy (1947-), historiador irlandês:

[...] **Sua Primeira Epístola** afirma ter sido escrita num tempo de perseguição, na “Babilônia”, antiga designação cristã de Roma. Muitos estudiosos detectaram um sermão batismal anterior dissimulado no formato epistolar, contudo, **e a julgar pelo elegante estilo grego é muito improvável que se trate de uma obra somente de Pedro**. É possível que seja a versão de seus ensinamentos feita por um educado amanuense. [...]. ⁽³¹⁾

Realmente, quem lê a primeira carta de Pedro fica com aquela impressão de que “em algum lugar, já leu isso antes”. É fácil encontrarmos em Paulo a semelhança entre elas. Justificar isso por conta de que foi redigida por um discípulo de Paulo, Silvano, que se tornara colaborador de Pedro, não resolve a questão, pois aí teremos que admitir que esse

escritor colocou os pensamentos de Paulo e não de Pedro, o que nos fará voltar à estaca zero.

Em relação a primeira carta de Pedro, o exegeta Geza Vermes também não deixou de fazer suas considerações; vejamos, em **As Várias Faces de Jesus**, o que disse:

A Primeira Epístola de Pedro, dirigida às comunidades cristãs perseguidas, também é atribuída por quase todos os especialistas em Novo Testamento a um pseudônimo, isto é, não é tida como obra do apóstolo Pedro. Na virada do primeiro século d.C., a autoria apostólica, real ou fictícia, era necessária para que um texto adquirisse autoridade. Daí os dúbios Joãos, Judas, Pedros e Tiagos. Porém, o grego de 1Pedro entrega o jogo: é bom demais para ser obra de um pescador galileu “iletrado e sem posição social” (At 4:13). Além disso, a perseguição nela pressuposta não pode ter ocorrido antes do reinado do imperador Domiciano (81-96 d.C.), época em que Simão-Pedro-Cefas já não estava vivo. Acredita-se que ele foi martirizado sob Nero, isto é, antes de 68 d.C. [...]. ⁽³²⁾

Os dados aqui apresentados por Vermes são elementos que dão sustentação para negar a autoria a Pedro. Não há o que contestar.

Quanto à segunda carta, afirmam aproximar-se muito da epístola de Judas. Como, àquela época, pessoas copiavam as cartas e mudavam-nas o nome do autor, para distribuí-las junto às comunidades cristãs, fica difícil aceitar pacificamente que essas duas cartas são de autorias de Pedro.

Em **O Que Jesus Disse? O Que Jesus Não Disse? - Quem Mudou a Bíblia e Por Quê**, São Paulo: Prestígio. o renomado teólogo Bart D. Ehrman explica:

Por exemplo, Orígenes, um padre da Igreja do século III, uma vez registrou a seguinte queixa acerca das cópias dos Evangelhos de que dispunha:

As diferenças entre os manuscritos se tornaram gritantes, ou pela negligência de algum copista ou pela audácia perversa de outros; ou eles descuidam de verificar o que transcrevem ou, no processo de verificação, acrescentam ou apagam trechos, como mais lhes agrada". ⁽³³⁾ (itálico do original)

[...] Copistas associados à tradição *ortodoxa* muito frequentemente alteravam os textos, às vezes, para eliminar a possibilidade de serem “mal usados” por cristãos que afirmavam crenças heréticas, outras, para torná-los mais adequados às doutrinas esposadas pelos cristãos de seu

próprio grupo. ⁽³⁴⁾ (itálico do original)

O que será que também não fizeram com as cartas de Pedro? Se não houvesse nenhuma dele, como justificariam sua condição de líder máximo dos cristãos daquela época? Atribuem-se a Pedro apenas duas cartas, serão mesmo dele? Veja, caro leitor, o que encontramos provindo de tradutores da **Bíblia Sagrada - Santuário**:

Temos duas cartas, **cujo autor se declara ser o apóstolo Pedro** (cf. 1 e 2Ped 1,1-2). Quanto à 1ª Carta, todos os críticos estão de acordo ser ela do Pescador da Galileia, ainda que o seu redator foi Silvano (cf. 1Ped 5,12). Pedro não devia dominar muito o grego. Não admira, pois, que recorresse ao uso frequente de servir-se de um secretário. Mas esta 1ª Carta de Pedro vai ainda mais além. É um espelho da pregação pascal-batismal e da catequese da Igreja de Roma, onde foi escrita (cf. 1Ped 5,13 nota). [...]

Quanto à 2ª Carta, **ainda que se apresente como da autoria de Pedro (cf. 1,1), já desde tempos antigos se discute acerca do seu verdadeiro autor**. Com efeito, ela parece ter sido escrita numa época tardia, depois da destruição de Jerusalém, quando muitos cristãos começavam a perder as esperanças na 2ª Vinda de Cristo (cf. 2Ped 1,19-21 nota; 3,1-16; 3,4 nota). A primeira geração cristã já tinha morrido. Os nossos pais

morreram (2Ped 3,4), e já existia uma coleção das cartas paulinas, que alguns interpretavam a seu gosto (3,15-16 nota). **Tudo isto dá a entender que a carta foi escrita depois da morte de Pedro, que a tradição situa no ano 67.** O autor da carta deve ter sido um dos seus discípulos romanos, que, adotando um uso muito corrente, se cobriu com o nome do seu mestre. O problema não está de todo resolvido, mas esta é a opinião mais comum. Apesar disso, a carta é inspirada, pertence aos escritos sagrados do NT. E, portanto, Palavra de Deus. ⁽³⁵⁾

Ainda ficamos na dúvida se a primeira carta não foi escrita apenas para tentar provar que Pedro vivia em Roma, considerada a cidade-sede do papado. Em relação à segunda, a observação coloca em xeque-mate a sua autoria como sendo de Pedro. Os tradutores da ***Bíblia de Jerusalém***, informam:

Duas epístolas católicas **se apresentam como escritas por são Pedro.** A primeira, que traz no endereço o nome do príncipe dos apóstolos (1,1), foi recebida sem contestação desde os primórdios da Igreja; citada provavelmente por Clemente de Roma e certamente por Policarpo, é atribuída explicitamente a são Pedro a partir de Irineu. O apóstolo escreve de Roma (Babilônia 5,13), onde se encontra em companhia de Marcos, que chama de “seu filho”. **Embora sejam muito poucas as**

informações que temos a respeito do fim de sua vida, uma tradição muito segura afirma, com efeito, que ele se transferiu para a capital do império, onde morreu mártir no tempo de Nero (em 64 ou 67?). Escreve aos cristãos “da Diáspora”, especificando os nomes de cinco províncias (1,1), que representam praticamente o conjunto da Ásia Menor. O que diz do passado deles (1,14.18; 2,9s; 4,3) sugere que são convertidos do paganismo, embora não se exclua a presença de judeu-cristãos entre eles. É por isso que lhes escreve em grego; e, se este grego, simples, mas correto e harmonioso, parece de qualidade boa demais para o pescador galileu, conhecemos o nome do discípulo secretário que pode tê-lo assistido na redação: Silvano (5,12), comumente identificado como antigo companheiro de São Paulo (At 15,22+).

[...].

Outra dificuldade levantada contra a autenticidade da epístola é o uso considerável que parece fazer de outros escritos do NT, sobretudo de Tg, Rm e Ef; fato tanto mais surpreendente, porque o Evangelho parece pouco utilizado. Mas as reminiscências evangélicas são numerosas, apesar de permanecerem discretas; se fossem mais destacadas, **não faltaria quem dissesse que algum pseudônimo tentou desta forma fazer-se passar por Pedro.** Quanto aos contatos com Tiago e Paulo, não se deve exagerar. Não aparece na epístola nenhum dos temas especificamente paulinos (valor transitório da Lei judaica, Corpo de Cristo etc.). E muitos dos que são considerados

também como “paulinos”, porque nos são conhecidos, sobretudo através das epístolas de Paulo, de fato são apenas patrimônio comum da primeira teologia cristã (valor redentor da morte de Cristo, fé e batismo etc.). Os trabalhos da crítica reconhecem sempre mais a existência de formulários de catequeses primitivas, de florilégios de textos do AT, que podem ter sido utilizados paralelamente pelos diversos escritos em questão, sem que tenha havido entre eles dependência direta. Se, apesar disso, resta certo número de casos nos quais 1Pd parece de fato ter-se inspirado em Rm ou Ef, podemos admiti-lo **sem rejeitar a autenticidade; são Pedro não possuía a envergadura teológica de são Paulo e pode muito bem ter recorrido aos escritos deste último, sobretudo ao dirigir-se, como neste caso, a círculos de influência paulina.** Além disso, não se deve esquecer que seu secretário Silvano era discípulo de ambos os apóstolos. Enfim, é justo assinalar, ao lado destas afinidades com os escritos paulinos, as semelhanças que certos intérpretes julgam ter descoberto entre 1Pd e outros escritos de cunho petrino, tais como o segundo evangelho ou os discursos de Pedro nos Atos.

A carta deve ser anterior à morte de Pedro (64 ou 67), mas talvez só alguns anos mais tarde é que Silvano a deu por terminada, segundo as diretrizes de Pedro e sob a sua autoridade. Isto seria até mesmo provável, se se constatasse que a epístola é compósita, combinando fragmentos diversos, entre os quais uma homilia de origem batismal (1,13-4,11). **Mas essas distinções não**

conseguem ultrapassar o nível da conjectura.

[...].

Não há dúvida de que também a segunda epístola se apresenta como sendo de são Pedro. Não apenas no endereço (1,1) o apóstolo põe seu nome, mas ainda alude ao anúncio de Jesus a respeito de sua morte (1,14), e afirma ter sido testemunha da transfiguração (1,1 6-18). Enfim, faz alusão a uma primeira carta (3,1), que deve ser 1Pd.

Se escreve segunda vez aos mesmos leitores, é com dupla finalidade: pô-los de sobreaviso contra os falsos doutores (2) e responder à inquietação causada pela demora da parusia (3). Rigorosamente falando, podemos imaginar estes falsos doutores e esta inquietação desde o fim da vida de são Pedro. **Mas há outras considerações que põem em dúvida a autenticidade e sugerem data mais tardia.** A linguagem apresenta notáveis diferenças em relação a 1Pd. Todo o cap. 2 é retomado, livre, mas patente, da epístola de Judas. A coleção das epístolas de Paulo parece já formada (3,15s). O grupo apostólico é posto em paralelo com o grupo profético, e o autor fala como se não fizesse parte deles (3,2). Estas dificuldades autorizam certas dúvidas que surgiram desde a antiguidade. Não apenas o uso da epístola não é atestado com certeza antes do séc. III, mas também **alguns a rejeitavam, como o testemunham Orígenes, Eusébio e Jerônimo.** Além disso, **muitos críticos modernos recusam-se, por sua vez, a atribuí-la a são Pedro, e é difícil não lhes dar razão.** Mas se um discípulo posterior se valeu da autoridade de Pedro, pode

ser que tivesse algum direito de o fazer; talvez porque pertencesse aos círculos que dependiam do apóstolo, ou então porque utilizasse escrito proveniente dele e o adaptasse e completasse com o auxílio de Jd. Isso não equivale necessariamente a cometer falsificação, pois os antigos tinham ideias diferentes das nossas sobre a propriedade literária e a legitimidade da pseudonímia. ⁽³⁶⁾

Seguem-se as dúvidas, nada é preciso, poucas são as informações disponíveis, deixando tudo em aberto para as suposições.

Na ***Bíblia do Peregrino***, lemos:

Autor

Na saudação, **o autor se apresenta como “Pedro, apóstolo de Jesus Cristo”**; no final diz que escreve da Babilônia, denominação intencional de Roma. **Ao longo da carta se apresenta como ancião**, testemunha ocular da paixão e glória de Cristo (5,1); cita, embora não verbalmente, ensinamentos de Cristo. A tradição antiga aceitou o dado desde muito cedo: 2Pd 3,1, Policarpo, Clemente.

Essa segurança diminuiu ante as objeções da crítica. Vamos repassá-las com as correspondentes respostas. Antes de tudo, **a linguagem e estilo gregos impróprios do pescador galileu**. Responde-se que Silvano (5,12) redigiu o texto e não escreveu só o que era ditado. **A carta cita o**

AT na versão dos Setenta, não em hebraico, e o tece suavemente com seu pensamento.

Responde-se que os destinatários falavam ou conheciam o grego. Faltam as lembranças pessoais de um companheiro íntimo de Jesus. Responde-se que a pessoa de Jesus Cristo está presente e domina a carta, seus ensinamentos ressoam já assimilados: comparar 1,13 com Lucas 12,35; 2,12 com Mateus 5,16; 3,9 com Mateus 5,44; 3,14 com Mateus 5,10; 4,14 com Lucas 6,22.

O autor conheceu cartas de Paulo, inclusive Efésios (que é posterior).

Responde-se que uns paralelos são pouco convincentes, outros são tirados de um fundo litúrgico ou da pregação oral,

O nome de “Babilônia” não foi aplicado a Roma antes do ano 70.

Responde-se que o AT conhece o uso emblemático de Babel como poder hostil, e a hostilidade romana não começou, mas culminou em 70. A perseguição referida (cf 4,12) e a **declaração “ser cristão é crime” começaram no tempo de Domiciano (81-96).** Responde-se que já Nero perseguiu os cristãos e houve outras perseguições locais.

A função de “anciãos” na comunidade é posterior.

Responde-se que Atos documenta o fato como mais antigo e é uma simples transposição do uso judaico. É irrazoável que escreva a igrejas da Ásia que não havia fundado nem visitado, e onde a perseguição não chegava. Responde-se que os cristãos tiveram de sofrer em toda parte.

O balanço da argumentação deixa a solução indefinida, e os comentaristas se dividem em dois grupos:

a) O autor é Pedro, ancião e, talvez, prisioneiro, próximo da morte; escreve uma

espécie de testamento, cordial, muito sentido. Seu tema principal é a necessidade e o valor da paixão do cristão, a exemplo de Cristo e em união com Ele. Confia a redação a Silvano. b) A carta é pseudônima. O autor é um desconhecido do círculo de Pedro, que em tempos difíceis quer animar outros fiéis, e para isso se vale do nome de Pedro. Alguns traços hábeis lhe servem para tornar verossímil a ficção.

Os destinatários eram pagãos convertidos, como mostram as referências de 1,14.18 e 4,3.

Data

Se é Pedro, teve de ser antes de 67, data limite do seu martírio. Se é um discípulo de outra geração, seria durante a perseguição de Domiciano (95-96). ⁽³⁷⁾

Esses comentários são interessantes, porquanto coloca os dois lados da moeda, deixando o leitor informado das dificuldades em tê-la ou não como uma carta autêntica de Pedro.

Na ***Bíblia Sagrada - Vozes***, explicam-nos:

PRIMEIRA EPÍSTOLA DE SÃO PEDRO

O autor da epístola se apresenta como “Pedro, apóstolo de Jesus Cristo” (1,1), “testemunha dos sofrimentos de Cristo” (5,1). Os Santos Padres confirmam unanimemente esta autoria. **Ultimamente alguns especialistas**

negam que Pedro seja o autor em razão da linguagem grega elegante, da teologia paulina, do aparente desconhecimento da vida de Jesus e do ambiente tardio que parece refletir. Os argumentos levantados contra a autenticidade, embora não sejam decisivos, colocam seriamente em dúvida a autoria petrina da epístola. É possível, contudo, que Pedro tenha escrito “por meio de Silvano” (5,12), nome latino de Silas (cf. At 15,22.40; 18,5; 2Cor 1,19). Sendo autêntica, a epístola foi escrita em Roma (cf. 5,13) entre 64-67, antes da morte do apóstolo. Não sendo autêntica, poderá ter sido escrita entre 70 e 110 d.C.

[...].

SEGUNDA EPÍSTOLA DE SÃO PEDRO

O autor se identifica como “Simão Pedro” (1,1) e “testemunha” de Cristo (1,16-18). Mas, ao contrário da 1Pd que foi logo aceita como autêntica e canônica, sobre a 2Pd já na Igreja antiga pairaram dúvidas devido à grande diferença de linguagem entre as duas epístolas. A tardia aceitação da epístola pelas igrejas orientais e ocidentais (séc. V/VI) e a sua dependência da epístola de Judas, composta após a morte de S. Pedro, levou a maioria dos exegetas a negar a autenticidade da 2Pd.

O autor é um cristão de origem judaica (1,16; 2,1.18), bom helenista, mas distinto do autor da 1Pd, pois a linguagem e o gênero literário são diferentes. A carta foi escrita entre os anos 70 e 125 d.C. Os leitores da carta são os mesmos da 1Pd, pertencentes às comunidades da Ásia Menor

e todos eles cristãos (1,1). Os hereges combatidos parecem ser os mesmos visados pela epístola de Judas: gnósticos libertinos que, a pretexto de possuírem o Espírito, desprezam as leis morais (2,1-3,3) e negam a parusia (3,4-10).

O autor apresenta o seu escrito como um testamento espiritual de Pedro (cf. 1,13-15): cômico de sua morte por revelação divina (1,14), o apóstolo recorda os ensinamentos do passado (1,12s; 3,1) e as razões para neles acreditar (1,16-21; 3,2s); anuncia a vinda próxima de propagadores do erro (2,1-21; 3,3s), contra os quais adverte os leitores por escrito (1,15). Contra tais erros é necessário ser fiel à palavra apostólica (3,15s) e profética, produzidas pelo Espírito Santo (1,12-21). ⁽³⁸⁾

Vê-se que quase todas essas explicações dão-nos conta da dúvida a respeito da autoria; umas são taxativas quanto a isso, outras saem pela linha do “provavelmente”, sem darem uma posição definitiva; talvez, seja por falta de dados, mas poderá também ser a fim de se manter a crença na Bíblia como um livro inspirado capa a capa.

Em **Lampejos Evangélicos**, leiamos o que Rohden coloca, caso sejam tomadas de autoria de Pedro:

Quando alguém é eleito presidente da República, é de supor que ele tenha conhecimento desse fato. **Se o apóstolo Pedro foi de fato nomeado por Jesus chefe supremo da Igreja, é de crer que ele tenha tido ciência disso.** Vejamos se isso acontece. Temos do apóstolo Pedro duas cartas que fazem parte do Novo Testamento. **Peço aos meus leitores que examinem cuidadosamente essas cartas do “primeiro papa”, escritas cerca de vinte anos após sua pretensa nomeação. Não há nesses documentos o mais ligeiro vestígio que denote supremacia pontifícia.** O autor considera-se cristão entre cristãos, fala como irmão a irmãos, igual a iguais. Não dá ordens, preceitos, mandamentos de superior a inferiores. Pedro ignora evidentemente a dignidade que, a partir do século quarto, lhe foi atribuída por alguns historiadores eclesiásticos interessados em centralizar o governo da Igreja na capital do Império Romano. Numa dessas cartas, diz o autor que a escreveu em “Babilônia”.⁽³⁹⁾

Fica aí mais uma judiciosa observação de Rohden.

Mas que ironia, pois sendo verdadeira a primeira carta de Pedro, então temos nela essa colocação deveras interessante:

1 Pedro 5,1-4: *“Exorto aos presbíteros que*

*estão entre vós, **presbítero eu como eles**, testemunha dos sofrimentos de Cristo e participante da glória que há de se revelar. Apascentai **o rebanho de Deus que vos foi confiado**, cuidando dele, não obrigados, mas de boa vontade, segundo Deus, nem por lucro sórdido mas com prontidão de ânimo, não como tiranos, que dominam sobre seu quinhão, mas como modelos para o rebanho. Assim, ao aparecer o Pastor Soberano, recebereis a coroa imarcescível da glória.”*

Conforme muito bem levantado por Rohden, aqui Pedro, o suposto papa, se coloca em igualdade de condições com os presbíteros, os chefes das comunidades cristãs da época. Alias, as recomendações dele seriam muito bem-vindas aos tempos atuais, diante do que vemos alguns líderes fazerem por aí.

Quando surgiu essa história de Pedro ser o primeiro pontífice

Em nossas pesquisas demoramos um longo tempo para encontrar algo que viesse a nos informar sobre a origem do papado. Valeu a pena insistirmos nisso, pois deparamo-nos com uma fonte totalmente insuspeita, por ser oriunda de um historiador de confissão católica e também professor universitário (História do Cristianismo na Universidade de Cambridge). Esse é o caso do irlandês Eamon Duffy (1947-), que, além do cargo citado, foi presidente do College of St Mary Magdalene de Cambridge. Entre outros livros, é autor do **Santos & Pecadores: História dos Papas**, do qual retiraremos algumas informações para o presente e o próximo tópico.

Na cúpula da basílica de São Pedro, em Roma, escritas em letras de um metro e oitenta de altura, leem-se as palavras de Cristo a Pedro conforme o Evangelho de Mateus: *Tu es Petrus, et super hanc petram aedificabo ecclesiam meam et tibi dabo claves regni caelorum* (Tu és Pedro, e sobre esta

pedra edificarei a minha Igreja e te darei as chaves do Reino dos Céus). Ali colocadas para coroar o túmulo do apóstolo, oculto bem abaixo do altar-mor, elas também se destinam a proclamar a autoridade do homem que quase um bilhão de cristãos encaram como o herdeiro vivo de Pedro. Acredita-se que, com tais palavras, Cristo tornou-o o príncipe dos apóstolos e o chefe da Igreja na terra: geração após geração a dignidade foi transferida a seus sucessores, os papas. Quando o Sumo Pontífice celebra a missa no altar-mor da basílica de São Pedro, o Novo Testamento e o mundo moderno se tocam, o céu e a terra se encontram.

A continuidade do apóstolo no papa repousa numa tradição que remonta praticamente aos primeiros documentos escritos do cristianismo. Já estava bem **firmada por volta de 180 d.C.**, quando um dos mais antigos escritores cristãos, **Irineu de Lião**, a invocou em defesa da ortodoxia. Para ele, a Igreja de Roma era a “grande e ilustre Igreja” à qual, “devido a sua posição de comando, todas as igrejas, isto é, os fiéis de toda parte, devem recorrer”. Irineu acreditava que a Igreja tinha sido “fundada e organizada em Roma pelos dois gloriosos apóstolos Pedro e Paulo”, e que sua fé se transferira com toda segurança à posteridade por uma ininterrupta sucessão de bispos, o primeiro dos quais fora escolhido e consagrado pelos próprios apóstolos. **Ele enumerou os bispos que os sucederam** e, com isto, forneceu-nos a mais antiga lista de papas existente: Lino, Anacleto, Clemente, Evaristo, Alexandre, Sisto e outros, até o contemporâneo e amigo de Irineu,

Eleutério, bispo de Roma de 174 a 189 d. C. (40)

Pode parecer que todos os direitos essenciais do papado moderno estão contidos nessas palavras do Evangelho sobre a pedra e no relato de Irineu sobre a genealogia apostólica dos primeiros bispos de Roma. Porém, a matéria não é tão simples. A autoridade dos papas deriva de Cristo através de Pedro, mas **para Irineu a competência da Igreja de Roma provinha de sua fundação pelos dois apóstolos, Pedro e Paulo, não só por Pedro.** A tradição segundo a qual ambos morreram nas mãos de Nero, aproximadamente em 64 d.C., foi universalmente aceita no segundo século, no fim do qual já se exibiam aos peregrinos, em Roma, os “troféus” dos apóstolos, suas tumbas ou cenotáfios, o de Pedro na colina do Vaticano, o de Paulo na Via Ostiense, do lado de fora das muralhas, na estrada do litoral. Não obstante, o Novo Testamento silencia sobre tudo isso. **As lendas posteriores é que haveriam de prover de detalhes a vida e a morte de Pedro em Roma:** as lutas com Simão Mago, o pai da heresia, os milagres, a tentativa de escapar à perseguição, fuga da qual desistiu ao ter uma visão de Cristo a censurá-lo (a lenda de “Quo Vadis”) e, **por fim, sua crucificação de cabeça para baixo, no Circo do Vaticano, no tempo do imperador Nero.** Tais narrativas foram aceitas como história autêntica por algumas das maiores inteligências da Igreja primitiva: Orígenes, Ambrósio, Agostinho. **Mas trata-se de ficção religiosa, não de história, e a verdade é que carecemos de relatos confiáveis tanto do fim da vida de Pedro quanto da forma ou do lugar de sua morte. Nem Pedro**

nem Paulo fundaram a Igreja de Roma, visto que já havia cristãos na cidade antes que qualquer apóstolo pusesse lá os pés. Tampouco se pode presumir, como Irineu, que os apóstolos estabeleceram uma sucessão de bispos a fim de dar continuidade a seu trabalho na cidade, pois tudo indica que, quase um século após a morte deles, ainda não havia um bispo único em Roma. De fato, para onde quer que nos voltemos, os sólidos contornos da sucessão de Pedro, em Roma, parecem dissolver-se e esfumar-se. ⁽⁴¹⁾ (itálico do original)

Vê-se, portanto, que muito do que se tem hoje na Igreja Católica como sendo verdadeiro, nada mais é que tradição, lendas e histórias que não condizem com a realidade. E é sobre essa base frágil que edificam alguns de seus princípios, que prevalecem dado à crença generalizada que seus líderes só dizem a verdade.

A própria noção de que a liderança da Igreja cristã devesse estar associada a Roma e à pessoa de Pedro exige explicação. O cristianismo é uma religião oriental, surgida em meio à turbulência religiosa e política da Palestina do primeiro século. Sua figura central foi um rabino andarilho aclamado pelos discípulos como a própria realização das esperanças judaicas, o Messias. Executado pelos romanos como aspirante

ao trono de Israel, sua morte e ressurreição foram interpretadas de acordo com as narrativas e profecias das escrituras judias, e boa parte da linguagem em que foram proclamadas derivava e calava fundo nas esperanças e aspirações desse povo. **Jerusalém foi o primeiro centro da pregação cristã, e a Igreja de Jerusalém foi dirigida pelos membros da própria família do Messias, a começar por Tiago, O “irmão” de Jesus.** ⁽⁴²⁾

Que Jerusalém foi o centro da pregação cristã e cuja igreja não tinha Pedro como líder é um fato que já foi falado anteriormente; assim, aqui se corrobora essa informação.

Sem embargo, no decorrer dos primeiros dez anos da morte do Messias, o cristianismo saiu da Palestina pelas rotas marítimas e estradas da Pax Romana, rumando para Antioquia, ao norte, a Éfeso, Corinto e Tessalônica, e, a oeste, para Chipre, Creta e Roma. **O principal responsável por essa expansão foi Paulo de Tarso**, um sofisticado rabino que falava grego e, à diferença de Cristo e dos doze apóstolos, tinha cidadania romana. [...]

[...] Sem controvérsia nem rival, ele foi a figura mais importante dos primórdios da história da Igreja. Mas nunca chegou a ser seu líder. **A Igreja jamais teve um centro único: foi fundada em Jerusalém**, mas os romanos destruíram a cidade

em 70 d.C., quando já floresciam igrejas em todo o império, em Antioquia (onde os discípulos de Jesus foram chamados pela primeira vez de “cristãos”), em Corinto, em Éfeso e na própria Roma. **Era imensa a autoridade de Paulo, ultrapassava as igrejas que ele mesmo fundara.** Mas ele não conheceu Jesus e não sobressai nos relatos da fundação do cristianismo. Embora tenha reclamado e obtido o status de “apóstolo”, não era um dos “Doze” nem havia percorrido os caminhos da Palestina com o Filho de Deus. Já com Pedro, a questão era diferente.

[...] De uma lealdade ardorosa e permanentemente disposto a proclamar sua devoção ao Mestre, **nos Evangelhos Pedro sempre parece inclinado a compreender mal a missão e as intenções de Cristo;** rejeita com irritação sua profecia da Paixão, recusa-se a deixá-lo lavar-lhe os pés na Última Ceia, brande a espada numa equivocada tentativa de protegê-lo quando a polícia do templo vai prendê-lo no Getsêmani. [...].

Em todos os Evangelhos ele é o líder ou, pelo menos, o porta-voz dos apóstolos. Em Mateus e Lucas, seu nome é o primeiro em todas as listas dos Doze. Nos quatro, é o primeiro discípulo a ser chamado por Jesus. Em Cesareia de Filipe, num momento crucial do ministério de Cristo, é Pedro quem nele reconhece e proclama o Messias, explicitando desse modo e pela primeira vez a fé da Igreja em seu Senhor. É também Pedro o primeiro do círculo interno de discípulos a quem Jesus permite presenciar sua transfiguração na montanha, e não é outro senão ele que, tomado de

assombro e medo durante o milagre, invoca (ingenuamente) Cristo.

Mateus é o evangelista que mais insiste na importância de Pedro. Elabora, em particular; o relato de sua confissão de fé em Cesareia de Filipe. Conforme essa versão, Jesus define a fé de Pedro como uma revelação direta de Deus e o recompensa dando um novo nome a Simão “Cefas”, Pedro, a Pedra. E prossegue, declarando: “sobre esta pedra edificarei a minha Igreja e te darei as chaves do Reino dos Céus; e o que ligares na terra será ligado no céu”, texto que posteriormente seria interpretado como a peça inaugural do papado (Mateus, 16: 13-23). [...].

[...].

A imagem atribuída a Pedro de apóstolo de maior autoridade e chefe da missão junto aos judeus da diáspora mediterrânea, que emerge dos escritos de Paulo, é desenvolvida e elaborada na primeira metade dos **Atos dos Apóstolos**. Embora outros discípulos tenham papel importante nesses capítulos iniciais da **continuação do Evangelho de Lucas, é Pedro a figura dominante**. Ele lidera a proclamação da ressurreição no Pentecostes, preside as reuniões da jovem Igreja, opera diversos milagres, é retirado da prisão por um anjo e, tendo recebido uma visão dos Céus que revelava ser essa a vontade de Deus, chega a apropriar-se do ulterior papel de Paulo de apóstolo dos gentios ao batizar o centurião Cornélio. **No entanto, desaparece misteriosamente nos Atos dos Apóstolos e no Novo Testamento depois de fugir da prisão no capítulo 12. Lucas só nos conta, enigmaticamente, que Pedro mandou**

anunciar sua fuga a Tiago, então líder da igreja de Jerusalém, “e, saindo, partiu para outro lugar”. De sua trajetória posterior, nada tem a dizer o Novo Testamento.

Nem Paulo, nem os Atos, nem qualquer Evangelho fala diretamente da morte de Pedro, e **nenhum chega a sugerir ao menos que seu papel especial pudesse ser transferido a um “sucessor” único. Portanto, nada há nas páginas do Novo Testamento que se aproxime da teoria papal.** ⁽⁴³⁾

Parece-nos muito estranho que, se Pedro fosse mesmo o líder da Igreja primitiva, ele tenha simplesmente desaparecido dos relatos sobre os acontecimentos daquela época, que absolutamente nada falam de sua morte, fato que, certamente, traria muita comoção aos seus supostamente liderados, impossível de não o terem registrado.

Vejamos agora o ponto principal da obra de Duffy, que põe definitivamente por terra a hipótese de Pedro ter sido o primeiro papa:

A verdade, para começar, é que não havia “papa” algum, nenhum bispo propriamente dito, pois a igreja romana tardou a desenvolver a dignidade de presbítero ou bispo chefe. Por volta do fim do século I, o padrão relaxado da

autoridade cristã começou a ser substituído, em muitos lugares, pela regra mais organizada de um único bispo em cada cidade, apoiado por um colégio de anciãos. Pelo menos em parte, tal desenvolvimento foi uma reação à impetuosa expansão do falso ensinamento, a heresia. Com o surgimento de doutrinas conflitantes, cada qual a atribuir-se o “verdadeiro” cristianismo, desenvolveu-se uma estrutura mais rígida e hierarquizada, que se revelou essencial na preservação da unidade e da fé. A sucessão de uma única linhagem de bispos – que, como atletas numa prova de revezamento, passavam um para o outro o bastão da doutrina dos apóstolos – criou uma estirpe e deu um foco concreto de unidade à fé no cristianismo autêntico.

Figura-chave nesse desenvolvimento foi Inácio de Antioquia, um bispo da Ásia Menor que, preso cerca de 107 d.C., foi levado a Roma para ser executado. No caminho, ele escreveu uma série de cartas a outras igrejas, que, em grande parte, eram apelos para que se unissem em torno de seus bispos. Todavia, sua missiva à igreja romana não faz referência a nenhum bispo, indicação clara de que essa função ainda não surgira em Roma. Paradoxalmente, tal impressão é confirmada por um documento às vezes considerado a primeira encíclica papal. Mais ou menos dez anos após a chegada de Inácio a Roma, a igreja da cidade escreveu à de Corinto numa tentativa de refrear as disputas e desordens que lá irromperam. Embora não assinada, a carta sempre foi atribuída ao presbítero romano Clemente, que em geral figura nas antigas listas

como o terceiro papa depois de São Pedro. Muitas lendas haveriam de acompanhar o seu nome, e ele seria venerado como o mártir que, deportado para a Crimeia, foi jogado ao mar atado a uma âncora. **O fato, porém, é que Clemente jamais pretendeu estar escrevendo na qualidade de bispo:** a carta foi enviada em nome de toda a comunidade romana, ele não se identifica nem escreve em primeira pessoa, e nada se sabe a seu respeito. A carta não distingue presbíteros de bispos e se refere a eles sempre no plural, sugerindo que, **em Corinto como em Roma, a igreja estava organizada sob o comando de um grupo de bispos e presbíteros, não de um único chefe.** ⁽⁴⁴⁾

Portanto, a conclusão de Duffy é tão clara que não dá margem a nenhuma dúvida. Então, querer manter viva essa lenda, torna-se coisa de ortodoxo que não abre mão de seus dogmas, que são defendidos à margem de toda e qualquer verdade, uma vez que o mais importante para ele é no que acredita e não o que de fato aconteceu.

Passada uma geração, tudo continuava igual em Roma. **O tratado visionário O Pastor de Ermo, escrito na cidade no começo do século II, alude apenas em termos coletivos aos “governantes da Igreja” ou aos “anciãos que presidem a Igreja” e, uma vez mais, não**

procura fazer distinção entre bispos e anciãos. Clemente é mencionado (caso o Clemente de Ermo seja o mesmo que escreveu a missiva pelo menos uma geração antes, o que não se pode garantir), mas não como bispo chefe, e sim como o ancião encarregado das cartas para “as cidades estrangeiras” - em suma, o secretário de correspondência da igreja romana.

Tudo quanto se sabe dela em seus primeiros cem anos vem confirmar esse quadro geral. Por si mesmos e pelos outros, os cristãos da cidade eram considerados uma só igreja, como deixa claro a epístola de Paulo. Mas a realidade social por trás dessa identidade única não era a de uma congregação, mas a de uma frouxa constelação de igrejas instaladas em residências particulares ou, com o crescimento da comunidade no decorrer do tempo, reunindo-se em salões alugados, no mercado ou nos banhos públicos. **Não existia um dignitário dominante único, os anciãos ou líderes compartilhavam as responsabilidades, ainda que houvesse uma distribuição de tarefas, como a do correspondente estrangeiro.** Pouco antes da conversão de Constantino, havia mais de duas dúzias desses centros comunitários-religiosos, chamados *tituli*. ⁽⁴⁵⁾ (itálico do original)

Diante dessas informações sobre o livro *Pastor de Hermas* (dito Ermo) vemos a confirmação do que foi falado no item anterior.

Foi diante desse pano de fundo de confusão ritual e doutrinal, no meado do século, que Roma aceitou o “episcopado monárquico”, a direção da igreja por um único bispo. Em todo o mundo mediterrâneo, o governo dos bispos passou a ser encarado como uma defesa crucial contra a heresia. [...] **Não há como estabelecer com segurança a data em que emergiu em Roma o cargo de bispo governante e, assim, conhecer a identidade do primeiro papa, mas o processo certamente estava concluído mais ou menos na época de Aniceto, na metade da década de 150,** quando Policarpo, o idoso bispo de Esmirna, visitou Roma e com ele discutiu amigavelmente a questão da fixação da data da Páscoa. [...].

[...] **Foi no tempo de Aniceto que se fizeram as primeiras tentativas de compilar a lista da sucessão dos bispos romanos** a partir da lembrança dos nomes dos presbíteros mais importantes, como Clemente. Provavelmente, foi também nesse período que se construíram os monumentos fúnebres de Pedro e Paulo no Vaticano e na Via Ostiense. Essa materialização arquitetônica das pretensões de continuidade com os apóstolos iria prosseguir no século seguinte e, pelo menos a partir de 230, os bispos foram sendo sepultados numa única “cripta dos papas”, na Catacumba de São Calisto, o cemitério da Via Ápia adquirido pela Igreja no século II.

Tais monumentos eram os equivalentes arquitetônicos das listas de sucessão, expressão do sentido de continuidade cada vez mais explícito entre a Igreja romana contemporânea e os apóstolos. **A mais antiga lista remanescente em**

Roma é a de Irineu, na qual está claramente manifesta essa função simbólica. Irineu sublinha os paralelos entre os apóstolos e os chefes da Igreja, mencionando precisamente doze bispos romanos entre Pedro e Eleutério, o titular da dignidade à época. O cuidadoso arranjo, que chega a atribuir ao sexto deles o nome de Sisto, é bastante suspeito. ⁽⁴⁶⁾

Eis um dado interessante sobre a “lista” de papas, que realmente, nada contém que possa garantir sua coerência.

E mais contundente é essa afirmação de Küng constante de **A Igreja Católica**:

[...] No entanto, **a primeira lista de bispos**, do padre da igreja do século II Irineu de Lyon, segundo a qual Pedro e Paulo transferiram o ministério de *episkopos* para um certo Lino, **é uma falsificação do século II**. Um episcopado monárquico pode ser demonstrado para Roma só a partir de meados do século III (bispo Aniceto). ⁽⁴⁷⁾
(itálico do original)

Se, como afirma Küng, a lista de Irineu “é uma falsificação do século II”, não é prudente continuar levando-a a sério para se nomear os “supostos” sucessores de Pedro que, também, por sua vez, é o

suposto primeiro papa.

Em ***História do Cristianismo***, Paul Johnson (1928-), escritor, jornalista e historiador britânico, também nos dá conta dessa estratégia de remontar a lista dos supostos papas a Pedro:

[...] **A ortodoxia** só seria instituída na época do bispo Demétrio, 189-231, que estabeleceu uma série de outras sedes episcopais e **engendrou uma árvore genealógica para seu próprio Bispado de Alexandria, cuja fundação remontaria, através de dez predecessores míticos, a Marcos, e deste a Pedro e Jesus**. [...].
(48)

Em *Mentiras Fundamentais da Igreja Católica, Como a Bíblia foi Manipulada*, o espanhol Pepe Rodríguez (1953-), destacado jornalista de investigação, mencionará Karlheinz Deschner (1924-), escritor e historiador alemão, como outro autor que fala da falsificação dessa lista de papas.

Somam-se, portanto, as informações sobre a criação de uma lista sucessória de papas, nos primórdios da Igreja Católica, que nunca existiu.

Em ***Santos & Pecadores: História dos***

Papas, lemos:

Mas, nessa fase, o prestígio da igreja de Roma não dependia primariamente da posição social nem da autoridade do bispo. Era ela como um todo que desfrutava a glória dos apóstolos e merecia o respeito de outras comunidades cristãs dos séculos II e III. [...].

Portanto, no início do século III, a igreja de Roma era um ponto de referência reconhecido por todos os cristãos do mundo mediterrâneo e podia até funcionar como tribunal de recurso. [...].

Não obstante, é preciso também ter em mente que todos esses sinais do *status* especial da igreja e do bispo de Roma eram uma questão de grau, não de espécie. Nenhuma outra comunidade podia atribuir-se a sucessão dos dois apóstolos, mas a autoridade apostólica, as responsabilidades e o *status* que ela outorgava podiam encontrar rival em outra parte. Outros bispos e outras igrejas faziam doações, escreviam cartas de conselho, censura ou estímulo e excluíaam da comunhão as igrejas que, a seu ver, tinham caído em grande erro. Ao exaltar a glória da igreja romana, Irineu e Tertuliano estavam louvando o exemplo mais notável de um fenômeno amplo. [...].⁽⁴⁹⁾

Mesmo que a essa época prevalecesse o “status especial da igreja de Roma”, conforme dito,

ele se relacionava não a uma questão de grau, ou seja, superioridade hierárquica sobre todas as outras.

Outra informação importante, temos na obra ***História do Cristianismo***, onde Johnson esclarece:

[...] A ligação de Roma com os dois maiores apóstolos jamais sofreu contestação e foi explorada desde os tempos mais remotos. Roma, de todas as igrejas primitivas, tinha a genealogia mais impressionante. Com efeito, ela dispunha de um excesso – não um apóstolo, mais dois. Pedro, porém, era o fundador mais valioso, por ser, em certo sentido, o principal apóstolo, o colaborador mais próximo de Jesus e o beneficiário do famoso texto de Mateus sobre a “pedra” e as “chaves”. **Não há indícios de que Roma tenha explorado esse trecho para afirmar a sua primazia antes de 250** – e então, o que é interessante, em conflito com o agressivo episcopaliano Cipriano –, mas o que está claro é que, na segunda metade do século II, e sem dúvida em resposta à heresia paulina de Marcião – a primeira heresia experimentada por Roma –, Paulo foi eliminado de qualquer relação com o episcopado romano e o ofício foi fortemente vinculado apenas a Pedro. Com efeito, provavelmente o primeiro bispo romano, em algum sentido significativo, foi Sotero (166-74), mas, na época, o conceito de uma tradição episcopal remontando a Jesus já fora estabelecido, e Roma também pode ter estado por

trás do processo que fez de “seu” apóstolo, Pedro, o fundador da Igreja de Antioquia e de seu secretário, Marcos, o fundador de Alexandria, convertendo assim a segunda e terceira cidades do império em colônias eclesiásticas de Roma. (50)

Então, fica claro que somente depois do ano de 250 é que se poderá encontrar alguma coisa defendendo a primazia da Igreja de Roma, o que consequentemente prova que antes dessa data não havia ainda uma linha sucessória de papas, tendo essa cidade como base.

Em **Santos & Pecadores: História dos Papas**, Duffy explica:

Humilde e sem ambições, **Cornélio** contava com o apoio de seus pares – chegou a angariar o suporte de sessenta bispos, em Roma, contra as reivindicações de Novaciano, além de colher cartas de comunhão dos de fora. Em particular, obteve a aprovação de **Cipriano de Cartago, o mais destacado bispo africano**, que tinha uma visão exaltadíssima do episcopado e enfatizava a dignidade do chefe de cada igreja. **Aceitava a posição especial da sé romana, “a cadeira de Pedro, a igreja primordial [ou 'principal'], a fonte mesma da unidade episcopal”.** Mas com isso não queria dizer que os demais bispos fossem subordinados ao papa. Ele próprio,

como tantos outros na Igreja primitiva, usava o título “papa”, que só no século VI tornar-se-ia exclusivo do dignitário de Roma. De fato, Cristo havia fundado a Igreja em Pedro, mas todos os apóstolos e todos os bispos participavam plenamente do único e indivisível poder apostólico. A deferência de Cipriano para com Roma tinha portanto os seus limites, e os alcançaria deveras alguns anos depois, quando **foi eleito papa o aristocrata romano Estêvão (254-257)**.

[...].

Cipriano porém, recusando-se a aceitar essa regra, organizou dois sínodos dos bispos africanos para condená-la. **O papa não foi mencionado, mas obviamente não era outro o alvo das censuras do hierarca de Cartago ao dizer, em seu preâmbulo, que “nenhum de nós se considera bispo dos bispos nem exerce o poder tirânico de obrigar os colegas à obediência”.** (51) Não admira que os eclesiásticos que ele enviou a Roma a fim de informar o papa de tais decisões retomassem sem ser ouvidos. Irritado com a temeridade dos líderes africanos, Estêvão escreveu às igrejas da Ásia Menor, adeptas da linha mais intransigente de Cipriano em favor do rebatismo dos hereges, ameaçando romper a comunhão com elas; contudo, morreu antes de poder cumprir a ameaça.

O incidente teve significado mais amplo. Embora a carta de Estêvão não tenha sobrevivido, sabe-se, pelo comentário de Cipriano, que ele fundamentou sua condenação das igrejas africanas em Mateus 16: “Tu és Pedro, e sobre esta pedra

edificarei a minha Igreja”. No período do papa Cornélio, **Cipriano** escrevera um tratado sobre a *Unidade da Igreja Católica*, no qual tratava de reforçar a sua própria autoridade e a do papa em oposição ao cisma novacianista, enfatizando o papel exclusivo da sé de Pedro na base da unidade. Na época da disputa com Estêvão, **reescrevendo a obra, ele excluiu as passagens e negou que o bispo de Roma pudesse atribuir-se particularmente a promessa de Cristo a Pedro**. Ela significava, sem dúvida, a fundação da sé de Roma, mas também **era privilégio de todos os bispos, os quais compartilhavam a posse das chaves entregues a Pedro**. Assim, para o dignitário africano, fora uma insensatez de Estêvão “vangloriar-se tanto da sede de seu episcopado e tanto insistir em que é o sucessor de Pedro”. (52) É, todavia, significativo que, mesmo no auge do confronto com Estêvão, Cipriano tenha evitado atacar abertamente a autoridade de Roma e haja suprimido os detalhes do péssimo tratamento dispensado pelo papa a seus enviados. Roma continuava sendo um símbolo fundamental da unidade do episcopado, e era impensável uma ruptura absoluta com ela.

A morte de Estêvão, em 257, e o sacrifício heroico de seu sucessor, o papa grego Sisto, no ano subsequente, seguida, um mês e meio depois, da execução do próprio Cipriano, diluíram esse confronto potencialmente desastroso – com o tempo, Sisto, Cornélio e Cipriano haveriam de ser comemorados juntos na mais solene oração da Igreja romana, o Cânon da Missa. Em todo caso, esta foi a primeira crise importante do papado e

teve muito significado no futuro. **A invocação de Mateus 16 feita por Estêvão é a primeira afirmação papal conhecida de que sua autoridade derivava exclusivamente de Pedro e foi a primeira tentativa clara de um pontífice de exercer sobre os demais bispos um poder que era qualitativamente diferente e superior tudo quanto haviam possuído até então.** Até o reinado de Estêvão, a primazia da igreja romana fora concedida de bom grado, com base na estima por uma igreja abençoada pelo ensinamento e o martírio dos dois grandes apóstolos, aos judeus e aos gentios, e se reforçara mediante a generosidade e o cuidado pastoral dispensado às outras comunidades cristãs que caracterizaram a igreja romana nos dois primeiros séculos. **Com o confronto entre Estêvão e Cipriano, ficou claro o potencial de divisão das pretensões papais.** ⁽⁵³⁾ (itálico do original)

Estamos vendo o início da disputa, na qual Estêvão quer ocupar a cadeira de Pedro, enquanto Cipriano não admite a superioridade evocada por ele. Isso é interessante, porquanto o que nos passamos é como se as coisas tivessem acontecido normalmente, sem qualquer tipo de questionamento ou refutação.

Richard E. Rubenstein (1938-), na obra ***Quando Jesus se Tornou Deus***, conta que, em

340, alguns bispos “renovaram o pedido para que Júlio convocasse os bispos orientais e ocidentais para um grande concílio sob a sua presidência” (54), mais à frente continua:

Mas o concílio que Júlio tinha proposta estava destinado ao fracasso sob vários aspectos. O concílio tinha sido convocado por um prelado romano em não pelo próprio imperador. Além disso, dele participaram clérigos orientais e ocidentais, e a maioria provavelmente seria constituída pelos ocidentais. (No Concílio de Niceia havia apenas uma meia dúzia de bispos ocidentais, para um total de 270 a 280 bispos presentes.) E, o mais importante nisso, o concílio presumivelmente também deveria rever as decisões tomadas pelos bispos orientais em concílios da Igreja constituídos idoneamente. Júlio dever ter compreendido como o Oriente reagiria a estas inovações. **O Pontífice Romano era o principal bispo do Ocidente, com amplos poderes sobre os clérigos sob a sua supervisão, mas os quatro “papas” do Oriente tinham poderes semelhantes.** (55) Na verdade, devido à ligação de Pedro e Paulo com Roma, esta cidade ocupava um lugar especial na história do cristianismo, **mas sua autoridade, fora dos seus domínios, não era reconhecida por todos e, até aquela data, ainda não tinha sido assegurada.** Os bispos latinos cuidavam dos problemas do Ocidente e os gregos dos seus próprios no Oriente. Os bispos do Oriente só responderam à convocação em janeiro de 341, quando noventa e

sete bispos se encontraram na Antioquia para consagrar a igreja dourada, octogonal, originalmente construída por Constantino. [...]. ⁽⁵⁶⁾

Ao que tudo indica até 340 não havia um clérigo que respondesse pela Igreja liderando todos os bispos do catolicismo, na condição de papa.

Em **Santos & Pecadores: História dos Papas**, lemos:

[...] contudo, **o Concílio de Constantinopla outorgou uma série de cânones disciplinares, que atingiram no coração a aspiração romana de primazia sobre o conjunto da Igreja.** Decretou-se que, no caso dos bispos, os apelos seriam ouvidos no interior da própria província – **numa franca condenação da pretensão de Roma de vir a ser o tribunal supremo de recurso em tais casos.** E estipulou-se que "o bispo de Constantinopla há de ter preeminência, em honra, depois do bispo de Roma, pois Constantinopla é a nova Roma. ⁽⁵⁷⁾

Por duas razões, esse último cânon era absolutamente inaceitável em Roma. Em primeiro lugar, representava uma capitulação ante a aspiração imperial de assumir o controle da Igreja, uma vez que Constantinopla não tinha senão o *status* secular da cidade para justificar tal reivindicação de precedência religiosa. E, o que era pior, a determinação implicava que a própria

primazia de Roma derivava não de sua linhagem apostólica, como a Igreja de Pedro e Paulo, mas do fato de outrora haver sido a capital do império. **Dâmaso e seus sucessores se recusaram a aceitar os cânones e, no ano seguinte, um concílio dos bispos ocidentais, em Roma, emitiu uma réplica, declarando que a sé romana tinha a primazia sobre todas as demais devido à promessa do Senhor a Pedro – Tu es Petrus – e porque Pedro e Paulo a haviam fundado.** Especificou-se ainda que, sendo Roma a primeira sé de Pedro, a segunda não era Constantinopla, mas Alexandria, pois fora fundada por Roma, através de São Marcos, por ordem de Pedro, e a terceira em precedência era Antioquia, onde Pedro fora bispo antes de ir a Roma.

O pontificado de Dâmaso deixou exposta a brecha cada vez mais larga a separar a percepção oriental da ocidental da importância religiosa de Roma. Os problemas de Libério evidenciaram que o controle imperial sobre a Igreja e a avassaladora prioridade que o império dava à unificação podiam colocar o papa e o imperador em rota de colisão. No entanto, Roma estava ficando cada vez mais distante do centro de decisões imperiais. Depois de Constantino, nenhum imperador voltara a morar na cidade, e mesmo os de origem ocidental preferiam fixar-se no norte – em Trier, Arles e principalmente Milão. Esta última cidade fora o centro das tentativas de Constantino de impor o arianismo ao Ocidente, e um bispo ariano, Auxêncio, permaneceu no cargo até morrer em 374.

O sucessor de Auxêncio foi um funcionário civil de carreira impecavelmente ortodoxo,

Ambrósio, o governador não batizado da cidade. E era ele, não Dâmaso nem seu sucessor Sirício (384-399), quem estava destinado a tornar-se a figura dominante na vida da Igreja ocidental no último quartel do século IV. Ambrósio empenhou-se em aumentar a influência da sé de Milão, assumindo o papel metropolitano perante os episcopados do norte da Itália, anteriormente exercido por Roma, envolvendo-se compromissos episcopais em lugares remotos como os Balcãs, atraindo à cidade o clero e os religiosos de Piacenza, Bolonha, e até da África do Norte. [...]. ⁽⁵⁸⁾ (itálico do original)

Mais informações que provam que a briga pela supremacia era bem acirrada entre os bispos da época. É pura ilusão acreditar que a conquista do poder não causa brigas, contendas, conchavos e imposições pela força; disso não fica livre nem mesmo as religiões.

Dâmaso, parece-nos que foi o bispo que “forçou a barra” para que a comunidade católica tivesse Roma como tendo primazia sobre todas as outras sedes episcopais. Johnson, em ***História do Cristianismo***, explica:

De qualquer modo, nesse e em outros aspectos,

o cristianismo estava mudando para satisfazer a opinião pública. No século II, a Igreja havia adquirido os elementos de organização eclesiástica; no III, criou uma estrutura intelectual e filosófica, e, no IV, especialmente na segunda metade, edificou um personagem público dramático e impressionante: começou a pensar e agir como uma Igreja estatal. Tal política foi moldada pela necessidade de desafiar o paganismo – e de modo quase consciente, após a retomada juliana, durante o pontificado do **bispo Dâmaso de Roma, entre 366 e 384. Suas metas parecem ter sido bastante específicas: apresentar o cristianismo como a verdadeira e antiga religião do império, e Roma como a sua praça-forte.** Dessa forma, instituiu a grande cerimônia anual em honra de Pedro e Paulo, afirmando que o cristianismo já era muito antigo e estivera associado a Roma e aos triunfos do império por mais de três séculos. Os dois santos, alegou, não apenas conferiam a Roma primazia no Oriente, já que a tinham adotado, como também eram protetores mais poderosos da cidade que os deuses antigos. O cristianismo era, agora, uma religião com passado glorioso, bem como um futuro ilimitado. **Dâmaso** vivia bem e se entretinha de maneira suntuosa. Por volta de 378, promoveu um sínodo, “na sublime e santa Sé Apostólica” – primeira vez em que a expressão foi utilizada – **que tornou necessária a intervenção estatal a fim de garantir que os bispos ocidentais se sujeitasse a Roma.** Também se determinou que o bispo de Roma não teria a obrigação de comparecer à corte: “nosso irmão Dâmaso não

deve ser colocado em posição inferior à daqueles de quem, oficialmente, é igual, mas a quem excede na prerrogativa da Sé Apostólica (...). **Dâmaso parece ter sido um homem sem nada de espiritual.** [...]. (59)

Prova-se, portanto, que a primazia de Roma é algo imposto, e não uma coisa que surgiu naturalmente entre a comunidade católica incipiente.

De Ambrósio de Milão (340-397), conhecido como Santo Ambrósio, temos a seguinte informação constante de ***História do Cristianismo***:

[...] Ambrósio tinha um papel pontifical na política de sua época. Aparentemente, em seu entender **os bispos detinham um poder colegiado na Igreja**, mas a influência de sedes episcopais individuais tinha de depender da importância da cidade com que estivessem identificados. “O que se diz a Pedro”, escreveu, “diz-se aos apóstolos” – **afastando, dessa maneira, qualquer defesa especial de Roma.** E, também: **“todos os bispos receberam, no abençoado apóstolo Pedro, as chaves do reino dos céus”**, “Cristo deu a seus apóstolos o poder de remitir os pecados, que foi transmitido por eles ao ofício sacerdotal”. “Não estamos usurpando um poder, mas obedecendo a um comando”. “Poder”

era uma palavra constante nos lábios de Ambrósio: a seu ver, o grau de poder exercido pela Igreja refletia suas afirmações e sua autoridade espiritual, que, em última estância, tinham de ser ilimitadas. Assim, “nós, sacerdotes, dispomos de nossa própria maneira de ascender a um império. Nossa debilidade é caminho para o trono. Pois quando sou fraco é que sou poderoso”. (60)

É bem estranho que Ambrósio, o bispo de Milão, considerado um dos doutores e pais da Igreja, não tenha reconhecido Pedro como um mandatário supremo da Igreja, caso, de fato, ele o fosse. Estamos, portanto, diante de mais uma prova incontestável que esse apóstolo nunca recebeu de Jesus alguma incumbência especial de dirigir o movimento cristão que se instalava.

Em **Santos & Pecadores: História dos Papas**, lemos:

A julgar pelas referências aos “decretos gerais” de seus predecessores, **Sirício** decerto não tinha ideia de que estava criando algo novo: pode ser que essa forma de resposta a indagações já se tivesse tornado rotineira. Contudo, **sua carta não deixa de ser um sintoma da adoção, por parte dos papas, de um idioma e de uma mentalidade que ajudaria a moldar o universo mental da**

crisandade ocidental. A estabilidade apostólica de Roma, seu testemunho de uma verdade ancestral, seria a partir de agora concebida não como a simples entrega da antiga *paradosis*, da tradição, mas especificamente como fonte legislatória. A lei tornou-se a preocupação principal da igreja romana, e o papa passou a ser visto como seu supremo legislador. Conforme escreveu Inocêncio I (401-417) aos bispos da África, "foi decretado por uma autoridade divina, não humana, que nenhuma ação empreendida em qualquer província, por distante e remota que seja, deve ser levada a efeito antes de chegar ao conhecimento desta sé, de modo que toda decisão possa ser confirmada por nossa autoridade. (61) (62)

Encontramos em ***A Igreja Católica***, a seguinte informação de Küng sobre o bispo Sirício:

O bispo Sirício (384-99) foi o primeiro a se intitular “papa”. *Papa* (do grego *pappas*) era uma palavra reverente e amorosa para “pai”, há muito usada por todos os bispos no Oriente; o processo de uma monopolização romana de títulos originalmente pertencentes a muitas igrejas e bispos havia começado. Sirício chamou sucintamente de apostólicos seus próprios estatutos. Ao mesmo tempo, adotou o estilo das autoridades e da chancelaria romanas: como o imperador comunicando-se com seus governantes provinciais, ele respondia a pedidos de informação

e requisições de outras igrejas com breves éditos com “Decreta” e “Responso”. (63) (itálico do original)

Com Sirício (384-399), sucessor de Dâmaso, é que, na prática, se inicia a proeminência da autoridade papal, parto dos mais difíceis.

Na obra ***Santos & Pecadores: História dos Papas***, temos:

[...] Concílio Geral de Calcedônia, em 451, presidido pelos representantes de Leão. **Os participantes do concílio saudaram com entusiasmo a leitura do documento de Leão, declarando que através dele falara Pedro.** Não era outra a convicção de Leão quanto a *todas* as manifestações papais, e ele se convenceu de que o concílio adotara sua doutrina porque se tratava da doutrina do papa. Desde a época de Dâmaso, os teólogos romanos consideravam que só o endosso papal conferia autoridade especial aos concílios, distinguindo-os das outras assembleias de bispos. **Todavia os bispos de Calcedônia não eram dessa opinião. Reconheciam a dignidade e a honra especiais da sé apostólica, mas nem por isso admitiam como necessariamente verdadeiro tudo quanto seu bispo dissesse, preferindo acreditar que *naquela ocasião especial* Pedro falara através de Leão.** Adotaram, pois, a solução que ele oferece ao

problema não meramente porque era dele, mas porque a consideravam verdadeira. Para sublinhá-lo, no cânon 28 do concílio, reafirmaram a doutrina do Concílio de Constantinopla e Constantinopla ganhou precedência, depois de Roma, “porque é a nova Roma”. [...]. ⁽⁶⁴⁾ (itálico do original)

Assim, até ano de 451 a “resistência” ainda não queria ver o bispo de Roma, como mandatário supremo da Igreja. Nesse ano é realizado um concílio ecumênico; vejamos, em **Religiões do Mundo: Em Busca dos Pontos Comuns**, o que Hans Küng fala a respeito dele:

No segundo mais importante **concílio ecumênico, o de Calcedônia, em 451**, o bispo de Roma, Leão Magno, consegue um grande êxito com sua fórmula cristológica de Cristo como uma pessoa em duas naturezas. **Mas também aqui ninguém pensa em conferir a Roma uma primazia sobre as outras igrejas.** Pelo contrário, precisamente Leão, que já sonha com uma pretensa *plenitudo potestatis* (“plenitude de poder”) dada ao bispo de Roma, e que por isso assume o título do supremo sacerdote pagão, “Pontifex maximus”, é forçado a inteirar-se de que o mesmo concílio, sem qualquer cerimônia, confere à sede da Nova Roma (Constantinopla), em seu célebre cânon 28, o mesmo primado honorífico que à antiga capital do império. O enérgico protesto de

Leão contra essa valorização da segunda Roma não encontra qualquer eco. De qualquer modo, ele é o primeiro dos bispos de Roma a ser sepultado na basílica constantiniana de São Pedro. **E Roma, a partir de então, irá com predileção reportar-se justamente a ele, a quem por sua teoria e prática do primado cabe, no verdadeiro sentido, o título de “papa”.**

Mas que presunção – esse o sentimento que se teve e ainda se tem na ortodoxia oriental – a de um bispo isolado, na igreja, tentar atribuir a si a responsabilidade pessoal e o poder do apóstolo Pedro! Totalmente inaceitável parece, sobretudo, que a partir do poder apostólico de Pedro – por uma hábil combinação de argumentos teológicos e jurídicos –, se deduzam todas as possíveis consequências jurídicas para uma exigência de domínio absoluto. **A incessante vontade de poder de Roma não recua nem mesmo diante das mais flagrantes falsificações.** Basta pensar na “doação constantiniana” (antes de partir para o Oriente, Constantino teria dado ao bispo de Roma uma posição semelhante à do imperador e o primado sobre todas as igrejas). Basta pensar nas falsificações simaquianas (“A primeira sede não é julgada por nenhuma outra.”), e sobretudo nas do Pseudo-Isidoro, de que a igreja antiga teria sido, até nos mínimos detalhes, governada por decretos dos papas. Tais manipulações, únicas na história universal, não são de forma alguma uma curiosidade “da época”, mas sim um fator de poder até hoje. No Código do Direito Canônico, revisado em 1982, elas são, na verdade, veladas, mas continuam atuantes no

absolutismo papal, que efetivamente mais uma vez corroboram. ⁽⁶⁵⁾ (itálico do original)

Então, segundo Küng a autoridade eclesiástica que merece o título de primeiro papa seria Leão Magno, que esteve no comando da Igreja de 440 a 461.

Voltando a ***Santos & Pecadores: História dos Papas***, transcrevemos:

Essa determinação de sujeitar os arcebispos metropolitanos adventícios marcou o confronto de Nicolau com o arcebispo de Hincmar de Rheims. Este era o mais destacado dignatário eclesiástico franco, além de favorito imperial. Como todo bispo ocidental, aceitava a primazia do papa, porém na prática tratava de minimizar o seu impacto sobre si. Opôs-se à unção de Carlos, o Calvo, por temer a jurisdição direta do papa em seus reinos. **Falando em nome da lei, ele via o papa como seu intérprete e última corte de apelação dentro da Igreja; porém pensava nele como juiz, não legislador. Nenhum papa teria poderes para mudar as leis estabelecidas pelas igrejas locais.** Em 861, Hincmar depôs Rothad de Soissons, um bispo sufragâneo com o qual fazia tempo que estava em conflito. Este recorreu a Nicolau, mas Hincmar e seus aliados tentaram impedi-lo, invocando a lei franca para preterir o direito canônico de apelo a Roma. O pontífice

recebeu aquilo como uma provocação, pois achava que em caso algum podia-se destituir um bispo sem autorização papal. Como não havia sido consultado, ele passou por cima de Hincmar e reabilitou Rothad. Quando aquele questionou a decisão, ameaçou suspendê-lo da celebração da missa. Uma vez mais, o arcebispo cedeu em face do pontífice, muito embora após a morte deste tenha voltado a resistir com o mesmo vigor às incursões papais na igreja franca. ⁽⁶⁶⁾

Pelo que se depreende do relato, até o ano de 861 ainda havia desentendimento interno na Igreja sobre o poder papal.

[...] Havia muito que o Ocidente proclamava que “a Igreja romana nunca errou”, afirmação convenientemente olvidada pelo papa Honório e amiúde aceita no Oriente. Gregório ou seu compilador não fizeram senão dilatar ligeiramente essa afirmação, com a ajuda de Mateus 16:18-19, ao acrescentar que ela “nunca errará, por toda a eternidade, conforme o testemunho das Sagradas Escrituras”. Semelhante ampliação de um ponto de vista geralmente aceito encontra-se na **declaração de que o papa é superior a todos os bispos e concílios e, por conseguinte, seus delegados, mesmo quando de ordens menores** (o próprio Gregório não passara de subdiácono durante toda sua carreira), **têm precedência sobre todos os bispos.**

Por outro lado, a **reivindicação de que unicamente o papa tinha o poder de destituir ou transferir bispos, convocar concílios gerais e autorizar a reforma da lei canônica havia sido veementemente contestada pela igreja franca e continuaria sendo contestada até a Reforma.** Contudo, ainda mais radicais eram certas máximas surpreendentes do *Dictatus Papa e*, pois Gregório proclamava que só o papa podia depor imperadores, além de ter a faculdade de absolver os súditos da vassalagem aos maus governantes. Todos reconheciam no pontífice a atribuição de *jazer* um imperador, mas ninguém deduzia disso que ele também detinha o poder de *desfazê-lo*. Em nome dessa visão exaltada de sua dignidade, Gregório entrou em colisão com o cerne da concepção da época da natureza da monarquia e da comunidade política. **Ficou evidente a extravagância de sua posição quando se afirmou que, devido aos méritos de São Pedro, o pontífice devidamente eleito era automaticamente um santo**, ideia que, em face da trajetória dos papas dos anos precedentes, muito há de ter desconcertado os seus contemporâneos. ⁽⁶⁷⁾ (itálico do original)

Na época de Gregório VII (1073-1085) surge o documento *Dictatus Papae* (Memorando do Papa), com diretrizes estabelecidas em 27 proposições de cânones destinados a estabelecer as prerrogativas papais. Que, além do citado acima, ainda tinha que

“só o papa pode ser chamado de *universal* por direito”, evidenciando, portanto, a existência desse longo e penoso trabalho de parto para a implantação definitiva da superioridade de Roma.

A transformação do papado foi, entre outras coisas, a transformação de suas instituições. **À proporção que Roma passava a ser encarada como o centro executivo da Igreja, eram desenvolvidos mecanismos para fazer frente ao decorrente aumento das atividades.** Leão IX dera uso inovador aos sínodos regionais de bispos e abades, que se reuniam aonde quer que ele fosse e serviam tanto para recrutar as hierarquias locais para a causa da reforma quanto para divulgar o seu programa. Seus sucessores atribuíram uma importância particular ao sínodo romano. ⁽⁶⁸⁾

Confirma-se, o que acabamos de dizer, no item imediatamente anterior.

A transformação dos sínodos e concílios foi possível porque muitas de suas funções vinham sendo assumidas pelos cardeais, sobretudo pelo consistório (assembleia de cardeais presidida pelo papa). Desde o começo, os cardeais foram decisivos para o sucesso do movimento da reforma – Pedra Damião denominou-os “os senadores espirituais da Igreja romana” e considerava que suas prerrogativas transcendiam às dos patriarcas

e primazes. **A partir de 1059, eles passaram a ser os principais eleitores do papa, tanto que o decreto daquele ano veio especificar que a escolha cabia, antes de tudo, aos sete bispos cardeais. Porém, os outros cardeais se recusaram a fazer concessões nesse ponto, e assim, durante mais de um século, continuaram duvidosas as normas que regiam a eleição papal. O fato é que o direito exclusivo dos cardeais de eleger só ficou seguramente estabelecido em meados do século XII, e a exigência de uma maioria de dois terços – ainda hoje vigente – não seria fixada antes do Terceiro Concílio de Latrão, em 1179.** Mesmo assim, o voto da maioria não era inevitavelmente uma garantia de legitimidade. Inocêncio II (1130-1143) foi eleito por uma minoria de cardeais; seu adversário, o antipapa Anacleto II, por uma grande maioria; no entanto, o primeiro acabou sendo reconhecido como verdadeiro papa. ⁽⁶⁹⁾

Nessa época é que o processo de consolidação do poder de Roma inicia-se de forma mais contundente.

Foi obra do papado do século XII transformar essa percepção religiosa em realidade legal. Seu grande genitor, Alexandre III (1159-1181), inaugurou uma longa linhagem de papas-legisladores. Sobrevivem do século XII cerca de mil decretais ou cartas formais papais que incorporam

decisões legais. E é um assombro que setecentas delas seja de Alexandre, a metade das quais referindo-se a assuntos ingleses.

[...] Como quase todas as coleções medievais, a obra de Graciano foi o empreendimento particular de um estudioso: o papado nada teve a ver com ela. Mesmo assim, muito se valeu tanto de forjaduras papistas, como a Doação de Constantino, quanto de decretais papais. **A lei canônica era a lei papal, e o domínio crescente da lei no interior da Igreja foi um fator decisivo no estabelecimento do papado no centro do Igreja, do mesmo modo que o monarca e seus tribunais se situavam no centro dos sistemas legais seculares.**

Tudo isso tinha também um lado negativo, o qual foi muito comentado. O direito de qualquer clérigo de apelar a Roma e a proibição de uma ação local contra ele enquanto tramitava o recurso significava que, apelando ao papa, o réu culpado podia esquivar-se quase indefinidamente da justa punição. Os julgamentos de casos distantes pelo tribunal papal baseavam-se geralmente em informações insuficientes ou na apresentação unilateral de uma das partes em litígio. Os superiores eclesiásticos podiam ser fustigados por acusações perniciosas, e o postulado de Gregório, no Dictatus Papa e, segundo o qual com permissão papal "os súditos podem acusar os governantes", a muitos parecia subverter toda ordem na Igreja e na sociedade. Bernardo de Clairvaux chamou a atenção de Eugênio III para o solapamento da hierarquia da Igreja: "Vós fostes nomeado para preservar os graus e as ordens de honra de cada

um, não para prejudicá-los”. (70)

Não foi por acaso que nesse período o papado começou a empregar o termo “cúria” (corte) para descrever sua administração. O vocábulo foi introduzido por Urbano II, que também deu início à reorganização de toda a casa papal; nos cinquenta anos seguintes esta se converteria num eficiente aparato comandado pelos cardeais. Havia um preço a pagar por esse aumento da eficiência. **A corte papal desenvolveu um forte esprit de corps e passou a ser vista pelos de fora como uma sociedade fechada – como de fato devia ser.** Nada menos que nove dos cardeais criados pelo papa Pascoal II (1099-1118) iniciaram suas carreiras como capelães e funcionários da cúria. Todas as burocracias medievais financiavam-se cobrando taxas pelos serviços prestados, e a cúria não era exceção. Em torno à cadeira judicatória de Pedro ergueu-se um cordon sanitaire unicamente transponível com o passaporte do ouro. **Não se poupavam sátiras contra o comércio de favores na cúria papal. Os únicos santos venerados em Roma, dizia-se, eram Albino e Rufo, a prata e o ouro. "Bem-aventurados os ricos, pois deles é a corte de Roma.** (71) (72)

Assim, é no século XII que a figura do papa passa a ser vista como o legislador da Igreja, o que, conseqüentemente, o colocou como o seu chefe maior. Conforme Duffy “quando o século XII se aproximada do fim, o dedo do papado estava em

todos os lugares onde pulsava a vida da Igreja” (73), o que se confirma pelo desenrolar dessa novela.

Pelo menos uma das consequências práticas do “primado de jurisdição de Roma”, foi, segundo Küng, o cisma entre a Igreja Oriental e a Igreja Ocidental, conforme pode-se ver neste trecho de sua obra ***Religiões do Mundo: Em Busca dos Pontos Comuns***:

Até hoje o primado de jurisdição de Roma (não apenas o primado honorífico como primeiro patriarcado) representa, como se sabe, a grande questão ainda não resolvida entre a igreja do Oriente e do Ocidente. Sobre isso até hoje nunca se discutiu em um concílio ecumênico entre Oriente e Ocidente, nem muito menos foi definida coisa alguma. Por isso, **a nova teoria e prática do primado de Roma carrega a culpa maior pelo cisma entre igreja do Oriente e do Ocidente.** Mesmo no Ocidente, o paradigma teológico, político e jurídico iniciado na igreja católica só pôde ser posto em prática com muitos recuos e estagnações. Antigamente as deposições de papas (por imperadores bizantinos ou alemães) e os processos e condenações contra os papas eram numerosos. **Até o século XI, Roma não é considerada como verdadeira autoridade magisterial no sentido jurídico, nem, muito menos, as decisões papais consideradas infalíveis.** Assim como houve imperadores

heréticos (na disputa das imagens), assim também houve papas heréticos (o caso mais célebre é o de Honório I, no século VII, por vários concílios condenado como herege).

Mas o papado, que no século X (*saeculum obscurum*: o “século obscuro”) havia decaído moralmente, foi reformado pelos imperadores alemães: estes nomearam uma série de papas, quase todos de origem alemã. Assim fortalecido, ele voltou-se no século XI contra seus protetores imperiais, ao mesmo tempo que acreditava poder sustentar um “cabo-de-guerra” com Bizâncio. Na antiga Roma, bem no espírito das falsificações, sempre mais a igreja inteira é derivada do poder papal.

E não é por acaso que o mesmo **cardeal Humberto da Silva Candida, que pela primeira vez fundamentou o poder absoluto do papa na igreja e sua primazia mesmo sobre qualquer poder temporal**, fosse justamente aquele legado papal que, em 1054, deixou na Hagia Sophia a fatídica excomunhão do patriarca ortodoxo juntamente com toda a igreja oriental. Esta é considerada a ruptura definitiva entre a igreja do Oriente e do Ocidente. E selada pela infeliz Quarta Cruzada (1204), com a conquista e saque de Constantinopla pelos latinos e com a imposição de um imperador e um patriarca “latinos”! O cardeal Humberto, por sua vez, chegou a ter a presunção de simplesmente descrever a relação entre igreja e papa como a relação entre porta e gonzo, entre família e mãe, entre edifício e alicerce, entre rio e fonte. Na época somente teoria, mas que logo iria transformar-se em prática de Roma. (74) (itálico do

original)

Uma questão polêmica que surgiu séculos mais à frente, especificamente no século XIX, foi a aceitação da infalibilidade do papa, assunto que, de certa forma, já tratamos em outro tópico; entretanto, para completar, vamos colocar o que registrou Duffy em ***Santos & Pecadores: História dos Papas***:

[...] Na Festa de São Pedro e São Paulo de 1867, considerada a do oitavo centenário do martírio dos Apóstolos, o pontífice anunciou a convocação de um concílio geral a ser inaugurado no dia 8 de dezembro de 1869. Manning e outros importantes bispos ultramontanistas juraram solenemente diante da tumba de Pedro trabalhar pela definição da infalibilidade papal naquele que seria o Primeiro Concílio Vaticano.

Em princípio, porém, a infalibilidade não estava na agenda. O papa convocara o concílio para enfrentar a descrença e o racionalismo do século XIX, que, em sua opinião, estavam solapando o cristianismo, e para fortalecer a Igreja em sua posição contra as sociedades e os governos hostis. **No entanto, à medida que se aproximava a data da assembleia, ficou claro para todos que a infalibilidade seria o tema dominante.** Os governos receavam que doutrinas como a do *Sílaba* se tornassem absolutas e, portanto, viessem a agravar o confronto entre a

Igreja e o Estado. Os católicos liberais temiam ser excluídos da Igreja e que se impusesse uma doutrina ilimitada da infalibilidade papal. **Todos os católicos aceitavam que em matéria fundamental a Igreja doutrinava infalivelmente e todos aceitavam que as manifestações papais solenes falavam pela Igreja.** Mas a concordância terminava aí. Os entusiastas ultramontanistas, como W G. Ward, atribuíam a infalibilidade a praticamente todas as manifestações papais. Ward achava que não só o *Silaba* era infalível como infalíveis se haviam mostrado todas as outras trinta encíclicas e alocuções que ele citava. Queria ter uma nova declaração infalível do papa à mesa todas as manhãs, junto com o *The Times*. Os ultramontanistas desse tipo imaginavam o papa permanentemente inspirado e inclinavam-se a declarações como a de que “a infalibilidade do papa é a infalibilidade do próprio Jesus Cristo”, ou “quando o papa pensa, é Deus que está pensando dentro dele”.

Poucos católicos do século XIX rejeitavam de chofre a noção de que o papa era capaz de doutrinar infalivelmente. Porém muitos achavam perigoso buscar definir como e quando isso podia acontecer. Julgavam desnecessário, pois a infalibilidade da Igreja nunca fora definida e, mesmo assim, todos os católicos acreditavam nela. Também consideravam tal definição inoportuna, pois tendia a inflamar o sentimento anticatólico, a alienar os protestantes e os cristãos ortodoxos orientais, a antagonizar governos. Alguns, como o bispo Dupanloup, achavam que, fosse como fosse, tal definição era quase impossível. Como distinguir,

por exemplo, os ensinamentos do papa enquanto padre ordinário ou teólogo, de sua doutrinação solene *ex cathedra*? Tanto escavar em torno às raízes da autoridade da Igreja podia acabar matando toda a árvore."

Setecentos bispos compareceram ao concílio, 70% dos elegíveis. Os italianos dominaram: os cinco presidentes, todos os secretários e dois terços dos consultores (conselheiros especialistas) eram italianos. **Os postos-chave da burocracia conciliar estavam nas mãos dos adeptos da infalibilidade.** As sessões iniciais se ocuparam da formulação do decreto *Dei Filius*, uma vigorosa afirmação da racionalidade da fé e da qualidade única da revelação cristã. Mas as atenções não tardaram a voltar-se para o esboço do documento sobre a Igreja, um trabalho prolongado que tratava de tudo, da natureza do ministério às relações da Igreja com o Estado. Os debates se arrastaram, e Manning e seus colegas trataram de convencer o papa de que seria perigoso deixar sem solução a questão da infalibilidade. O capítulo referente ao tema ganhou o primeiro lugar na agenda.

O concílio ficou polarizado entre dois grupos, a maioria "infalibilista", chefiada pelo arcebispo Manning, e a minoria não oportunista, que incluía toda a hierarquia austríaca e alemã, além de muitos franceses. Inicialmente, o papa manteve uma escrupulosa neutralidade, saudando com carinho e delicadeza os notórios adversários da infalibilidade. Entretanto, ficou ofendido com uma carta amplamente divulgada do moribundo Montalembert, a qual dizia que os "infalibilistas"

estavam “erigindo seu ídolo no Vaticano”, e também com as tentativas dos católicos liberais de impedir que se discutisse a infalibilidade. Dupanloup tentou convencer Napoleão III a intervir. O leigo católico inglês sir John Acton, discípulo do líder alemão da oposição teológica à definição, Ignaz von Döllinger, organizou uma campanha para excitar a opinião pública, assim como a ação britânica, francesa e alemã, para impedir a definição. Chegou a se dizer que o gabinete inglês enviaria um navio de guerra. (75)

[...] O decreto final, esboçado pelo arcebispo Cullen, de Dublin, levou em conta os seus argumentos e intitulou-se “De Romani Pontificia infallibili magisterio” (“Do ensinamento infalível do pontífice romano”). A própria formulação do decreto cercou-se de cautelosas restrições. Declarava que:

O pontífice romano, quando fala *ex cathedra*, ou seja, quando no exercício do ofício de pastor e mestre de todos os cristãos, define... uma doutrina concernente à fé e à moral: ser mantida por toda a Igreja, mediante a divina assistência a ele prometida por São Pedro, **é investida da infalibilidade** da qual o Divino Redentor deseja dotar a Igreja... e, por essa razão, tais definições do pontífice romano são irreformáveis por si mesmas, não pelo consentimento da Igreja."

Por conseguinte, a doutrinação papal rotineira *não* era infalível. O pontífice tinha de estar falando numa forma especialmente solene – *ex cathedra*. Seu ensinamento devia ser em matéria de fé e moral (portanto não, por exemplo, a denúncia política do reino da Itália ou as instruções aos católicos sobre como votar) e devia ter caráter

fundamental, concernente a matéria “a ser mantida por toda a Igreja” (logo, não a alguma discussão passageira). [...].

Mas tudo isso custaria a emergir. **A votação final do decreto da infalibilidade ocorreu em 18 de julho de 1870. Tendo combatido a definição até o fim, 57 membros da minoria, inclusive Dupanloup, deixaram Roma na véspera para não ter de votar contra uma medida que sabiam que seria aprovada por esmagadora maioria. No caso, 533 bispos votaram pelo decreto, só dois contra.** Um deles foi o bispo Fitzgerald, de Little Rock, Arkansas, nos Estados Unidos. Quando o papa finalmente leu o decreto, Fitzgerald saiu do lugar onde estava, ajoelhou-se a seus pés e bradou: “*Modo credo, sancte pater*” (“Agora eu creio, santo pai”). A votação e a própria definição solene proclamada pelo pontífice ocorreram durante uma violenta tempestade. A água escorria na abóbada da basílica de São Pedro, cujo interior era iluminado pelos relâmpagos. Os comentaristas hostis tomaram os raios como um presságio – Deus estava irado, diziam. Manning foi cáustico: “Eles se esqueceram do Sinai e dos Dez Mandamentos”. ⁽⁷⁶⁾ ⁽⁷⁷⁾ (itálico do original)

[...] Além de definir a infalibilidade papal, **o Concílio Vaticano afirmara que o Sumo Pontífice tinha “jurisdição ordinária e imediata” sobre todas as igrejas e todos os cristãos.** [...] ⁽⁷⁸⁾ (itálico do original)

Apesar de não ser unanimidade entre os que

detinham o poder decisório no Concílio Vaticano I, acabou prevalecendo a “infalibilidade papal”, e de quebra surgiu um reforço à questão da superioridade papal sobre todas as igrejas e todos os cristãos, encerrando definitivamente esse longo, penoso e doloroso parto. Como esses fatos históricos estão distantes, pensa-se que o que acontece hoje sempre foi assim.

Participação de Pedro na comunidade cristã

Agora sim, vamos buscar responder a pergunta que fizemos anteriormente: Mas será que Pedro não tinha nenhum lugar de destaque?

Na época em que Jesus era vivo, Pedro, Tiago e João, sempre estavam ao seu lado nos acontecimentos mais importantes, como, por exemplo, quando de sua transfiguração no Monte Tabor, momento em que houve a materialização dos espíritos Moisés e Elias (Mateus 17,1-9; Marcos 9,2-10; Lucas 9,28-36); quando da ressurreição da filha de Jairo (Marcos 5,37; Lucas 8,51).

Segundo nos parece, foram eles os doadores das energias necessárias à produção de tais eventos. E ainda, diante do Getsêmani, eles, embora dormindo, estavam junto ao Mestre. Foram os primeiros discípulos a serem escolhidos por Jesus; e isso, certamente, deixava-os com certo “poder de liderança” sobre os demais, sem contudo significar

que tivessem algum posto ou cargo de comando.

Só encontramos algo semelhante em Paulo; leiamos:

*Gálatas 2,1-9: “Em seguida, quatorze anos mais tarde, subi novamente a Jerusalém com Barnabé, tendo tomado comigo também Tito. Subi em virtude de uma revelação e expus-lhes - em forma reservada **aos notáveis** - o evangelho que proclamo entre os gentios, a fim de não correr, nem ter corrido em vão. ... E por parte dos que eram tidos por **notáveis - o que na realidade eles fossem não me interessa**: Deus não faz acepção de pessoas - de qualquer forma, os notáveis nada me acrescentaram. Pelo contrário, vendo que a mim fora confiado o evangelho dos incircuncisos como a Pedro o dos circuncisos - pois aquele que operava em Pedro para a missão dos circuncisos operou também em mim em favor dos gentios - e conhecendo a graça em mim concedida, **Tiago, Cefas e João, os notáveis tidos como colunas**, estenderam-nos a mão, a mim e a Barnabé, em sinal de comunhão: nós pregaríamos aos gentios e eles aos da Circuncisão.”*

Aqui vemos a participação de Pedro (Cefas) como um dos notáveis, ou seja, como um dos

principais da comunidade cristã da época. Paulo, falando deles, diz que o que quer que eles fossem não lhe interessava. Mas é muito curioso, pois prova que não havia papa, mas, no máximo, que três pessoas exerciam a liderança do movimento cristão, com a particularidade do nome de Tiago, ter sido citado em primeiro lugar; esse sim, quem sabe, não seria ele a quem poder-se-ia chamar de primeiro papa?

Vejamos a opinião do alemão Heinz Friedrich Bernhard Zahrt (1915-2003), teólogo protestante, escritor e publicitário, autor da obra *Jesus de Nazaré: Uma Vida*, da qual transcrevemos:

A chefia da comunidade primitiva de Jerusalém era o colégio dos Apóstolos, após a eliminação de Judas Iscariotes e a eleição de Matias para preencher a vaga deixada por ele entre os doze, em consonância com as doze tribos do povo de Israel. Com isso a comunidade declarava que via como o novo povo de Deus. Entre os apóstolos sobressaíam Pedro e João; bem pouco tempo depois da morte de Jesus também se associou seu irmão Tiago que, distinguido com uma aparição do Ressuscitado, ocupou uma posição de honra até sua execução no ano de 62. **Os três apóstolos, juntos, eram**

considerados as “colunas” da comunidade primitiva de Jerusalém.

Também os outros irmãos de Jesus se uniram à comunidade, porém nela não obtiveram uma posição especial. Quando, depois da morte de Tiago, um primo de Jesus foi eleito sucessor e, mais tarde, também mais outros parentes de sangue entraram na direção da comunidade, pareceu, por um momento, originar-se algo semelhante a um “califado”. Mas foi apenas um fenômeno passageiro.

Desde o começo a comunidade primitiva promoveu missões na Judeia, na Galileia e na Samaria e mais além ainda. **O mais fervoroso missionário foi Pedro; avançou até a Ásia Menor e mais além.** A missão da comunidade primitiva dirigia-se, contudo, exclusivamente a judeus; **Jerusalém permanecia a matriz e os três “apóstolos-colunas” formavam uma espécie de autoridade de supervisão espiritual.** (79)

Portanto, está provado que na comunidade primitiva Pedro não havia líder, que comandava todo o grupo. Havia, isso sim, um colégio de três apóstolos, que, como “colunas”, sustentavam o movimento. No decorrer desse nosso estudo outros autores confirmarão isso.

Em Atos, o próprio Pedro falou que ele havia sido escolhido para levar o evangelho aos gentios:

“Irmãos, vocês sabem que, desde os primeiros dias, Deus me escolheu no meio de vocês, para que os pagãos ouvissem de minha boca a palavra da Boa Notícia e acreditassem” (Atos 15,7). Será que Pedro demonstrou incompetência nisso, pois segundo Paulo, em Gálatas 2,9, quem pregava aos gentios era ele mesmo, e não Pedro, cuja tarefa ficou sendo a de pregar aos judeus, ou seja, aos da circuncisão, conforme dito em Gálatas 2,9.

Por outro lado, há uma certa confusão entre algumas pessoas, porquanto, acham que Pedro teria sido escolhido para papa por conta da expressão *“Deus me escolheu”* ou *“aprove a Deus”* (Atos 15,7), em outras traduções bíblicas. Só que, nesse passo, conforme se vê, apenas se diz que Pedro foi escolhido para pregar aos pagãos, não que teria sido escolhido papa!

Ademais, seria, então, a questão de se perguntar: por que motivo Pedro não afirmou que Deus o havia escolhido para ser o líder de todos e o Seu único e legítimo representante na Terra? Simples: isso foi coisa dos teólogos dogmáticos, não resta a menor dúvida.

E, na sequência, desse passo de Paulo, vamos ver mais uma outra curiosidade:

Gálatas 2,11-14: *“Mas quando **Cefas** veio a Antioquia, eu o **enfrentei abertamente, porque ele se tornara digno de censura. Com efeito, antes de chegarem alguns vindos da parte de Tiago, ele comia com os gentios, mas, quando chegaram, ele se subtraía e andava retraído, com medo dos circuncisos. Os outros judeus começaram também a fingir junto com ele, a tal ponto que até Barnabé se deixou levar pela sua hipocrisia. Mas quando **vi que não andavam retamente segundo a verdade do evangelho, eu disse a Pedro diante de todos: se tu, sendo judeu, vives à maneira dos gentios e não dos judeus, por que forças os gentios a viverem como judeus?**”***

Se Pedro fosse mesmo o primeiro papa, aqui o teríamos numa situação bastante constrangedora, porquanto ele leva um tremendo sabão de Paulo, um simples subordinado. E pior: foi incriminado de agir com hipocrisia. Para um notável tudo bem; mas, se ele fosse mesmo o papa, seria bem estranha a advertência de Paulo.

Além disso, se não andava retamente, segundo

a verdade do evangelho, conforme Paulo acusa-o, com que autoridade iria pregá-lo? E se aqui percebemos alguém exercendo alguma autoridade, certamente, é Tiago, pois, no texto, foi ele quem enviou algumas pessoas a Antioquia, coisa própria de um líder.

Do texto bíblico esse trecho nos chamou a atenção: “*antes de chegarem alguns vindos da parte de Tiago*” (Gálatas 2,12), destacamos que a atitude de enviar alguém, é uma coisa mais comum a um líder, portanto, reafirma-se a nossa suspeita da liderança caber a ele e não a Pedro.

Em outras ocasiões, também, não se percebe nenhuma liderança de Pedro, conforme poder-se-á ver nestes passos:

Atos 6,1-5: “*Naqueles dias, o número dos discípulos tinha aumentado, e os fiéis de origem grega começaram a queixar-se contra os fiéis de origem hebraica. Os de origem grega diziam que suas viúvas eram deixadas de lado no atendimento diário. Então **os Doze convocaram uma assembleia geral dos discípulos**, e disseram: 'Não está certo que nós deixemos a pregação da palavra de Deus*

para servir às mesas. Irmãos, é melhor que escolham entre vocês sete homens de boa fama, repletos do Espírito e de sabedoria, e nós os encarregaremos dessa tarefa. Desse modo, nós poderemos dedicar-nos inteiramente à oração e ao serviço da Palavra'. A proposta agradou a toda a assembleia."

*Atos 9,26-28: "Saulo chegou a Jerusalém, e procurava juntar-se aos discípulos. Mas todos tinham medo dele, pois não acreditavam que ele fosse discípulo. Então **Barnabé tomou Saulo consigo, o apresentou aos apóstolos**, e lhes contou como Saulo no caminho tinha visto o Senhor, como o Senhor lhe havia falado, e como ele havia pregado corajosamente em nome de Jesus na cidade de Damasco. Daí em diante Saulo ficou em Jerusalém com eles, e pregava corajosamente em nome do Senhor."*

*Atos 14,23: "Os apóstolos [Paulo e Barnabé] **designaram anciãos** para cada comunidade; rezavam, jejuavam e os confiavam ao Senhor, no qual haviam acreditado."*

*Atos 14,27-28: "Quando chegaram a Antioquia [Paulo e Barnabé], **reuniram a comunidade e contaram tudo** o que Deus havia feito por meio deles: o modo como Deus tinha aberto a porta da fé para os pagãos. E passaram então algum tempo com os discípulos."*

Em todas essas passagens não há a mínima indicação de que Pedro liderava a comunidade cristã daquela época.

Em sua obra **A Igreja Católica**, o teólogo Hans Küng, falando de Pedro, diz:

Pedro

A questão aqui não é o que foi feito de Pedro (falaremos sobre isso depois), mas o que Pedro era originalmente: **o papel de Pedro na primeira comunidade**. Segundo as fontes do Novo Testamento, três coisas são indiscutivelmente certas.

1. Já durante a primeira atividade pública de Jesus, o pescador Simão, a quem Jesus talvez tenha dado a alcunha de “a Pedra” (aramaico *Cepha*, grego *Peter*), era o porta-voz dos discípulos. No entanto, ele era o primeiro entre iguais, e sua deficiência em compreender, sua covardia e, finalmente, sua fuga são relatadas fartamente nos evangelhos. Só o evangelho de Lucas e os Atos dos Apóstolos idealizam-no e não mencionam Jesus dizendo ao apóstolo, quando este quer dissuadi-lo de sua missão: “Afasta-te, Satanás” (Marcos 8,33; Mateus 16,23.)

2. Depois de Maria Madalena e das mulheres, Pedro foi uma das primeiras testemunhas da ressurreição de Jesus. A luz de seu testemunho de Páscoa, ele podia ser considerado como a pedra da igreja. Mas, hoje, **até exegetas católicos**

aceitam que a famosa frase sobre Pedro como a pedra na qual Jesus construirá sua igreja (Mateus 16,18-19: a declaração está no futuro), e da qual os outros evangelhos não têm conhecimento, não é uma frase do Jesus terreno, mas foi composta após a Páscoa pela comunidade palestina, ou mais tarde pela comunidade de Mateus.

3. Pedro foi, sem dúvida, o líder da primeira comunidade de Jerusalém – porém (e isto é decisivo), não sozinho, mas juntamente com o grupo dos Doze e mais tarde no grupo dos três “pilares” (Gálatas 2,9): Tiago (a quem Paulo em sua carta põe em primeiro lugar), Pedro e João. Mais tarde, Pedro é responsável pela proclamação de Cristo entre os judeus ligados pela sagrada lei de Moisés.

Na primeira igreja, Pedro sem dúvida possuía uma autoridade especial; entretanto, não a possuía sozinho, mas sempre conjuntamente com outros. Ele estava longe de ser um monarca espiritual, ou mesmo um governante único. Não há sinal de nenhuma autoridade exclusiva, quase monárquica como líder. Mas, no fim da vida, Pedro não estava em Roma? - na verdade, não era o bispo de Roma?

Estava Pedro na então capital do mundo, cuja igreja e o bispado iriam mais tarde reivindicar a primazia legal através da igreja apelando para o pescador da Galileia? Esta não é uma pergunta sem importância em vista do desdobramento posterior da Igreja Católica. Dadas as fontes existentes, os eruditos profissionais em linhas gerais concordam nos três pontos a seguir:

1. Pedro esteve certamente em Antioquia, onde havia uma disputa com Paulo sobre a aplicação da lei judaica. Possivelmente, esteve também em Corinto, onde era evidente que havia um partido que afirmava fidelidade a Cefas, isto é, Pedro. Mas o Novo Testamento não diz, em parte alguma, que Pedro esteve em Roma.

2. Muito menos há qualquer evidência de um sucessor de Pedro (também em Roma) no Novo Testamento. De qualquer forma, a lógica da frase sobre a pedra tende antes a jogar contra isso: a fé de Pedro em Cristo (e não a fé em qualquer sucessor) deveria ser e permanecer a base constante da igreja.

3. Ainda assim, a “Carta de Clemente”, por volta de 90 d.C., e o bispo Inácio de Antioquia, por volta de 110, já atestam a estada de Pedro em Roma e seu martírio ali. Esta tradição é, portanto, antiga, e, sobretudo, unânime e sem paralelo: no fim da vida, Pedro estava em Roma, e provavelmente como mártir durante a perseguição da época de Nero. Entretanto, a arqueologia não foi capaz de identificar sua tumba debaixo da atual basílica do Vaticano.

Durante muito tempo houve um consenso entre os estudiosos. Mesmo teólogos protestantes afirmam agora que Pedro morreu como mártir em Roma. Ao contrário, porém, teólogos católicos concedem que **não há nenhuma prova confiável de que Pedro algum dia tenha estado à frente da igreja de Roma como chefe supremo ou bispo**. De qualquer forma, o episcopado monárquico foi introduzido em Roma relativamente tarde. E aqui não devemos esquecer a questão das

qualificações: diferentemente de Paulo, que presumivelmente sofreu martírio em Roma na mesma época, **Pedro** não era um cidadão romano culto (*civis Romanus*, com um perfeito domínio da língua e dos conceitos gregos), mas sim **um judeu galileu sem instrução**. ⁽⁸⁰⁾ (itálico do original)

Além de demonstrar o papel secundário de Pedro na primeira comunidade cristã, Küng afirma que hoje em dia exegetas católicos também não o aceitam como o primeiro papa. Isso, certamente, é uma reviravolta extraordinária desses teólogos católicos.

Na obra ***História do Cristianismo***, Paul Johnson nos dá as seguintes explicações:

Destarte, é enganoso falar em uma “era apostólica”, bem como em uma Igreja e fé pentecostais primitivas. Esse último ponto é vital, pois pressupõe que Jesus tenha deixado uma norma, em termos de doutrina, mensagem e organização, a partir da qual a Igreja posteriormente prosseguiria. Jamais houve tal norma. Jesus mantinha a coesão de seus seguidores porque era, com efeito, seu único porta-voz. Após o Pentecostes, havia inúmeros; uma babel de vozes. Se o famoso texto petrino em Mateus é legítimo e possui o significado que a ele se atribui, **Pedro era uma pedra muito instável sobre a qual fundar uma Igreja. Não exercia poderes de liderança e parece ter-se deixado**

desalojar por Tiago e outros membros da família de Jesus, que não haviam desempenhado papel algum na missão original. Por fim, Pedro partiu em missão para o estrangeiro e deixou completamente o círculo de Jerusalém. (81)

[...] A Igreja era uma inversão da sociedade normal. **Seus líderes exerciam sua autoridade mediante dons do Espírito, não em virtude do ofício.** Os dois dons mais nobres eram a profecia e a pregação. Os apóstolos colocaram o processo em movimento e, em seguida, o Espírito assumiu e agiu por meio de muitas pessoas: “e Deus apontou na Igreja primeiro apóstolos, depois profetas, mestres, operadores de milagres, curadores, ajudantes, administradores, falantes de vários tipos de línguas”. **O culto ainda era completamente desorganizado, não sendo submetido a qualquer controle específico.** Não havia uma organização exclusiva para administrar o dinheiro. **Tampouco qualquer distinção entre uma classe clerical e a laicidade.** Havia, com efeito, anciãos na Igreja cristã judaica, mas não nas novas congregações paulinas de convertidos. A atmosfera, em suma, era a de um movimento de renascimento de organização frouxa. Muitos, esporadicamente, “falavam em línguas”; todos esperavam a parusia em breve. **O controle clerical parecia dispensável e inadequado.** E o clima das igrejas paulinas foi reproduzido em outros lugares, em um movimento de rápida disseminação. (82)

É bom lembrar que Paul Johnson é um católico conservador, condição essa que nos faz ver suas considerações como tendo um enorme peso probante.

O conflito em Antioquia e o Concílio de Jerusalém

Houve, no princípio do cristianismo, uma divergência entre os seus divulgadores por conta do ritual da circuncisão; uns achavam que deveria ser feita nos pagãos, antes de torná-los cristãos, enquanto outros diziam não ser ela necessária. Leiamos:

Atos 15,1-5: *“Chegaram **alguns homens da Judeia** e doutrinavam os irmãos de Antioquia, dizendo: '**Se não forem circuncidados**, como ordena a Lei de Moisés, vocês não poderão salvar-se'. **Isso provocou alvoroço e uma discussão muito séria deles com Paulo e Barnabé**. Então ficou decidido que Paulo, Barnabé e mais alguns iriam a **Jerusalém para tratar dessa questão com os apóstolos e anciãos**. Com o apoio e solidariedade da igreja de Antioquia, eles atravessaram a Fenícia e a Samaria. Contaram sobre a conversão dos pagãos, e deram uma grande alegria a todos os irmãos. Quando chegaram a **Jerusalém**, foram acolhidos pela*

*igreja, pelos apóstolos e anciãos, e contaram as maravilhas que Deus tinha realizado por meio deles. Contudo, **algumas pessoas do grupo dos fariseus**, que tinham abraçado a fé, intervieram para **sustentar que era preciso circuncidar os pagãos** e mandar que seguissem a lei de Moisés.”*

O pivô dessa divergência foi Paulo e Barnabé. Por seguirem as orientações de Jesus e não as de Pedro, o suposto papa, não admitiam que tal ritual fosse praticado aos pagãos recém-convertidos, contra alguns homens da Judeia, que, apoiados na lei mosaica, queriam impor a circuncisão àqueles que se convertiam ao cristianismo. Interessante é que Paulo, judeu por nascimento, anteriormente fiel cumpridor dos preceitos de Moisés, foi quem, ardorosamente, defendeu que não havia necessidade da circuncisão.

Paulo, querendo definir isso, decide, então, ir à Jerusalém tratar dessa questão com os apóstolos e anciãos. Uai! Por que será que não foi à Roma, para lá tratar disso com o papa? Não seria ele a pessoa responsável pela liderança do movimento cristão?

Por outro lado, se tinham desavenças desse tipo é porque não havia definição de como fazer. De

duas uma: ou não havia um líder que orientasse o grupo, ou havia, mas ele foi incompetente ou, quem sabe, não inspirado para não prever isso.

Instalada a assembleia, formou-se logo um grande alvoroço, aí aparece Pedro, que toma a palavra; vejamos como isso foi relatado:

Atos 15,6-12: **“Reuniram-se então os apóstolos e os anciãos para examinarem o problema. Tornando-se acesa a discussão, levantou-se Pedro e disse:** *'Irmãos, vós sabeis que desde os primeiros dias, aprouve a Deus, entre vós, que por minha boca ouvissem os gentios a palavra da Boa Nova e abraçassem a fé. Ora, o conhecedor dos corações, que é Deus, deu testemunho em favor deles, concedendo-lhes o Espírito Santo assim como a nós. Não fez distinção alguma entre nós e eles, purificando seus corações pela fé. Agora, pois, por que tentais a Deus, impondo ao pescoço dos discípulos um jugo que nem nossos pais nem mesmo nós pudemos suportar? Ao contrário, é pela graça do Senhor Jesus que nós cremos ser salvos, da mesma forma que eles. Então, toda a assembleia silenciou.* E passaram a ouvir Barnabé e Paulo narrando quantos sinais e prodígios Deus operara entre os gentios por

meio deles.”

Pela narrativa, vê-se que não foi o suposto papa quem convocou esse “Concílio”; o relato apenas diz que *“reuniram-se então os apóstolos e os anciãos para examinarem o problema”*, fato que prova que Pedro não exercia autoridade alguma.

Como se instalou uma verdadeira balbúrdia, aí, sim, Pedro toma a palavra e fala, fato que fez “toda a assembleia silenciar” e, depois disso, passa a ouvir Paulo e Barnabé. O que Pedro fez não foi usar de alguma suposta autoridade, mas apenas, com sua oratória, conseguiu, talvez, sem ter mesmo a intenção específica, botar ordem na casa.

Nada, portanto, como pensam algumas pessoas, de que eles o tinham ouvido silenciosamente no sentido de aprovar alguma decisão, pois a discussão mal havia começado; faltava ainda a fala de Paulo e Barnabé e também a de Tiago; este sim, quem deu o parecer final.

Pedro não agiu como sendo ou tendo alguma autoridade. Ele apenas deu a sua opinião pessoal sobre o assunto em pauta, a qual não foi, portanto, a

deliberação final; inclusive, porque, como vimos, depois dele ainda falaram Paulo e Barnabé (Atos 15,12) para, então, aí, sim, Tiago tomar a decisão, que foi acatada por todos. Se alguém aqui agiu como papa, foi, pois, sem dúvida, novamente Tiago. Leiamos:

Atos 15,13-21: *“Quando acabaram de falar, **Tiago tomou a palavra e disse:** 'Irmãos, escutai-me! Simão acabou de explicar como Deus, logo de início, se dignou separar dentre os pagãos um povo consagrado a Ele. Isto concorda com a palavra dos profetas, porque está escrito: Depois disso, voltarei e reconstruirei a tenda arruinada de Davi. Reedificarei as suas ruínas e as reerguerei. Os outros homens irão procurar o Senhor, como também as nações que foram consagradas pela invocação de meu Nome. Assim fala o Senhor, que faz essas coisas conhecidas desde os tempos mais antigos. **Julgo, por isso, que deixeis de molestar os que se convertem do paganismo para Deus.** Basta lhes escrever que não se contaminem com a idolatria ou uniões ilegais, nem tampouco comendo sangue ou carne de animais estrangulados. Porque desde muito tempo a Lei de Moisés está sendo lida e proclamada todos os sábados nas sinagogas de cada*

cidade.”

O início do discurso de Tiago põe-se, por terra, toda e qualquer suposição de que Pedro teria, naquele Concílio, evocado, para si, algum tipo de autoridade. A opinião de Tiago *“julgo, por isso, que deixeis de molestar os que se convertem do paganismo para Deus”* é a que foi aceita, e dela surgiu a carta que deveria ser levada a todos, visando orientá-los sobre o procedimento a ser feito:

Atos 15,22-29: *“Então os apóstolos e os anciãos, de acordo com toda a comunidade de Jerusalém, resolveram escolher alguns da comunidade para mandá-los com Paulo e Barnabé para Antioquia. Escolheram Judas, chamado Bársabas, e Silas, que eram muito respeitados pelos irmãos. Através deles **enviaram a seguinte carta:** 'Nós, os apóstolos e os anciãos, irmãos de vocês, saudamos os irmãos que vêm do paganismo e que estão em Antioquia e nas regiões da Síria e da Cilícia. Ficamos sabendo que alguns dos nossos provocaram perturbações com palavras que transtornaram o espírito de vocês. Eles não foram enviados por nós. Então decidimos, de comum acordo, escolher alguns representantes e mandá-los até vocês, junto*

com nossos queridos irmãos Barnabé e Paulo, homens que arriscaram a vida pelo nome de nosso Senhor Jesus Cristo. Por isso, estamos enviando Judas e Silas, que pessoalmente transmitirão a vocês a mesma mensagem. Porque decidimos, o Espírito Santo e nós, não impor sobre vocês nenhum fardo, além destas coisas indispensáveis: abster-se de carnes sacrificadas aos ídolos, do sangue, das carnes sufocadas e das uniões ilegítimas. Vocês farão bem se evitarem essas coisas. Saudações!"

Quem dá o parecer final, portanto, é Tiago, pois depois dele, ninguém mais falou; inclusive a recomendação verbal de Tiago, feita na assembleia, constou da carta. Ele apenas concorda com Pedro na questão de ele ter sido enviado para pregar às nações pagãs, não porque estava assinando embaixo daquilo que Pedro havia falado. Pensar de outra forma é iludir-se.

Em **Paulo, o 13º Apóstolo**, diz-nos Ernest Renan (1823-1892):

Tiago, ao contrário, tornou-se para o partido judaico-cristão o chefe de toda a cristandade, o bispo dos bispos, o presidente de todas as boas igrejas, das que verdadeiramente foram fundadas por Deus. ⁽⁸³⁾

No artigo *Uma Nova Luz Sobre as Origens Cristãs: Uma Análise Mais Detalhada do Papel de Tiago, o Irmão de Jesus*, constante de **O Que a Bíblia Não nos Contou: a História Secreta Sobre as Heresias da Religião Oriental**, Cynthia Logan cita Jeffrey J. Bütz (? -), ministro luterano, mestre em Teologia, professor e escritor, cujo pensamento é:

Todos os ramos do cristianismo acreditam que Pedro era o líder dos apóstolos, ainda que as pesquisas mostrem que isso é um mal-entendido, de acordo com Bütz. “Tiago tornou-se o líder dos apóstolos depois da ressurreição de Jesus. Essa liderança transferiu-se naturalmente para o seguinte da família”. Ele observa que Pedro é subserviente a Tiago em um incidente registrado no capítulo 15 do livro dos Atos. **“No Concílio de Jerusalém**, o primeiro Concílio Apostólico, todos os líderes da Igreja inicial reuniram-se para discutir até que ponto os gentios deveriam seguir a lei de Moisés para ser considerados seguidores de Cristo. **Tiago resolveu a questão**, declarando que os gentios não precisavam ser circuncidados, mas que precisariam seguir um mínimo da Torá”, comenta Bütz, que também menciona o “incidente Antioquia”, incluindo na epístola de Paulo aos Gálatas.

“As populações judias e pagãs estavam fazendo refeições em conjunto, o que era uma violação da

Lei de Moisés. Tiago é informado de que Pedro 'compartilha as refeições' com gentios em Antioquia e diz-lhe que seria alijado". Novamente, em uma demonstração de subserviência a Tiago – que Bütz acredita ter sido provavelmente integrante dos nazaristas, uma seita judaica rígida e ascética -, Pedro interrompe aquele comportamento. **“Se alguém merece o título de primeiro papa da Igreja, esse alguém é Tiago, não Pedro”**, insiste Bütz, observando que, embora ele fosse um seguidor da lei, foi Tiago que permitiu a Paulo continuar na sua missão. “Ele apôs o selo de aprovação oficial na missão junto aos gentios, mas não esperava que Paulo chegasse ao ponto de dizer que não era preciso seguir a Lei de Moisés, a Torá, mas simplesmente acreditar em Jesus Cristo. Essa foi realmente a divisão que fez com que o cristianismo se tornasse uma religião separada”.
(⁸⁴)

Em ***O Segundo Messias: os Templários, o Sudário de Turim e o Grande Segredo da Maçonaria***, os autores Christopher Knight (1950-) e Robert Lomas (1947-), que também veem Tiago como líder da comunidade cristã primitiva, informam-nos que:

Uma boa ilustração de este histórico poder ocorreu em novembro de 1996 quando o Papa João Paulo II encontrou-se com o Arcebispo de

Canterbury, o chefe da Igreja da Inglaterra. Neste encontro entre os dois líderes religiosos, **o Papa sentiu ser necessário lembrar aos ingleses de sua absoluta superioridade ao reafirmar seu status histórico como o sucessor direto de São Pedro**, no qual, como se costuma dizer, Cristo entronizou sua Igreja ⁽⁸⁵⁾.

Esta reivindicação de poder baseada em uma herança direta do próprio Jesus Cristo, conhecida como “Sucessão Apostólica”, é baseada em uma versão Católica Romana da história que tem se tornado amplamente desacreditada na medida em que os modernos estudiosos reexaminam as circunstâncias da Igreja de Jerusalém. **O peso da evidência agora fortemente indica que Jesus comandou uma facção inteiramente judaica e que não foi sucedido por Pedro, mas sim por seu irmão mais jovem, Tiago, o primeiro Bispo de Jerusalém.**

O papel de Tiago, o irmão de Jesus, tem sempre sido visto como o de uma ameaça à **Igreja Católica Romana e desde os tempos mais remotos a Igreja tem controlado a história a fim de remover qualquer informação a respeito desta figura sumamente importante**. Ainda em 1996, o Papa João Paulo II emitiu uma declaração onde afirmava que Jesus era o filho único de Maria e que, por isso, Tiago não era seu irmão ⁽⁸⁶⁾. O Pontífice realizou esta declaração estranha e completamente sem fundamento apesar das evidências bíblicas e das várias opiniões de estudiosos em contrário.

O peso da evidência que agora existe

demonstra que mesmo que Pedro possa ter sido um líder do movimento cristão em Roma entre 42 e 67 d.C., ele certamente não era o líder da Igreja. O líder supremo de toda a Igreja naqueles dias era Tiago, o irmão de Jesus, o Bispo de Jerusalém. Nós sabemos que nenhum estudioso da Bíblia duvida desse fato e S. G. F. Brandon coloca-se mais claramente quando afirma:

... O fato da supremacia da Igreja de Jerusalém e seu caráter essencialmente judaico emergem claramente de sérias dúvidas e deste mesmo modo à única liderança de Tiago, o irmão do Senhor. (87)

Tiago foi um refinado sucessor de seu irmão crucificado e apresentou-se como uma forte liderança para a comunidade que conhecemos por Igreja de Jerusalém e para os judeus da Diáspora (a dispersão pelo mundo greco-romano), assim como para as comunidades de Efésios, na Turquia, de Alexandria e ela própria Roma. (88) (itálico do original)

O papel de Tiago, o irmão de Jesus, foi deliberadamente apagado pela Igreja Católica Romana e a importância de Pedro e Paulo foi enfatizada para assegurar que os papas romanos fossem vistos como tendo uma linha direta de autoridade oriunda do próprio Cristo. (89)

Outro estudioso que defende a liderança de Tiago é James D. Tabor, em ***A Dinastia de Jesus: a História Secreta das Origens do Cristianismo,***

do qual transcrevemos:

[...] Na verdade, a primazia de Pedro como primeiro papa tornou-se mesmo a pedra angular do ensino dogmático do catolicismo romano. Hoje sabemos que as coisas não se passaram dessa maneira.

Pedro tornou-se a figura de proa no grupo dos Doze, como veremos, mas **foi Tiago, o irmão de Jesus, quem se tornou o sucessor de Jesus e o líder incontestado do movimento cristão.** [...] ⁽⁹⁰⁾

[...] o livro de Atos foi escrito em torno de um inegável fato básico – **Tiago assumira a liderança do movimento, e Simão, seu irmão, o substituiu após a morte de Tiago em 62. d.C.** [...]. ⁽⁹¹⁾

A Jesus que anteriormente ocupara a posição central, os Doze perguntaram quem entre eles teria o privilégio de “se sentar à sua direita e à sua esquerda” quando o Reino chegasse (Marcos 10:37). Jesus morreu sem ter designado qualquer um deles para essas duas posições. [...].

[...] Como vocês vão se recordar, o Evangelho de Tomé não é uma narrativa da vida de Jesus, mas antes uma lista de 114 de seus “ditos” ou ensinamentos. O de número 12 diz o seguinte:

Os discípulos disseram a Jesus “Sabemos que vai nos deixar. **Quem, então, será nosso líder?**” Jesus lhes disse “**Onde quer que ides, deveis ir a Tiago, o Justo,** por quem o céu e a Terra passaram a existir”.

Temos aqui uma declaração direta do próprio

Jesus de que estava entregando a liderança e a direção espiritual do movimento a Tiago. [...]. (92)

[...] **as provas acumuladas fora do Novo Testamento de que Tiago tomou o manto de Jesus e ocupou seu “assento” ou “trono” são absolutamente notáveis.** Algumas dessas provas estão enterradas em textos antigos de que dispomos há séculos, enquanto outras surgiram apenas há algumas décadas. (93)

Clemente de Alexandria, que escreveu no final do segundo século II d.C., é outra fonte primitiva que confirma essa sucessão. Em dado momento, escreveu: “Pedro, Tiago e João, após a ascensão do Salvador, não lutaram pela glória, porque tinham sido previamente homenageados pelo Salvador, mas **escolheram Tiago, o Justo, para supervisor de Jerusalém**” (94). Em passagem subsequente, Clemente acrescenta: “após a ressurreição, o Senhor (Jesus) concedeu a tradição do conhecimento a Tiago, o Justo, a João e a Pedro, quem a deram aos outros apóstolos, e estes aos Setenta” (95). Esta passagem conserva para nós a estrutura hierárquica do governo provisório deixado por Jesus: Tiago, o Justo, como sucessor; João e Pedro como seus conselheiros à esquerda e à direita; o restante dos Doze; depois, os Setenta.

Eusébio, historiador cristão do início do quarto século, escreveu, comentando essa passagem: “**Tiago**, a quem os mais velhos tinham apelidado de 'Justo' pela excelência de sua virtude, é **lembrado como tendo sido o primeiro eleito**

para o trono de Supervisor da Igreja em Jerusalém" (96). O termo grego *thronos* se refere a "assento" ou "cadeira" da autoridade, e é o mesmo termo usado para um rei ou governante.

Eusébio também preserva o testemunho de **Hegésipo**, um judeu cristão do começo do século 11, que ele afirma ser da "geração posterior aos apóstolos":

A sucessão da igreja foi passada para Tiago, o irmão do Senhor, juntamente com os Apóstolos. Era chamado de "Justo" por todos os homens desde o tempo do Senhor até o nosso, já que muitos são chamados Tiago, mas ele foi santo desde o ventre da mãe. (97)

A palavra grega empregada aqui por Hegésipo, *diadexomat* ("suceder"), é normalmente usada para a transmissão de uma herança genética, por exemplo, quando Felipe da Macedônia transmitiu seu reinado a Alexandre, o Grande."

Temos também uma fonte siríaca, recentemente descoberta, *The Ascents of James*, que tem suas raízes em um *corpus* posterior conhecido como as *Pseudo-Clementine Recognitions*, que refletem algumas das mais primitivas tradições relacionadas à igreja de Jerusalém sob a liderança de Tiago, o Justo." Temos aí o registro dos acontecimentos em Jerusalém nos sete anos que se seguiram à morte de Jesus, quando Tiago está claramente na liderança: "A igreja em Jerusalém, que foi estabelecida por nosso Senhor, crescia em número, sendo governada de forma firme e reta por Tiago, designado pelo Senhor como seu Supervisor"," A versão latina das *Recognitions*

passou adiante a seguinte advertência: “Observem, portanto, a maior cautela, e não acreditem em nenhum professor, a menos que ele traga de Jerusalém o testemunho de Tiago, o irmão do Senhor, ou de quem quer que venha a sucedê-lo” (4:35). O Segundo Apocalipse de Tiago, um dos textos encontrados junto com o Evangelho de Tomé, em Nag Hammadi, sublinhou o íntimo laço entre Jesus e Tiago, mantendo a ideia de que ele era o “discípulo amado”. Neste texto, Jesus e Tiago aparecem como tendo sido “nutridos com o mesmo leite”, e Jesus beija o irmão Tiago e lhe diz: “Eis que vou lhe revelar tudo, meu amado” (50.15-22). Já observei, no Capítulo 12, que o Evangelho dos Hebreus põe Tiago na Última Ceia, com isso implicando que ele fosse um dos Doze, e tornando cada vez mais provável que fosse ele o “discípulo que Jesus amava”. Embora sem dispor do texto inteiro, que só nos foi preservado em citações pelo escritor Jerônimo, por volta do quarto século, esse evangelho foi originalmente escrito em hebraico. Alguns estudiosos sustentam que ele pode ser anterior até mesmo a nossos evangelhos do Novo Testamento.

O que impressiona com relação a essas fontes é o modo como elas falam com uma só voz, embora procedentes de autores e períodos diversos. Os elementos básicos do quadro que preservam para nós são surpreendentemente consistentes: Jesus transmite a Tiago, seu sucessor, o governo da Igreja; Tiago é amplamente conhecido, até por Josefo, um estranho, devido a sua reputação de retidão tanto em sua comunidade quanto entre o povo; Pedro,

João e o restante dos Doze consideram Tiago seu líder. ⁽⁹⁸⁾ (itálico do original)

No evangelho de Mateus, Jesus diz a Pedro que a ele serão dadas as “chaves do reino”; o que os católicos romanos tomam como indicação de que ele ficara encarregado do movimento de Jesus, mas não dispomos de qualquer indício de que tenha sido esse o caso (Mateus 16:19). **A transição de Jesus para Tiago e para Simão parece bem documentada.** Então, onde estavam as chaves do reino? A imagem é bíblica, tirada do livro de Isaías, em que a Eliaquim, filho de Hilquias, é prometido: “Porei em seus ombros a chave da casa de Davi; o que ela abrir, ninguém deve fechar; o que ela fechar, ninguém deve abrir” (Isaías 22:21-22). Eliaquim não é um rei, mas um funcionário da casa do rei Ezequias, que governou no século VIII a.C. (2 Reis 18: 18). Ezequias era da linhagem de Davi. Ter a “chave de Davi” é como ser um “chefe de pessoal” em uma casa ou administração real. **O que Jesus estava prometendo a Pedro era que ele ocuparia a posição de responsabilidade “à direita” - o que ele fez, servindo a Tiago, que era da casa de Davi.** Segundo Paulo, Tiago determinara que Pedro funcionaria basicamente como um professor, levando a mensagem de Jesus a grupos de judeus dispersos ao longo do mundo romano (Gálatas 2:7). Aparentemente, Pedro e os irmãos de Jesus viajavam regularmente, acompanhados de suas esposas, para várias regiões do Império (1 Coríntios 9:5). A carta de 1 Pedro é dirigida aos judeus exilados da “Diáspora” (judeus que viviam

fora da Terra de Israel), nas províncias da Ásia Menor, isto é, Ponto, Galácia, Capadócia, Ásia e Bitínia. Supõe-se que essas sejam algumas das regiões para as quais Pedro viajara. ⁽⁹⁹⁾

Ao que nos parece, as provas a favor da liderança de Tiago são incontestáveis.

Finalizando a nossa lista das fontes que põe por terra a ideia de Pedro como primeiro papa, trazemos a obra **O Sinal: o Santo Sudário e o Segredo da Ressurreição**, de autoria do historiador Thomas de Wesselow (1971-). Do cap. 24. Os aparecimentos esquecidos, transcrevemos este trecho:

A aparição seguinte foi a Tiago. Depois de um espetáculo de massa, essa visão individual parece um anticlímax. Sem dúvida, tendo se revelado a um, depois a doze, depois a mais de quinhentos seguidores, o Cristo Ressuscitado deveria prosseguir e se mostrar a milhares e depois a milhões de pessoas, garantindo assim a salvação da humanidade. Todavia, no contexto da argumentação aqui exposta, **a aparição a Tiago é uma continuação lógica do acontecimento envolvendo a ampla comunidade dos irmãos.**

Muito antes de existir um bispo em Roma, e menos ainda um papa católico, a Igreja em seus

primórdios tomou Tiago, irmão de Jesus, como seu líder universal. ⁽¹⁰⁰⁾ A tradição sustenta que ele foi o primeiro “bispo” de Jerusalém, eleito por seus pares ou apontado diretamente pelo Cristo Ressuscitado. ⁽¹⁰¹⁾ **Costuma-se supor, com base numa leitura dos Atos e da carta de Paulo aos Gálatas, que Pedro foi o chefe inicial da Igreja e que Tiago lhe tirou a liderança** nos meados dos anos 30, mas **John Painter argumenta vigorosamente que Pedro nunca foi o líder oficial dos nazarenos e que Tiago os liderou desde o começo.** ⁽¹⁰²⁾ O Primeiro Credo, entendido em relação com o Sudário, permite-nos ver que as duas posições são corretas. Pedro, ao que parece, era uma espécie de figura interina, que encabeçou de início o grupo do Sudário, mas cedeu a autoridade a Tiago depois que o irmão de Cristo o viu. Dessa maneira, Tiago foi ao mesmo tempo indicado pelo Jesus Ressuscitado e eleito pelos outros líderes da Igreja. **Não é de admirar que a Jesus se sucedesse seu irmão: a liderança dinástica era corriqueira no mundo antigo,** e na fase inicial do cristianismo, certamente até o final do século I, os familiares de Jesus foram dominantes. ⁽¹⁰³⁾

Pode-se indagar por que, se era uma figura tão importante, **Tiago é agora tão conhecido. A resposta é simples: ele foi deliberadamente marginalizado nos Atos, a “história” canônica dos primórdios do cristianismo, porque seu férreo compromisso com a Torá judaica veio a ser um estorvo para a Igreja gentia posterior.** Nas cartas de Paulo, que são **nossas primeiras fontes, Tiago é mencionado com a mesma**

frequência que Pedro, e é evidente sua supremacia, igualmente clara em fontes não canônicas, como o Evangelho de Tomé, e nos escritos dos primeiros historiadores da Igreja. Mas nos Atos, o texto que determinou a visão tradicional da história dos primórdios da Igreja, sua importância é obscurecida. A história é escrita pelos vencedores; depois da dizimação da Judeia na Guerra Judaica, os seguidores de Tiago de definitivamente perderam.

O aparecimento a Tiago, portanto, foi de imensa importância. Foi o momento em que a figura mais eminente no cristianismo primitivo encontrou o Cristo Ressuscitado, garantindo seu engajamento na causa nazarena. [...]. (104)

Esperamos que a questão de ter sido Tiago o líder da comunidade cristã nos primórdios do cristianismo, portanto, se há alguém que possa ser considerado o primeiro papa seria ele.

Também, no texto de Atos 15,22-29, não apresenta nenhuma decisão de Pedro na questão, objeto da polêmica, pelo fato de que foram os apóstolos e anciãos, de comum acordo com a comunidade, que mandaram a carta (Atos 15,22), fato que também pode ser confirmado com o passo: *“Percorrendo as cidades, Paulo e Timóteo*

transmitiam as decisões que os apóstolos e anciãos de Jerusalém haviam tomado, e recomendavam que fossem observadas.” (Atos 16,4). O que novamente prova que Pedro não exercia nenhuma autoridade e nem mesmo presidiu a esse “Concílio”.

Podemos, inclusive, voltar um pouco mais atrás no livro de Atos (12,1-17) e veremos que Pedro, depois de ter sido solto da prisão, em que Herodes o colocara, pede para que Tiago seja informado disso (Atos 12,17), reafirmando, mais uma vez, que ele era mesmo o verdadeiro líder.

Em 58 Paulo, em sua carta aos romanos, fala desse assunto, ao que parece, ainda não totalmente resolvido:

Romanos 2,25-29: “A circuncisão é útil quando você pratica a Lei; mas, se você desobedece à Lei, é como se não estivesse circuncidado. Se um pagão não circuncidado observa os preceitos da Lei, não será tido como circuncidado, ainda que não o seja? E o pagão que cumpre a Lei, embora não circuncidado fisicamente, julgará você que desobedece à Lei, embora você tenha a Lei escrita e a

circuncisão. De fato, aquilo que faz o judeu não é o que se vê, nem é a marca visível na carne que faz a circuncisão. Pelo contrário, o que faz o judeu é aquilo que está escondido, e circuncisão é a do coração; e isso vem do espírito e não da letra da Lei. Tal homem recebe aprovação, não dos homens, mas de Deus.”

Nessa época supõe-se que Pedro estava residindo em Roma. Não teria ele seguido as orientações promanadas do “Concílio de Jerusalém”, acontecido, como sabemos, no ano de 49?

Nesse apanhado, seria interessante conferir a opinião de uma pessoa de indiscutível capacidade intelectual que foi Rui Barbosa (1849-1923). Ao traduzir o livro de Janus (1799-1890), **O Papa e o Concílio**, ele fez uma Introdução tão longa que se igualou à própria obra teológica-literária. Disse, então, o nobre juriconsulto, advogado, escritor, orador, jornalista e político brasileiro:

Os que buscam vincular a Pedro a soberania do papa começaram esquecendo a primeira manifestação coletiva da Igreja cristã, o concílio de Jerusalém, tipo necessário de todos os outros, no qual a preponderância na definição do ponto

controvertido coube, não ao apelidado *príncipe dos apóstolos*, mas a Tiago, bispo da cidade, irmão do Senhor. ⁽¹⁰⁵⁾.

Nem é esse unicamente o lance, em que os livros santos depõem contra a pretensão da infalibilidade personificada em Pedro. As epístolas de Paulo testemunham que esse principado nunca teve realidade entre os primeiros seguidores do Cristo, e que a fé do apóstolo dos judeus não era menos frágil que a dos outros pregadores da boa nova. ⁽¹⁰⁶⁾.

Essa primeira decisão conciliar da cristandade transmitiu-se às igrejas da Síria, Antioquia e Cilícia em nome dos “apóstolos, anciãos e irmãos” (*apostoli, seniores, fratres*), sem que a individualidade particular de Pedro fosse ao menos mencionada ali. ⁽¹⁰⁷⁾. As recordações democráticas dos tempos subsequentes ao Crucificado não podem, porém, tolher o desembaraço a uma seita que, para levar a bom êxito seus planos temporais, não hesitou nunca diante de nenhuma alteração da verdade histórica.

Roma nem pela Antiguidade, sequer, podia a princípio prevalecer sobre as outras sés. Antecederam-na as de Jerusalém, Éfeso, Antioquia e Corinto. O título de apostólica, reservado hoje exclusivamente à daquela cidade, Tertuliano atesta-nos que se aplicava a todas as igrejas, quer instituídas pelos apóstolos, quer ramificações dessas. Pode-se, até, dizer que chegou a tocar indistintamente a todas as metrópoles episcopais ⁽¹⁰⁸⁾; e, ainda no século IV, os bispos orientais denominavam a Igreja de Jerusalém “mãe de todas as igrejas”. Essa fórmula de “saudação e bênção

apostólica”, de que hoje Roma arroga a si o privilégio, não começou a baixar dali senão do século XI, cerca dos dias de Leão IX, para cá. Tal é, pelo menos, o parecer de um dos mais famigerados Bolandistas, o jesuíta Papebroch; e, em todo o caso, a invenção de Martinus Polonus, que faz remontar esse uso da chancelaria eclesiástica aos tempos do bispo Cleto, no primeiro século, está hoje absolutamente desmentida.

Sob a unidade moral de uma adesão comum à fé cristã, cada Igreja nacional vivia e desenvolvia-se com autonomia completa. A par de Roma floresciam, com uma exuberância de seiva, com uma abundância de personalidades notáveis, com uma influência moral e real incomparavelmente maiores, as igrejas do Oriente, a de África, a das Gálias, a de Espanha. Nenhuma tributava preito de vassalagem aos bispos romanos. O título de papa, simples honraria então, dirigia-se indiferentemente a todos os diocesanos, como, ainda no século III, o endereçou o clero romano mesmo a S. Cipriano, bispo de Cartago. Nenhuma preeminência, portanto, de jurisdição, quanto mais de doutrina, lograva a capital da Itália; porque todos os distritos eclesiásticos eram membros independentes e iguais de uma comunhão superior, onde todos os chefes espirituais desvaneciam-se de “vigários de Cristo”. “As nossas numerosas igrejas”, dizia Tertuliano, “reputam-se todas a mesma igreja, a primeira de todas fundada *pelos apóstolos* e mãe de todas as demais. São todas apostólicas, e juntas não vêm a ser mais que uma só, pela comunicação da paz, pelo mútuo tratamento de *irmãos*, pelos vínculos de hospitalidade que

enlaçam a todos os fiéis.” Tal era, em começos do século III, o caráter do catolicismo, definido por um dos mais célebres doutores, com a sanção tácita de Zeferino, bispo de Roma, que o não contrariou.

O sistema eletivo era o meio de se proverem os cargos eclesiásticos praticados desde os apóstolos. ⁽¹⁰⁹⁾ Esse regime de sufrágio quase universal, em que eram co-participantes sacerdotes e leigos, fosse para a escolha dos prelados, fosse, até, para a designação dos diáconos, estendeu-se tanto, no seio da cristandade, pelos séculos adiante, que, ainda em princípios do século XII, nos deparava a Igreja gaulesa exemplos dessa democracia religiosa. Alma da vida eclesiástica nessa idade áurea da fé, o concurso do clero e do povo, ora efetuada a eleição por este e ratificada por aquele, ora iniciada a proposta pelos ministros e aceita pelos fiéis, — representava essa ideia fecunda, intimamente radicada no primitivo cristianismo, que atribui ao elemento leigo uma colaboração essencial no sacerdócio, e que nas assembleias conciliares daquela época lhe facultava lugar e voto. ⁽¹¹⁰⁾ Memora Eusébio que, falecendo Tiago, primeiro bispo de Jerusalém, “os apóstolos, discípulos e parentes do Salvador ainda vivos juntaram-se, para dar-lhe sucessor, e por unânime consentimento elegeram a Simeão”. ⁽¹¹¹⁾ ⁽¹¹²⁾ (itálico do original)

Esse depoimento de Rui Barbosa está coerente com tudo quanto nós conseguimos levantar do assunto, tornando-se, portanto, inatacável.

Algumas considerações sobre Pedro

Em nossa pesquisa, encontramos ainda várias outras coisas que merecem ser citadas, para a informação dos que, porventura, venham a ler esse nosso estudo.

Vejamos do **Dicionário Bíblico Barsa** o seguinte:

[...] S. Pedro, a quem Jesus Cristo outorgou o primado da Igreja (João 21,15-17; Mateus 16,18-19), estabeleceu sua sede em Roma pelos anos 42 d.C., que se tornou então a sede principal da cristandade.

[...]

São Pedro, de Betsaida, na Galileia, príncipe dos Apóstolos, que recebeu diretamente de Jesus Cristo o supremo Poder Pontifical, para transmiti-lo a seus sucessores, residiu como papa, primeiro em Antioquia, depois, durante 25 anos, em Roma, onde foi martirizado em 64 ou 67 d.C. (¹¹³)

Observamos que nesses dados transcritos de um dicionário constante da Bíblia Sagrada - Barsa,

de cunho católico, aparece uma outra passagem para justificar o papado de Pedro; entretanto, todo o capítulo 21 do Evangelho de João é, segundo alguns tradutores da ***Bíblia de Jerusalém***, controverso:

Todo o capítulo 21 é curiosamente colocado depois de uma conclusão do evangelho (20,30-31) que será retomada em parte em 21,25. Além disso, as duplicatas são numerosas. Notemos em particular as dos capítulos 7-8: os textos de 7,33-36 e de 8,21-22 são apenas dois desenvolvimentos paralelos de tema comum; e há muitas tentativas de prender Jesus no decurso de uma mesma festa (7,30.32.44; 8,20.59).

É provável que tais anomalias provenham do modo como o evangelho foi composto e editado: ele seria de fato o resultado de lenta elaboração, compreendendo elementos de épocas diferentes, de retoques, de adições, de redações diversas, de um mesmo ensinamento, visto que o todo teria sido publicado, não pelo próprio João, mas, depois de sua morte, por seus discípulos (21,14); assim, na trama primitiva do evangelho, estes teriam inserido fragmentos joaninos que não queriam deixar perder e cujo lugar não era rigorosamente determinado. ⁽¹¹⁴⁾

Moral da história: não foi João quem o escreveu; assim, como aceitar piamente o que lá se encontra?

Supondo-se que João tenha sido morto em 67 (é o que se afirma usando-se da tradição cristã) e que Pedro tenha residido como papa por 25 anos em Roma, então, ele passou a ser papa no ano de 42. Ora, depois da morte de Jesus do ano 33 até o ano de 42, ou seja, por nove anos, ele, Pedro, foi o quê? Demorou para “a ficha cair”? Mais um detalhe: no “Concílio de Jerusalém” ele não liderava ninguém, conforme ficou provado.

Por outro lado, como “Um édito do imperador Cláudio, no ano 49, expulsou de Roma os judeus e, provavelmente, também os cristãos”. (¹¹⁵), a questão é: será que de 49 até, pelo menos, o ano de 58, não havia um líder em Roma, já que nessa última data Paulo envia uma carta aos romanos?

Se “Os Atos dos Apóstolos, quinto livro do Novo Testamento, devota dezesseis capítulos à vida e obra de Paulo” (¹¹⁶), e considerando que “O livro termina com o cativo de Paulo 61-63.” (¹¹⁷), a pergunta é: quem foi a pessoa mais importante no cristianismo primitivo – Paulo ou Pedro, o suposto papa?

Essa supremacia de Paulo é facilmente percebida, pois...

Depois da conversão de Cornélio e o encarceramento em Jerusalém, Pedro parte para destinação desconhecida (At 12,17); e é Paulo que doravante, no relato de Lucas, ficará em evidência.
(¹¹⁸)

Em ***A História da Bíblia***, vejamos mais outra informação de Hendrik Willem Van Loon (1882-1944), que foi um escritor e jornalista holandês:

Além disso, era um homem capaz de trabalho eficiente. Conhecedor de suas limitações, deixou a empresa mais espetacular para Paulo, que passou a vida no estrangeiro, e para **Jaime, o irmão de Jesus, que se tornou o reconhecido chefe da igreja nas terras judaicas.**

Pedro contentou-se com um campo de ação menos importante nas regiões limítrofes da Judeia, e com sua fiel esposa **percorreu as longas estradas da Babilônia** a Samaria e da Samaria à Antioquia, transmitindo ao povo o que Jesus lhe ensinara em seu tempo de pescador no Mar da Galileia.

Não sabemos o que o induziu a ir para Roma.

Sobre essa viagem não temos nenhuma informação histórica de valor indisputado, mas o nome de Pedro está tão conexo ao desenvolvimento inicial da igreja, que temos de dedicar algumas palavras ao admirável velho a quem Jesus amou mais que aos outros discípulos.
(¹¹⁹)

Se Pedro percorreu as estradas de Babilônia a Samaria, por que a palavra Babilônia, que aparece em uma das cartas, que lhe é atribuída (1 Pedro 5,13), não poderia se referir a essa cidade, que supõem ser Roma? Será preciso responder?

Voltemos às considerações do filósofo e teólogo Huberto Rohden, agora no livro **Que Vos Parece do Cristo**, onde ele dedica um capítulo ao assunto:

Instituiu Jesus a Pedro como Pedra Fundamental da Igreja?

Já no século V, escreveu Santo Agostinho, então bispo de Hipona, que, com as palavras “tu és Pedro” Jesus não instituiu Pedro como pedra fundamental da Igreja; as palavras de Jesus não se referem à pessoa humana de Pedro, que é chamada “carne e sangue”; referem-se à revelação da Divindade do Cristo, confessada pelo apóstolo: “Tu és o Cristo, Filho de Deus vivo”. A pedra fundamental da Igreja, diz Agostinho, é o Cristo; a confissão de Pedro, mas não o Pedro da confissão, é a pedra fundamental, mas não a pessoa humana, que pode ter sucessores, através dos tempos, ao passo que a Divindade do Cristo é a verdade permanente.

É esta a convicção de Agostinho, que ele nunca revogou, nem mesmo no seu livro posterior “Retractationes”.

Mais tarde, por motivos de consolidação da hierarquia eclesiástica, os Concílios adotaram a ideia que hoje prevalece na teologia; que Pedro fora instituído por Jesus como sendo o fundamento inabalável da Igreja — o mesmo homem que é por Jesus chamado carne e sangue, e, pouco depois “satanás”: “*Vade retro, satana*”.

Nem Paulo de Tarso aceitou a ideia da primazia e infalibilidade de Pedro, como consta do Concílio Apostólico de Jerusalém, onde prevaleceu a ideia de Paulo, que repreendeu publicamente a Pedro por que havia “aberrado da verdade do Evangelho”, exigindo que os neófitos cristãos fossem circuncidados

Quanto ao pretense pontificado de Pedro na sede de Roma, é uma ideia flagrantemente anti-histórica. Pedro pode ter vivido em Roma cerca de três meses, no ano 67, mas não durante 25 anos. Jamais dirigiu a igreja de Roma. Sabemos que no ano 64 rompeu a tremenda perseguição dos cristãos por parte do imperador Nero, perseguição que continuou por quase três séculos, até o ano 313. Durante este período, nenhum cristão conhecido sobreviveu em Roma, muito menos o chefe espiritual do cristianismo.

Aliás, a primeira epístola de Pedro é datada da Babilônia, e deve ter sido escrita pelos meados do primeiro século.

Em 58, em Corinto, escreveu Paulo a Epístola aos Romanos, verdadeiro tratado de cristologia, por que não havia na capital do Império Romano ninguém que pudesse dar esses esclarecimentos - nem mesmo Pedro.

No fim da Epístola manda Paulo lembranças a numerosos cristãos conhecidos em Roma - nenhuma saudação a Pedro, que não era conhecido na capital do Império.

Nos anos 60 a 62 esteve Paulo preso em Roma. No cárcere, escreveu as epístolas aos Filipenses, aos Efésios, aos Colossenses, e a carta particular a Filemon. Nestas cartas menciona Paulo os cristãos que o visitaram no cárcere romano - nunca menciona Pedro, que não o visitou, porque não estava em Roma.

Pelos historiadores antigos sabemos que durante a perseguição de Nero, Pedro e Paulo foram, às ocultas, visitar os cristãos sobreviventes em Roma: foram descobertos, presos e mortos; a tradição localiza a morte de Pedro e de Paulo no dia 29 de junho de 67.

Para unificar as dezenas de grupos cristãos, cada um dos quais se dizia o único cristianismo verdadeiro, o primeiro imperador cristão Constantino Magno, pelo Edito de Milão, de 313, deu liberdade aos cristãos e proclamou o cristianismo como religião oficial do Império romano. A fim de estabelecer unidade nos diversos grupos litigantes, decretou Constantino que o bispo da capital do Império fosse considerado *primus inter pares*. A chamada infalibilidade do papa foi decretada somente pelo primeiro Concílio Vaticano, no ano de 1870, quer dizer, há pouco mais de um século. De resto, o papa não fez valer a sua suposta infalibilidade, nem mesmo nas mais veementes controvérsias recentes, sobretudo após a ruidosa encíclica "*Humanae Vitae*", impugnada violentamente por bispos e cardeais.

Quem confessa o Cristo como suprema e única rocha da Igreja está de acordo com o Evangelho e com as palavras do próprio Cristo. ⁽¹²⁰⁾ (itálico do original)

Observar que, em suas considerações, Rohden cita Santo Agostinho um eminente e respeitável nome entre os antigos escritores cristãos conhecidos como “Padres da Igreja” ou “Santos Padres”.

Passaremos agora a palavra ao teólogo católico Janus, pseudônimo de Johann Joseph Ignaz von Döllinger (1799-1890), que, em **O Papa e o Concílio - Vol. 2**, afirma:

Tudo isso se explica, porém, logo que examinarmos de perto, mediante os Padres, a significação das bem conhecidas palavras de Cristo a S. Pedro. Não as aplica aos bispos de Roma como sucessores de S. Pedro nenhum dos Padres que trataram exegeticamente, nessa época, os tópicos do Evangelho relativos ao poder transmitido a Pedro (Mateus, XVI,18, e João XXI,18). Que de Padres não se ocuparam com esses tópicos! Entretanto, nenhum daqueles cujos comentários possuímos ainda, Orígenes, Crisóstomo, Hilário, Agostinho, Cirilo, Theodoro, nem dos outros cujas explicações acham-se agrupadas nas Catenas nenhum desses exprimiu, por uma sílaba sequer, a ideia de que se refira ao

primaz de Roma a consequência da missão incumbida e das promessas dirigidas a Pedro. – Nenhum deles interpretou a *pedra* ou a base onde o Cristo quer edificar a sua igreja, como atributo especialmente cometido a Pedro, e, por morte deste, hereditário. Aquilo para eles significava o próprio Cristo ou a fé notória de Pedro em Cristo; porque nos seus escritos é frequente confundirem-se essas duas ideias. – Por outro lado, entendiam que Pedro era tão fundamento da Igreja quanto os demais apóstolos isto é, pensavam que os apóstolos todos juntos formavam as doze pedras fundamentais da Igreja (Apocal., XXI,14). ⁽¹²¹⁾ – Pelo que pertence à concessão do poder das chaves, do poder de atar e desatar, tanto menos possível era que os Padres o tomassem como privilégio ou soberania atribuída aos bispos romanos, quanto não consideravam essa onipotência (coisa que ao primeiro aspecto notará qualquer) como propriedade peculiar a S. Pedro, e herdada por ele aos sócios prelados de Roma. – Refletiam que, se fora outorgada a Pedro em primeiro lugar, também aos outros depois o foi pelas mesmas palavras. Enfim, tinham todos o símbolo das chaves como perfeito sinônimo da expressão figurada atar e desatar. ⁽¹²²⁾

Sabido é que o dito de Cristo a Pedro é hoje em dia o trecho clássico, que há de ser base ao edifício da infalibilidade papal: “Ora por ti para que te não faleça a fé; quando converso, esforça a teus irmãos” (Lucas, XXII,32-37). – Manifesto é, porém, que essas palavras não se podem referir senão a Pedro pessoalmente, e à sua conversão depois de ter renegado a Cristo. De feito, a exortação é para

que ele, apenas lhe desaparecesse aquela rápida e passageira fraqueza, restaurasse os outros apóstolos, em quem vacilara igualmente a fé no Cristo. – É, portanto, rematado contra-senso querer, onde apenas se tratava do indivíduo em quem vacilara a fé na dignidade messiânica de Jesus, fé que se pretendia reanimar, querer descobrir aí promessas de futura infalibilidade a uma série de papas, unicamente porque esses homens senhorearam mais tarde, na Igreja romana, o lugar de que Pedro fora o primeiro ocupante. Até ao fim do VII século nenhum dos antigos doutores da Igreja concebera essa interpretação. Todos, sem exceção, em número de dezoito haviam dividido ali apenas uma rogativa de Cristo, empenhado em que o seu apóstolo não soçobrasse de todo na perigosa e iminente tentação, e não perdesse inteira a fé. – Foi o papa Ágato, em 680, quem primeiro quis achar ali uma promessa de prerrogativas à Igreja romana, – isso no tempo dos esforços com que Roma lidava arredar os perigos anunciados pela condenação de Honório, predecessor daquele, – condenação que tinha de levar a Igreja romana a perder o privilégio, tantas vezes encarecido, de uma pureza doutrinal especialíssima. ⁽¹²³⁾

A. Leterre (? -), em abordando o assunto nas obra ***Jesus e Sua Doutrina: a Distinção Entre Cristianismo e Catolicismo: Um Estudo Que Remonta Há Mais de 8.600 Anos*** disse:

Salientaremos, simplesmente, a antinomia do título de Papa, para com os próprios princípios doutrinários do fundador da Igreja cristã.

O termo **Papa** é um diminutivo familiar de **papá**, papai, atribuído ao bispo de Roma, como sendo o **Pai** da família cristã. Ora, Jesus proibiu que o chamassem de Pai, porque este título só pertence a Deus que é o Pai de todos. Não consentiu que o chamasse de Bom, de Mestre e ainda menos de Santo; mas o Papa é chamado de **Bom Pai** e até de Santíssimo Pai.

Jesus não tinha onde repousar a cabeça, só tinha uma túnica, um par de sandálias e se alimentava quando a sacola de Judas, seu Tesoureiro, o permitia. Proibiu a construção de templos. Enviou seus apóstolos a pregar o Evangelho do Reinado da Paz, sem alforjes. Repudiou o título que lhe queriam dar de **Rei de Israel** e fugiu mesmo para o monte. Em suma, pregou a bondade de coração, o amor ao próximo e deu o exemplo da perfeita humildade.

Se Jesus disse, fazendo, como querem, um trocadilho inadmissível na língua que ele falava, que sua Igreja seria construída sobre a **rocha**, isso não significa que ele fizesse Pedro de **pedra** fundamental do seu Templo, pois este mesmo apóstolo, em **Atos**, frisa que Deus não reside em templos de pedra, construídos e servidos pela mão do homem, confirmando as palavras do seu mestre, quando este mandava que todos se recolhessem ao seu aposento, em segredo, e aí implorassem ao Pai que tudo via e lhe concederia o voto.

Ademais, quem ficou representando esse

templo em Jerusalém foi Tiago, discípulo e irmão de Jesus, revestindo as insígnias de Sumo Sacerdote dos Judeus e não do Cristo, que não usava nenhuma.

Pedro, portanto, conservou-se na penumbra ou quando muito, por sua idade, como era praxe respeitar-se, presidiu uma agremiação de fiéis, aliás, destruída por Paulo, que não consentia que Jesus tivesse instituído sua Igreja sobre a circuncisão.

Quando Cornelius se ajoelhou aos pés de Pedro para adorá-lo, este levantou-o dizendo: “Levanta-te, eu mesmo também sou homem” (Atos X, 26).
(¹²⁴)

Ainda Leterre, agora falando sobre a Infallibilidade do papa, traz interessante discurso de um bispo que era contra a instituição desse dogma católico. Ele tem a ver com o nosso assunto, porquanto fala de Pedro. Leiamos:

A infalibilidade do papa foi decretada em 1870 por um Concílio presidido pelo próprio interessado Pio IX e ardentemente preparado para este fim pela “Companhia de Jesus”, apesar da oposição feita por alguns bispos e, sobretudo, de Bjakovo, o Revmo. Strossmayer cujo discurso, embora um tanto longo, convidamos o leitor a assistir, comodamente sentado em uma das poltronas daquela magna Assembleia, a fim de melhor ouvir

as verdades nuas e cruas, que vão ser ditas naquele Cenáculo, por um dos seus mais eminentes membros e possa ajuizar do espírito ambicioso dos partidários que, com essa aprovação, preparavam a possibilidade de galgar um dia uma cadeira pontifical inatacável.

É bom notar, desde já, que nem esse bispo nem seus partidários foram condenados ou excomungados pelo referido Papa por ter desmascarado aquele antro de perdição que é o Vaticano e nem seus argumentos foram jamais refutados.

Tem a palavra o bispo Strossmayer (colocaremos apenas trechos ligados ao assunto):

[...] Abri essas sagradas páginas e sou obrigado a dizer-vos: nada encontrei que sancione, próximo ou remotamente, a opinião dos ultramontanos! E maior é minha surpresa quando, naqueles tempos apostólicos, nada há que fale de papa sucessor de S. Pedro e vigário de Jesus Cristo!

[...] Tenho lido todo o Novo Testamento, declaro ante Deus e com a mão sobre o crucifixo que nenhum vestígio encontrei do papado.

[...].

Lendo, pois, os Santos Livros, não encontrei um só capítulo, um só versículo que dê a São Pedro a chefia sobre os apóstolos

Não só o Cristo nada disse a respeito deste ponto, mas, ao contrário, pro meteu tronos a todos os apóstolos (Mateus XIX, 28) sem dizer que o de Pedro seria mais elevado que o dos

outros.

Que diremos do seu silêncio?

A lógica nos ensina a concluir que o Cristo nunca pensou em elevar Pedro à chefia do Colégio Apostólico.

Quando o Cristo enviou seus discípulos a conquistar o mundo, a todos — igualmente — fez a promessa do Espírito Santo.

Dizem as Santas Escrituras que até proibiu a Pedro e a seus colegas de *reinare* ou *exercerem senhorio* (Lucas XXIII, 25, 26).

Se Pedro fosse eleito Papa, Jesus não diria isso, porque, segundo nossa tradição, o papado tem uma espada em cada mão, simbolizando os poderes espiritual e temporal.

Ainda mais: se Pedro fosse papa ou chefe dos apóstolos, permitiria que esses seus subordinados o enviassem, com João, à Samaria para anunciar o Evangelho do filho de Deus? (Atos VIII, 14)

[...] Reuniu-se em Jerusalém um Concílio ecumênico para decidir questões que dividiam os fiéis.

Quem devia convocá-lo? Sem dúvida Pedro, se fosse papa. Quem devia presidi-lo? Por certo que Pedro. Quem devia formular e promulgar os cânones? Ainda Pedro. Não é verdade?

Pois bem: nada disso sucedeu! Pedro assistiu ao Concílio com os demais apóstolos sob a direção de Tiago! (Atos XV).

Assim, parece-me que o filho de Jonas não era o primeiro, como sustentais. Encarado

agora, por outro lado, temos: enquanto ensinamos que a Igreja está edificada sobre Pedro, São Paulo (cuja autoridade devemos todos acatar) diz-nos que ela está edificada sobre o fundamento da fé dos apóstolos e profetas, sendo a principal pedra do ângulo Jesus Cristo (Epístola dos Efésios II, 20).

Esse mesmo Paulo ao enumerar os ofícios da Igreja menciona os apóstolos, profetas, evangelistas e pastores; e será crível que o grande apóstolo dos gentios se olvidasse do papado, se este existisse? Esse olvido me parece tão impossível como o de um historiador desse Concílio que não fizesse menção da Sua Santidade Pio IX.

[...].

O apóstolo Paulo não faz menção em nenhuma de suas Epístolas às diferentes igrejas, da primazia de Pedro, se esta existisse e se ele fosse infalível como quereis, poderia Paulo deixar de mencioná-la, em longa Epístola acerca de tão importante ponto?

[...].

Também nos escritos de São Paulo, de São João ou de São Tiago, não descubro nenhum traço do poder papal! São Lucas, o historiador dos trabalhos missionários dos apóstolos, guarda silêncio a respeito de tal assunto! Isso deve preocupar-vos muito.

[...].

Pensei que se Pedro fosse vigário de Jesus Cristo ele não o sabia, pois nunca procedeu como papa; nem no dia do Pentecostes, quando

pregou seu primeiro sermão, nem no Concílio de Jerusalém, presidido por São Tiago, nem da Antioquia nem nas Epístolas que dirigiu às igrejas. Será possível que ele fosse papa sem o saber?

Parece-me escutar de todos os lados: São Pedro não esteve em Roma? Não foi sacrificado de cabeça para baixo? Não existem os lugares onde ensinou e os altares em que disse missa nessa cidade?

E eu responder Só a tradição, veneráveis irmãos, é que nos diz ter São Pedro estado em Roma; e como a tradição é tão-somente a tradição da sua estada em Roma. E com ela que me provareis seu episcopado e sua supremacia?

Scaligero, um dos mais eruditos historiadores, não vacila em dizer que o episcopado de São Pedro e sua residência em Roma devem ser classificados no número das lendas ridículas! [...].

Permite que repita: folheando os sagrados escritos não encontrei o mais leve vestígio do papado nos tempos apostólicos!

E, percorrendo os anais da Igreja, nos quatro primeiros séculos, o mesmo me sucedeu! Confessar-vos-ei que o que encontrei foi o seguinte:

Que o grande Santo Agostinho, bispo de Hipona, honra e glória do Cristianismo e secretário do Concílio de Melive, nega a supremacia do bispo de Roma.

Que os bispos da África, no sexto Concílio de

Cartago, sob a presidência de Aurélio, bispo dessa cidade, admoestavam a Celestino, bispo de Roma, por supor-se superior aos demais bispos, enviando-lhes comissionados e introduzindo o orgulho na Igreja.

Que, portanto, o papado não é instituição divina. Deveis saber, meus veneráveis irmãos, que os padres do Concílio de Calcedônia colocaram os bispos da antiga e nova Roma na mesma categoria dos demais bispos.

Que aquele sexto Concílio de Cartago proibiu o título de ‘Príncipe dos Bispos’, por não haver soberania entre eles.

E que São Gregório I escreveu estas palavras que muito aproveitam a tese:

Quando um patriarca se intitula ‘Bispo Universal’, o título de patriarca sofre incontestável descrédito. Quantas desgraças não devemos nós esperar, se entre os sacerdotes se suscitarem tais ambições?

Esse – bispo – será o rei dos orgulhosos! (Pelágio II, Cet. 13).

Com tais autoridades e muitas outras que poderia citar-vos, julgo ter prova do que os primeiros bispos de Roma não foram reconhecidos como – bispos universais ou papas – nos primeiros séculos do Cristianismo.

E, para reforçar ainda mais meus argumentos, lembrarei aos meus veneráveis irmãos que foi Ósio, bispo de Córdoba, quem presidiu o primeiro Concílio de Niceia, redigindo seus cânones; e que foi ainda esse bispo que, presidindo o Concílio de Sárdica, excluiu o

enviado de Júlio, bispo de Roma! Mas, da direita me citam estas palavras de Cristo: Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei minha Igreja.

Sois, portanto, chamado para este terreno.

Julgais, veneráveis irmãos, que a rocha ou a pedra sobre a qual a Santa Igreja está edificada, é Pedro; mas, permite que eu discorde desse vosso modo de pensar.

Diz São Cirilo no seu quarto livro a respeito da Trindade: A rocha ou a pedra de que nos fala Mateus é a fé imutável dos apóstolos.

São Gregório, bispo de Poitiers, em seu segundo livro a respeito da Trindade, repete que aquela pedra é a *rocha da fé*, confessada pela boca de São Pedro. E, no seu sexto livro, mais luz nos fornece dizendo: E sobre essa exata *rocha* da confissão da fé que a Igreja está edificada.

São Jerônimo, no seu sexto livro a respeito de São Mateus, é de opinião que Deus fundou sua Igreja sobre a rocha ou *pedra* que deu seu nome a Pedro. Nas mesmas águas navega São Crisóstomo quando em sua homilia 56, a respeito de Mateus, escreve: Sobre esta rocha edificarei minha Igreja; e esta rocha é a confissão de Pedro.

Já que não me respondeis, eu vô-la darei: 'Tu és o Cristo, o filho de Deus'. Ambrósio, o Santo arcebispo de Milão, São Basílio, de Salência, e os padres do Concílio de Calcedônia ensinam precisamente a mesma coisa.

Entre os doutores da Antiguidade cristã, Santo Agostinho ocupa um dos primeiros

lugares pela sua sabedoria e pela sua santidade.

Escutai como ele se expressa acerca da primeira epístola de São João: ‘Edificai minha Igreja sobre esta rocha, significa claramente que é sobre a fé de Pedro’.

No seu tratado 124 acerca do mesmo João, encontra-se esta significativa frase: ‘Sobre esta rocha ou *pedra que* me confessaste, que reconheceste, dizendo: *Tu és o Cristo, o filho de Deus vivo*, edificarei minha Igreja, sobre mim mesmo; pois sou o filho de Deus vivo. Edificarei sobre mim mesmo e *não sobre ti*’.

Haverá coisa mais clara e positiva?

Deveis saber que esta compreensão de Santo Agostinho, a respeito de tão importante ponto do Evangelho, era a opinião corrente no mundo cristão naqueles tempos. Estou certo de que não me contestareis.

Assim é que, resumindo, vos direi:

1 – Que Jesus deu aos outros apóstolos o mesmo poder que deu a Pedro.

2 – Que os apóstolos nunca reconheceram em São Pedro a qualidade de vigário de Cristo e *infalível* doutor da Igreja.

3 – Que o mesmo Pedro nunca pensou ser papa nem fez coisa alguma como papa.

4 – Que os Concílios dos primeiros quatro séculos nunca deram, nem reconheceram, o poder e a jurisdição que os bispos de Roma queriam ter.

5 – Que os Santos Padres, na famosa

passagem ‘Tu és Pedro e sobre esta pedra (a confissão de Pedro) edificarei minha Igreja’ nunca entenderam que a igreja não estava edificada sobre Pedro (*super Petrum*) e sim sobre a rocha (*super Petram*), isto é, sobre a confissão da fé do apóstolo!

Concluo, pois, com a história, a razão, a lógica, o bom senso e a consciência do verdadeiro cristão, que Jesus não deu supremacia alguma a Pedro e que os bispos de Roma só se constituíram soberanos da Igreja confiscando, um por um, todos os direitos do episcopado! [...]

Contestai a história se ousais fazê-lo; mas, ficai certos de que não a destruireis! Se avancei alguma inverdade, ensinai-me isso com a história, à qual prometo fazer a mais honrosa apologia. Mas, compreendei que não disse ainda tudo quanto quero e posso dizer. Ainda que a fogueira me aguardasse lá fora, eu não me calaria!

[...]

Evitai, sim, evitai, meus veneráveis irmãos, o terrível precipício cuja borda estais colocados. Salvai a Igreja do naufrágio que a ameaça e busquemos todos, nas Sagradas Escrituras, a regra da fé que devemos crer e professar. Digne-se Deus a assistir-me. Tenho concluído”.

Todos os bispos se levantaram, muitos saíram da sala, porém alguns prelados italianos, americanos, alemães, franceses e ingleses rodearam o inspirado orador, e, com fraternais apertos de mão, demonstraram concordar com seu

modo de pensar. ⁽¹²⁵⁾ (itálico do original)

Apesar de um pouco extenso, acreditamos que valeu a pena citá-lo para provar que, mesmo dentro da Igreja, nem todos os bispos concordavam em que Pedro tenha sido o primeiro papa, portanto, de valor inquestionável contra essa hipótese.

É bom registrar que não houve unanimidade nessa questão de infalibilidade papal. Tomamos, respectivamente, de ***Uma Breve História do Cristianismo, Onde a Religião Termina?*** e ***A Igreja Católica:***

A convocação de um concílio fez acorrerem a Roma muitos bispos e arcebispos que tinha uma questão a resolver: o papa é supremo e também infalível? A resposta esperada era “sim”. Em resumo, eles deviam afirmar que o papa “possuía a infalibilidade com a qual o divino redentor quis investir sua Igreja”. **Em 17 de julho de 1870, um dia antes da votação, cerca de 60 bispos se retiraram, para não demonstrar publicamente sua discordância. Ficaram apenas dois oponentes. A contagem final foi de 533 votos a 2.** ⁽¹²⁶⁾

[...] Segundo o padre e historiador August Bernhard Hasler, o autor de exaustiva pesquisa

intitulada *Como o Papa se Tornou Infalível: Pio IX e as Políticas de Persuasão*, há suficientes indícios na biografia do reacionário pontífice para considerá-lo insano. **Hasler recolheu numerosas evidências de como o dogma da infalibilidade papal, tão orgulhosamente defendido pelos católicos foi, na realidade, resultado da agressiva política de manipulação do papa, o qual não hesitou em fazer uso de chantagem, boicote econômico e assédio moral a fim de pressionar os bispos reunidos durante o Concílio a votarem em favor do dogma.** Críticas semelhantes foram feitas pelo teólogo suíço Hans Küng, cujo livro *Infalível? Uma Pergunta*, custou-lhe a repreensão do Vaticano e a perda da licença para lecionar Teologia católica. ⁽¹²⁷⁾ (itálico do original)

Mas até essas atividades sociais dentro da igreja acabaram perdendo credibilidade em função das polêmicas sobre a definição da infalibilidade papal no Concílio Vaticano I, em 1870. **Sua pertinência foi questionada com igual vigor e insucesso tanto pelo bispo Ketteler como pela maioria nos episcopados alemão e francês.** Nessa discussão, ficou claro que a democracia moderna – que em linhas gerais abolira o sistema absolutista – e o sistema romano – formado no século XI e que pusera um freio religioso no absolutismo – estavam em conflito, na verdade eram como água e fogo. [...]. ⁽¹²⁸⁾

Vejamos, em **Reencontro Cristão** -

Reflexões Para o Cristianismo do Terceiro Milênio, o que nos diz sobre esse assunto o escritor Fernando Guedes de Mello (1937-):

Assim, **tudo indica que Paulo tornou-se o primeiro bispo de Roma**, a pedido do próprio Jesus (At 23,11), e não Pedro. A ida de Pedro a Roma, se de fato ocorreu, deveu-se muito mais à situação político-religiosa na Palestina do que a uma necessidade pastoral dos cristãos romanos. Devido à ruptura definitiva entre os cristãos e os judeus na Judeia e ao clima de pré-insurreição contra os romanos em Jerusalém, **Pedro teria seguido para Roma muito mais na condição de refugiado do que de primeiro papa da Cristandade**. Episódios como o do romance histórico *Quo vadis, Domine?* São lendas que surgiram mais tarde, em meados do século II, e que ganharam destaque no século IV, para justificar a primazia do bispo da capital imperial. Tanto assim que, quando a capital passa para Constantinopla, começaram as dificuldades entre a Igreja Latina e a Igreja Oriental. (129)

Informações que só reforçam o fato de que Pedro nunca ter sido mesmo o primeiro papa, sendo isso apenas de origem lendária.

Mentiras fundamentais da Igreja Católica

O título desse capítulo **Mentiras Fundamentais da Igreja Católica** é mesmo da obra do jornalista Pepe Rodríguez, na qual o capítulo XI trata desse tema, que estamos desenvolvendo. Por ser abrangente, falando de várias coisas mencionadas até aqui, optamos por colocá-lo num tópico específico. Apesar de ser um pouco longo, não tivemos como não transcrevê-lo *in totum*, pois reforça tudo quanto já foi abordado, anteriormente, por quase todos autores citados.

A FIGURA DO PAPA É CONTRÁRIA AO QUE
PREGOU JESUS:

NÃO SÓ SE BASEIA NA FALSIFICAÇÃO DOS
EVANGELHOS, COMO NA FALSIFICAÇÃO DAS
LISTAS DOS BISPOS DE ROMA

Conforme refere Mateus, decorria uma acesa disputa sobre qual seria a personalidade real de Jesus quando este se dirigiu aos seus apóstolos com estas palavras: “E vós, quem dizeis que eu sou? Tomando a palavra Simão Pedro disse: Tu és

o Messias, o Filho de Deus vivo. E Jesus, respondendo-lhe, disse: Bem-aventurado és tu, Simão Bar Jona ⁽¹³⁰⁾, porque não foi a carne nem o sangue que te revelou isso, mas meu Pai, que está nos céus. E eu te digo que tu és Pedro, e sobre esta pedra ⁽¹³¹⁾ edificarei a minha Igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela. Eu te darei as chaves do reino dos céus, e quanto atares na terra será atado nos céus, e quanto desatares na terra será desatado nos céus. Ordenou então aos discípulos que não dissessem a ninguém que Ele era o Messias” (Mateus 16,15-20) ⁽¹³²⁾.

É nesta passagem da “confissão de Cesareia de Filipo” - e, mais concretamente, em dois dos seus parágrafos (Mateus 16,18-19) – que se apoia fundamentalmente a Igreja Católica para *demonstrar* que Jesus elegeu Pedro como cabeça sobre a qual iria fundar e basear a sua futura Igreja (supõe-se; que católica). No entanto, se analisarmos esse texto com um mínimo de rigor – não esquecendo as provas que até ao momento fomos aduzindo neste livro –, veremos claramente duas coisas: 1) os parágrafos, quando situados no seu contexto global, não têm o significado que a Igreja lhes pretende dar e, 2) mesmo que os situemos nesse (ou noutro) contexto, são indiscutivelmente falsos (como o são muitas outras passagens neotestamentárias fundamentais em que se baseia a suposta divindade de Jesus). De facto, não podemos deixar de estar de acordo com os bispos do Oriente que, já no século IV, afirmavam que esse texto fora tardiamente

intercalado pelos partidários do bispo de Roma, empenhado em alcançar o controlo da Igreja contra os bispos de outras regiões cristãs, igualmente poderosas e influentes.

Em primeiro lugar, e como mera crítica acessória, dado virmos a demonstrar que **o texto em causa é um acrescento espúrio**, assinalaremos que, tendo em conta o contexto, apenas se poderão extrair com razoabilidade **as seguintes conclusões:**

Se a fé e os fundamentos do cristianismo assentam sobre conjunto de crenças, que se vão constituindo, nomeadamente divindade de Jesus, é óbvio que a resposta atribuída a Pedro representa um credo sólido face aos que não viam no nazareno o “Filho do Deus vivo”, sendo que era sobre essas palavras – a verdadeira “pedra” – e não sobre quem as proferiu que seria edificada a Igreja, como guardiã da ortodoxia dessa fé. No entanto, **o fundamento, a pedra, sobre a qual se edifica a fé/Igreja é Jesus Cristo** ⁽¹³³⁾ – como, aliás, é consensualmente confirmado por passagens como I Ped 2,4-8; Ef 2,20; ou I Cor 3,11, e 10,4 -, e não Pedro e, muito menos, o papa. O que aconteceu, contudo, foi que o papa foi surgindo na prática da Igreja Católica como sendo esse fundamento, contrariando não só as palavras de Jesus, como as dos apóstolos Pedro e Paulo.

Dar a Pedro “as chaves do reino dos céus” não parece indicar a atribuição de uma qualquer mordomia, refira-se esta a uma instituição terrena ou a um paraíso prometido. Essa expressão, pelo contrário, decorre da vontade proclamada por Jesus, a que os evangelhos repetidamente aludem,

de abrir a porta de Deus a todo o “povo de Israel”, ante a iminente vinda do “reino”. Por outro lado, a faculdade de “atar e desatar”, a ser lida como o poder de manter ou de apagar as faltas ou pecados, mediante o arrependimento e baptismo, não foi apenas conferida a Pedro. Com efeito, quando Jesus ressuscitado apareceu a todos os seus discípulos, foi a todos eles que disse: “Como meu Pai me enviou, assim eu vos envio. Dizendo isto, soprou e disse-lhes: Recebei o Espírito Santo; aqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados; aqueles a quem o retiverdes, ficarão retidos”. (João 20,21-23). E, assim, óbvio que este poder foi conferido a todos os discípulos presentes (de modo exclusivo e limitado) ou, melhor ainda, a todos os seguidores de Jesus sem excepção, isto é, a todas e a cada uma das *ekklesias* ou assembleias de crentes.

Se voltarmos, de novo, a Mateus 16,18-19, poderemos colher mais alguns elementos que projectam uma luz particularmente interessante sobre a impostura que envolve toda esta questão. Se compararmos essa passagem com as passagens equivalentes dos outros evangelhos – Marcos 8, 27-30; Lucas 9, 18-22; e, em cena medida, João 6,68-70 –, veremos que, apesar de a frase se repetir textualmente em Marcos e em Lucas (com os habituais acrescentos e diferenças, claro está!) e de o sentido se conservar em João, **em nenhum deles, no entanto, foi conservado qualquer rasto do versículo concreto de Mateus 16,18-19, relativo à nomeação de Pedro.** Podemos, pois, legitimamente perguntar-nos se a *inspiração* divina se esqueceu de comunicar

àqueles três evangelistas a justificação do papel central que deveriam desempenhar todos os papas da Igreja até ao fim dos tempos. Terá sido assim? Parece pouco provável. **Dizemo-lo pela enésima vez: um texto-chave para os interesses da Igreja Católica aparece apenas e tão-só no fantasioso e falaz Evangelho de Mateus.**

Há outro pormenor nesse texto que se revela capital para determinar a sua redacção tardia. Vemos, com efeito, Pedro afirmar com toda a segurança: “Tu és o Messias, o Filho de Deus vivo”, afirmação que Jesus perante todos os outros discípulos se apressa a ratificar. Ora, nós sabemos que tanto Pedro como o resto dos seus companheiros não só pensavam que Jesus era um simples profeta, como não deram qualquer crédito às notícias que o davam como ressuscitado ⁽¹³⁴⁾, a tal ponto que este, após uma série de aparições infrutuosas se viu obrigado a repreendê-los pela “sua incredulidade e dureza de coração” (Marcos 16,14). Aliás, o próprio Pedro, na continuação da afirmação peremptória que lhe é atribuída, põe em dúvida o destino Jesus, vendo-se este, de novo, obrigado a repreendê-lo. Ora, esta cena passa-se no mesmíssimo Evangelho de Mateus, alguns versículos mais adiante (Mateus 16,21-23).

É difícil justificar tanto despropósito. **Temos, com efeito, de supor que Pedro e os seus colegas foram uns recordistas em perdas de memória – dignos de figurar no Guinness! –, a ponto de se terem esquecido que Jesus era o Filho de Deus vivo, ou, então, que os relatos dos quatro evangelistas, além de serem incompatíveis entre si, são meras invenções,**

todos eles em conjunto, ou um deles em particular. Se o Pedro do Evangelho de Mateus for verdadeiro o Pedro dos outros três evangelistas será falso, contagiando de falsidade toda a narrativa da ressurreição de Jesus; todavia, se o Pedro destes últimos for plausível, não será o de Mateus e, se assim for, a Igreja Católica ficará sem hipótese para os seus papas.

Narrativas falsas à parte, é bastante verosímil que o versículo de Mateus 16,18-19 – assim como outros textos fundamentais dos Evangelhos – tenha sido acrescentado por motivos doutrinários em data próxima do Concílio de Niceia (325) onde, como então assinalámos, foram seleccionados os quatro evangelhos canónicos. O motivo referido prende-se com a deslegitimação, posta na boca do próprio Jesus, da doutrina ariana, dado ter sido a polémica em seu torno a causa próxima da convocação dessa assembleia que acabou, aliás, por a condenar violentamente.

Por outro lado, se Jesus tivesse designado Pedro para ocupar lugar hierarquicamente superior ao dos restantes apóstolos, ter-se-iam de certeza conservado traços suficientes dessa designação. Ora, acontece que não só não foi assim, como as evidências históricas e neotestamentárias apontam numa direcção exactamente contrária.

A primitiva Igreja de Jerusalém, de que Pedro foi uma das mais destacadas figuras, nunca foi por ele presidida, mas por Tiago, o irmão de Jesus.

O mesmo acontecendo, por exemplo, com as listas de apóstolos que aparecem nos Evangelhos.

Em nenhuma delas, contrariamente ao que seria de esperar, dada a sua suposta autoridade, Pedro surge como detendo uma dignidade superior à dos seus companheiros (¹³⁵). Ou seja, para os redactores dessas narrativas, não estava pública e claramente assente que assim fosse. Aliás, Paulo, ao citar os apóstolos que eram tidos por “colunas” da Igreja, referiu “Tiago, Cefas [Pedro] e João”, por esta ordem (¹³⁶), e não teve qualquer pejo em acusar Pedro de hipócrita e de o repreender publicamente por falsear o evangelho (¹³⁷). **O próprio Pedro, na sua I Epístola, não reivindica tão-pouco essa suprema autoridade – nem, aliás, na II Epístola, mesmo se esta é pseudográfica –, o que seria absurdo, caso se considerasse a si próprio como o primeiro papa. E, pois, evidente que nem os apóstolos nem Paulo, em consonância com o próprio Pedro, jamais afirmaram a respeito deste o que a Igreja Católica tem a ousadia de afirmar e de impor.**

Além de se basear na “Confissão de Cesareia de Filipo”, **a Igreja na sua visão da natureza do papado apoia-se ainda numa outra passagem de João, conhecida como a “tripla confissão de Pedro”**. Nessa passagem, Jesus, já ressuscitado, aparece aos discípulos junto ao mar de Tiberíades. “Depois de terem comido, disse Jesus a Simão Pedro: Simão, filho de João, amas-me mais do que eles? E ele respondeu-lhe: Sim, Senhor, tu sabes que te amo. Disse-lhe, então: Apascenta os meus cordeiros. Pela segunda vez, lhe disse: Simão, filho de João, amas-me? Pedro respondeu-lhe: Sim, Senhor, tu sabes que te amo. Jesus disse-lhe:

Apascenta as minhas ovelhas. Pela terceira vez, Ihe disse: Simão, filho de João, amas-me? Pedro ficou triste por Ihe ser perguntado três vezes: Amas-me? E Ihe disse: Senhor, tu sabes tudo, tu sabes que te amo. Disse-Ihe Jesus: Apascenta as minhas ovelhas. Em verdade, em verdade te digo: Quando eras jovem, cingias-te e ias onde querias; quando envelheceres, e as tuas mãos e outro te cingirá e te levará aonde não desejas. Isto Ihe disse indicando o tipo de morte com que haveria de glorificar Deus” (João 21,15-19).

Podemos interrogar-nos sobre qual será a credibilidade destes versículos. Importa não perder de vista que foram escritos durante a primeira década do século II por João, o Ancião, um grego que não conheceu directamente o contexto em que viveu Jesus; sabia, no entanto, que Pedro fora executado, não Ihe sendo, pois, difícil acrescentar a *profecia* do seu martírio. Dito isto, este episódio, ativamente ocorrido, não é mencionado nem por Marcos: Lucas, nem tão-pouco por Mateus, o que não deixa de ser relativamente incompreensível, dada a relevância das questões que nele se jogam. Não se trata somente, nem unicamente, da designação de Pedro como responsável máximo da difusão da mensagem de Jesus; trata-se, sobretudo, da reabilitação de Pedro, aviltado aos olhos do mundo depois de ter cobardemente negado, e por três vezes, ser discípulo de Jesus, facto esse que, em contrapartida, não é deixado no esquecimento por nenhum dos quatro Evangelhos, sem excepção (¹³⁸).

Se Jesus, ao pedir a Pedro “apascenta as

minhas ovelhas”, lhe estivesse a conferir o magistério da doutrina cristã ⁽¹³⁹⁾, ou seja, estivesse instaurando a função papal, como sustenta contra toda a evidência a Igreja Católica, não fariam o menor sentido estas outras palavras do mesmo Jesus: “Disse-vos estas coisas enquanto estou no meio de vós; porém o advogado, o Espírito Santo, que o Pai enviará em meu nome, ele vos ensinará todas as coisas e vos trará à memória tudo o que eu vos disse” (João 14,25-26); ou ainda: “Tenho muito para vos dizer, mas não podeis abarcá-lo por agora; porém, quando vier Aquele que é o Espírito de verdade, ele vos guiará à verdade completa, porque não falará de si mesmo, mas do que ouviu; ele vos dirá o que está para acontecer. Ele me glorificará, porque receberá de mim e vo-lo dará a conhecer. Tudo o que é do Pai é meu; por isso vos digo que receberá de mim e vo-lo dará a conhecer” (João 16,12-15).

No Evangelho de João que é, como se sabe, um texto peculiar por apresentar uma cristologia distinta da dos outros evangelhos, Jesus deixou bem claro que o magistério doutrinai emanava exclusivamente do Espírito Santo. Assim sendo, como explicar que, uns versículos mais adiante, Jesus, sem se contradizer nem trazer danos graves à fé e à imagem que o nazareno tinha de si mesmo e de Deus, pudesse transferir para Pedro a fonte desse magistério? O máximo que podia ter dito é que o magistério futuro emanaria de Pedro (*inspirado* ou não pelo Espírito Santo), mas o facto é que nem isso disse nem houve quem assim o entendesse durante os primeiros séculos do

cristianismo.

O próprio São Paulo é um exemplo paradigmático dessa atitude. Não só nunca procurou o magistério de Pedro – nem tão-pouco o da Igreja de Jerusalém, cabeça da herança doutrinal de Jesus ⁽¹⁴⁰⁾ –, como lhe fez frente ⁽¹⁴¹⁾ e pregou doutrinas totalmente opostas ⁽¹⁴²⁾. É evidente que se Pedro tivesse sido o *primus inter pares*, como é tese da Igreja, teria resolvido a sua contenda doutrinal com Paulo impondo a sua autoridade doutrinal. Como é sabido, essa atitude não foi ele quem a tomou, mas um sínodo onde se procurou parcialmente conciliar as teses em presença.

Sabemos através dos Actos dos Apóstolos (Act 15) o que se passou no Concílio de Jerusalém, celebrado no ano de 58 da nossa era. A leitura desse passo mostra que o sínodo, reunindo “apóstolos e presbíteros”, foi presidido por Tiago, o irmão de Jesus, e que nele tomaram a palavra Pedro, Paulo e Barnabé. Pedro falou primeiro, em representação das teses locais, seguido pelos outros dois, em defesa das teses da diáspora. Em Act 15,13-22, vemos Tiago a recapitular o que fora dito nessa reunião e a propor a solução que “pareceu então como a mais adequada aos olhos dos apóstolos e dos anciãos, com toda a igreja...”, Alguns capítulos adiante, em Act 21,18, surge, de novo, Tiago a presidir o conselho de presbíteros na presença de Paulo, estando Pedro ausente (pelo menos, a sua presença não é mencionada). **Se alguém, pois, agiu como papa, nesses primeiros tempos, foi Tiago e não certamente Pedro** ⁽¹⁴³⁾.

Apesar de não dispormos de dados fiáveis a tal respeito, a tradição refere que Pedro e Paulo – respectivamente, defensores das teses judeo-cristã e gentílica – se opuseram um ao outro até ao fim da sua vida, vindo a encontrar juntos a morte, em Roma, durante as execuções maciças de cristãos, ordenadas por Nero, após o grande incêndio que devastou a cidade em 64. No entanto, **se quisermos ser rigorosos, do ponto de vista histórico, devemos pôr em dúvida, eventualidade de Pedro ter alguma vez estado em Roma.**

Apenas na primeira epístola de Clemente aos Coríntios, escrita em finais do século I, e num texto de Inácio de Antioquia, se menciona de passagem, e sem qualquer outra precisão adicional, que se pensava que Pedro teria morrido em Roma. Mais tarde, por volta do ano de 170, Dionísio de Corinto *asseverou* que Pedro esteve em Roma, acrescentando ainda que as Igrejas de Roma e de Corinto tinham sido fundadas conjuntamente por Pedro e por Paulo. **Trata-se de um documento merecedor de pouca credibilidade, não só por ser tardio, como por ser grande a distância que separa geograficamente as duas citadas cidades.** Acresce ainda que a referida fundação conjunta contradiz frontalmente os próprios escritos de Paulo.

Nos Actos dos Apóstolos, não há qualquer referência a uma suposta viagem de Pedro a Roma nem à sua morte na capital do Império. Mas há mais. **Quando Paulo escreveu a sua Epístola aos Romanos, mandou saudações pessoais a vinte e sete pessoas Rom 16,1-24, mas entre**

elas não se encontra o nome e Pedro! Seria absurdo supor que Paulo ignorasse que o seu colega se encontrava em Roma, caso este aí, de facto, se encontrasse, ou que se recusasse a enviá-lhe uma mera saudação protocolar. **Ao escrever de Roma as suas últimas epístolas, Paulo nunca menciona Pedro como bispo dessa cidade, não refere qualquer função que eventualmente exerça nessa igreja nem mostra saber se se encontra, vivo ou morto, em Roma.**

Não possuímos qualquer informação sobre os fundadores da Igreja de Roma; sabemos que **em meados do século II contava uns trinta mil membros; no entanto, até essa data, ninguém havia deixado qualquer testemunho sobre a suposta permanência de Pedro nessa cidade.** Acresce que o título de patriarca, como sinónimo de “bispo superior” – e que estava reservado, desde o século V, aos dirigentes de Alexandria, Antioquia, Constantinopla, Jerusalém e Roma – aparece muito mais tarde em Roma do que na Ásia Menor ou na Síria. Por outro lado, **não se encontrou até hoje qualquer vestígio, documental ou arqueológico, que nos levasse a pensar que Pedro esteve efectivamente em Roma.**

Apesar de, em 26 de Junho de 1968, o papa Paulo VI ter anunciado que “as relíquias de São Pedro foram identificadas de uma maneira que nós podemos considerar como convincentes”, tal conclusão, fundamentada nas investigações arqueológicas mais lamentáveis do século, ⁽¹⁴⁴⁾ carece obviamente de qualquer base científica.

O que aconteceu é que, seguindo a pista da

tradição que situa o túmulo de Pedro na Via Ápia ou debaixo da igreja de São Pedro, o Vaticano decidira realizar uma escavação arqueológica sob a cúpula de São Pedro. Os trabalhos, dirigidos pelo bispo Kaas e conduzidos pelo arqueólogo Enrico Josi, o arquitecto Bruno Apolloni-Ghetti e os jesuítas Antonio Ferrua e Engelbert Kirschbaum, foram realizados entre 1940 e 1949. Finalmente, na noite de Natal de 1950, o papa Pio XII anunciou que debaixo da igreja romana fora encontrado o túmulo do “príncipe dos apóstolos”.

As escavações haviam descoberto uma vintena de mausoléus e de criptas relacionadas com um santuário pagão da deusa Cibele, que em tempos existira nesse lugar, e foi quanto bastou para que fosse elaborado um relatório onde se afirmava “ter-se indubitavelmente encontrado o lugar onde havia sido enterrado Pedro, apesar de não se ter encontrado o túmulo do apóstolo” (145). Face a tamanho despropósito, a crítica científica séria, após análise dos resultados da escavação, não deu qualquer crédito ao suposto achado.

O próprio Engelbert Kirschbaum viu-se forçado a retirar as suas bombásticas conclusões anteriores e a admitir que “várias peças poderiam igualmente ser interpretadas de outro modo”, “que encontrámos o lugar do túmulo do apóstolo, mas não os componentes materiais do mesmo”, “que não temos maneira de saber [no caso de um túmulo antigo] quem, de facto, esteve nele enterrado”, que o relatório inicial não estava “isento de erros”, que havia nele “inexactidões na descrição” e “maiores ou menores contradições”, etc.

Com uma pirueta final, Kirschbaum, colocando a sua fé à da ciência, escreveu: “Teremos encontrado o túmulo de Pedro? Respondemos: foi encontrado o *tropaion* de meados do século que o correspondente túmulo do apóstolo tenha sido “encontrado” em sentido material; o que fizemos foi demonstrá-lo, ou seja, deduzimos a sua existência através de uma série de indícios, da termos encontrado “partes materiais” do referido túmulo do túmulo original”. Por outras palavras, a inspiração divina invadiu o campo da arqueologia dando à luz um raciocínio tão peculiar quanto este: não encontrámos absolutamente nada, mas dado termos localizado outras coisas que nada têm a ver com o assunto, demonstramos que este é nada é a prova de que ali esteve o que procurávamos. Assim se elabora a ciência católica.

Quando o papa Paulo VI anunciou como “convincente” a descoberta dos restos mortais de Pedro, já o antropólogo Venerando Correnti, depois de ter analisado as pernas do *vecchio robusto*, as supostas ossadas do apóstolo, havia tornado públicas as suas conclusões: em seu entender, os restos pertenciam a três pessoas diferentes, entre as quais uma mulher que pelos seus restos deveria ter setenta anos de idade. Tais conclusões não impedem, no entanto, que os católicos, obrigados como estão a crer no que diz o papa, mesmo quando este se afasta da verdade objectiva, continuam a acorrer a Roma para venerar São Pedro diante de um túmulo que nunca esteve.

Seja como for, retomemos o fio histórico e voltemos à execução de Paulo e de Pedro. Passando sobre a questão do local onde teriam

morrido, o facto é que com as suas mortes desapareciam as duas figuras mais influentes do protocristianismo. Tal não quer, no entanto, dizer que se tivesse rompido o fio da herança doutrinal de Jesus, já que esta nunca repousara sobre eles nem, aliás, sobre Roma. **A Igreja primitiva, como vimos, era dirigida por um conselho ou sanedrín presidido por Tiago, a quem sucedeu, depois da sua execução, ocorrida por volta do ano de 62, Simeão, filho de Cleófas e primo de Jesus.** E se é verdade que, a partir do ano de 70, a Igreja judeo-cristã de Jerusalém perdeu rapidamente a autoridade que detinha, em especial sobre os cristãos vivendo na área de influência da cultura helénica, não é menos verdade que, por essa altura, a Igreja de Roma não passava de um anexo exterior da sinagoga judaica onde se reuniam os cristãos que continuavam, no seu foro pessoal, a leva exactamente o mesmo estilo de vida judeu que praticavam antes conversão.

Na sequência da brutal perseguição movida por Nero aos cristãos e da derrota dos Judeus na guerra contra Roma, as comunidades judeo-cristãs começaram a desagregar-se dando origem a um movimento de dispersão que se traduziu pela criação de diferentes *ortodoxias*, opostas entre si, tornando impossível a definição de qualquer “linha sucessória”; mas, a ser forçoso que tenha havido essa linha de continuidade, esta teria de ser procurada no interior do judaísmo, onde radicava a linha doutrinal de Jesus, dos seus doze apóstolos, incluindo Pedro, e das primitivas Igrejas de Jerusalém e de Roma e nunca no seio do catolicismo romano que se

institucionalizou com o *Édito de Milão* (313) do imperador Constantino.

Tal como documenta e expõe Karlheinz Deschner ⁽¹⁴⁶⁾, ao tratar das ficções históricas, “as sucessões e cadeias de tradições nas escolas filosóficas eram conhecidas entre os platônicos, os estóicos e os peripatéticos, assim como nas religiões egípcia, romana e grega, sendo frequente a sua origem ser atribuída a um mesmo deus; aliás, tais linhas sucessórias eram há muito conhecidas, muito antes de em quase todos os países cristãos a afirmação da sucessão ininterrupta dos cargos episcopais a partir dos apóstolos, a pretensa sucessão apostólica, ter levado às grandes artimanhas que conhecemos, chegando-se ao ponto de quanto maior fosse o desvio dogmático relativamente às origens, maior o empenho posto em manter as aparências do *semper idem* [sempre idêntico, inalterável]. **Montaram-se assim enormes falsificações a propósito de uma tradição apostólica que, em termos factuais, nunca existiu.**

“A doutrina da *successio apostolica* [sucessão apostólica], aplicada às antigas sedes episcopais, estava à partida condenada ao fracasso pela boa razão de que em muitas regiões, sempre que é possível determiná-lo, a cristandade nos seus inícios não seguia qualquer cristianismo “ortodoxo”. Em grande parte do Velho Mundo, no Centro e no Leste da Ásia Menor, em Edessa, Alexandria, Egipto, Síria, no judeo-cristianismo fiel às leis [mosaicas], os primeiros grupos cristãos não são ortodoxos, são simplesmente “heterodoxos”. Não porque vivessem numa situação sectária, ou

formassem minorias “heréticas”, mas simplesmente porque esse era o cristianismo “ortodoxo” preexistente.

“O que não impediu que, para dar corpo à ficção da transmissão apostólica e poder, assim, legitimar em toda a parte o episcopado, **atribuindo-lhe uma sucessão ininterrupta, se tivesse lançado mão a todo o gênero de falsificações**, sobretudo nas sedes episcopais mais famosas da antiga Igreja. **Essas sucessões são, na sua quase totalidade, puras e simples arbitrariedades, invenções a posteriori, fruto de evidentes manipulações.** E, como é óbvio, a maior parte dos hereges serviu-se de outras falsificações. Foi o que fizeram os artemonitas, os arianos e certos gnósticos como Basíledes, Valentino ou o Ptolomeu valentiniano. Aliás, foram estes que deram início a esse processo. A Igreja Católica seguiu-lhes as passadas e criou os seus primeiros conceitos da tradição, como forma de combater a mais antiga das “heresias”, utilizando exactamente os mesmos processos justificativos que os empregues pelos gnósticos!

“No respeitante a Roma, a falsificação da ordem de sucessão dos bispos da cidade – até 235, todos os nomes são incertos e, para as primeiras décadas, absolutamente arbitrários – está relacionada com o aparecimento do papado, o mesmo que aconteceu com a falsificação de Símaco. Dado que partia de Pedro e de que toda a lista se baseava nele, Roma obteve vantagens consideráveis, a que se opôs Bizâncio, embora tardiamente, pois só reagiu no século IX”.

A lista oficial dos primeiros bispos de Roma, isto é, dos papas, proposta pela Igreja Católica, é a seguinte: São Pedro (67-68) ⁽¹⁴⁷⁾, Lino (67-76), Cleto ou Anacleto (76-88), Clemente I (88-97), Evaristo (97-105), Alexandre I (105-115), Sixto I (115-125), Telésforo (125-136), Higino (136-140), Pio I (140-155), Aniceto (155-166), Sotero (166-175), Eleutério (175-189)... Libério (352-366). A lista baseia-se num suposto catálogo – *Catalogus Libenanus*, aparecido em 354; encontrado por historiadores católicos, teria sido escrito no tempo do papa Eleutério ⁽¹⁴⁸⁾. **Não existem, no entanto, indícios que venham apoiar a sua autenticidade e a quase totalidade dos personagens citados são de duvidosa existência real, além de na sua maior parte serem figuras alheias ao mundo judeu.** Acresce a esta *coincidência* mais do que suspeita o facto de a crítica histórica não aceitar os escassos dados *biográficos* que lhes são atribuídos pelo *Liber Pontificalis*, ou seja, o livro oficial dos papas.

Seja como for, é impossível continuar a manter a ficção eclesiástica de uma sucessão apostólica histórica, como persiste em fazer a Igreja. Às razões aduzidas, devemos ainda acrescentar a lição a tirar do relato neotestamentário sobre a substituição de Judas, o apóstolo que se enforcara, por Matias. Nessa eleição, pôs-se como condição, para alguém ser cooptado para o círculo apostólico, o tratar-se de um varão que tivesse acompanhado os onze apóstolos “durante todo o tempo em que viveu entre nós o Senhor Jesus, desde o baptismo de Jesus até ao dia em que foi arrebatado aos céus

de entre nós, alguém que seja como nós testemunha da sua ressurreição” (Act 1,21-22). Como pode alguém declarar-se sucessor dos apóstolos se apenas eles estiveram em condições de preencher os requisitos citados e se o seu testemunho pessoal – o que supostamente viram e viveram – não ser por natureza transmissível? ⁽¹⁴⁹⁾ Que papa, em toda a história da Igreja, conviveu com Jesus ou o viu ascender ao céu?

Se passarmos em revista as diferentes tradições cristãs de *successio apostolica*, todas elas baseadas em listas tão falsificadas como a de Roma, veremos que o patriarcado de Bizâncio foi fundado pelo apóstolo André; a Igreja de Alexandria, por Marcos; a Igreja de Corinto e de Antioquia, por Pedro; a Igreja da Arménia, por Tadeu e por Bartolomeu (senão mesmo pelo próprio Cristo, a fazer fé na **correspondência trocada entre o príncipe Abgar Ukkama de Edessa e Jesus; correspondência obviamente falsa, que deve ter sido forjada por volta de 300**). Estas listas envolvem evidentemente lutas pela conquista de hegemonias e de títulos honoríficos. Assim, por exemplo, o bispado de Aquileia reclamava o título de patriarcado, dado ter sido fundado por Marcos; a partir do século V, não foram poucas as sedes episcopais da Espanha, Itália, Dalmácia, países bálticos, Gália e Bretanha que procuraram falsificar listas sucessórias para *demonstrar* a sua fundação apostólica e, desse modo, obter um estatuto de proeminência sobre outras cidades ... e assim por diante.

Estes comportamentos repreensíveis não foram, no entanto, actos isolados. **Durante os primeiros**

séculos de cristianismo e de catolicismo, era prática corrente a falsificação de todo o tipo de documentos com o objectivo de ganhar poder e/ou legitimidade doutrinal.

O próprio Paulo, acusado de mentir para defender a sua visão do cristianismo, justificou-se dizendo: “No entanto, se a veracidade de Deus sobressair mais por meio das minhas mentiras, para glória sua, porque serei julgado como pecador?” (Rom 3,7) ⁽¹⁵⁰⁾.

Naqueles tempos, foram legião os que adoptaram, na prática, a teoria que Orígenes, o grande teólogo cristão, havia formulado nos seus escritos designando-a por *mentira económica* ou *pedagógica*; baseando-se na sua visão do plano divino da salvação, Orígenes defendeu a função cristã da mentira, ao postular a sua necessidade (*necessitas mentiendi*) como condimento e medicamento (*condimentum atque medicamen*) ⁽¹⁵¹⁾.

Um dos documentos forjados que mais rendibilidade têm dado à Igreja Católica é o decreto de 30 de Março de 315, *Constitutum Constantini* ou *Privilegium Santæ Romanæ Ecclesiæ*, a famosa *Doação de Constantino*, como ficou conhecida. Nesse documento, que foi apresentado como tendo sido redigido pelo próprio Constantino, além de se relatar o seu processo de conversão, por acção do *papa* Silvestre ⁽¹⁵²⁾, o imperador declara que, “na medida em que o nosso poder imperial é tanto mais terreno, decretamos que a sua santíssima Igreja romana será venerada e reverenciada e que a sagrada sede do bem-aventurado Pedro será gloriosamente

exaltada e passará a usufruir de uma glória superior ao nosso Império e ao seu trono terrestre. [...] A dita sede regerá as quatro principais de Antioquia, Alexandria, Constantinopla e Jerusalém, assim como todas as Igrejas de Deus em toda a parte. [...] Finalmente, fazemos saber que doamos a Silvestre, papa universal, o nosso palácio, bem assim como todas as províncias, palácios e distritos não só da cidade de Roma e de Itália, como de todas as regiões de Ocidente”.

Trata-se de uma criminosa falsificação, feita a mando do papa Estêvão II (752-757), e por este utilizada para forçar a aliança militar do rei franco Pepino e de seu filho Carlos Magno com a Igreja para combater os Lombardos que ameaçavam as riquezas e o poder do papado romano. Após a derrota dos Lombardos, o rei Pepino, convencido de que Estêvão II era o sucessor de São Pedro e do imperador Constantino, *devolveu* à Igreja Católica todas as terras que por direito lhe pertenciam, graças à *Doação de Constantino*.

Mediante essa vigarice, a Igreja Católica acumulou um património e um poder de tal modo imensos, que ainda hoje vive dos rendimentos que lhe proporcionou esse enorme e infame delito, origem do Estado da Igreja.

O texto mais antigo que se conhece da referida Doação figura nos manuscritos das *Decretales pseudoisidorianas* (c. 850), mas só se tornou público no século XI, quando já era universalmente reconhecido como autêntico um documento que raríssimas pessoas tinham efectivamente visto.

O papa Leão IX (1049-1054), nos seus escritos,

cita amplas passagens da falsa *Doação* para justificar o primado do bispo de Roma, mas só com o papa Gregório VII (1073-1085) se transformou na base fundamental do direito canônico. Os papas posteriores, como Urbano II (1088-1099), Inocêncio III (1198-1216), Gregório IX (1227-1241) ou Alexandre VI (1492-1503), serviram-se amplamente desse documento para se impor aos príncipes, anexar territórios, etc...

Uma curiosidade histórica relativa a este monumental engodo, que tanto prejudicou os reis europeus, foi protagonizada por Otão III (983-1002) que, num documento datado de 1001 e dirigido ao papa Silvestre II, considera a referida *Doação* como falsa e nula, o que não impediu que continuasse a produzir os seus efeitos. Nesse documento, Otão III, depois de repudiar a corrupção e as malversações que haviam caracterizado os papas, escreve: “Distorceram as leis pontificais e humilharam a Igreja romana, e papas houve que chegaram ao ponto de reclamar a maior parte do nosso império. Não se interrogavam porque o tinham perdido por sua própria culpa, nem se preocupavam com o que haviam delapidado com as suas loucuras, estavam apenas interessados, depois de terem dispersado aos quatro ventos as suas próprias possessões, em descarregar as culpas do acontecido sobre o nosso próprio império e em reclamar a propriedade alheia, isto é, a nossa e a do nosso império. São mentiras por eles inventadas [*ab illis ipsis inventa*], nomeadamente pelo diácono João, também conhecido por *Dedo-cortado*, que redigiu um documento com letras de ouro e forjou uma

enorme mentira cobrindo-a com o nome de Constantino, o Grande [*sub titulo magni Constantini longi mendacii tempora finxit*].⁽¹⁵³⁾

A impostura foi finalmente detectada em 1440 por Laurenzio Valla, cónego de Latrão e secretário pontifício que, ao analisar o texto e ao recensear todos os seus elementos estilísticos e históricos incluindo anacronismos, concluiu tratar-se de uma falsificação. No entanto, o medo de vir a ser executado pelo papa coibiu Valla de proceder a publicitação da sua descoberta que só foi conhecida em 1519 ⁽¹⁵⁴⁾, o mesmo ano em que Martinho Lutero, e não se trata de uma coincidência, começou a sua luta contra a Igreja, ao criticar duramente o vergonhoso negócio pontifício das indulgências ⁽¹⁵⁵⁾. A Igreja Católica, claro está, continuou a garantir com empenho a autenticidade da *Doação de Constantino* e só quando, em pleno século XIX, os dirigentes das nações europeias sacudiram a tutela do Vaticano, a Igreja reconheceu finalmente que se tratava, de facto, de um documento forjado.

Seja como for, em virtude de uma espécie de norma *moral cristã*, cuja origem e teor nos são totalmente desconhecidos, a Igreja Católica, apesar de ter fundado o seu Estado e o seu poder temporal sobre a referida mentira e a subsequente série de expoliações, nunca manifestou até hoje o menor indício de estar arrependida, nem esboçou qualquer gesto para devolver o seu património ilícito aos seus legítimos proprietários. Muito pelo contrário, a hierarquia católica, exactamente como na época de Otão III, continua a exigir da sociedade civil que esta financie a sua péssima

gestão.

Outro episódio de falsificação documental que, tal como o precedente, se revelou determinante no processo de fortalecimento do poder papal, teve a sua origem na disputa que envolveu o papa Símaco (498-514) e o seu rival Lorenzo. Ao iniciar-se em 501 o processo judicial movido contra Símaco ⁽¹⁵⁶⁾, este apresentou uma série de documentos espúrios – essencialmente, actas processuais de papas anteriores e de alguns sínodos – que demonstravam que, do ponto de vista jurídico, o bispo de Roma, fosse qual fosse o tribunal, gozava de total independência jurisdicional. Entre as falsas actas, destacavam-se as *Gesta Liberii papæ*, as *Gesta de Xysti purgatione et Polichronii Jerosolymitani episcopi accusatione* ou as *Sinuessanæ Synodi getsa de Marcellino* (todas elas supostamente redigidas em 303) ⁽¹⁵⁷⁾. Em resumo, essas actas convergiam todas para uma única conclusão: a de que “ninguém há jamais julgado um papa porque a primeira sede não pode ser julgada por ninguém”, uma conclusão *jurisprudencial* com que Símaco pretendia salvar o pescoço.

O facto é que esta falsificação resultou. Uma parte das referidas actas forjadas acabou por ser incluída no *Liber Pontificalis* e a jurisprudência sobre elas fundada foi, posteriormente, integrada no direito canónico. Com efeito, a declaração fundamental do papa falsário, “*Prima sedes a nemine indicatur*”, converteu-se na fórmula que acabaria finalmente por expressar o primado da jurisdição papal. É de tirar o chapéu! Quando, séculos mais tarde, os papas Leão III (800) ou

Gregório VII (1076) se viram envolvidos em processos como arguidos, não deixaram de recorrer aos documentos forjados pelo seu colega Símaco para fugir à justiça.

No processo de eleição dos papas também parece haver mais intervenção humana do que divina; pelo menos, é isso que se pode deduzir se repararmos que, durante o primeiro milénio, o pontífice era eleito pelo clero e pelo povo de Roma, e passou, a partir do papa Nicolau II, em 1059, a ser eleito pelos cardeais, para evitar as ingerências do poder político civil, restando aos anteriores eleitores apenas o direito de aclamar o novo eleito. Este devia pertencer obrigatoriamente ao clero romano e ser designado de preferência em Roma. Em 1179, Alexandre III estabeleceu que o eleito devia reunir dois terços dos votos. Finalmente, Paulo VI excluiu do eleitorado activo os cardeais com mais de 80 anos de idade. Não deixa de ser desconcertante que se postulem condições de natureza sociopolítica para uma eleição que, segundo a Igreja, deriva da *inspiração* do Espírito Santo sobre o conclave. Será que o Espírito Santo não é capaz de *inspirar* tudo e todos e se lhe dá uma ajudinha baixando um pouco o número de prosélitos requeridos? Será que os mais velhos não são *inspiráveis*? E, se existem cardeais *surdos* ao Espírito Santo, porque se encontram a dirigir o magistério católico e participam num conclave?

Apesar de o papado católico acreditar firmemente que as suas origens remontam ao apóstolo Pedro, a própria história da Igreja desmente claramente esse pressuposto.

Contrariamente ao que seria de esperar, dado afirmar-se que Jesus concedeu o primado da autoridade a Pedro e aos “seus sucessores”, durante os primeiros séculos cristianismo não foi formulada qualquer doutrina a esse respeito, mesmo se é verdade que o bispo da cidade-capital do império gozava de um inegável prestígio. Foi sob a influência do direito romano do estatuto do imperador, que uma série de situações sociopolítica peculiares – nomeadamente, o confronto entre Roma e Bizâncio levou a uma situação de bicefalia, ou a aliança dos Francos, selada pela coroação de Carlos Magno, no dia de Natal de 800 – acabaram por consolidar no seio da Igreja o conceito de *plenitudo potestatis* [a plenitude do poder] que não só fazia emanar do papa todo o poder, como definiu títulos que só a este se podiam aplicar, tais como *summus pontifex* [sumo pontífice] e *vicarius Christi* [vigário de Cristo] que, originalmente, eram apanágio de todas as funções episcopais (158).

“O primeiro a trazer Mateus 16,18, para a contenda foi o despótico Estêvão I (254-257). Com a sua concepção hierárquico-monárquica da Igreja, mais do que episcopal e colegial, é de certo modo o primeiro a comportar-se como papa, apesar de não dispormos de nenhuma afirmação sua a esse respeito. **O influente Firmiliano, bispo de Cesareia da Capadócia, reagiu imediatamente. Segundo o *Lexikon für Theologie und Kirche*, não reconhece “qualquer primado de direito ao bispo de Roma”.** Mas diz mais: censura-o por se vangloriar sua posição e julgar “ter a seu cargo a sucessão de Pedro” (*successionem Petri tenere*

contendit). Em seguida, fala da “sobejamente conheci arreigada insensatez de Estêvão” e trata-o de “*schismaticus*”, isto é, que se separa a si mesmo da Igreja. Lança-lhe à cara a sua “audácia e insolência” (*audacia et insonentia*), “cegueira” (*cæcitas*), “estupidez”. (*stultitia*). Irritado, compara-o a Judas e afirma que dá “má fama aos santos apóstolos Pedro e Paulo”. (159).

Grandes personalidades da Igreja como Orígenes – “todos [apóstolos e fiéis] são Pedro e pedras e sobre todos eles está construída a Igreja de Cristo” (160) – e como Agostinho - com a sua famosa sentença “*Sumus christiani, non petriani*” (“Somos cristãos e não petrianos”) – se mostraram explicitamente contrários à ideia do primado romano (161).

Em todos os concílios dos primeiros séculos, o bispo de Roma era um entre os demais participantes, dispondo como todos eles de um voto, e de apenas um, igual em valor e sem qualquer privilégio adicional. Por outro lado, apenas o imperador, e não os bispos ou um qualquer *papa*, tinha o poder de convocar concílios. Como deixou escrito Sócrates, um historiador da Igreja, no século IV: “A partir do momento em que os imperadores passaram a ser cristãos, os assuntos da Igreja transitaram para a sua dependência, e os principais concílios foram celebrados e continuam a celebrar-se por sua decisão”. Devemos, pois, pensar que o poder de Pedro fora tomar umas férias para só voltar a aparecer em público, uns séculos depois? A ser assim, corno foi retomada a linha sucessória?

Acresce ainda que se passarmos em revista a

lista dos papas, em especial os quarenta e seis pontífices que vão de João VIII (872-882) a Nicolau II (1058-1061), é impossível acreditar que a suposta linha sucessória de Pedro se tenha mantido inalterada. **Nesse período, com efeito, cada papa não reinou em média mais do que quatro anos, sendo frequentes os pontífices que duraram uns escassos dias ou meses, encontrando-se entre os eleitos tanto velhos esgotados como jovens de vinte anos ou até adolescentes** ⁽¹⁶²⁾, que eram rapidamente depostos, quando não encarcerados ou assassinados pelo clero rival, por príncipes e, inclusivamente, por maridos a quem tinham sido postos, *à laia de bênção*, uns frondosos cornos ⁽¹⁶³⁾.

Deve ainda acrescentar-se que, entre os aproximadamente trezentos “sucessores na cadeira de Pedro”, que tantos são os que conta a Igreja Católica, pelo menos, trinta e sete foram antipapas ou impostores, no período compreendido entre 217 e 1449. Esta realidade está documentada e é a própria Igreja que o afirma. Haverá ainda alguém que consiga explicar de que modo, miraculoso ou não, se pôde manter impoluta, em tão agitadas circunstâncias, a tão propalada “sucessão inalterada” que une Pedro ao papa actual?

Durante o cativo de Avinhão (1305-1378) e o cisma do Ocidente (1378-1417), momentos houve em que três papas chegaram a reinar em simultâneo. Nesse período, como é óbvio, o papado perdeu muito do seu prestígio e ficou de tal modo debilitado, que se viu obrigado a procurar

apoios junto dos reis, concedendo-lhes em troca privilégios em matéria de nomeações episcopais e benefícios em “concordatas assinadas com os príncipes”. Não é, pois, de estranhar que essa tenha também sido a época em que atingiu o auge a doutrina conciliarista, segundo a qual o órgão supremo da Igreja é o concílio ecuménico e não o papado. Debelada a crise, em pleno século XV, o comportamento dos papas assemelhou-se progressiva e acentuadamente ao de um soberano. Tal como estes, procurou fazer valer a sua influência, expandiu-se territorialmente, exerceu acção política e diplomática, interveio em guerras, etc. Os papas de então transformaram Roma num grande centro cultural e político, tão repleto de riqueza e de beleza como de iniquidade e de corrupção.

Um século depois, **o papa Paulo III, no Concílio de Trento, ao decretar a sua própria proeminência sobre os bispos e o concílio, pôs em marcha um processo de centralização do poder dentro da Igreja, paralelo ao que haviam empreendido as grandes monarquias europeias de então.** Apesar da forte oposição revelada por um certo número de correntes internas, nomeadamente a galicana e a febroniana, o processo de centralização manteve-se até hoje. Com efeito esses movimentos de oposição, aparecidos no séculos XVII e XVIII, defendiam que o papa não tinha competência para decidir em matéria de fé e de moral, exigiam que a fonte da autoridade máxima da Igreja residisse apenas nos bispos reunidos em concílio e reivindicavam para cada bispo a plenitude do poder jurisdicional no

quadro das respectivas dioceses. **No horizonte dessas correntes, inscrevia-se assim uma efectiva diminuição da autoridade papal, razão por que o Concílio Vaticano I (1869-1870) foi levado a proclamar solenemente a infalibilidade do papa e o seu primado jurisdicional.**

Esta questão e, de acto, vital para a Igreja. Apesar de ter constituído o pomo de discórdia que levou à separação entre as Igreja do Oriente e do Ocidente e, mais tarde, à ruptura entre católicos protestantes, é uma questão em que a Igreja Católica não podia – nem pode – mostrar-se débil. O preço que teve de pagar para chegar onde chegou foi suficientemente alto, em termos de zonas de influência e de massas de crentes perdidas, para agora voltar atrás e corre o risco de ver escapar-lhe o controlo férreo interno que ainda a mantém unida. ⁽¹⁶⁴⁾ (itálico do original)

Ao longo do texto negritamos alguns trechos, que julgamos importantes, para os quais chamamos a sua atenção, caro leitor, pois são eles que corroboram o que os outros autores disseram. Aproveitamos também para recomendar-lhe a leitura dessa obra de Rodríguez.

Como os papas subiam ao “Trono” de Pedro

Fica difícil concluir que o Espírito Santo, no qual se acredita, tenha “escolhido” os papas, obviamente, que via indireta, através dos cardeais, por dois motivos: primeiro, pelo processo eleitoral, que, na primeira votação, não apontava, por unanimidade, um só nome, e segundo pela “escolha” cair em homens que nada tinham de virtudes que pudessem merecer de Cristo a honra de dirigir a sua igreja.

E, é bom que se diga, o processo eleitoral visto hoje, nem de longe era o que se fazia antigamente, onde o poder secular tinha decisiva influência na, para não dizer escolha, indicação do papa. É o que se verá dos dados históricos que Eamon Duffy nos apresenta em seu livro *Santos & Pecadores: história dos papas*; aliás, o próprio título já é bem sugestivo.

Aqui apenas listaremos as informações colhidas em ***Santos & Pecadores: História dos Papas***, autoria de Duffy, sem tecer comentários,

porquanto, ficarão óbvias as causas que alguns dos papas chegaram ao poder.

Esses templos foram a marca do confiante otimismo da cristandade pós-constantiniana em Roma. Os papas eram potentados e começavam a se comportar como tais. Dâmaso incorporou perfeitamente essa grandeza crescente. Clérigo urbano de carreira, tal qual seu predecessor Libério, sempre à vontade nos salões abastados da cidade, ele foi também um agente implacável do poder que não hesitava em mobilizar em seu favor a polícia da cidade e as multidões cristãs. **Sua eleição fora questionada, e ele prevaleceu simplesmente pela força numérica** – como diz o *Líber Pontificalii*, “*Dâmaso foi confirmado porque era o mais forte e contava com o maior número de seguidores; assim ele foi confirmado*”.⁽¹⁶⁵⁾ **Entre os partidários populares de Dâmaso incluíam-se os notoriamente rudes esquadrões de fossos, cavadores de catacumbas, os quais massacraram 137 adeptos do papa rival, Ursino**, num conflito de rua que culminou no sítio sangrento do que é hoje a igreja de Santa Maria Maggiore.

Dâmaso e Ursino estavam competindo por grandes interesses; o historiador pagão Amiano Marcelino comentou com sarcasmo:

Não nego que os homens que cobiçam esse cargo, a fim de satisfazer suas ambições, possam muito bem por ele lutar lançando mão de todos os recursos disponíveis. Uma vez conquistado o seu objetivo, eles estarão seguros para sempre,

enriquecerão com os regalos das damas, viajarão ao estrangeiro instalados em belas carruagens, trajar-se-ão esplendorosamente, darão banquetes tão opulentos que hão de superar as mesas da realeza ... ⁽¹⁶⁶⁾.

Não foi casual a referência de Amiano aos presentes das mulheres. Um decreto imperial de 370 veio proibir os clérigos de frequentar as casas das viúvas ou herdeiras ricas, e o próprio Dâmaso tinha o apelido de *matronarum auriscalpius*, “o que faz cócegas na orelha das damas”. Contudo, o novo mundanismo da igreja romana não era obra exclusiva do clero. [...]. ⁽¹⁶⁷⁾ (itálico do original)

Essa plácida confiança na sé romana manteve-se em parte devido à imersão do clero romano num universo mental característico. **Em torno à vida doméstica papal, desenvolveu-se uma cultura clerical apoiada em homens frequentemente oriundos da aristocracia romana**, intensamente conscientes e orgulhosos de sua tradição – Jerônimo os alcunhou “o senado”. [...] Produto desse mundo era o próprio **Dâmaso, filho de um importante padre romano** que fundara uma igreja *titulus*. **O papa Bonifácio era filho de um padre romano; Inocêncio I, do papa Anastásio (399-401)**, que o precedeu e do qual ele foi diácono. De fato, era rotineiro que o clero superior elegesse o pontífice entre os sete diáconos. E, como o próprio papa, estes envergavam a característica dalmática de mangas largas, com duas listras encarnadas, e constituíam o núcleo da administração papal - **Bonifácio I (418-422), Leão I (440-461) e Félix III**

(483-492) foram todos sucedidos por seus arcediagos. Nesse mundo clerical, longas eram as memórias, e seus registros conservavam-se com carinho. Concebida como parte da lei de Deus, a tradição de Roma foi convenientemente preservada. “As leis nos governam”, declarou Celestino I (422-432), “não estamos acima das leis: sejamos súditos dos cânones.” ⁽¹⁶⁸⁾ ⁽¹⁶⁹⁾ (itálico do original)

[..] Dono de uma fé simples, **esse católico calcedoniano** sério e prático [Justino, Imperador de Constantinopla] não tinha paciência com as sutilezas teológicas. Valendo-se do apoio popular com que contava, **obrigou os bispos orientais a aceitar uma fórmula elaborada pelo papa Hormisda**, condenando Acácio e sua doutrina e reconhecendo a autoridade do Concílio de Calcedônia. **A fórmula, que cita as palavras de Cristo a Pedro em Mateus 16, Tu es Petrus, reconhece o primado de Roma como sé apostólica na qual sempre se preservou a verdadeira fé, e torna a comunhão com Roma a condição essencial de participação na Igreja católica.** Foi um golpe extraordinário para o papado, tanto que, treze séculos depois, a “Fórmula de Hormisda” haveria de ser citada no Primeiro Concílio Vaticano como prova da infalibilidade do papa. ⁽¹⁷⁰⁾ ⁽¹⁷¹⁾ (itálico do original)

[...] O sucessor de Gregório, Sabiniano (604-606), foi elogiado no *Liber Pontificalis* por “preencher a Igreja com o clero”, o que significa que tratou de promover o clero da cidade em

detrimento dos monges. O epitáfio de Sabiniano o enaltecia por ter ele percorrido passo a passo toda a escalada da promoção, numa crítica implícita à rápida ascensão de Gregório num período de crise. Tardaria setenta anos para que outro monge viesse a ser papa, e as sucessivas eleições papais oscilaram entre candidatos favoráveis e contrários a Gregório.

Tais divisões da Igreja romana foram enfatizadas pela rápida sucessão de pontífices na primeira metade do século VII: **houve dez eleições entre a morte de Gregório, em 604, e a ascensão de Martinho I em 649. As reiteradas eleições chamaram a atenção para outro aspecto importante do período, ou seja, a subordinação do papado ao imperador. Muitos papas já tinham sido apocrisiários em Constantinopla. Desde a reconquista, tornou-se obrigatório que o pontífice eleito solicitasse ao imperador a confirmação de sua nomeação antes de ser consagrado.** O resultado era uma longa e penosa espera. Sabiniano precisou aguardar seis meses pelo mandato imperial, Bonifácio III (607), quase um ano, Bonifácio IV (608-615), dez meses, Bonifácio V (619-625), treze. A demora se devia, umas vezes, às dificuldades de viagem e à meticulosa burocracia de Constantinopla, outras, às preocupações dos imperadores com a progressiva crise do Oriente. ⁽¹⁷²⁾ (itálico do original)

Privado do apoio do império, o papado se converteu em possessão das grandes famílias romanas, uma rampa de acesso ao poder local,

pela qual os homens estavam dispostos a estuprar, matar e roubar. **Um terço dos papas eleitos entre 872 e 1012 morreu em circunstâncias suspeitas** – João VIII (872-882), espancado até a morte por seu próprio séquito; Estêvão VI (896-897), estrangulado; Leão V (939-942), assassinado pelo sucessor, Sérgio III (904-911); João X (914-928), asfixiado; Estêvão VIII (939-942), horripelmente mutilado, destino idêntico ao do antipapa grego João XVI (997-998), que, no entanto, teve a desgraça de não morrer quando lhe arrancaram os olhos e lhe cortaram o nariz, os lábios, a língua e as mãos. **A maioria desses homens foi levada ao poder por uma sucessão de famílias poderosas** – os Theophylact, os Crescentii, os Tusculani. João X, um dos poucos pontífices da época a se opor ao domínio aristocrático, foi destituído e depois assassinado, em Castel Sant'Angelo, pelos próprios Theophylact que o haviam indicado.

A figura-chave tanto na indicação quanto na deposição de João X foi a **notória matrona Marozia Theophylact. Ela também indicou Leão VI (928) e Estêvão VII (918-931) e foi amante do papa Sérgio III, de quem teve um filho ilegítimo que viria a ser o papa João XI, também indicado por ela.** Em 932, João aprofundou o desprezo já quase ilimitado da Igreja oriental pelo Ocidente ao conceder dispensa e enviar representantes para **consagrar patriarca de Constantinopla o filho do imperador Romano I, de apenas dezesseis anos.** Esse foi, sem dúvida, um período em que os poderosos faziam questão de manter as coisas em família.

[...].

Não era boa a reputação dos papas do “século das trevas”, quando se silenciou o Liber Pontificalis, e tampouco melhorou com o passar dos anos. [...].

[...] Mesmo as indicações feitas por corruptos incorrigíveis como **Alberico II, o governante secular de Roma**, filho e depois carcereiro de Marozia, incluíram alguns homens admiráveis. Os políticos mais implacáveis podem ser convencionalmente piedosos, e na verdade o são amiúde, e Alberico não era uma exceção. **Indicou cinco papas, dois dos quais, Leão VII (936-939) e Agapito II (946-955), reformadores sinceros**, promoveram um renascimento monástico e a reforma clerical da Itália e da Alemanha. [...].

Porém, mesmo esses pontífices relativamente decentes estavam nas mãos de Alberico, e o domínio das famílias importantes tornou impossível qualquer verdadeira iniciativa ou consistência papal. Em todo caso, **Alberico tratou de compensar essas indicações, obtendo promessa, por parte da nobreza e do clero romanos, de que seu filho e herdeiro Otaviano seria eleito papa quando Agapito morresse, o que uniria completamente o Estado à Igreja. Otaviano foi de fato eleito papa, com o nome de João XII (955-964), à idade de dezoito anos. E morreria aos 27, supostamente de ataque quando se achava na cama, nos braços de uma mulher casada.**

[...].

Ironicamente, pontífice que ungiu Oto I na Festa

da Purificação (2 de fevereiro) de 962 foi o **repulsivo João XII**, de 25 anos. Mas Oto lhe prometeu a restauração do controle papal sobre os territórios prometidos por Pepino e Carlos Magno, assim como a defesa das liberdades da Igreja. **Em troca, as eleições papais seriam obrigatoriamente referendadas pelos representantes do imperador e os papas teriam de jurar fidelidade a ele.** E o império saxônio ainda iria prometer mais aos papas. A determinação de ato de substituir pelo seu o governo bizantino do sul da Itália acenava com a perspectiva de controle papal sobre as igrejas da região, que havia muito estavam sujeitas a Constantinopla. **O poder do imperador alemão no norte da Itália acarretou a rápida extensão do poder papal para lá.** Milão e Ravena ficaram mais solidamente subordinadas a Roma.

[...] Com a morte súbita de Oto II, em 983, o poder passou para a regência da princesa bizantina e mãe de seu filho, Oto III, que então contava apenas três anos de idade; desamparado, **o papa João XIV (983-984) não tardou a ser deposto e assassinado.** Roma se viu uma vez mais nas mãos dos Crescentii.

O ideal imperial renasceu no final do século X, durante o breve governo pessoal de Oto III. Dentre todos os saxônios, foi ele quem teve a visão mais exaltada de Roma, tanto que lá decidiu estabelecer seu quartel-general. Sem embargo, a compreensão que tinha do papel do imperador talvez fosse bastante influenciada por sua mãe bizantina. Para **Oto**, o papa era um sócio minoritário, o capelão do império, e devia, antes de mais nada, conformar-se

com a vontade do ungido do Senhor. Para garantir que assim fosse, **ele se voltou primeiramente para sua própria família, indicando um sobrinho de 25 anos (o primeiro papa alemão), que adotou o nome de Gregório V (966-969)**. A manobra malogrou porque Gregório era detestado pelas famílias aristocráticas romanas, todas ressentidas com a interferência imperial. Sem o apoio delas, Roma tornou-se problemática demais para um papa, e ele acabou sendo temporariamente afastado em 966.

Sua morte, em 999, **possibilitou a Oto uma nova tentativa, dessa vez com o brilhante francês Gerbert d'Aurillac**, um dos homens mais inteligentes e cultos da Europa e um experimentado político eclesiástico. Fora arcebispo de Rheims, em substituição ao indigno predecessor deposto sem o consentimento de Roma. Para defender sua posição, Gerbert havia atacado os direitos pontificais de interferência nas igrejas locais. Ao ser indicado para o papado, estava ocupando o cargo de arcebispo de Ravena. **Adotou o nome de Silvestre II (999-1003)** para simbolizar o renascimento da Roma cristã primitiva, o *Renovatio Imperii Romanorum*, que tinha aparecido em alguns selos de Carlos Magno e que ato assumira como seu. Gerbert seria o papa Silvestre de um novo Constantino. ⁽¹⁷³⁾.

[...] Em 1027, o rei Cnut, da Inglaterra, veio peregrinar “porque me disseram os sábios que o apóstolo São Pedro recebeu do Senhor o grande poder de ligar e desligar e tem as chaves do reino do céu; assim, pareceu-me extraordinariamente útil

buscar a sua proteção perante Deus”. O papa que encontrou nessa viagem, com o qual negociou uma série de privilégios para a igreja inglesa e que viu ungido e coroado Conrado II, imperador dos romanos, era **João XIX (1024-1032), o filho caçula do conde de Túsculo, então no poder. Representante típico de sua época, num só dia e graças ao suborno, elevara-se da condição de leigo à de papa.** Cnut, por sua vez, se é que sabia disso, escandalizado não ficou e, evidentemente, não viu incongruência alguma na distância entre o portador das chaves e seu representante terreno. [...]. (174)

No começo do século XI, o papado não passava de uma contraditória mescla de teoria exaltada e realidade esqualida. Na teoria, os bispos de Roma eram senhores do mundo, exerciam uma supremacia espiritual única, simbolizada por seu direito de ungir o “sagrado imperador romano” ou ocidental. Na prática, estavam rigorosa e amiúde vergonhosamente subordinados ao poder da aristocracia romana local ou da casa real germânica. **Dos 25 papas entre 955 e 1057, treze foram indicados pela aristocracia local e os outros doze pelos imperadores alemães (que, aliás, destituíram nada menos que cinco).** O velho axioma segundo o qual ninguém podia julgar o papa continuava nos textos legais, mas na prática havia muito que fora deixado de lado.

Os próprios papas viviam profundamente enredados nas guerras intestinas da nobreza romana e, como vimos, com muita frequência a

eleição para a cadeira de Pedro era uma mercadoria à venda ou a ser barganhada. O período saxônio tivera um efeito temporariamente positivo sobre o caráter dos papas, todavia, cerca do segundo quartel do século XI, os estalões estavam novamente arruinados. **Benedito IX (1032-1048), cuja eleição foi fruto da campanha sistemática de suborno realizada por seu pai,** o influente conde tusculano Alberico III, era tão mau quanto qualquer pontífice do “século das trevas”. Do mesmo modo que João XIX, seu tio e predecessor imediato, ele era leigo e tinha pouco mais de vinte anos ao ser eleito. **Nem mesmo a população romana, calejada que estava pelo comportamento pouco edificante dos papas, conseguiu tolerar-lhe a violência e a devassidão. Benedito acabou deposto em favor de Silvestre III (1045),** mas, com a ajuda do exército particular da família, reabilitou-se no mesmo ano, em meio a sangrentas lutas corpo a corpo nas ruas da cidade. Evidentemente cansado de tanta contenda, aceitou uma propina para abdicar em favor do padrinho, o arcepreste João Graciano. Segundo os boatos, estava precisando de dinheiro para se casar.

Graciano tinha reputação de santidade e genuíno interesse pela reforma religiosa. O próprio nome que escolheu, Gregório IV (1045-1046), era provavelmente uma alusão deliberada à pureza do papado de Gregório, o Grande. [...]. Contudo, **não havia dúvida de que o dinheiro mudara de mãos para garantir a eleição de Gregório,** fosse para pagar a pensão de Benedito, fosse para oferecer “calmantes” financeiros à turbulenta multidão

romana.

Foi nessa situação delicada que, **em 1046, entrou em cena o rei alemão Henrique III.** Guerreiro competente de vinte e poucos anos, era um profundo devoto e encarava o seu papel em termos tanto religiosos quanto seculares. Interessado na reforma da Igreja, cercou-se de bispos e eruditos. E foi à Itália para ser coroado imperador. [...] **Não se deixaria coroar por um papa cuja autoridade estava solapada pelo pecado da simonia, o tráfico de coisas sagradas.** Num sínodo realizado em Sutri, em dezembro de 1046, Gregório, Silvestre e Benedito foram formalmente destituídos e **Henrique empreendeu a reforma do papado. Nos dez anos seguintes, indicou uma série de pontífices comprometidos com a renovação da Igreja em geral e da Sé de Pedro em particular.** Eram todos alemães e não deixa de ser significativo o nome que escolheram para exercer a dignidade: Clemente II (1046-1047), Dâmaso II (1048), Leão IX (1049-1054) e Vítor II (1055-1057). Assinalando uma clara ruptura com os Gregórios, Joões e Beneditos do “século sombrio”, adotaram os nomes dos grandes papas da Igreja primitiva, simbolizando assim uma aspiração consciente a recobrar a pureza da antiga Roma cristã. [...]. (175)

O papado de Nicolau seria um novo marco no caminho da reforma. **Sua determinação de manter a iniciativa nas mãos do partido reformista e impedir a repetição do golpe da nobreza de 1058 manifestou-se num novo procedimento para as eleições papais.** No

passado, fizeram-se papas das mais variadas maneiras: eleições por assembleias de clérigos e do povo, aclamação nos funerais do predecessor, nomeações pelos figurões locais ou pelos imperadores. **Um sínodo em Latrão, em abril de 1059, promulgou um novo decreto eleitoral papal, limitando a escolha final aos sete bispos cardeais, com o consentimento subsequente dos padres cardeais e diáconos e, depois, a aclamação popular;** fizeram-se também concessões vagas e relutantes à aprovação imperial. ⁽¹⁷⁶⁾

A transformação dos sínodos e concílios foi possível porque muitas de suas funções vinham sendo assumidas pelos cardeais, sobretudo pelo consistório (assembleia de cardeais presidida pelo papa). Desde o começo, os cardeais foram decisivos para o sucesso do movimento da reforma – Pedro Damião denominou-os “os senadores espirituais da Igreja romana” e considerava que suas prerrogativas transcendiam às dos patriarcas e primazes. **A partir de 1059, eles passaram a ser os principais eleitores do papa, tanto que o decreto daquele ano veio especificar que a escolha cabia, antes de tudo, aos sete bispos cardeais. Porém, os outros cardeais se recusaram a fazer concessões nesse ponto, e assim, durante mais de um século, continuaram duvidosas as normas que regiam a eleição papal. O fato é que o direito exclusivo dos cardeais de eleger só ficou seguramente estabelecido em meados do século XII, e a exigência de uma maioria de dois terços –**

ainda hoje vigente – não seria fixada antes do Terceiro Concílio de Latrão, em 1179. Mesmo assim, o voto da maioria não era inevitavelmente uma garantia de legitimidade. Inocêncio II (1130-1143) foi eleito por uma minoria de cardeais; seu adversário, o antipapa Anacleto II, por uma grande maioria; no entanto, o primeiro acabou sendo reconhecido como verdadeiro papa. ⁽¹⁷⁷⁾

[...] Gregório convocou um concílio geral em 1241. Em represália, o imperador invadiu os Estados papais. O concílio não chegou a se reunir porque Frederico, emboscando friamente a frota genovesa, sequestrou cem bispos que vinham por mar; em agosto do mesmo ano faleceu o papa.

Sua morte foi o sinal para a realização formal do primeiro conclave (a palavra significa “com chave”, referência ao fato de os cardeais terem ficado encerrados até escolher um papa), o qual não tardou a se transformar num pesadelo. Decidido a assegurar a eleição de um papa forte e antiimperial, **o governante civil de Roma, senador Matteo Orsini, trancou os dez cardeais no antigo palácio Septizonium e lá os manteve cercados de guardas armados.** Nenhum candidato conseguia obter a maioria de dois terços e, com a intensificação do calor escaldante e o entupimento das primitivas instalações sanitárias, um cardeal faleceu. Desesperados, seus colegas apressaram-se a escolher o idoso teólogo Celestino IV, que sobreviveu apenas dezessete dias a sua eleição. Aterrorizados, os cardeais fugiram da cidade: só quase dois anos depois tornaram a se reunir em

Anagni, onde elegeram o brilhante advogado canônico Sinibaldo Fieschi. O novo pontífice, Inocêncio IV (1243-1254), concluiu o ataque a Frederico iniciado por Gregório. Expulso de Roma, mudou-se para Lião, onde, em 1245, convocou o concílio que seu antecessor não conseguira realizar. [...] em breve o concílio excomungou Frederico por perjúrio, ruptura da paz, heresia e assassinato, declarando-o deposto e instando os príncipes alemães a elegerem um novo rei.

A solene deposição do monarca por um concílio geral foi uma notável manifestação da autoridade papal. Nenhum bispo alemão tomou a defesa de Frederico no concílio, e a deposição marcou o começo do fim da dinastia dos Hohenstaufen. [...]. ⁽¹⁷⁸⁾

A segunda metade do século XIII presenciou uma rápida sucessão de pontífices – treze entre 1252 e 1296, em contraste com os quatro que reinaram entre 1216 e 1252. **A influência dos cardeais franceses no colégio revelava que alguns deles eram efetivamente lobistas de seus monarcas. A consequente polarização política do colégio** e sua fragmentação em facções conduziram a longos e indecisos conclaves e a prolongadas vacâncias entre os pontificados – quase três anos entre a morte de Clemente IV, em 1268, e a eleição de Gregório X (1271-1276). Melhor papa do fim do século XIII, Gregório X tentou legislar contra esta situação no **Segundo Concílio de Lião em 1274: exigiu que o conclave se reunisse a portas fechadas num prazo de dez dias a contar da morte de um papa**

e promoveu uma redução sistemática das rações dos cardeais durante os conclaves demorados. Foi um aperfeiçoamento efêmero, mas, entretanto, os cardeais se tornaram mais conscientes de seu poder e mais interessados em reforçar sua oligarquia contra a monarquia papal. (179)

[...] Os papas restaurados do século XV já não eram os árbitros incontestados das nações e tiveram de lutar na medida de suas forças para recobrar e manter o núcleo do Estado papal. **Para sabotar as exigências dos concílios de decidirem sobre a sua legitimidade, Martinho V e Eugênio IV firmaram acordos individuais ou “concordatas” com muitos governantes da Europa.** Tais concordatas minaram muitas das prerrogativas arrancadas do poder secular pelo papado da reforma e reduziram drasticamente o controle papal sobre as igrejas locais. [...] Em 1438, o rei da França adotou unilateralmente 24 dos decretos de Basileia e incorporou-os à legislação francesa como a “Sanção Pragmática”, afirmando a supremacia dos concílios sobre os papas, limitando os direitos papais de nomeação a benefícios franceses, abolindo muitas fontes de renda papal, como as anatas, e proibindo o recurso a Roma. (180)

Mas tudo não passava de ilusão, pois os cardeais não tinham como sancionar o pontífice e dele dependiam para gozar de segurança e riqueza. Eugênio IV, Pio II, Paulo II e Sisto IV, **todos aceitaram os pactos no conclave**, mas

nenhum os manteve depois de eleito. Em 1517, ao descobrir que os cardeais estavam conspirando contra ele, **Leão X executou o cabecilha do grupo e varreu o Sagrado Colégio**, criando 31 novos cardeais no mesmo dia. No processo, não só esmagou completamente os inimigos como lhes reduziu os rendimentos, boa parte dos quais provinha da participação num só bolo de rendas.

A única circunstância em que os cardeais tinham supremacia era nos conclaves, **quando elegiam o novo papa. Encerrados no Vaticano, eles comiam e dormiam em escuras celas de madeira, erigidas para a ocasião, e ficavam oficialmente isolados do mundo exterior. Os conclaves do Renascimento eram um covil de intrigas**, cujos resultados raramente se podiam prever. Contamos com o relato de uma testemunha ocular do conclave de 1458, Aeneas Silvio Piccolomini, que dele emergiu como Pio II. Ele recordou os intermináveis complôs no retrete – “um lugar adequado para tais eleições!”.⁽¹⁸¹⁾ Era raríssimo que considerações puramente religiosas dominassem a escolha. [...] ⁽¹⁸²⁾

No fim do século, a disseminação do nepotismo e das nomeações venais ao cardinalato, em troca de dinheiro ou favores, tornou o resultado das eleições ainda mais distante de refletir uma simples busca do candidato “de Deus”. No conclave de 1484, que elegeu Inocêncio VIII (1484-1492), houve um recorde de 25 cardeais presentes, muitos deles homens escandalosamente seculares. Os procedimentos foram organizados e dirigidos por

Giuliano della Rovere, sobrinho do papa morto. Ao perceber que era inelegível, ele providenciou para que fosse eleita uma nulidade facilmente manipulável. **O candidato vitorioso, o cardeal Cibo, subornou os eleitores endossando solicitações de promoção levadas a sua cela na noite anterior à votação decisiva.** ⁽¹⁸³⁾

[...] Confiante em que a causa do papado e os interesses da Áustria estavam fadados a confundirse, **o imperador Francisco II ofereceu-se para custear as despesas do conclave.** Os cardeais se reuniram no mosteiro beneditino da ilha de San Giorgio no dia 30 de novembro de 1799, o primeiro domingo do Advento. O recém-nomeado secretário do conclave, Ercole Consalvi, anunciara a morte de Pio VI aos monarcas da Europa em termos que sublinhavam os vínculos entre o trono e o altar: “Em nossos tempos, *hélas*, demasiadas cabeças coroadas têm visto que se despenha o poder principesco quando a dignidade da Igreja decai. Restaurai a Igreja do Senhor em seu antigo esplendor e os inimigos da coroa hão de estremecer de pavor.” A suposta convergência de interesses dominaria a eleição.

O imperador pagava as contas e oferecia exigências muito claras. O novo pontífice não precisava ser um homem de talento e habilidade - um papa, afinal, jamais carecia de conselheiros. Mas a Áustria tinha necessidade de um que, com o peso moral da Santa Sé, apoiasse as forças da contra-revolução europeia contra a França revolucionária. **Embora não o tivesse dito, o monarca precisava particularmente de um**

pontífice que entregasse as Legações e o resto do território papal ocupado pela Áustria do mesmo modo como Pio VI os havia entregado à França na Paz de Tolentino. Nápoles, ao contrário, reclamava um papa comprometido com a restauração dos Estados papais e que, por essa razão, estivesse disposto a colaborar para que a Áustria fosse expulsa da península.

Com toda a Europa na expectativa, **o conclave passou meses no impasse**. Mas finalmente **emergiu um candidato de compromisso**, e os cardeais elegeram unanimemente o “cidadão cardeal de Ímola”, o afável monge Barnaba Chiaramonte. Do ponto de vista da Áustria, foi um desastre. Como seu antecessor, o novo pontífice, que tomou o nome de Pio VII (1800-1823), era nativo de Cesena, nas Legações, além de bispo da vizinha sé de Ímola. [...] ⁽¹⁸⁴⁾ (itálico do original)

Sobram provas de que a eleição de um papa nada tem a ver com a inspiração do Espírito Santo, como querem fazer-nos crer. Uso da força, intimidação, propinas, conchavos, foram, entre outros, vários dos expedientes usados para se colocar alguém no trono de Pedro, com todo o poder temporal que lhe advém. Esse fato, infelizmente, a maioria dos fiéis não tem conhecimento, para a desgraça deles e felicidade dos líderes da igreja.

Sobre a disputa Dâmaso versus Ursino, algo de grave aconteceu, levando-se em conta esta informação de Johnson em ***História do Cristianismo***:

[...] O historiador Amiano, pagão, mas, por via de regra, justo com relação ao cristianismo, estabeleceu uma conexão entre as **eleições episcopais** disputadas e a receita da diocese. Destarte, após **a batalha eleitoral entre Dâmaso e Ursino pelo bispado de Roma em 366, Amiano reporta que 137 corpos foram encontrados em uma igreja** – no local onde é hoje a basílica de Sta. Maria Maior. [...]. (185)

Corroborar-se, o que foi dito por Duffy, na primeira das transcrições logo acima. E com Johnson, em ***História do Cristianismo***, também completamos as informações de Duffy:

[...] **Sto. Ambrósio foi batizado, passou pelos diversos postos clericais e foi consagrado bispo de Milão – tudo em um período de oito dias.** Entre os **leigos ordenados diretamente** para o presbiterato estavam **Sto. Agostinho, S. Jerônimo, Orígenes e Paulino de Nola. Fabiano era leigo quando foi feito Papa**, em 236; **Eusébio** apenas um catecúmeno quando foi eleito bispo de Cesareia, em 362; outros bispos leigos foram

Filogônio de Antióquia, em 319, **Nectários** de Constantinopla, em 381, e **Sínésio** de Ptolemaida, em 409. Eusébio, deve-se acrescentar, foi entronizado pelos militares, assim como Martinho de Tours e Filiaster da Bréscia. Gregório de Nazianzo diz que era comum, no século IV, que os bispos fossem eleitos “do exército, da marinha, do arado, da forja”. Jerônimo queixou-se: “quem era ontem um catecúmeno hoje é bispo; outro muda-se de um dia para o outro, do anfiteatro para a igreja; um homem que passou a noite no circo encontra-se no altar na manhã seguinte, e outro que era, há pouco, patrono do palco, é agora um consagrador de virgens”. **O suborno direto também era frequente.** João Crisóstomo, bispo de Constantinopla, descobriu seis casos de simonia episcopal no sínodo que convocou em Éfeso, em 401. Eles confessaram tudo: “subornamos – reconhecidamente – para que fôssemos feitos bispos e isentados dos deveres civis”. [...]. ⁽¹⁸⁶⁾

Diante dessa realidade que Duffy e Johnson nos põe a par, advogar que os papas foram “eleitos” por obra do Espírito Santo fica muito difícil de sustentar-se.

Geoffrey Norman Blainey (1930-), historiador, escritor e professor australiano, é o autor da obra ***Uma Breve História do Cristianismo***, da qual transcrevemos o seguinte trecho:

Roma custou a despertar. **Não se escolhia o papa por mérito, mas com base nas pressões dos donos de terras italianos e nas ameaças de imperadores germânicos.** Os resultados eram previsíveis. **Difícilmente um homem santo seria indicado papa e, caso isso acontecesse, ele provavelmente teria vida curta.** Em 1012, a história então recente dos papas era impressionante: **seis papas assassinados no espaço de 140 anos.** Um deles, Leão V, foi morto pelo homem que o sucedeu. Outro, João XII, eleito aos 18 anos para função tão importante, morreu nos braços de uma mulher casada, nove anos depois. Entre esses acontecimentos surpreendentes, porém, houve décadas em que o papado transcorreu em um clima de decência, pelo que se sabe. ⁽¹⁸⁷⁾

Aqui também podemos já ver a questão da moralidade dos papas, porquanto encontramos entre eles um que assassinou seu antecessor, outro que morreu nos braços de uma mulher casada.

Isso é algo importante para nosso estudo que achamos melhor abrir um tópico para colocar mais coisas. Nosso objetivo não é outro senão o de demonstrar que nunca houve ação do Espírito Santo para a escolha dos papas, nada mais que isso.

A discutível moralidade de seus “sucessores” e assessores

Resta-nos um interessante questionamento: será que os ditos “sucessores” de Pedro tinham moralidade suficiente para que se pudesse designá-los representantes de Cristo?

Citaremos alguns papas para demonstrar que a questão moralidade passava a passos largos dos princípios de vida de muitos que ocuparam a cadeira de Pedro, fato que nos remete a uma outra questão: será que o “Espírito Santo” teria inspirado erroneamente aqueles que os colocaram nesse posto?

As respostas a esses dois questionamentos, caro leitor, surgirão do que se vem a seguir tomado da obra ***Santos & Pecadores: História dos Papas*** que, por serem tão óbvias, também não teceremos nenhum comentário; apenas pedimos que dê um pouco mais de atenção ao que grifaremos.

[...] No entanto, a influência imperial não desapareceu por completo, e o papa toscano **Benedito VIII (1021-1024) trabalhou em harmonia com o imperador Henrique II e até encorajou seus ataques ao sul bizantino da Itália**, na esperança de lá restaurar a autoridade papal. Isso provocou a ruptura das frágeis relações entre a igreja de Constantinopla e a de Roma, precariamente restabelecidas após o cisma de Fócion. A situação não se tornou menos complicada quando **Benedito cedeu à insistência do imperador** para que fosse entoado nas missas o credo acrescido do Filóque, até então excluído da liturgia romana. Não obstante, papa e imperador colaboraram em diversas iniciativas reformistas – com toda certeza propostas por Henrique – como as severas medidas tomadas pelo **Sínodo de Pávia, em 1022, para proscrever o casamento e o concubinato clericais**.

Mas esse interlúdio imperial não trouxe alteração fundamental ao caráter essencialmente local do papado na virada do século X para o XI. Por grandiosas que fossem as reivindicações teóricas de homens como Nicolau, o Grande, **a realidade era que os papas não passavam de atormentados bispos-príncipes italianos a lutar encarniçadamente para preservar o território de São Pedro, às vezes apoiando mas nunca iniciando as reformas que sacudiam a cristandade**. Mesmo os pontífices imperiais eram desesperadamente vulneráveis: Leão VIII (963-965) fora exilado de Roma; João XIII (965-972), aprisionado e obrigado a fugir; Benedito VI (973-974), assassinado; Bonifácio VII (974,984-985),

duas vezes banido; Benedito VII (974-983), exilado; João XIV (983-984), assassinado; João XV (985-986), foragido; Gregório V (996-999), exilado; Silvestre II (999-1003), desaparecido com seu senhor, Oto III. Ironicamente, o preço inevitável da segurança papal, na cidade, era a subordinação ao poder das famílias locais e o encurtamento dos horizontes.

Todavia, Roma mantinha a sua mística. Em 1027, o rei Cnut, da Inglaterra, veio peregrinar “porque me disseram os sábios que o apóstolo São Pedro recebeu do Senhor o grande poder de ligar e desligar e tem as chaves do reino do céu; assim, pareceu-me extraordinariamente útil buscar a sua proteção perante Deus”. O papa que encontrou nessa viagem, com o qual negociou uma série de privilégios para a igreja inglesa e que viu ungido e coroado Conrado II, imperador dos romanos, era **João XIX (1024-1032), o filho caçula do conde de Túsculo, então no poder. Representante típico de sua época, num só dia e graças ao suborno, elevara-se da condição de leigo à de papa.** Cnut, por sua vez, se é que sabia disso, escandalizado não ficou e, evidentemente, não viu incongruência alguma na distância entre o portador das chaves e seu representante terreno. Para ele, o papa não era necessariamente um líder, um reformador ou um exemplo. Como os demais sacerdotes, era o guardião de mistérios tão sagrados que pouco importavam seus méritos ou deméritos. O que contava era a dignidade, não o homem que a detinha. Conforme as palavras de Luís Duchesne, o papa era “o sumo sacerdote da peregrinação romana, o que distribuía bênçãos,

privilégios e anátemas”. (188) Ninguém esperava outra coisa dele, e muitos ficariam ressentidos se pretendesse mais. Contudo, tudo isso estava prestes a mudar. (189)

Na metade do século XI, a influência leiga estava em toda a Igreja. Mais que instituições espirituais, os mosteiros e bispados eram corporações sociais e políticas imensamente ricas, controlavam vultosas rendas e tinham um peso proporcional nos cálculos dos reis. Ao invadir a Inglaterra, em 1066, Guilherme, o Conquistador, encontrou 35 mosteiros que, em conjunto, controlavam um sexto da renda total do país. Nenhum governante podia se dar ao luxo de fazer pouco de tal poder ou deixá-lo incontrolado. Em toda a Europa, os governos vigiavam de perto a escolha de bispos e abades. Os mosteiros e outras igrejas fundados por reis ou príncipes a eles pertenciam, e suas rendas geralmente ficavam à disposição desses “proprietários” leigos. O controle do governante era simbolizado na cerimônia de consagração de um bispo, durante a qual o rei (ou seu representante) entregava-lhe o báculo e o anel do ofício. Tal “investidura leiga” haveria de tornar-se o foco do ataque do papado reformista à interferência secular em assuntos espirituais.

Era obviamente grande o potencial de corrupção nesse processo. Visto que a dignidade de bispo tornava qualquer um imensamente rico e poderoso, as pessoas estavam dispostas a comprar o privilégio. Com muita frequência, o novo bispo era obrigado a

pagar enormes somas ao governante que o havia nomeado. Os reformadores denunciaram tal comércio como venda de coisas sagradas, ou seja, o pecado da “simonia”, referência a Simão Mago, que, nos Atos dos Apóstolos, oferecera dinheiro aos apóstolos em troca do poder de operar milagres. [...].

O pagamento em dinheiro como condição de acesso a um cargo religioso era apenas um dos sinais de que a Igreja fora tecida no próprio material da sociedade. Outros eram o casamento e o concubinato clericais. Nas igrejas orientais, exigia-se o celibato dos bispos - se já fossem casados na ocasião de sua eleição, deviam separar-se das esposas. No Ocidente, tal norma se aplicava a todos os clérigos acima do nível de subdiácono. **Muitos papas e bispos eram pais de família; teoricamente, porém, a ordenação proibia que continuassem tendo relações sexuais. Já na prática as coisas eram um tanto diferentes. O casamento ou o concubinato clerical tornaram-se rotineiros em toda a Europa, e o laicato devia sentir-se até mais seguro quando seus sacerdotes tinham esposa.** Na Inglaterra anterior à conquista normanda, muitos párocos eram casados. O mesmo acontecia em Milão e no norte da Itália em geral, onde não eram raros os bispos casados e o cargo clerical podia passar de pai para filho. Os reformadores religiosos do Ocidente sempre denunciaram a situação, mas os do século XI haviam de colocar o ataque ao casamento clerical (o chamado “nicolaísmo”) no centro da campanha pela purificação da Igreja. **O papa tusculano**

Benedito VIII legislara contra o casamento clerical, porém sua preocupação principal eram os perigos que corria a propriedade da Igreja nas mãos de ambiciosas famílias clericais. Na época da reforma, os interesses se voltaram sobretudo para a pureza ritual dos que serviam o santuário e para a separação simbólica entre a Igreja e o mundo.

Não obstante suas permanentes reivindicações teóricas, em muitos aspectos o papado do começo do século XI não passava de uma instituição local, limitada à geografia e à política de Roma. Leão IX se propôs a levá-lo além da Itália e a torná-lo a ponta-de-lança de uma reforma geral. [...] (190)

Uma alternativa para as guerras destrutivas entre cristãos era a guerra santa contra os inimigos da cristandade. Havia uma longa tradição de apoio papal a essas “guerras santas”, principalmente as empreendidas contra os muçulmanos da Espanha. O próprio Gregório VII planejara comandar uma expedição militar para salvar dos turcos os cristãos de Constantinopla. Também Urbano parece haver tido em mente uma tentativa de resgate de Constantinopla, mas seu interesse principal era libertar os Lugares Santos do domínio muçulmano. Ele convocou os guerreiros da Europa a canalizar suas energias para uma expedição que devolvesse a Terra Santa à cristandade e **vinculou explicitamente essa atividade bélica aos benefícios espirituais tradicionais da peregrinação: “Se qualquer homem partir para**

libertar a Igreja de Deus, em Jerusalém, por pura devoção e não por amor à glória ou ao ganho, a viagem lhe valerá uma completa penitência”. A novidade de um vínculo tão claro entre a salvação e a guerra santa dominou a imaginação, da Europa. Um dos gritos de guerra da cruzada era *Deus lo volt* (Deus quer assim). Urbano fez uma cruz de pano, o símbolo da cruzada, para ser costurada na roupa de cada um, e comprometeu com um juramento solene aqueles que concordaram em partir. Quem não honrasse o juramento estava fadado à condenação espiritual; já o seu cumprimento traria a remissão dos pecados. **Ele ofereceu aos cruzados uma indulgência, isto é, o perdão do castigo devido ao pecado, o que equivalia a toda uma vida de dura penitência.** Para os habitantes endurecidos e violentos de um mundo demasiado preocupado com o pecado e suas consequências, o incentivo era poderoso; como escreveu o cruzado Godofredo de Villehardouin, “era tão grande a indulgência que os corações dos homens muito se comoveram; e muitos tomaram a cruz porque grande era a indulgência”.⁽¹⁹¹⁾

[...] **Gradualmente, a linguagem dos papas sobre o tema deixou de lado a cautela teológica inicial e passou a falar na “total remissão dos pecados”.** No fim do século XII, os teólogos já se mostravam preocupados com isso, e o discurso papal voltou à reticência anterior. Todavia, essas distinções sutis passaram despercebidas pela maioria dos cruzados, pois o papado desencadeara uma onda de sentimento religioso popular que assumiu vida teológica própria.

Em 1095, tudo isso era coisa do futuro. Os homens de toda a Europa, inclusive da periferia como a Irlanda e a Escócia, acudiram a participar daquela grande aventura espiritual armada. Por volta de 1099, Jerusalém foi conquistada e a população muçulmana, massacrada. Era o começo de um empreendimento que prosseguiria durante séculos e cuja ambiguidade moral haveria de se aprofundar com o passar dos anos.

Mas para o papado foi um triunfo, pelo menos a curto prazo. Unicamente o portador da chave podia ter excitado a imaginação da Europa com a promessa do perdão, da remissão das penitências, através do ato de guerra santa. Só o papa tinha autoridade moral para persuadir o continente, oferecendo-lhe a certeza inabalável de que “Deus quer assim”. **A cruzada foi chefiada pelo bispo Le Puy, nomeado vigário papal por Urbano que, ademais, colocou os próprios cruzados, suas famílias e suas propriedades sob a proteção da Igreja - para todos os efeitos, o cruzado e seus dependentes eram clérigos temporários e estavam isentos da jurisdição das cortes seculares.** Essa proteção legal era um privilégio muito precioso, pois, enquanto durasse, nenhum deles podia ser processado ou perseguido por crimes ou dívidas, por exemplo. Tratava-se do equivalente material da indulgência cruzada, um benefício que, como a indulgência, somente o papa podia conceder. Por fim, o aspecto mais impressionante da Primeira Cruzada foi que esse poderoso entusiasmo militar nada deveu a nenhum rei ou imperador. **A convocação papal da cavalaria da Europa sob a bandeira da cruz e de**

São Pedro teve um efeito avassalador. Nenhum governante secular teria conseguido algo semelhante, e não podia haver demonstração mais eloquente da centralidade do papado reformado na imaginação religiosa da Europa medieval. ⁽¹⁹²⁾
(itálico do original)

[...] Henrique III, da Inglaterra, inseguro perante seus próprios barões, nutria esperanças de receber uma parte da herança Hohenstaufen no Mediterrâneo. **Pagou ao papa Alexandre IV (1254-1261) para que seu filho fosse declarado rei da Sicília e tentou fazer do irmão, Ricardo da Cornualha, rei dos romanos e, assim, herdeiro do império.** Também lançou mão dos símbolos do passado secular e religioso de Roma para firmar sua instável monarquia. No fim do decênio de 1260, importou trabalhadores romanos para decorar a abadia de Westminster no estilo da Santa Sé. Dedicada a São Pedro, a abadia estava sob proteção papal, e o relicário de Santo Eduardo, a própria tumba de Henrique e o grandioso piso do santuário, com seus círculos imperiais ou papais de pórfiro, tornaram-se exemplos únicos de obras cosmati fora da Itália. ⁽¹⁹³⁾

[...] A luta com Frederico e seus filhos pesou ruinosamente sobre as rendas papais e forçou os pontífices a operar a todo vapor sua maquinaria financeira, agravando implacavelmente suas exigências às igrejas regionais. Tendo começado por reclamar o direito de intervir nas eleições episcopais disputadas, o papado passou a arrogar-se a prerrogativa de nomear todos os bispos,

mesmo os já escolhidos. Na verdade, isso significava não que ele escolhia a totalidade dos bispos, mas que de todos cobrava uma taxa. **No fim do século XIII, qualquer novo bispo ou abade era obrigado a pagar um imposto de um terço de sua primeira renda anual, metade para o papa, metade para os cardeais.** ⁽¹⁹⁴⁾

A segunda metade do século XIII presenciou uma rápida sucessão de pontífices – treze entre 1252 e 1296, em contraste com os quatro que reinaram entre 1216 e 1252. **A influência dos cardeais franceses no colégio revelava que alguns deles eram efetivamente lobistas de seus monarcas. A consequente polarização política do colégio** e sua fragmentação em facções conduziram a longos e indecisos conclaves e a prolongadas vacâncias entre os pontificados – quase três anos entre a morte de Clemente IV, em 1268, e a eleição de Gregório X (1271-1276). ⁽¹⁹⁵⁾

No começo do século XIII, Inocêncio III incorporou o que havia de melhor na elevada teoria da supremacia papal da Idade Média. No fim do século, Bonifácio VIII (1294-1303) resumiu algumas de suas contradições. Benedetto Caetani era um clérigo de carreira, treinado em direito em Bolonha, e trazia na bagagem uma destacada trajetória diplomática. Seu predecessor imediato foi o virtuoso mas desesperançado monge-eremita Celestino V, eleito após mais de dois anos de estagnação na expectativa de que um santo viesse transformar a Igreja. **Em vez disso, o piedoso**

ancião (tinha 85 anos quando eleito) tornou-se o ingênuo fantoche do rei angevino de Nápoles – sete de seus primeiros doze cardeais eram franceses; quatro, súditos sicilianos de Carlos II. (196)

Bonifácio era um homem misterioso, soberbo, ambicioso e cruel. Não foram poucas as suas realizações, que se alinhavam com os atos reformadores de muitos de seus predecessores. Fundou a universidade de Roma, codificou o direito canônico e restabeleceu o arquivo e a biblioteca do Vaticano. Mas o direito não era tudo em seu entendimento do ofício. Foi ele que declarou o primeiro Jubileu ou Ano Santo, em 1300, quando dezenas de milhares de peregrinos convergiram para Roma em busca de indulgências, fato que muito contribuiu para aumentar o prestígio do papado e o centralismo espiritual de Roma (e para enriquecer as basílicas da cidade, onde se dizia que os sacristãos tinham de recolher com ancinhos as oferendas dos romeiros). A promessa de “pleno e copioso perdão” a todos os que visitassem São Pedro e Latrão depois de confessar os pecados dominou a imaginação da Europa e foi o mais espetacular exercício do poder das chaves desde que Urbano II decretou a primeira Indulgência Cruzada. [...]. (197)

Se soube exibir certo compromisso com as sublimes reivindicações espirituais do papado, **Bonifácio também mostrou alguns dos piores aspectos do carreirismo clerical, enriquecendo**

os parentes às custas da Igreja e empreendendo guerras implacáveis contra os Colonna família tradicionalmente rival da sua. Chegou até mesmo a oferecer os privilégios espirituais da Cruzada a quem a ele se unisse em sua vendeta contra os Colonna. Tanto o seu caráter pessoal quanto sua ortodoxia foram questionados posteriormente; seus inimigos o acusaram de sodomia, descrita em detalhes em imagens constrangedoras (**o sexo com rapazes ou com mulheres, alegou-se que ele dizia, era a mesma coisa que esfregar uma mão na outra**). O mais perturbador de tudo é que foi acusado de ser descrente, de rejeitar a ressurreição e afirma que o céu e o inferno estavam aqui mesmo.

[...].

[...] em 1302, publicou a bula *Unam Sanctam*, **o golpe supremo de uma guerra de propaganda contra a coroa francesa**. Nela, declarava notoriamente que “é absolutamente necessário à salvação de toda criatura humana submeter-se ao pontífice romano”. Insistiu em que este empunhava a espada tanto espiritual quanto secular, mas entregava a segunda aos príncipes para que a brandissem em favor da Igreja. ⁽¹⁹⁸⁾ ⁽¹⁹⁹⁾ (itálico do original)

Clemente, o primeiro papa de Avignon, foi de um nepotismo deslavado (fez cardeais cinco membros de sua família), contudo, em diversos aspectos, era uma personalidade impressionante, muito embora sofresse de um câncer cujas dores por vezes o mantinham recluso durante meses. Bom administrador, reviu e expandiu o código da

lei canônica, acrescentando-lhe uma importante seção intitulada “As Clementinas”. [...]. (200)

[...] Calculou-se que **João XXII gastou em guerras 63% de seu rendimento**; dois terços de toda a renda auferida pelo papado de Avignon **destinaram-se à manutenção de exércitos mercenários e ao suborno de aliados no ninho de cobras da política italiana.** (201)

[...] Em 1477, Lorenzo de Medici declarou que era vantajoso, escândalos à parte, contar com três ou até quatro papas. Após as muitas realizações com que Leão IX os comprometeu, **os papas se achavam novamente mais presos à política da Itália, obrigados a ceder a reis e príncipes o controle das igrejas locais**, sob o fogo dos mais informados e mais devotos eclesiásticos da época e, uma vez mais, foram vistos como o principal obstáculo às tão necessárias reformas. O papado parecia ter voltado ao ponto de partida. (202)

O papado do Renascimento evoca imagens de um espetáculo hollywoodiano, todo decadência e devassidão. Os contemporâneos viam a Roma renascentista como hoje vemos a Washington de Nixon, uma cidade prostituída e entregue à corrupção política, na qual tudo e todos tinham um preço, na qual nada nem ninguém merecia confiança. Parece que os próprios papas davam o tom. De **Alexandre VI (1492-1503), que ostentava com insolência uma jovem e sedutora amante no Vaticano, dizia-se que cultivava o hábito de envenenar seus cardeais,**

a fim de se apoderar de suas propriedades, e que enriquecera inescrupulosamente os filhos ilegítimos às custas da Igreja. Júlio II (1503-1513), o inspirado mecenas de Rafael, Bramante, Michelangelo e Leonardo, era um muito duvidoso Pai de todos os Fiéis, pois teve três filhas quando cardeal e era um guerreiro feroz e entusiasta que, envergando a prateada armadura papal, irrompia com suas tropas pelas brechas abertas nos muros das cidades que opunham resistência a sua autoridade. Leão X (1513-1521), filho de Lorenzo, o Magnífico, de Florença, foi ordenado clérigo aos sete anos de idade e nomeado cardeal aos treze: quando papa, passou a governar ao mesmo tempo Roma e Florença. Foram as indulgências que ele traficava para custear a reconstrução da basílica de São Pedro que levaram Lutero a publicar as Noventa e Cinco Teses e precipitaram a Reforma. Ao morrer, deixou a Igreja dividida e o papado à beira da bancarrota. De pastores universais da Igreja, os pontífices se rebaixaram a meros políticos italianos: a partir de 1480, até mesmo os negócios da cúria papal eram administrados em italiano – não, como antes, na língua franca do latim.

Tudo isso representa o lado sombrio dos papas do Renascimento. [...]. ⁽²⁰³⁾

[...] Sucedeu Calisto um dos mais célebres humanistas da Itália, Aeneas Silvio Piccolomini, de Siena, que tomou o nome de Pio II (1458-1464) e era conhecido em toda a Itália e no exterior como erudito, historiador e autor de peças e

contos eróticos. [...]. ⁽²⁰⁴⁾

O padrão que ele estabeleceu foi adotado por seus sucessores: Inocêncio VIII (1484-1492) fomentou a rebelião em Nápoles e **aliou-se à família governante de Florença, os Medici, pelo mero expediente de casar seu filho ilegítimo Franceschetto com uma filha de Lorenzo, o Magnífico.** Essa nota dinástica converteu-se num verdadeiro concerto no pontificado do sucessor espanhol de Inocêncio, Rodrigo Borgia, o papa **Alexandre VI, pai de pelo menos nove filhos ilegítimos. Este foi, sem dúvida, o papa mais notório do Renascimento. Considerado atraente pelas mulheres, teve uma sucessão de amantes com as quais vivia às claras, havendo mantido a última e mais jovem delas, Giulia Farnese, mesmo depois de coroado papa aos sessenta e poucos anos de idade.** ⁽²⁰⁵⁾

Todavia, a diplomacia e a **atividade guerreira dos papas** não se vinculavam inevitavelmente ao fortalecimento de suas famílias. **O pontífice mais feroz do período – imperioso, irritadiço, obsessivamente ativo – foi o della Rovera Júlio II.** Conhecido pelos contemporâneos como *il terribile* – palavra que mais sugere uma violenta força da natureza que uma personalidade –, ele **envergava a armadura de prata para comandar suas próprias tropas** em incursões por toda a península: em certa ocasião, espancou com um bastão os trêmulos cardeais que relutavam em acompanhá-lo numa cavalgada na neve que chegava ao peito das montarias. **Suas guerras,** no

entanto, ao contrário das de Sisto IV ou Alexandre VI, visavam assegurar a posição do próprio papa do, não a da família reinante do pontífice. [...] ⁽²⁰⁶⁾ (itálico do original)

[...] À medida que as famílias papais se uniam por laços matrimônias com as casas principescas da Itália, o Sagrado Colégio e o próprio papado ficavam cada vez mais parecidos com uma lista de chamada dos grandes: Farnese, Medici, Gonzaga, Este. Tendo casado o filho na família Medici, **Inocêncio VIII fez o obséquo de nomear cardeal o filho de Lorenzo, o Magnífico, Giovanni – de treze anos de idade.** Mais tarde, como se viu, esse cardeal Medici viria a ser eleito papa com o título de Leão X. **Em parte, a infiltração aristocrática no cardinalato era função da crescente politização do papado.** Os governantes da Itália, da França e da Espanha precisavam de cardeais dóceis (ainda que em sua maioria italianos) para exercer pressão sobre a política do Vaticano e, pelo menos, influenciar nas eleições papais. ⁽²⁰⁷⁾

Sem embargo, havia nele muita coisa que preocupava os homens sérios. Primeiro nobre romano a ser eleito desde Martinho V, **Paulo** era um claro produto da antiga corrupção. Sua carreira eclesiástica teve um ótimo começo porque **sua irmã Giulia fora a última amante de Alexandre VI** (Farnese era conhecido nos meios sarcásticos de Roma como o “Cardeal Anágua”). Até o fim da vida ele celebrou anualmente em sua capela uma missa pelo repouso da alma de Alexandre. **Quando**

cardeal, também teve uma amante que lhe deu quatro filhos; ademais, construiu para si, na Via Giulia, um dos mais luxuosos palácios de Roma, um tesouro de arte e opulência.

Nos primeiros meses de papado, Paulo III estabeleceu um padrão que haveria de perdurar até o fim de um longo pontificado. **Seus primeiros cardeais foram seus dois netos adolescentes, e ele instalou uma sucessão de cardeais nepotes no esplendor do Palazzo Farnese;** e, como Alexandre VI, subtraiu para os filhos gordos bocados dos Estados papais. Após o regime avaro de Clemente VII, Roma irrompeu em espetáculos de fogos de artifício, bailes de máscara e peças indecorosas. **Em 1536, ele ressuscitou o carnaval, que passou a ganhar em extravagância a cada ano, com sofisticados carros alegóricos carregados de cenas da mitologia clássica e tão maciços que tinham de ser puxados por búfalos.** O papa deliciava o povo de Roma com fantásticos espetáculos, touradas e corridas de cavalos nas ruas e nas *piazzas*. Divertidos e chocados, os cronistas repararam que **não faltavam mulheres entre os seus convivas para o jantar,** que ele repimpava os filhos e as noras em banquetes no Vaticano, que nenhum acanhamento o impediu de escolher o terceiro aniversário de sua coroação para o batismo de um de seus netos (embora tenha preferido ausentar-se discretamente da cerimônia. **Paulo III acreditava ardentemente na astrologia, sendo que as datas dos consistórios, das audiências e até da publicação das bulas dependiam da disposição mais auspiciosa dos astros.** ⁽²⁰⁸⁾ (itálico do

original)

Tanto que sobreviveu à eleição de Giovanni del Monte, o papa Júlio III (1550-1555), **um homem tão mundano quanto Paulo**, mas que nada tinha de sua grandeza. Ele revoltava a todos com sua paixão pelas cebolas, das quais recebia carroças inteiras. **Indignou até mesmo os romanos ao promover a cardeal o seu amestrador de macacos, um adolescente chamado Innocenzo, depois de fazer com que seu irmão o adotasse.** O rapaz, que em nada correspondia ao nome que tinha, fora recolhido nas ruas de Parma. **Era evidente que o papa o adorava, e tudo levava a crer que Innocenzo era na verdade seu filho bastardo.** Júlio tornou a convocar o concílio, mas carecia de liderança: um dos embaixadores de sua corte o descreveu como um coelho. [...]. ⁽²⁰⁹⁾

Assim, os pontífices do século XVIII viram seu espaço de manobra mais e mais restrito à medida que as monarquias flexionavam os músculos e tratavam de sujeitar as estruturas da Igreja ao controle do Estado. **Para garantir o máximo possível de liberdade, os papas adotam o expediente de firmar tratados ou concordatas que definiam os direitos e o papel da Igreja.** Mas definir é também confinar, e os sucessivos governantes da França, da Espanha, de Portugal e do império trataram de continuar restringindo os termos de tais concordatas e as liberdades e direitos da Igreja. O mais genial, capaz e atraente estadista papal do século XVIII foi Prospero Lambertini, eleito **Benedito XIV (1740-**

1758) num conclave que se arrastou durante seis meses. Teólogo e advogado de talento, autor de uma obra ainda hoje fundamental sobre a canonização, ele foi o expoente máximo do realismo e do bom senso papais. [...]. (210)

Na década de 1780, todos os Estados católicos da Europa queriam reduzir o papa a uma figura decorativa, e a maioria deles conseguiu. **Os reis e os príncipes nomeavam bispos e abades, ditavam os dias santos a serem observados ou desconsiderados, policiavam ou impediam os apelos a Roma, vetavam a publicação de manifestações papais.** Tratava-se de um fenômeno tanto teológico quanto político. Sob a influência do jansenismo e em face de um crescente interesse católico pela Igreja primitiva, muitos teólogos passaram a enfatizar a supremacia do bispo da igreja local. **O pontífice tinha primazia e era a última instância de recurso nas disputas doutrinárias, porém a intervenção papal nos negócios do dia a dia era considerada uma usurpação e, ao restringi-la, o príncipe cristão não estava desempenhando senão o papel de Constantino.** [...]. (211)

Alto, bem-apeado e fútil, Braschi se orgulhava muito das pernas elegantes e da vistosa cabeleira branca. Apesar do estado desesperador das finanças papais, adotou um estilo que lembrava o de predecessores como Paulo III, embora tenha adotado o nome de Pio em homenagem ao austero Santo Pio V. Esbanjou um dinheiro que não possuía erigindo obeliscos

egípcios em pontos-chave da cidade, construindo uma sacristia enorme na basílica de São Pedro, criando o moderno Museu do Vaticano e também numa tentativa insistente e sem êxito de drenar os pântanos de Pontina. **De um nepotismo que fazia jus à melhor tradição renascentista, enriqueceu os sobrinhos à custa da Igreja.** Na metade do decênio de 1780, **Pio escandalizou Roma ao envolver-se num processo duramente contestado sobre um legado que ele queria transferir a um sobrinho.** Chegou-se a uma solução de compromisso, o nepote ficou com o dinheiro, mas a rapacidade do pontífice prejudicou muito a dignidade e a integridade do papado. ⁽²¹²⁾

[...] O primeiro-ministro da França era o cardeal arcebispo de Toulouse. Mas a nação estava falida e a Igreja era rica, e, em seu interior, alargava-se cada vez mais o abismo entre a aristocracia e a plebe. **Praticamente todos os bispos eram aristocratas abastados, ao passo que um terço de clero paroquial vivia abaixo do nível de subsistência.** Em tais circunstâncias, os ressentimentos cresciam, e não tardaria para que a crise nacional se reproduzisse no seio da própria Igreja. ⁽²¹³⁾

[...] **O Estado valorizava o clero, porém exigia o direito de nomear os homens que pagava, e ao Vaticano não restava senão consentir, mesmo no caso de governos protestantes (como o da Prússia). Em 1829, nada menos que 555 dos 646 bispos diocesanos da Igreja católica romana tinham sido apontados pelo Estado –**

113 nas duas Sicílias, 86 na França, 82 na Alemanha dos Habsburgo, 67 na Sardenha e nos ducados italianos, 61 na Espanha e suas possessões, 35 na América espanhola, 24 em Portugal, 9 no Brasil, 9 na Baviera. Outros 67 – nos Estados Unidos, na Irlanda, na Alemanha prussiana, no Alto Reno, na Bélgica e na Suíça – eram localmente eleitos pelos cabidos das catedrais ou por alguma outra organização equivalente. Atuando como soberano dos Estados papais, não como bispo de Roma, o papa nomeou setenta bispos. Como pontífice, nomeou diretamente apenas 24, na Rússia, na Grécia e na Albânia. (2¹⁴)

São fatos que, certamente, tiram a auréola de santidade, tanto dos papas quanto de seus dignatários assessores, e, sinceramente, causou-nos constrangimento citá-los; entretanto, a verdade precisa ser dita. Não levantamos tudo, há muita coisa que não cabe aqui listar, porém caso o leitor queira saber mais sobre os “santos” pontífices, recomendamos as seguintes obras:

DUFFY, Eamon. ***Santos & pecadores - história dos papas***. São Paulo: Cosac & Naify, 1998.

LACHATRE, Maurice. ***Os crimes dos Papas: mistérios e iniquidades da Corte de Roma***.

São Paulo: Madras, 2004.

LEWIS, Brenda Ralph. **A história secreta dos Papas: vício, assassinato e corrupção no Vaticano**. São Paulo: Editora Europa, 2010.

FO, Jacopo; TOMAT, Sérgio; MALUCELLI, Laura. **O livro negro do cristianismo; dois mil anos de crimes em nome de Deus**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

E dentre essa nossa pesquisa, duas coisas hilárias, encontramos; a primeira foi uma atitude de Gregório XVI, qual seja:

[...] Gregório repudiou “a fonte venenosa de indiferentismo que flui dessa doutrina, ou melhor, desse **delírio absurdo e errôneo, que proclama e defende a liberdade de consciência para todos os homens**”. [...]. ⁽²¹⁵⁾

A segunda, consta da bula *Unam Sanctam*, publicada por Bonifácio VIII, que diz “é absolutamente necessário à salvação de toda criatura humana submeter-se ao pontífice romano”. ⁽²¹⁶⁾ O que esses “representantes de Cristo” queriam? Que todas as pessoas fossem encabrestadas pelos mandatários da igreja? Quanta pretensão!

Conclusão

Às vezes acabamos por topar com alguma coisa que nem estávamos procurando em determinado momento, mas que vem reforçar sobremaneira certo ponto já estudado por nós.

Assim, é que encontramos na obra **A Dramática História da Fé Cristã** de J. J. Van Der Leeuw (1893-1934), algo importante para esse nosso estudo. De sua fala sobre os cânones do Concílio de Niceia, ocorrido em 325, transcrevemos:

[...] o sexto cânon “Que prevaleçam os antigos costumes” decretava que o bispo de Alexandria tivesse autoridade igual, no Egito, à do bispo de Roma, na Itália. **Este cânon prova com clareza que, no tempo do Concílio de Niceia, o bispo de Roma não era o Chefe da Igreja Cristã, como não o era o de Alexandria, e que a doutrina da supremacia papal ainda era desconhecida**” ⁽²¹⁷⁾

Fantástica a conclusão desse autor; conseguiu ir ao cerne da questão, provando que até o ano 325

não havia na Igreja Católica papado algum; portanto, não se pode alegar que alguém tenha sentado no “trono de Pedro”, sucedendo-o.

A nossa surpresa não ficou só aí, pois, de igual modo, pesquisando na obra **O Livro Negro do Cristianismo** de Jacopo Fo (1955-), que contou com a colaboração de Sérgio Tomat e Laura Malucelli, descobrimos algo que nos chocou. Vejamos:

A corrupção do poder: a pornocracia romana

Observando a solenidade e a retidão dos conclaves atuais, é difícil imaginar que, nos primeiros séculos do cristianismo, as eleições dos bispos de Roma acontecessem em um clima bem diferente: com brigas, confrontos em praça pública, contestação de resultados, eleições de contrabispos. Quando o cristianismo se tornou religião de Estado, e o cargo de bispo de Roma passou a ser um dos mais cobiçados do Império, as lutas entre as facções dos candidatos rivais, por vezes, chegaram a níveis sangrentos. Durante a eleição episcopal de 336, por exemplo, os confrontos entre os que apoiavam Damaso, de base popular, e os que apoiavam seu rival Ursino, a aristocracia, deixaram um saldo de 136 mortos em um único dia. O próprio Damaso, eleito papa, foi intimado para responder no tribunal pela acusação de homicídio, mas foi absolvido. ⁽²¹⁸⁾

Os séculos seguintes presenciaram uma

situação aparentemente paradoxal: o papado aumentava cada vez mais seu poder e sua influência, pelo menos no Ocidente. Mas justamente por isso, muitos tinham interesse em colocar no trono de Pedro um homem de sua confiança. Nobres romanos, grandes senhores feudais itálicos, prelados ambiciosos, imperadores legítimos e seus rivais... cada um jogava com as próprias cartas, que podiam ser intriga, homicídio, revoltas populares ou invasões militares. **Nos 130 anos entre a eleição de João VIII (873) e a morte de Silvestre II (1003), houve 33 papas mais quatro antipapas. Dez deles morreram assassinados. Muitos foram presos ou exilados. Poucos governaram por muito tempo, muitos ficaram menos de um ano ou até poucos dias. Nobres romanos e grandes senhores feudais itálicos, imperadores legítimos e seus rivais: todos procuravam colocar no trono de Pedro um homem de sua confiança.**

Talvez isso possa explicar o que os historiadores chamam de período da pornocracia (ou seja, do “governo das prostitutas”), ⁽²¹⁹⁾ um dos mais negros da história da Igreja.

De fato, por décadas, o poder de Roma esteve nas mãos das mulheres da poderosa família Teofilatto, que teve grande influência sobre a vida pública e o papado, utilizando como instrumento de poder qualquer meio à sua disposição, incluindo os ilícitos e imorais. Aqui nos limitaremos a narrar as saliências de alguns papas cuja conduta pode ser definida como licenciosa. [...]. ⁽²²⁰⁾

Acreditamos que diante desses fatos podemos dizer, com uma boa chance de acerto, que a tal inspiração dos bispos, alegada para eleição do papa, é pura invenção dos líderes religiosos.

Hans Küng, por várias vezes citado, parece não abonar essa “monarquia papal”. Vejamos, em ***A Igreja Católica*** e em ***Religiões do Mundo: Em Busca dos Pontos Comuns***, respectivamente, o que ele disse:

[...] Em contraste, a Igreja Católica do Ocidente, depois de Gregório VII e Inocente III, apresentava-se como uma igreja que em matéria de fé, leis, disciplina e organização era completamente norteada para o papa. **Aí estava uma fixação num monarca absoluto que, como soberano único, tinha supremacia sobre a igreja. Isso já não tinha absolutamente nada a ver com os modelos de igreja originais do Novo Testamento.** ⁽²²¹⁾

UMA NOVA CONSTITUIÇÃO REVOLUCIONÁRIA DA IGREJA

O apóstolo Paulo, que um dia resistiu em face a Pedro, tinha entrementes perdido decisivamente importância com relação a Pedro, que sozinho tem que sustentar as exigências de poder. Tríplice coroa, “anel do pescador”, vestes pontificais – são essas agora as insígnias papais. Com isso a

imagem de Pedro é ainda hoje equipada na Basílica de São Pedro, no dia de São Pedro. **O sucessor do pescador galileu transformou-se, ao longo dos séculos, no senhor da igreja, que aprecia mandar *urbí et orbi*, à cidade e ao globo terrestre.**

Quando um papa como João Paulo II sobe à “Confissão de Bernini” sobre o túmulo de Pedro, ele é o símbolo daquela concepção absolutista e monárquica da igreja, desconhecida no primeiro milênio. Só no século XI, sob o regime do férreo Gregório VII (1073-85; antes ele era colega daquele cardeal Humberto), ela se impôs no Ocidente com uma nova constituição da igreja, chamada reforma gregoriana: toda a igreja está voltada para o papa, que possui o poder de, para todos os homens, interpretar autorizadamente o evangelho na teoria e na prática. **Ele quer ser não apenas o sucessor de Pedro, mas também o representante de Cristo, ou mesmo de Deus.**

Completa-se assim a mudança de paradigma - que se afasta do paradigma colegial ecumênico da igreja antiga (paradigma II) e se aproxima do paradigma católico-romano da Idade Média (paradigma III). **Com auxílio de todas as falsificações, é sugerida e propagada uma imagem da igreja inteiramente centralizada na autoridade do papa:** a realização de concílios estaria ligada à autoridade do papa, todos os assuntos importantes na igreja estariam submetidos ao julgamento do papa, as leis contrárias dos estados seriam inválidas, os bispos seriam inteiramente dependentes do papa – tudo

isso pode ser encontrado nos decretais falsificados e em suas posteriores confirmações oficiais.

O SISTEMA ROMANO

A igreja católica – um novo *Imperium Romanum*. Uma expressão disso nos dias de hoje: o pálio conferido na festa de são Pedro aos arcebispos recém-nomeados do mundo inteiro. O pálio, sinal da autoridade arquiépiscopal. O papa reservou a si, pessoalmente, a concessão do pálio. Assim, também aqui ele exerce o controle e o domínio. Pois só com o pálio um arcebispo pode exercer seus direitos de metropolita. Estes ele só os recebe quando (como todos os bispos do mundo) tiver feito na liturgia – apesar de o próprio Jesus haver proibido o juramento – um juramento pessoal de obediência ao papa, com o seguinte teor: “Eu ..., arcebispo de ..., serei sempre fiel ao bem-aventurado apóstolo Pedro, à igreja apostólica de Roma e a ti, sumo pontífice, e a teus legítimos sucessores. Assim me ajude o Deus todo-poderoso.” **Depois de tão solene juramento ao papa, não é de admirar que professores de teologia antes críticos prestem ao papa uma obediência descriteriosa, semelhante à que os generais alemães prestavam ao Führer. Assim o sistema funciona sem atritos.**

[...].

Mas com a mesma clareza **é preciso formular-se a crítica ao sistema romano**. As diferenças entre o antigo e o novo paradigma saltam aos olhos! Se o paradigma ecumênico da igreja antiga era fundamentalmente sacramental, colegial e conciliar, o novo paradigma medieval católico-

romano é primariamente jurídico, monárquico e absolutista:

- não mais o esquema constitucional da antiga e atual igreja ortodoxa (paradigma II): Deus – Cristo – apóstolos – bispos – igreja;
- mas sim o novo esquema constitucional da igreja medieval (paradigma III): Deus – Cristo – Pedro – Papa – bispos – igreja.

Só desde a alta Idade Média a igreja católica é assim como nos aparece hoje:

O papa reclama o direito do primado sobre toda a igreja, sobre todos os patriarcas, bispos, sacerdotes e cada fiel – o que até hoje tem sido rejeitado pelas igrejas orientais.

O poder espiritual é basicamente colocado acima dos leigos – o que levou à grande disputa entre papa e imperador, e depois entre papa e o estado moderno, uma disputa que o papado vem perdendo em toda a linha.

A proibição do casamento agora é lei para todo o clero – o que contradiz a tradição milenar do casamento dos padres também na igreja ocidental e lhe acarreta inúmeros problemas desnecessários, nos dias de hoje sobretudo uma catastrófica carência de sacerdotes.

Até o Concílio Vaticano II (1962-65) a igreja ocidental permanece essencialmente da maneira como se configurou na alta Idade Média. Muitos católicos permanecem até hoje presos a esse paradigma medieval. Mas **esse sistema romano está claramente em contradição com o evangelho**. Pois a igreja do Novo Testamento é

- não centralizada – mas a *Ecclesia Romana*

apresenta-se como “madre” [mãe], com o papa como “padre” [pai];

- não legalista – mas o papa quer ser ao mesmo tempo executivo, legislativo e judiciário, apoiado no direito eclesiástico por ele mesmo fabricado e que, para sua interpretação, exige uma verdadeira ciência jurídica eclesiástica;

- não politizada – mas a igreja romana se apresenta perante o poder estatal como uma instituição de governo autônomo com *status* internacional, serviço diplomático e direitos especiais;

- não clericalizada – mas uma hierarquia patriarcal e um clero de celibatários, provenientes do povo, dominam claramente o laicado;

- não militarizada – mas ao longo dos séculos uma igreja da militância manifestou-se em guerras “santas” de conversão, guerras contra os hereges, cruzadas (mesmo contra companheiros cristãos) e guerras religiosas, também nas perseguições aos judeus, nas queimas de hereges e bruxas e, até hoje, na inquisição e na cruel perseguição aos “dissidentes” (em lugar da fogueira física, hoje a psicológica), bem como em campanhas mundiais na luta por uma moral sexual medieval... ⁽²²²⁾ (itálico do original)

Diante de tantas opiniões de pessoas de elevado conhecimento, o que temos a fazer se não concordar plenamente com elas, especialmente, aquelas que vieram de pessoas vinculadas ao

Catolicismo Romano.

Aliás, nesse estudo, tivemos a preocupação inicial de fazer a análise bíblica primeiro, para, só depois, buscar informações em outras fontes. Aí, tivemos a grata satisfação de ver que não somos “heréticos” sozinhos, pois em nossa companhia estão pessoas de elevado saber e de conhecimentos teológicos inquestionáveis.

Fica a você, caro leitor, a liberdade de aceitar ou não tais argumentos, porquanto, nada deve ser imposto a ferro e fogo, como outrora fizeram com muitos assuntos teológicos; mas, rogamos-lhe, que seja imparcial, não advogando em causa própria!

Referências Bibliográficas:

- A Bíblia Anotada. 8ª ed. São Paulo: Mundo Cristão, 1994.
- A Bíblia TEB. s/ed. São Paulo: Loyola; São Paulo: Paulinas, 1996.
- Bíblia Sagrada. 68ª ed. São Paulo: Ave-Maria, 1989.
- Bíblia Sagrada, Edição Barsa. s/ed. Rio de Janeiro: Catholic Press, 1965.
- Bíblia Sagrada, Edição Pastoral. 43ª imp. São Paulo: Paulus, 2001.
- Bíblia Sagrada, 9a. ed. São Paulo: Paulinas, 1957.
- Bíblia Sagrada, 37a. ed. São Paulo: Paulinas, 1980.
- Bíblia Sagrada, 5ª ed. Aparecida-SP: Santuário, 1984.
- Bíblia Sagrada, 8ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1989.
- Bíblia de Jerusalém, Nova Edição. São Paulo: Paulus, 2002.
- Bíblia do Peregrino. s/ed. São Paulo: Paulus, 2002.
- Bíblia Sagrada, s/ed. Brasília - DF: Sociedade Bíblica do Brasil 1969.
- Escrituras Sagradas, Tradução do Novo Mundo das. Cesário Lange, SP: STVBT, 1986.
- ALMEIDA, J. S. *Origem e Desenvolvimento do Cristianismo*. São Paulo: Camille Flammarion, 2002.
- BLAINEY, G. *Uma Breve História do Cristianismo*. São Paulo: Fundamento, 2012.
- CHAMPLIN, R. N. e BENTES, J. M. *Enciclopédia de Bíblia Teologia e Filosofia*, vol. 2. São Paulo: Candeia, 1995.
- CHAVES, J. R. *A Face Oculta das Religiões: Uma Visão*

- Racional da Bíblia*. Santo André, SP: EBM, 2006.
- DUFFY, E. *Santos & Pecadores: História dos Papas*. São Paulo: Cosac & Naify, 1998.
- EHRMAN, B. D. *Como Jesus se Tornou Deus*. São Paulo: LeYa, 2014.
- EHRMAN, B. D. *O Que Jesus Disse? O Que Jesus Não Disse? – Quem Mudou a Bíblia e Por Quê*. São Paulo: Prestígio, 2006.
- FO, J.; TOMAT, S.; MALUCELLI, L. *O Livro Negro do Cristianismo; Dois Mil Anos de Crimes em Nome de Deus*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.
- GARDNER, L. *A Linhagem do Santo Graal: a Descendência Oculta de Jesus Revelada*. São Paulo: Madras, 2004.
- JANUS, *O Papa e o Concílio*, vol. 1 e 2. Londrina, PR: Leopoldo Machado, 2002.
- JOHNSON, P. *História do Cristianismo*. Rio de Janeiro: IMAGO, 2001.
- KENYON, J. D. (org). *O Que a Bíblia Não nos Contou: a História Secreta Sobre as Heresias da Religião Oriental*. São Paulo: Pensamento, 2008.
- KNIGHT, C. e LOMAS, R. *O Segundo Messias: os Templários, o Sudário de Turim e o Grande Segredo da Maçonaria*. São Paulo: Landmark, 2002.
- KUHN, A. B. *Um Renascimento Para o Cristianismo*. Rio de Janeiro: Nova Era, 2006.
- KÜNG, H. *A Igreja Católica*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- KÜNG, H. *Religiões do Mundo: Em Busca dos Pontos Comuns*. Campinas, SP: Verus, 2004.
- LACHATRE, M. *Os Crimes dos Papas: Mistérios e Iniquidades da Corte de Roma*. São Paulo: Madras, 2004.

- LENTSMAN, J. A. *A Origem do Cristianismo*. São Paulo: Fulgor, 1963.
- LETERRE, A. *Jesus e Sua Doutrina: a Distinção Entre Cristianismo e Catolicismo: Um Estudo Que Remonta Há Mais de 8.600 Anos*. São Paulo: Madras, 2004.
- LEWIS, B. R. *A História Secreta dos Papas: Vício, Assassinato e Corrupção no Vaticano*. São Paulo: Editora Europa, 2010.
- LOGAN, C. *Uma Nova Luz Sobre as Origens Cristãs: Uma Análise Mais Detalhada do Papel de Tiago, o Irmão de Jesus*, p. 49-50 in. KENYON, J. D. (org). *O Que a Bíblia Não nos Contou: a História Secreta Sobre as Heresias da Religião Oriental*, p. 47-52.
- LUZ, M. *Onde a Religião Termina?* Foz do Iguaçu, PR: Editares, 2011. (Marcelo da Luz (ex-sacerdote católico, 20 anos)
- MARTINS, S. P. *História da Formação do Novo Testamento - Uma Síntese*. Rio de Janeiro: CELD, 1993.
- MELLO, F. G. *Reencontro Cristão - Reflexões Para o Cristianismo do Terceiro Milênio*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- PASTORINO, C. A. *Sabedoria do Evangelho*, vol. 4. Rio de Janeiro, 1964d.
- RENAN, E. *Paulo, o 13º Apóstolo*. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- RODRÍGUEZ, P. *Mentiras Fundamentais da Igreja Católica, Como a Bíblia foi Manipulada*. Lisboa, Portugal: Terramar, 2007.
- ROHDEN, H. *Lampejos Evangélicos*. São Paulo: Martin Claret, 1995.
- ROHDEN, H. *Que Vos Parece do Cristo?* São Paulo: Martin Claret, 4ª ed. s/d.

- RUBENSTEIN, R. E. *Quando Jesus se Tornou Deus*. Rio de Janeiro: Físis, 2001.
- TABOR, J. D. *A Dinastia de Jesus: a História Secreta das Origens do Cristianismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- VAN DER LEEUW, J. J. *A Dramática História da Fé Cristã*. São Paulo: Pensamento, 1987.
- VAN LOON, H. W. *A História da Bíblia*. São Paulo: Cultrix, 1981.
- VERMES, G. *As Várias Faces de Jesus*. Rio de Janeiro: Record, 2006b.
- VERMES, G. *O Autêntico Evangelho de Jesus*. Rio de Janeiro: Record, 2006a.
- WESSELOW, O. *Sinal: o Santo Sudário e o Segredo da Ressurreição*. São Paulo: Paralela, 2012.
- ZHRNT, Heinz. *Jesus de Nazaré: Uma Vida*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- imagem São Pedro:
<https://www.stpetersmemphis.org/peter%20.jpg>.
Acesso em: 15 fev. 2022, às 06:20h.

Dados biográficos do autor



Paulo da Silva Neto Sobrinho é natural de Guanhães, MG. Formado em Ciências Contábeis e Administração de Empresas pela Universidade Católica (PUC-MG). Aposentou-se como Fiscal de Tributos pela Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais. Ingressou no movimento Espírita em Julho/87.

Escreveu vários artigos que foram publicados em seu site www.paulosnetos.net e alguns outros sites Espíritas na Web.

Livros publicados:

a) impressos: 1) *A Bíblia à Moda da Casa*; 2) *Alma dos Animais: Estágio Anterior da Alma Humana?*; 3) *Espiritismo, Princípios, Práticas e Provas*; 4) *Os Espíritos Comunicam-se na Igreja Católica*; 5) *As Colônias Espirituais e a Codificação*; e 6) *Kardec & Chico: 2 missionários. Vol. I*;

b) digitais: 1) *Espiritismo e Aborto*; 2) *Kardec & Chico: 2 missionários. Vol. II*, 3) *Kardec & Chico: 2 missionários. Vol. III*; 4) *Racismo em Kardec?*; 5) *Espírito de Verdade, quem seria ele?*; 6) *A Reencarnação tá na Bíblia*; 7) *Manifestações de Espírito de pessoa viva (em que condições elas acontecem)*; 8) *Homossexualidade*,

Kardec já falava sobre isso; 9) Chico Xavier, verdadeiramente uma alma feminina; 10) Os nomes dos títulos dos Evangelhos designam seus autores?; 11) Apocalipse: autoria, advento e a identificação da besta; 12) Francisco de Assis e Chico Xavier seriam o mesmo Espírito?; 13) A mulher na Bíblia; 14) Todos nós somos médiuns?; 15) Os seres do invisível e as provas ainda recusadas pelos cientistas; 16) O Perispírito e as polêmicas a seu respeito; 17) Allan Kardec e a lógica da reencarnação; 18) O fim dos tempos está próximo?; 19) Obsessão, processo de cura de casos graves; 20) Umbral, há base doutrinária para sustentá-lo?; 21) A aura e os chakras no Espiritismo; 22) Os Quatro Evangelhos, obra publicada por Roustaing, seria a revelação da revelação?; 23 - Espiritismo: Religião sem dúvida; e 24) Allan Kardec e suas reencarnações.

Belo Horizonte, MG.

e-mail: paulosnetos@gmail.com

- 1 Nota da transcrição (N.T.): Donini, Ambrogio - “História do Cristianismo: das origens a Justiniano”, Lisboa, Edições 70, 1988, p. 262.
- 2 MARTINS, *História da Formação do Novo Testamento - Uma Síntese*, p. 32.
- 3 ALMEIDA, *Origem e Desenvolvimento do Cristianismo*, p. 86.
- 4 Novo Mundo, p. 1232.
- 5 *Dicionário Prático da Barsa*, p. 51.
- 6 VERMES, *O Autêntico Evangelho de Jesus*, p. 410.
- 7 MARTINS, *História da Formação do Novo Testamento - Uma Síntese*, p. 15-16.
- 8 PASTORINO, *Sabedoria do Evangelho*, vol. 4, p. 32-38.
- 9 LENTSMAN, *A Origem do Cristianismo*, p. 200-201.
- 10 KÜNG, *Religiões do Mundo - Em Busca dos Pontos Comuns*, p. 232.
- 11 KÜNG, *Religiões do Mundo - Em Busca dos Pontos Comuns*, orelha contracapa,
- 12 N.T.: Gladys Taylor, *Our Neglected Heritage*, Covenant Books, Londres, 1974, vol. 1, p. 42.
- 13 Os Gnósticos eram assim chamados porque a eles se atribuía gnosis (grego: “conhecimento” - principalmente a visão esotérica). O movimento gnóstico se originou em Samaria, onde Simão Zelote (Simão, o Mago) era líder dos Magos (homens de sabedoria) samaritanos de Manassés do Oeste. Posteriormente, desenvolveu-se também na Síria, novamente com Simão como seu principal proponente, antes de entrar no ambiente cristão pré-romano.
- 14 GARDNER, *A Linhagem do Santo Graal: a Descendência Oculta de Jesus Revelada*, p. 101.
- 15 Mundo Cristão, p. 1208.
- 16 Paulinas, 1957, p. 1198.
- 17 A Bíblia TEB, p. 1213.

- 18 Dicionário Prático – Barsa, p. 210.
- 19 Bíblia Barsa, p. 476.
- 20 Bíblia Sagrada – Vozes, p. 737-738.
- 21 CHAMPLIN e BENTES, *Enciclopédia de Bíblia Teologia e Filosofia*, vol. 2, p. 833-834.
- 22 KÜNG, *A Igreja Católica*, p. 46.
- 23 KÜNG, *Religiões do Mundo: Em Busca dos Pontos Comuns*, p. 221.
- 24 KÜNG, *Religiões do Mundo: Em Busca dos Pontos Comuns*, p. 216
- 25 KÜNG, *Religiões do Mundo: Em Busca dos Pontos Comuns*, p. 22.
- 26 KÜNG, *Religiões do Mundo: Em Busca dos Pontos Comuns*, p. 231.
- 27 ERMAN, *Como Jesus se Tornou Deus*, p. 293-294.
- 28 ROHDEN, *Lampejos Evangélicos*, p. 99.
- 29 KÜNG, *A Igreja Católica*, p. 87-88.
- 30 Bíblia Sagrada – Ave-Maria, p. 47.
- 31 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 5.
- 32 VERMES, *As Várias Faces de Jesus*, p. 135-136.
- 33 EHRMAN, *O Que Jesus Disse? O Que Jesus Não Disse? – Quem Mudou a Bíblia e Por Quê*, p. 62.
- 34 EHRMAN, *O Que Jesus Disse? O Que Jesus Não Disse? – Quem Mudou a Bíblia e Por Quê*, p. 63.
- 35 Bíblia Sagrada – Santuário, p. 1798.
- 36 Bíblia de Jerusalém, p. 2104-2105.
- 37 Bíblia do Peregrino, p. 2903.
- 38 Bíblia Sagrada – Vozes, p. 1435 e 1439-1440.
- 39 ROHDEN, *Lampejos Evangélicos*, p. 97.
- 40 A maior parte dos textos antigos sobre a história do papado até o reinado de Dâmaso I foram convenientemente coletados e traduzidos para o inglês in

J. T. Shotwell e L. R. Loomis, *The See of Peter*. Nova York, 1927. reimpresso em 1991. A passagem extraída de *Contra Haereses III*, de Irineu, citada no texto, encontra-se nas pp. 265-72.

- 41 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 1-2.
- 42 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 2.
- 43 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 2-4.
- 44 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 7.
- 45 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 8.
- 46 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 10-11.
- 47 KÜNG, *A Igreja Católica*, p. 49.
- 48 JOHNSON, *História do Cristianismo*, p. 69.
- 49 DUFFY, *Santos & Pecadores*, p. 13.
- 50 JOHNSON, *História do Cristianismo*, p. 78.
- 51 N.T.: Todos os textos em discussão reunidos em *See of Peter*, pp. 399-420.
- 52 N.T.: *Ibid.*, p. 415.
- 53 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 15-16.
- 54 RUBENSTEIN, *Quando Jesus se Tornou Deus*, p. 186.
- 55 Os bispos metropolitanos mantinham suas sés em Alexandria, Antioquia, Cesareia e Constantinopla. Posteriormente Jerusalém seria acrescentada à lista.
- 56 RUBENSTEIN, *Quando Jesus se Tornou Deus*, p. 186-187.
- 57 N.T.: Shotwell e Loomis, *See of Peter*, pp. 503-504.
- 58 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 25-27.
- 59 JOHNSON, *História do Cristianismo*, p. 121.
- 60 JOHNSON, *História do Cristianismo*, p. 126.
- 61 N.T.: Eno, *Rise of the Papacy*, p. 94.
- 62 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 31.
- 63 KÜNG, *A Igreja Católica*, p. 72.
- 64 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 35.

- 65 KÜNG, *Religiões do Mundo: Em Busca dos Pontos Comuns*, p. 233.
- 66 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 81.
- 67 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 95.
- 68 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 99.
- 69 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 99-100.
- 70 N.T.: Morris, *Papal Monarchy*, p. 213.
- 71 N.T.: R. W. Southern, *The Marking of the Middle Ages*, Londres, 1987, pp. 147-8.
- 72 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 101-102.
- 73 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 110.
- 74 KÜNG, *Religiões do Mundo: Em Busca dos Pontos Comuns*, p. 233-234.
- 75 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 230-231.
- 76 N.T.: Manning, *True Story*, p. 145.
- 77 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 232.
- 78 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 235.
- 79 ZHRNT, *Jesus de Nazaré: Uma Vida*, p. 191.
- 80 KÜNG, *A Igreja Católica*, p. 34-37.
- 81 JOHNSON, *História do Cristianismo*, p. 46-47.
- 82 JOHNSON, *História do Cristianismo*, p. 59.
- 83 RENAN, *Paulo, o 13º Apóstolo*, p. 235.
- 84 LOGAN, *Uma Nova Luz Sobre as Origens Cristãs: Uma Análise Mais Detalhada do Papel de Tiago, o Irmão de Jesus*, in. *O Que a Bíblia Não nos Contou: a História Secreta Sobre as Heresias da Religião Oriental*, p. 49.
- 85 N.T.: The Times (Londres): 28 de novembro de 1996.
- 86 N.T.: The Times (Londres): 30 de Agosto de 1996.
- 87 N.T.: S. G. F. Brandon: *The Fall of Jerusalem and the Christian Church*.

- 88 KNIGHT e LOMAS, *O Segundo Messias: os Templários, o Sudário de Turim e o Grande Segredo da Maçonaria*, p. 20-21.
- 89 KNIGHT e LOMAS, *O Segundo Messias: os Templários, o Sudário de Turim e o Grande Segredo da Maçonaria*, p. 36.
- 90 TABOR, *A Dinastia de Jesus: a História Secreta das Origens do Cristianismo*, p. 261-262.
- 91 TABOR, *A Dinastia de Jesus: a História Secreta das Origens do Cristianismo*, p. 266.
- 92 TABOR, *A Dinastia de Jesus: a História Secreta das Origens do Cristianismo*, p. 268-270 – passim.
- 93 TABOR, *A Dinastia de Jesus: a História Secreta das Origens do Cristianismo*, p. 270.
- 94 N.T.: Citado em Eusébio, Church History 2.1.3.
- 95 N.T.: Citado em Eusébio, Church History 2.1.4.
- 96 N.T.: Eusébio, Church History 2.1.2.
- 97 N.T.: Eusébio, Church History 2.23.4.
- 98 TABOR, *A Dinastia de Jesus: a História Secreta das Origens do Cristianismo*, p. 272-274.
- 99 TABOR, *A Dinastia de Jesus: a História Secreta das Origens do Cristianismo*, p. 304-305.
- 100 N.T.: “Um dos problemas mais difíceis de lidar para um historiador contemporâneo, pesquisando o papel de Tiago, é o viés do leitor moderno. [...] O tratamento dado a Tiago no Novo Testamento já é tendencioso e unilateral. Nos primeiros séculos, havia uma tradição que corrige esse viés e outra que o aumenta. No longo prazo, venceu a tradição que aumentou o viés, e o leitor moderno interpreta as provas do Novo Testamento desse ponto de vista” (Painter 1999, pp. 270-1). Ver também adiante, n. 13.
- 101 N.T.: Ver *ibid.*, p. 155.
- 102 N.T.: Cf. *ibid.*, pp. 42-4.
- 103 N.T.: Cf. *ibid.*, p. 151: “A questão importante para a liderança era fazer parte da família de Jesus”. Para o

caráter dinástico da liderança cristã em seus primórdios, ver Bütz 2005, pp. 115-22.

104 WESSELOW, *O Sinal: o Santo Sudário e o Segredo da Ressurreição*, p. 319-320;

105 N.T.: **Act.**, c. XV. (grifo do original)

106 Os que forcejam por exaltar esse discípulo de Jesus acima dos demais, careciam cancelar primeiramente da Bíblia as epístolas do apóstolo das gentes. “Em nada tenho eu sido inferior **aos maiores** dentre os apóstolos”, dizia ele: “porque, conquanto inapto em palavras, **não o sou, todavia, na ciência.**” **Imperitus sermone, sed non scientia.** II ad Corinth., XI, 5, 6. “São ministros do Cristo; **mais o sou eu.**” **Ministri Christi sunt; plus ego. Id., 23. Nihil enim minus fui ab iis qui sunt supra modum apostoli.** II ad Corinth., XII, 11.

E, se em nada estava abaixo dos mais excelentes apóstolos, se em sabedoria tinha-se por tão ilustre quanto os mais sábios, não é de Pedro que lhe viera essa excelência e ciência na fé, como seria de mister para que prevalecesse a opinião dos que adjudicam ao papa, como sucessor de Pedro, o **depositum fidei**. “O Evangelho, não o aprendi **de homem nenhum**, sim de Jesus Cristo, que mo revelou.” **“Neque enim ego ab homine accepi illud, sed per revelationem Iesu-Christi.” Ad Galat., 1, 11.** E também **ad Ephes., III, 3.** O apostolado, encetou-o ele antes de visitar Jerusalém, e avistar-se com os apóstolos. **“Neque venim Ierosolymam ad antecessores meos apostolos.” Ad Galat., 1, 17.** Verdade é que mais tarde ali veio ter, e achou-se com Cefas quinze dias; mas isso foi muitos anos depois, tendo já pregado na Arábia e em Damasco. **Ibid., 17, 18.**

Mais expressiva é ainda a história da sua segunda visita à cidade santa. Nessa ocasião não diz Paulo que Pedro lhe tivesse transmitido a graça, mas sim que este, com Tiago e João, reconheceram-na já existente nele. **“Et quum cognovissent gratiam quae data est mihi, Iacobus, et Cephas, et Johannes, qui videbantur columnae, dextras dederunt mihi.” Ad Galat., II, 9.** Deram-lhe as mãos em sinal de companhia, de irmandade, societatis.

Que distância entre isso, entre essa fraterna associação de serviços, estabelecida sob um símbolo de igualdade, e a paternidade espiritual que arroga a si o pretensão vigário de Cristo sobre o episcopado inteiro!

Paulo tanto a não reconhecia, que resistiu a Pedro **face a face. “In faciem ei restiti.” Ibid., 11.** Por quê? Porque o achou **repreensível. “Quia reprehensibilis erat.” Ibid.** Viu que infringiam a verdade evangélica, e a Pedro exproboou, em público, deste modo: “Se tu, sendo judeu, vives como gentio, e não como judeu, por que obrigas os gentios a judaizar? **Cum vidissem quod non recte ambularent ad veritatem evangelii, dixi Cephae coram omnibus: Si tu, cum Judaeus sis, gentiliter vicias, et non judaece, quomodo gentes cogis judaezare?” Ibid., 14.** Substituam Cefas por Pio IX; troquem Paulo por um bispo moderno; ponham-lhe depois na boca esse desabrimto; e digam, afinal, a que fica reduzida a infabilidade individual do papa. (grifo do original)

- 107 N.T.: **Act.**, c. XV, 23-29. (grifo do original)
- 108 N.T.: J. H. NEWMAN, do Oratório: A letter addressed to his grace the duke of Norfolk on occasion of Mr. Gladstone recent expostulation. – London, 1875. – Pág. 29.
- 109 N.T.: **Act.**, c. 1 e VI. (grifo do original)
- 110 N.T.: No concílio de Elvira, o mais antigo de que há cânones, congregaram-se os bispos e os padres com o povo em comum **omni plebe**. O quarto cânón do quarto concílio de Toledo refere como, depois de entrarem e sentarem-se os bispos, depois de entrarem e sentarem-se atrás deles os padres, **“entraram por sua vez os leigos”**. No concílio de Orange, que constou de 13 padres e 9 leigos, todos, sem discrimine, subscreveram com as mesmas palavras: **consensi, ou consentiens subscripsi**. V. BORDAS-DUMOULIN e F. HUET: **Essais sur la réf. Cath.**, Paris, 1856 – Pág. 84. E tão valioso era o assentimento de qualquer membro, ainda leigo, dessa comunhão aniquilada hoje perante o papa infalível **sese, non autem ex consensu ecclesiae** que, no porfioso

debate sobre a celebração da páscoa, Polycrates, bispo de Éfeso, na representação dirigida a Vítor, bispo de Roma, em nome das igrejas asiáticas, entre os nomes de apóstolos, mártires, bispos e doutores, que citava em apoio da praxe oriental, não hesitou em mencionar três mulheres, “filhas de Felipe, duas das quais envelheceram na virgindade, e a outra, inspirada do Espírito Santo, adormeceu em Éfeso”. (grifo do original)

- 111 N.T.: **Livr.** III. cap. II.
- 112 JANUS, *O Papa e o Concílio – Vol. 1*, p. 64-67.
- 113 Dicionário Bíblico Barsa, p. 204.
- 114 Bíblia de Jerusalém, p. 1838.
- 115 Bíblia Sagrada - Pastoral, p. 1440.
- 116 VAN LOON, *A História da Bíblia*, p. 180.
- 117 Bíblia de Jerusalém, p. 1896.
- 118 *Bíblia de Jerusalém*, p. 1898.
- 119 VAN LOON, *A História da Bíblia*, p. 186-187.
- 120 ROHDEN, *Que Vos Parece do Cristo*, p. 107-110.
- 121 N.T.: “Et murus civitatis habens fundamenta duodecim, e in ipsis duodecim, nomina apostolorum Agni.” (Tinha o muro da cidade doze fundamentos, e, em todos doze, os doze nomes dos apóstolos do Cordeiro.) (**Do tradutor brasileiro.**) (grifo do original)
- 122 N.T.: Embalde, portanto, diligenciou Döllinger, por exemplo (**Cristianismo e Igreja**, pág. 30, 2ª ed.), explicar a autoridade das chaves como ideia diversa do poder de atar e desatar, na linguagem bíblica, — encarando-o como um poder sobre a Igreja toda, transmitido por Pedro aos seus sucessores romanos. Contradiz este parecer de todo ponto as declarações dos Padres e as tradições exegéticas da Igreja. (grifo do original)
- 123 JANUS, *O Papa e o Concílio – Vol. 2*, p. 67-69.
- 124 LETERRE, *Jesus e Sua Doutrina: a Distinção Entre Cristianismo e Catolicismo: Um Estudo Que Remonta Há Mais de 8.600 Anos*, p. 326.

- 125 LETERRE, *Jesus e Sua Doutrina: a Distinção Entre Cristianismo e Catolicismo: Um Estudo Que Remonta Há Mais de 8.600 Anos*, p. 338-345.
- 126 BLAINEY, *Uma Breve História do Cristianismo*, p. 257.
- 127 LUZ, *Onde a Religião Termina?*, p. 318-319.
- 128 KÜNG, *A Igreja Católica*, p. 201.
- 129 MELLO, *Reencontro Cristão – Reflexões Para o Cristianismo do Terceiro Milênio*, p. 123.
- 130 N.T.: Não tem sentido traduzir baryoná por Bar Jona, filho de Jonas. Dado tratar-se provavelmente da voz aramaica que significa impulsivo, é mais correcto traduzir o referido vocativo por: “Bem-aventurado és tu, impulsivo Simão...”
- 131 N.T.: Jesus trocou o nome de Simão pelo de Kêphâ, ou Cefas, que significa pedra ou rocha e que em latim se traduz por Petrus. Há, pois, no versículo um jogo de palavras em torno de “Pedro”, sobrenome de Simão.
- 132 N.T.: Convém ter presente que Jesus pediu a Marta de Betânia irmã do ressuscitado Lázaro, uma idêntica profissão de fé: “Jesus disse-lhe: 'Eu sou a ressurreição e a vida; aquele que acredita em mim, mesmo que esteja morto, viverá; e todo aquele que vive e acredita em mim nunca morrerá. Acreditas nisto?' Ela disse: 'Sim Senhor; eu creio que Messias, o Filho de Deus, que veio a este mundo'" (João 11:25-27). Ao pedir a Marta uma tal profissão de fé, Jesus colocou-a ao nível de Pedro. Consequentemente, se esse acto de fé tem, no caso de Pedro, uma natureza excepcional, tem-na igualmente no caso de Marta tanto mais que, como veremos no capítulo XII, Jesus atribuiu uma tremenda importância ao papel da mulher no “reino de Deus”.
- 133 N.T.: “A Ele [o Senhor] haveis de vos chegar, como à pedra viva rejeitada pelos homens, mas escolhida por Deus, preciosa” (I Ped 2,4). “Por conseguinte, já não sois [os crentes gentios] estrangeiros e hóspedes, mas concidadãos dos santos e familiares de Deus, edificados sobre os alicerces dos apóstolos e dos profetas, sendo pedra angular o mesmo Cristo Jesus, sobre o qual bem trabalhado se ergue todo o edifício para templo santo no Senhor...” (Ef 2,19-21). “[...] Cada um veja como constrói

porque, relativamente à base, ninguém pode pôr outra senão a que está posta, ou seja, Jesus Cristo” (I Cor 3,10-11); “[...] pois bebiam da rocha espiritual que os seguia, e a rocha era Cristo” (I Cor 10,4).

- 134 N.T.: Cf Marcos 16,9-14; Lucas 24,2-12; e João 20,1-18.
- 135 N.T.: Cf Mateus 10,2-4; Marcos 3,16-19; Lucas 6,13-16; Act 1,13.
- 136 N.T.: “Tiago, Cefas e João, que passam por ser as colunas, reconheceram a graça que me foi dada...” (Gal 2,9).
- 137 N.T.: “No entanto, quando Cefas veio a Antioquia, fiz-lhe abertamente frente, porque se tinha comportado de maneira repreensível. Antes de terem vindo alguns chegados a Tiago, comia com os gentios; porém, logo que chegaram, esquivou-se e pôs-se de parte com receio dos circuncisos. E foi seguido nessa dissimulação pelos outros judeus; ao ponto que Barnabé se deixou levar pela mesma dissimulação. No entanto, quando vi que não estavam a ser rectos segundo a verdade do Evangelho, disse a Cefas à frente de todos: Se tu, que és judeu, vives como um gentio e não como judeu, porque obrigas os gentios a judaizar-se?” (Gal 2,11-14).
- 138 Cf Mateus 26,69-75; Marcos 14,66-72; Lucas 22,55-62; e João 18,15-25.
- 139 N.T.: Trata-se de uma interpretação que raia o impossível. Como já demonstrámos amplamente, Jesus foi um judeu e nunca pretendeu fundar qualquer religião. A doutrina cristã está totalmente afastada do que pregou e do que foi, de facto, o objectivo do Jesus histórico.
- 140 N.T.: “Porque vos faço saber, irmãos, que o evangelho pregado por mim não é de homens, porque eu não o recebi deles, nem com eles o aprendi, mas foi-me revelado por Jesus Cristo” (Gal 1,11-12).
- 141 N.T.: Cf, por exemplo, Gal 2,1-10.
- 142 N.T.: Cf, por exemplo, Ef 2,19-21, ou Ef 3,4-6, em que se vê Paulo pregar justamente o contrário do que Jesus havia ordenado sem qualquer ambiguidade a respeito da evangelização dos gentios. Como se pode ler em Mateus 10,5-7, e noutras passagens, tal evangelização foi

expressamente proibida.

- 143 N.T.: Como exemplo de quanto podem ser manipuladoras as palavras utilizadas pelos tradutores bíblicos, mesmo quando não corrompem o significado original, basta ler a tradução proposta pela Bíblia católica de Nácar-Colunga (defensora do primado de Pedro) para estes versículos. Onde as bíblias independentes ou não católicas dizem “ao fim de um largo debate, Pedro levantou-se e disse...” (Act 15,7), “quando acabaram de falar [Paulo e Barnabé], Tiago recapitulou dizendo...” ou “depois de terem falado, Tiago opôs-se dizendo...” (Act 15,13); “por isso, a minha opinião [de Tiago) é que não há que...” ou «por conseguinte, a minha decisão é que não...” (Act 15,19), a Bíblia de Nácar-Colunga propõe: “depois uma longa deliberação, levantou-se Pedro e disse-lhes...”; “logo que estes [Paulo e Barnabé] se calaram, Tiago tomou a palavra e disse...”; “por isso é minha opinião [de Tiago) que não...”. Na transcrição, sublinhámos as palavras que, dizendo “quase” o mesmo, induzem o leitor católico a atribuir a Pedro uma autoridade superior à que, de facto, detinha e a ver Tiago, o irmão de Jesus [facto que a Igreja não aceita] e chefe da Igreja de Jerusalém, como investido de urna autoridade menor da que, na verdade, lhe era então reconhecida.
- 144 N.T.: Cf. L'Observatore Romano, edição de 27 de Junho de 1968.
- 145 N.T.: Cf Deschner, K. (1991), Historia criminal del cristianismo. La época patristica y la consolidación del primado de Roma (vol. 2), Martinez Roca, Barcelona, pp. 196-201
- 146 N.T.: Cf Deschner, K. (1993), Historia criminal del cristianismo. La Iglesia antigua: Falsificaciones y engaños (vol. 4), Martinez Roca, Barcelona, pp. 131-132.
- 147 N.T.: Nessa data, já tinham passado três anos, senão mais, sobre a morte de Pedro.
- 148 N.T.: Esse catálogo é suposto basear-se numa lista que o bispo Ireneu de Lião inseriu na sua obra *Adversus hæreses*, escrita entre 180 e 185, de que se perdeu o texto original grego, apenas tendo chegado até nós uma cópia latina muito deteriorada, feita no século III ou no século IV (não sendo impossível que seja do século V).

Essa lista contém apenas e tão-só uma relação de nomes, de origem desconhecida, e não faz qualquer referência suposto primado de Pedro. Nas listas mais antigas, Lino é apresentado como tendo sido o primeiro bispo de Roma. Ignora-se, contudo, quem foi e qual terá sido o seu percurso. A partir do século III, Pedro é dado como seu antecessor e, no século IV, o mesmo Pedro já é apresentado como tendo ocupado o bispado de Roma durante vinte e cinco anos.

- 149 N.T.: Mesmo que se não possa falar em testemunho pessoal transmissível, faz sentido falar em recordação, a partir de uma transmissão oral ou documental. Os que vieram depois dos apóstolos podem ser ditos seus seguidores - mais ou menos fiéis, em função da proximidade ou distância que mantiveram relativamente ao judeo-cristianismo - mas não tem sentido falar em sucessores ou herdeiros. Não só porque Pedro e seus companheiros não cederam a ninguém um cargo e uma dignidade que jamais tiveram, mas também por ser intransmissível o conjunto de direitos, bens e obrigações decorrentes da sua vivência pessoal.
- 150 N.T.: Nas traduções não oficiais da Bíblia, esta passagem é apresentada com mais crueza e sem os rodeios que utiliza a versão católica de Nácar-Colunga. Numa tradução mais correcta, dir-se-ia: "E se a verdade de Deus ressalta mais com a minha mentira, por hei-de ser julgado ainda por cima como pecador?" Dito de outro modo, os fins justificam os meios quando está em causa a vitória da fé cristã.
- 151 N.T.: Cf. Contra Celso, IV,19.
- 152 N.T.: A Doação de Constantino é um documento totalmente falso. Nele se contém em germe a lenda cristã que se criou em torno desse cruel imperador. A Legenda sancti Silvestri, escrita em Roma em finais do século V, relata as circunstâncias em que o papa Silvestre curou da lepra Constantino, que era um perseguidor dos cristãos. Na sequência dessa cura, o imperador converteu-se à fé em Cristo e foi baptizado. O facto é que nem o imperador teve lepra nem jamais perseguiu os cristãos. Muito pelo contrário. Também nunca foi católico nem foi baptizado por Silvestre, que morreu, aliás, dois anos antes de

Constantino ter recebido as águas baptismas. Como vimos, Constantino mantinha-se declaradamente pagão enquanto dirigia a Igreja e os seus concílios, ao mesmo tempo que se autoproclamava vicarius Christi. Só acedeu a ser baptizado no leito de morte, tendo-lhe sido administrado o baptismo por Eusébio, um bispo ariano, ou seja, membro da heresia que mais se opunha, então, à ortodoxia católica.

- 153 N.T.: Cf Deschner, K. (1995), *Historia criminal del cristianismo. Alta Edad Media: El auge de la dinastia carolingia* (vol. 7), Martinez Roca, Barcelona, p. 120.
- 154 N.T.: Editado por Ulrico de Hutten.
- 155 N.T.: Chegados a este ponto, só nos resta decidir incluir, num anexo final do livro, um documento que há muito conservamos nos nossos arquivos, apesar de, estritamente falando, não fazer parte do tema central deste trabalho. Promulgada em 1517 pelo papa Leão X, a Taxa Camaræ (esse o nome do referido documento) é uma lista de preços a pagar ao pontífice pelo crente, caso pretendesse obter daquele o perdão de uma série de crimes abomináveis. Na realidade, esse documento tem uma grande importância histórica, dado ter funcionado como o rastilho que despoletou a ruptura entre os católicos e os protestantes. Sendo, como de facto é, desconhecido da grande maioria da população, torna-se assim interessante reintroduzi-lo na memória colectiva.
- 156 N.T.: No acto de acusação levantado pelo senador Festa contra o papa Símaco, inclui-se uma longa lista de pecados como, por exemplo, a delapidação de bens eclesiásticos, uma gula desmedida, relações sexuais com mulherzinhas (*mulierculæ*) e muitos outros.
- 157 N.T.: Cf Deschner, K. (1992), *Historia criminal del cristianismo. Desde la querella de Oriente hasta el final del periodo justiniano* (vol. 3), Martinez Roca, Barcelona, pp. 174-175.
- 158 N.T.: Cf Garzanti (1992), *op. cit.*, p. 736.
- 159 N.T.: Cf Deschner, K. (1991), *op. cit.*, pp. 206-207.
- 160 N.T.: Cf. Comentários, de Orígenes, aos textos de Mateus.

- 161 N.T.: O Concílio Vaticano I (1870), na declaração relativa à infalibilidade pontifícia, censura Santo Agostinho, o mais famoso padre da sua Igreja, por ter defendido “teses errôneas” (pravæ sententiæ) sobre o primado do papa.
- 162 N.T.: O papa Bento IX 1033-1045 tinha onze anos quando assumiu a direcção da Igreja Católica e, segundo monsenhor Louis Duchesne, não passava de “um pequeno e delfim [...] que, no entanto, demorou a revelar comportamentos efectivamente agressivos”. Seja como for, aprendeu depressa e, aos catorze anos, já “ultrapassara em desenfreamento e em extravagância todos os seus predecessores”, o que levou São Pedro Damiano a exclamar: “Este desafortunado, desde o princípio até ao fim do seu pontificado, viveu refastelado em imoralidade”. [É um facto histórico que vendeu a tiara a seu padrinho João, que acedeu ao trono papal com o nome de Gregório VI. (N T.)] Este, por sua vez, posto entre a espada e a parede, viu-se obrigado a resignar: “Eu, Gregório, bispo, servo dos servos de Deus, por causa de simonia que, por artimanha do diabo, interferiu na minha eleição, determino que devo ser deposto do meu bispado romano”. Após a morte rápida e estranha do seu sucessor, Dâmaso II, retirou-se para um convento (cf Rosa, P. De, 1989, Vicários de Cristo, Martinez Roca, Barcelona, pp. 71-74).
- 163 N.T.: A morte do papa Bento V (964) é um dos exemplos clássicos. Se lermos a crónica oficial do papado, encontraremos unicamente esta simples nota sobre ele: “Foi um sábio e piedoso sacerdote no verdadeiro sentido da palavra. Foi chamado grammaticus, devido à sua vasta cultura. Morreu desterrado” (cf Dacio, J., 1963, Diccionario de los papas, Destino, Barcelona, p. 69). No entanto, se nos socorrermos das crónicas históricas coevas ficaremos a saber que este papa, pouco depois de ter sido proclamado, desonrou uma rapariga romana, vindo-se obrigado por esse facto a fugir e a refugiar-se em Constantinopla, levando consigo uma boa parte do tesouro pontifical. Veio, finalmente, a encontrar a morte às mãos de um marido pouco afeito a partilhar a esposa com quem quer que fosse, mesmo com o Santo Padre da Santa Madre Igreja Católica, O seu cadáver, crivado por uma centena de punhaladas, foi arrastado pelas ruas e lançado nos

- esgotos. Nada mal para “um piedoso sacerdote no verdadeiro sentido da palavra”!
- 164 RODRÍGUEZ, *Mentiras Fundamentais da Igreja Católica, Como a Bíblia foi Manipulada*, p. 243-263.
- 165 N.T.: Davis, *Book of Pontiffs*, p. 29.
- 166 N.T.: Shotwell e Loomis, *See of Peter*, p. 633.
- 167 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 29.
- 168 N.T.: Eno, *Rise of the papacy*, p. 94.
- 169 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 31.
- 170 N.T.: Texto latino in C. Rahner (ed.), Henrice Denzinger, *Enchiridion Symbolom*, Barcelona, Friburgo, Roma, 1957, nº 171-2.
- 171 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 41.
- 172 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 57.
- 173 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 83-84.
- 174 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 86.
- 175 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 87-88.
- 176 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 92.
- 177 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 100.
- 178 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 115-116.
- 179 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 118-119.
- 180 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 132.
- 181 N.T.: L. C. Gabel (ed.), *Memoirs of a Renaissance Pope*, Londres, 1960, p. 81
- 182 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 148.
- 183 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 149.
- 184 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 204.
- 185 JOHNSON, *História do Cristianismo*, p. 95,
- 186 JOHNSON, *História do Cristianismo*, p. 95-96.

- 187 BLAINEY, *Uma Breve História do Cristianismo*, p. 98.
- 188 N.T.: R. W. Southern, *The Making of the Middle Ages*, Londres, 1987, pp. 131-2.
- 189 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 85-86.
- 190 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 89-90.
- 191 N.T.: Citações sobre as Cruzadas e as indulgências, I. S. Robinson, *The Papacy, 1073-1198*, Cambridge, 1993, pp. 326-30.
- 192 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 104-105.
- 193 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 116.
- 194 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 117.
- 195 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 118.
- 196 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 119.
- 197 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 115-119.
- 198 N.T.: Ambos os textos, *Clericos Laicos e Unam Sanctam*, editados in Bettenson, *Documents of the Christian Church*, pp. 157-161.
- 199 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 121.
- 200 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 123.
- 201 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 125.
- 202 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 132.
- 203 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 131.
- 204 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 142.
- 205 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 146.
- 206 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 147.
- 207 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 148.
- 208 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 161-162.
- 209 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 168.

- 210 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 191.
- 211 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 195.
- 212 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 198.
- 213 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 200.
- 214 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 215.
- 215 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 220.
- 216 DUFFY, *Santos & Pecadores: História dos Papas*, p. 121.
- 217 VAN DER LEEUW, *A Dramática História da Fé Cristã*, p. 112.
- 218 N.T.: Ambrogio Donini, *Storia del cristianesimo - dalle origini a Giustiniano*, Teti editore, Milão, p. 306-7.
- 219 N.T.: Cf. *Storia della Chiesa (séc. I-XII)*, Jesus: duemila anni di attualità, vol. III. Edizioni SAIE, Turim, 1981, p. 196-7.
- 220 FO; TOMAT; MALUCELLI, *O Livro Negro do Cristianismo*, p. 77-78.
- 221 KÜNG, *A Igreja Católica*, p. 121.
- 222 KÜNG, *Religiões do Mundo: Em Busca dos Pontos Comuns*, p. 234-237.